Brigada de Intervenção

Revista da Brigada de Intervenção, junho 2019, Ano XIII Nº 18

FORÇA BLINDADA DE RODAS

EXÉRCITO

Ficha Técnica

Título:
Revista da Brigada de Intervenção

Diretor:
BGen Carlos Manuel de Matos Alves

Coordenação e Projeto:
TCor José da Silva Campos
SCh Jorge António da Costa Correia

Apoio Editorial:
SAj Ângelo Pereira

Fotografia:
Brigada de Intervenção

Arquivo Fotográfico:
Centro de Audiovisuais do Exército (CAVE)

Edição e Impressão Gráfica:
Centro de Audiovisuais do Exército/Unidade de Apoio do Comando da Logística (CAVE/UnApCMDLOG)

Tiragem:
250 Exemplares

Depósito Legal: *441854/19*
ISSN: *2184-2531*

ÍNDICE

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

a. Editorial ---- 3
b. Mensagens ---- 5

2. QUEM SOMOS

a. O Comando do Regimento de Infantaria Nº14 ---- 7
b. História do RI 14 ---- 10
c. O Sargento do Regimento de Artilharia Nº5 ---- 16
d. Município de Vendas Novas ---- 19

3. O QUE FAZEMOS

Entre o Atlântico e o Mediterrâneo: Políticas Externas - A Participação Militar ----21

a. Aprontamentos

(1) 1 QRF/ FND/ RSM no Teatro de Operações do Afeganistão ---- 29
(2) 1 FND/ BSAT/ RSM-Reflexões Após a Missão no Afeganistão ---- 32
(3) Teatro de Operações na República Centro-Africana ---- 36
(4) Desafio de Aprontamento da Força Nacional Destacada para o TO do Iraque ---- 40
(5) A Transformação da NATO no Sudeste da Europa - Contributo de Portugal ---- 44
(6) Scorpions Fury 18 ---- 55
(7) Aprontamentos CAtMec Rodas do EUBG 19-1 ---- 59
(8) A Cooperação no Domínio da Defesa de S. Tomé e Príncipe ---- 63

b. Treino Operacional

(1) Conclusões do Seminário da Brigada de Intervenção ---- 67
(2) O Treino Operacional do Grupo de Reconhecimento 2018 ---- 75
(3) Participação dos Augmentees no Exercício QUICK LION 18 ---- 78
(4) Participação do GAAA/ BrigInt no Exercício EFICÁCIA-RELÃMPAGO 18 ---- 82
(5) Treino Operacional da Companhia de Engenharia de Combate Média ---- 85
(6) O Treino Operacional do BTm ---- 88
(7) Medula 181 ---- 91
(8) Participação Portuguesa no TOBRUQ LEGACY 2018 ---- 93

c. Missões de Apoio ao Desenvolvimento e Bem-Estar

(1) A BrigInt como Elemento Contribuidor para o PAMEEx ---- 94
(2) A Participação do 1BIMecRodas no ãmbito do PAMEEX ---- 97
(3) O RC6 no Apoio Militar de Emergência PAMEEX ---- 99
(4) O RAAA1 no Apoio Militar de Emergência ---- 102
(5) A Engenharia Militar no Plano Apoio Militar de Emergência do Exército PAMEEX ---- 105
(6) O RTM no Apoio Militar de Emergência ---- 107

d. Formação

(1) As Competências Adquiridas pelo Soldado na Formação ---- 109
(2) A Formação de Quadros e de Praças no RC6 ---- 112
(3) A Formação no Regimento de Transmissões ---- 115
(4) A Formação Profissional e o Serviço Militar ---- 118

e. Competições Desportivas Militares

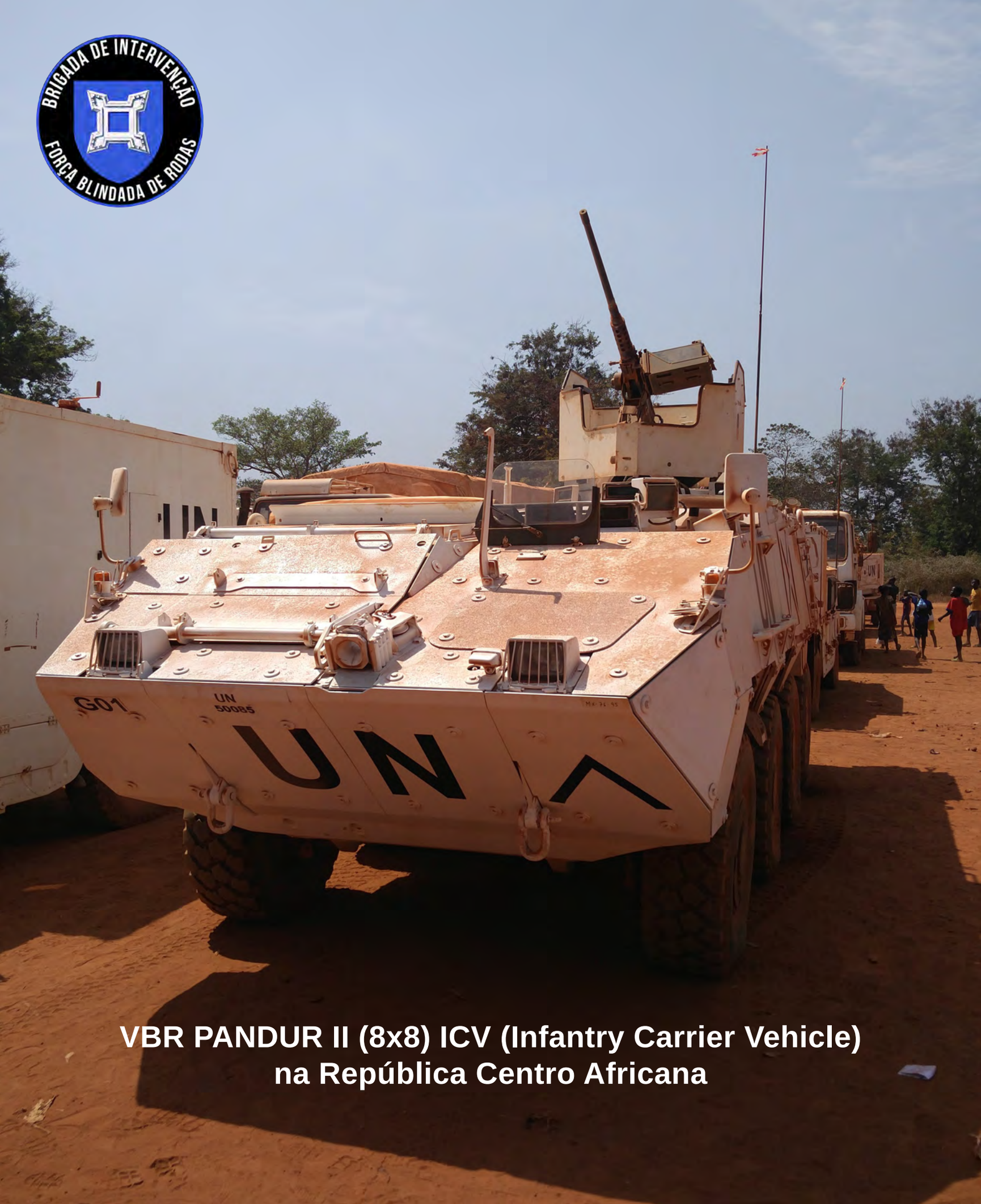
(1) CDM ---- 120
(2) RI13 - Orientação Fase II e III ---- 123
(3) RTm - Corta Mato Fase II ---- 126
(4) Corta Mato Escolar e III Corta Mato do RA5 ---- 127
(5) Corta Mato Fase II - BrigInt e a Participação do RAAA1 ---- 130
(6) RE3 - Pentatlo Militar ---- 133

f. Acontecimentos e Cerimónias

(1) Comemorações do Dia da Brigada de Intervenção ---- 134
(2) Acontecimentos ---- 136

4. DESAFIOS

a. Reconaissance Company - Uma Escola de Reconhecimento ---- 154
b. Conceito de Manutenção da Viatura Blindada de Rodas Pandur II 8x8 ---- 158
c. Edificação da Capacidade Counter Unmanned Aircraft Systems ---- 163
d. A Aquisição do Raven - Impacto desta Realidade no Sistema de Forças ---- 166
e. National Support Element ---- 169
f. O Apoio Sanitário na Unidade de Saúde de Tipo I ----173
g. Federated Mission Networking (FMN)---- 181



VBR PANDUR II (8x8) ICV (Infantry Carrier Vehicle)
na República Centro Africana

EDITORIAL

No *término de mais um ano de elevado empenhamento para todas as Unidades da Brigada, caracterizado pelo intenso emprego dos recursos disponíveis no cumprimento de múltiplas e distintas tarefas,* é nosso *ditame reconhecer, perpetuar e divulgar o que de mais relevante foi realizado.*

Com esse propósito, nas páginas desta revista estão arregimentados para memória futura uma coletânea de registos, análises, reflexões e testemunhos de alguns dos protagonistas da nossa história e de entidades com quem temos o privilégio de partilhar o nosso dia-a-dia, que a par de revisitar "quem somos", expõem alguns dos empenhamentos mais significativos, ocorridos no último ano, e as áreas que merecerão *a nossa atenção, no imediato.*

Dos inúmeros empenhamentos ocorridos no período em apreço, são merecedores de referência:

- *No âmbito do aprontamento de Forças, a participação no TO do Afeganistão, com as primeiras FND, no âmbito da Resolute Support Mission, para a segurança do Aeroporto Internacional de Kabul e assessoria à Escola de Artilharia do Exército Afegão, e o aprontamento do CN para a European Union Training Misson da República Centro Africana;*

- *No âmbito do Treino Operacional, a realização de sete exercícios sectoriais de nível Batalhão e três de nível Brigada, a participação em quatro exercícios conjuntos e combinados, a continuação do processo de afiliação do 2BIMecRodas à Multinational Brigade Southeast, da Roménia, e o início do aprontamento da CAtMecRodas, para o European Union Battlegroup;*

- *No âmbito da formação e instrução, a realização de seis CFGCPE e as 79 ações de formação;*

- *No âmbito da missão de apoio ao desenvolvimento e bem-estar das populações, as ações de rescaldo e de vigilância e os trabalhos desenvolvidos em apoio da ANEPC, do ICNF, da EDP e das CM de Boticas, Braga e Sintra, e nas operações de limpeza e de regularização do espaço público, na sequência do Furacão "Leslie", no Município de Coimbra e Montemor-o-Velho;*

- *No âmbito das jornadas do DDN, o apoio às atividades de sensibilização e divulgação realizadas a cerca de 50.000 cidadãos.*

Carlos Manuel de Matos Alves
BGen

A par da importância e da disponibilidade que sempre sentimos do CFT e dos Comandos Funcionais, é *justo afirmar que o trabalho desenvolvido só foi possível pela competência técnico-profissional, dedicação e vontade de bem servir exibidas diariamente por todos quantos prestam serviço na nossa Brigada, não só pelos militares que integram os ECOSF, como também pelos militares e funcionários civis que servem na Estrutura base, cujo contributo é indispensável para o grau de prontidão exibido pela componente operacional.*

A obra realizada e os êxitos alcançados, alvo das melhores referências das mais diversas entidades, permito-nos afirmar que todas as missões foram cumpridas e orgulharmo-nos de ter servido bem. As limitações e os constrangimentos resultantes da carência de recursos não constituíram, em momento algum, razão de desalento ou de justificação para

não fazermos, mas antes, motivo para com competência, coesão, solidariedade e inovação, encontrarmos as melhores soluções.

No ambiente de incerteza e imprevisibilidade que vivemos, onde o défice de Praças continuará a ser uma realidade que exigirá, por si só, esforços e sacrifícios acrescidos aos nossos Soldados, o FUTURO da Brigada de Intervenção residirá no profissionalismo, determinação, empenho e dedicação dos quadros, tropas e funcionários civis que nela prestem serviço, e deste modo continuar a prosseguir o desígnio da Brigada de Intervenção, enquanto pilar do CFT, de se afirmar como a Força Blindada de Rodas, centrada na Viatura PANDUR II 8x8, e deste modo, fazer jus à nossa divisa "Que fama ilustre fique".

Aos homens e mulheres que, na Brigada de Intervenção e no Exército, servem Portugal com singular devoção e espírito de missão e que tenho o privilégio e a subida honra de comandar, uma saudação muito especial e o meu sentido reconhecimento.

Quartel-General da Brigada de Intervenção, 01 de junho de 2019

Carlos Manuel de Matos Alves
Brigadeiro-General

QUE FAMA ILUSTRE FIQUE

QUE FAMA ILUSTRE FIQUE

MENSAGENS

MENSAGEM DE DESPEDIDA DO COMANDANTE DA BRIGINT
MGEN FRANCISCO XAVIER FERREIRA DE SOUSA

Quando assumi o Comando das Brigada de Intervenção, em 04Out16, a minha alma era do tamanho deste mundo, tal era a felicidade que brotava de tão grande Honra.

Hoje, ao terminar este meu cargo, a minha alma vai engrandecida, tendo-se tornado do tamanho do Universo, em virtude de nela se entrosar um feixe de sentimentos, todos gerados no convívio com excelentes profissionais, num permanente ambiente em que o espirito de missão resplendeceu, em que cada Militar desta Brigada tem sabido ser Soldado de Portugal e sabido construir o dia-a-dia desta nossa Unidade.

A Brigada de Intervenção tem-se afirmado, desde as suas origens, como uma referência no sistema de Forças do Nosso País. Com toda a justiça, tem sido apontada como um exemplo de competência, de quem tem valores, de quem sabe o que pretende para o seu futuro, de quem está sempre presente, sem temor aos desafios que se lhe deparam. Sendo a Brigada feita por Militares, importa ressaltar que a esses se devem o espírito que é apanágio desta Brigada e lhe tem conferido as oportunidades, das quais ressaltam aquelas referências. É, essencialmente, por ter comandado esses militares que a minha alma, hoje, tem a dimensão do Universo e aquele feixe de sentimentos me faz sentir realizado. É por isso que brado bem alto: Feliz o Comandante que Comanda tal gente.

As memórias dessa gente e o Espírito desta Brigada são as únicas coisas que quero levar "desta Brigada". Sinto-me muito rico por isso.

MGen Francisco Xavier Ferreira de Sousa

08 de janeiro de 2019

VISITA DE SEXA REVERENDÍSSIMA D. RUI MANUEL SOUSA VALÉRIO

No maravilhoso dia 05 de abril de dois mil e dezoito tive a grata honra de visitar e ser recebido em Coimbra, no Quartel-General da Brigada de Intervenção, para celebrar, no ambiente de festa e alegria, o grande mistério da vida que é a Páscoa.

Agradeço o acolhimento que me foi dispensado e a hospitalidade com que me senti acompanhado ao presenciar um espírito de serviço nas pessoas que aqui encontrei e conheci e uma competência inestimável na arte de bem servir Portugal, fazendo do principio "Primus inter Pares", um símbolo que ilumina as suas vidas. Grato ainda pelo intenso clima de cultura que nos rodeia. Tendo fatores que fomentam a mística das Forças Armadas, na demanda de defender a Pátria, defendendo e promovendo o que eleva alto a dignidade dos cidadãos.

Ao Exmo. Senhor Comandante, a todos os Oficiais, Sargentos, Praças e Civis, um sincero e profundo obrigado, reconhecido. Que a bênção seja sobre todos derramada.

Bem hajam!

Rui Manuel Sousa Valério

Bispo das Forças Armadas e Segurança

05 de abril de 2019

VISIT OF THE MULTINATIONAL DIVISION SOUTH-EAST COMMANDER MAJOR - GENERAL DANIEL PETRESCU

It is a great honor for me to visit today the Pandur Brigade. I am really thankfull for the opportunity to put know this elit Unit in the Portuguese Army. I am also thanfull for the contribution of the brigade, under NATO play, in the tailored forward presence in Roménia, by affiliating a battalion on coaging on exercises With NBDE-SE.

The experience of your unit, the commitment of the personal and the training facilities are really impressive. I am looking forward to continuing our great cooperation.

Muito obrigado

Multinational Division South-East Commander

MGen Daniel Petrescu

09th of April of 2019

VISITA DO COMANDANTE DA DIVISÃO MULTINACIONAL SUDESTE MAJOR-GENERAL DANIEL PETRESCU

É uma grande honra para mim visitar hoje a Brigada. Estou realmente agradecido pela oportunidade de conhecer esta unidade de elite do Exército Português. Agradeço também a contribuição da Brigada, sob o comando da OTAN, na presença avançada na Roménia, ao afiliar um batalhão à realização de exercícios com o NBDE-SE.

A experiência de sua unidade, o comprometimento das instalações pessoais e de treino são realmente impressionantes.

Estou ansioso para continuar a nossa cooperação.

Muito obrigado

Comandante da Multinational Division South-East

MGen Daniel Petrescu

09 de abril de 2019

Quem Somos

O Comando do Regimento de Infantaria Nº 14

"Comandar não significa dominar, mas cumprir um dever." *Séneca, 4 a.C. – 65 d.C*

Mário Bastos
Cor Inf

Tendo optado, convictamente, pela carreira militar no Exército, ao longo dos mais de 34 anos de serviço, tenho registado momentos que me marcaram indelevelmente para o resto da vida, enquanto oficial do Exército. Um deles foi, indubitavelmente, o dia da tomada de posse como Comandante o Regimento de Infantaria Nº 14 (RI14).

Ir comandar um Regimento foi um importantíssimo testemunho de confiança, que me encheu de orgulho, um desafio que sabia requerer uma entrega total, uma disponibilidade permanente e um apurado sentido das responsabilidades. Tudo fiz para ir de encontro a este compromisso, sucedendo a Comandantes de exceção que, pela sua visão, esclarecida liderança e superiores capacidades conduziram o RI14 aos patamares de excelência que lhe são reconhecidos, fazendo do Catorze de Infantaria o Regimento prestigiado de hoje.

O RI14 é uma unidade ímpar: das mais antigas do Exército, com origens no séc. XVII, tem estado nos

momentos mais marcantes da História nacional – combateu as Invasões Napoleónicas, esteve envolvido nas Lutas Liberais, participou na Grande Guerra, teve destacamentos no Estado Português da Índia, foi unidade mobilizadora e aprontadora de múltiplos contingentes para a Guerra do Ultramar. Mais recentemente, tem sido unidade aprontadora de vários contingentes no âmbito de diversas missões humanitárias e de paz – Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Timor-Leste, Afeganistão, Lituânia, enviando ainda elementos nacionais destacados para outras missões, como sejam o Iraque, Mali, Roménia, Espanha ou República Centro Africana.
Num curto balanço, do muito que o Regimento e os seus militares fizeram ao longo dos dois anos sob o meu comando, relevo a atividade operacional.

No que às missões internacionais diz respeito, a Unidade e os seus militares participaram em missões no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), bem como em missões no âmbito da União Europeia (UE).

No âmbito da OTAN há a registar a presença no Kosovo, com um PelAt na força que constituía a Reserva Tática do Comandante da Kosovo *Force*, contribuindo para o desenvolvimento estável, democrático, multiétnico e em paz desta região; na Lituânia, nas *Assurance Measures*, com uma CAtMec, contribuindo para uma assertiva e credível dissuasão, no flanco leste da área de responsabilidade da Aliança Atlântica; na Roménia, com um oficial destacado no Quartel-General da Brigada Multinacional Sudoeste, em Craiova, tendo, desde o dia 1Jan18, o 2º BIMecRodas afiliado a esta força multinacional, contribuindo deste modo para uma assertiva e credível dissuasão na região do Mar Negro; este mesmo Batalhão concluiu em 31Dec17, o período de três anos em que esteve empenhado na NATO *Response Force* 2016, durante o qual cumpriu um plano de treino operacional exigente, que o levou a participar em diversos exercícios, o último dos quais com a presença do Comando do Batalhão na Roménia, no âmbito do exercício NATO SABER GUARDIAN 17; para o Afeganistão projetou a 1FND/RSM/AFG – uma Companhia de *Force Protection* e o *National Support Element* –, num total de 160 militares de diversas unidades da Brigada de Intervenção, que no Regimento efetuaram o seu aprontamento para cumprirem a sua missão no Aeroporto Internacional de Kabul.

No âmbito das missões internacionais da UE, militares do RI14 estiveram: no Mali, na formação, aconselhamento e treino das Forças Armadas Malianas, contribuindo deste modo para o aumento da sua capacidade em contribuir para a defesa do território maliano e a proteção da sua população; na Republica Centro Africana, integrando o contingente nacional do Quartel-General da *European Union Training Mission* e na MINUSCA (4FND).

No âmbito das missões de apoio ao desenvolvimento e bem-estar das populações, conscientes da sua importância para as comunidades locais, o RI14 esteve sempre pronto a responder aos apoios inopinados que se revelaram necessários.

Neste quadro inseriram-se as ações de vigilância e rescaldo no âmbito do Plano Lira, tendo na memória as palavras proferidas por SExa. o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas quando em Nov16, ao visitar a Unidade, se referiu ao "papel histórico, mas virado para o futuro da chamada 'Unidade dos Viriatos', prestando um inestimável serviço à cidade de Viseu e a toda a região, mesmo nas condições mais adversas". Assim foi, de facto, em 2016; assim voltou a ser em 2017 e 2018, sempre em prol dos interesses dos portugueses e de Portugal.

Neste quadro inseriram-se ainda as ações de patrulhamento no âmbito do apoio à ANPC, no rescaldo e vigilância de reacendimentos, e o apoio ao ICNF, no âmbito do Plano "Faunos", em que Viseu foi o segundo distrito do país onde se realizaram mais ações.

De referir ainda o transporte de ração animal, entre 25Out e 15Dec17, a partir da plataforma logística de Gouveia, definida pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, bem como o transporte de água para a Estação de Tratamento de Águas de Fagilde, efetuada por militares e meios de diversas unidades do Exército, constituindo-se o RI14 como base de apoio a todas estas unidades.

É de salientar também a estreita colaboração do RI14 com as diversas entidades dos concelhos inseridos na vasta área de responsabilidade da Unidade, consubstanciada em centenas de apoios prestados, num firmar da nossa ação de apoio ao desenvolvimento e bem-estar das populações.

Com responsabilidades no âmbito da Divulgação do Serviço Militar, o RI14 foi a Unidade da Rede de Divulgação do Serviço Militar, que mais se distinguiu na execução desta atividade essencial ao recrutamento de recursos humanos para o Exército, tendo recebido o Prémio Anual de Divulgação do Serviço Militar, referente aos anos de 2016 e 2017. Assegurou-se ainda a realização do Dia da Defesa Nacional.

Em síntese, o RI14 desenvolveu a sua atividade operacional com elevados índices de desempenho, não só resultantes da sua missão primária, mas também, de forma muito expressiva em missões de interesse público de grande relevância. Não obstante o quadro de elevado empenhamento a que o Regimento foi sujeito, os militares e funcionários civis do Catorze de Infantaria, souberam colocar o melhor da sua energia ao serviço de todos.

Os militares e funcionários civis que servem no "Quartel dos Viriatos" souberam estar, como sempre, à altura dos desafios colocados, determinados no cumprimento da sua missão, orgulhosos do seu passado. Desta forma facilitaram sobremaneira a ação do seu Comandante, tornando fácil o que nem sempre parecia sê-lo, em resultado do profissionalismo, competência e dedicação ao serviço. É "gente" que conta e com que se conta.

Não surpreende, pois, que na hora da despedida tenha saído com o coração apertado, mas com a alma cheia, pela enorme honra em ter sido escolhido para comandar os "Viriatos" e um orgulho ainda maior em os ter comandado, ter comandado aqueles que fazem jus ao lema "CUJA FAMA NINGUÉM VIRÁ QUE DOME".

HONRA E GLÓRIA AO REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 14.

História do RI 14

Pedro Esgalhado
Coronel

(Nota prévia)

O texto que se segue, não sendo integralmente inédito, é reeditado numa versão revista e atualizada relativamente ao original, em resposta a um desafio lançado pelo comandante da Brigada de Intervenção. Edição revista, porque o espaço editorial é limitado. Edição atualizada porque desde a altura em que o original foi produzido algumas novidades foram acontecendo e merecem natural menção.

Agora, como originalmente, o texto está escrito na grafia pré-acordo ortográfico. Contudo, a correcção automática executada pelo computador poderá ter originado a transformação de alguns vocábulos que escapam ao olhar de quem digita um teclado sem olhar para o monitor – por esse facto, as minhas desculpas.

Antecedentes – o modelo feudal do serviço militar

Na idade média, os corpos militares, de cariz feudal, obedeciam ao rei, na medida em que o nobre que os possuísse lhe fosse fiel também – o exército nacional, dependente diretamente do rei, era incipiente e capaz de pouco mais que a proteção próxima, imediata e de curta duração do rei e da corte.

Não querendo depender da nobreza, D. Sebastião redige e publica o Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de pé e de cavalo e da ordem que terão em se exercitarem. Este decreto régio dividia o reino em distritos de recrutamento (ou comarcas), divididos por sua vez em capitanias-mores. Não sendo inédito em Portugal, agora o rei tomava uma postura mais proactiva n assumir-se como o grande chefe militar, impondo que o exército fosse constituído pelo povo e á custa dele, e verificando pessoalmente o respeito pela postura régia - este é o verdadeiro embrião do serviço militar obrigatório. Não sendo verdadeiramente inovador, o que o torna digno de menção é o facto de D. Sebastião ter sido o primeiro a materializar a intenção com inspeções no terreno às ações executadas e com verificações ao cumprimento da postura real.

Estas capitanias mores eram, por seu lado, organizadas em companhias de cerca de 250 homens, divididas em esquadras de 25 homens (10 esquadras) e como o recrutamento e treino era de base local, não havia necessidade de alojamentos e o conceito de quartel militar não existia. Contudo, os custos de treino (pólvora e chumbo) eram suportados pelas rendas dos concelhos e pelas multas aplicadas aos próprios soldados (e na falta de dinheiro, recorria-se aos impostos sobre a carne e os vinhos)

Havia treinos semanais e, duas vezes por ano (Páscoa e S. Miguel) eram feitas duas concentrações (os alardos). Em maio, era feita uma verificação em que os Capitães-mores deviam exibir as listagens atualizadas dos cidadãos passíveis de responsabilidade militar.

Após a governação espanhola (que naturalmente fez o que pode para acabar com o Exército Português), D. João IV, convoca as cortes de 1641, com vista a analisar a constituição de um Exército que fizesse frente às hostes de Filipe IV de Espanha, que conclui com a publicação do "Regimento das Fronteiras de 1645" que estipulava a existência de um Exército de Linha, com carácter permanente, constituído por 25 Terços e incluindo

companhias de cavalos, sendo formado por militares profissionais pagos e destinados (fundamentalmente) à defesa das fronteiras. Além disto, impunha o relançamento das listas de ordenanças em moldes muito semelhantes aos implementados por D. Sebastião, listas estas que deveriam conter todos os cidadãos válidos entre os 15 e os 60 anos. Preconizava ainda uma "segunda linha" (as Tropas Auxiliares, constituídas pelos "filhos segundos"). Era ainda constituída uma reserva de recrutamento, organizada em companhias de ordenanças cuja missão seria juntar-se ao Exército, se a situação assim o exigisse. Finalmente, é criada a "Tenência", organização precursora de todos os serviços de aquisição e abastecimentos de materiais, armamento e equipamentos para o Exército. Estas companhias de ordenanças desta altura eram mais pequenas que as de D. Sebastião, mas em maior número e mantinham os treinos e revistas semanais e os 2 alardos anuais. Os Capitães-mores deveriam ter as listas de incorporação atualizadas, para se proceder ao recrutamento e sempre que o universo recrutável excedesse as necessidades, a designação era feita por sorteio (de onde ficou a expressão "ir às sortes").

No início do Sec XVIII é imposto, pela primeira vez, o uso de uniforme, e as praças descontavam para o seu pagamento. Foi implementado um ciclo bianual de fornecimento de uniformes segundo o qual, no primeiro ano, os militares recebiam, no 1º alardo, uma dotação completa, composta por uma casaca, véstia e calção, um chapéu, e 2 camisas, 2 gravatas, 2 pares de meias e 2 pares de sapatos. No segundo ano, consertavam a casaca, véstia e calção, e recebiam tudo o resto. No 3º ano recebiam tudo novamente.

Na segunda metade deste século, Portugal vê o trono dominado por D. José, mais dado a aventuras amorosas que às questões da politica, deixando a governação nas mãos do Marquês de Pombal. Este, receoso de um poder militar forte cujos generais pertenciam à nobreza que ele pretendia afastar, e na iminência de uma nova guerra contra as coroas francesa e espanhola, foi buscar um estrangeiro para tratar da reorganização do exército – o conde de Lippe. Deste ficou a publicação de muitos regulamentos relativos à instrução, treino e emprego das diferentes armas, mas também sobre a justiça e disciplina militares. No âmbito destas reorganizações, a antiga Tenência criada por D. João IV no pós-restauração foi transformada no Arsenal do Exército.

No final do século a revolução francesa levou toda a Europa a um enorme turbilhão. No entanto, e internamente, a proverbial inépcia portuguesa para antecipar os problemas a par da debilidade económica do país levou à decisão de desmobilizar boa parte do Exército em 1800 – o pouco que ficou estava mal equipado e os soldados tinham meses de soldos em atraso e não tinham que comer.

Na sequência da duplicidade diplomática portuguesa, e depois do envolvimento português na campanha do Rossilhão e na derrota dos Franceses em Alexandria, Napoleão consegue pressionar a Espanha a invadir Portugal, sob a promessa de atribuir uma parcela do reino para a constituição de um estado subordinado a Manuel de Godoy, então primeiro ministro de Espanha - é desta forma que em Maio de 1801, um Exército espanhol invade Portugal e em 2 semanas e quase sem oposição torna-se senhor do Alto Alentejo, naquela que ficou conhecida como a Guerra das Laranjas. Esta guerra termina pouco tempo depois com a assinatura do Tratado de Badajoz que impunha severas sanções ao nosso país, mas evitava uma nova invasão.

Verificada a gravidade da situação e a fraqueza militar do país, é nomeada uma comissão constituída por 9 generais para estudarem a reorganização do Exército (ainda em 1801), cujos resultados são apresentados em 1806 – é nesta altura e fruto deste trabalho que surge, pela 1ª vez, a designação Regimento de Infantaria 14, atribuída ao Terço de Tavira, o qual descendia do chamado Terço Velho do Algarve que já se tinha distinguido nas campanhas da Restauração e sobre o qual, os registos mais antigos remontam a 1665. Como sempre, esta reestruturação era no mínimo tão ambiciosa quanto irrealista, porque não se levantam 24 Regimentos de Infantaria, mais 12 Brigadas de Cavalaria, mais 3 Brigadas de Artilharia por decreto e a maior parte destas unidades não saíram do papel (não há nada de novo debaixo do Sol).

A primeira unidade militar moderna em Viseu

Subitamente, em 1807, chega a notícia de que Viseu iria ter a sua unidade militar, estando-lhe destinado o RI 11, que seria transferido de Penamacor. Ao regozijo inicial, sucedeu-se a aflição porque os cofres municipais estavam vazios e a cidade recebia a missão de os alojar e alimentar, sem lhes terem sido reforçados os meios.

Parte do problema foi ultrapassado pela oferta de uns armazéns existentes no que é hoje o campo da feira, por Francisco de Albuquerque e Melo, que ainda hoje são conhecidos como o quartel da Ribeira… e o resto do problema, foi adiado por um problema maior: A chegada da 1ª invasão francesa, comandada por Junot, iria adiar esta questão, posto que uma das primeiras medidas por ele tomadas – de acordo com as instruções do próprio Napoleão – foi o desmobilizar o Exército de Linha)na prática, extinguir o Exército Português).

De acordo com as indicações de Napoleão, Junot fez desarmar e licenciar o Exército. Escaparam alguns (poucos) Regimentos destinados a servir sob as suas ordens e foram aproveitados cerca de 10.000 homens que, obrigados a prestar juramento

pelo imperador, foram mandados marchar para França, constituindo a chamada Legião Portuguesa, a quem o próprio Napoleão viria a dirigir os maiores elogios.

No rol de regimentos extintos por Junot, constavam o 11 e o 14…

A derrota de Junot, após as batalhas da Roliça e do Vimeiro em 1808 levou à assinatura da convenção de Sintra, a qual foi um ultraje para Portugal. Contudo, expulso Junot e as suas hostes, trataram os ingleses de rapidamente reconstituírem o Exército Português, pelo que são novamente levantados os regimentos 14 (mantendo-se no Algarve) e 11 que chegaria a Viseu ainda nesse ano (ou foi mesmo aqui levantado) - porque os ingleses traziam com eles dinheiro, armas e equipamentos, o ónus financeiro da cidade já era mais suportável. Apesar disso, registe-se que o RI 11 foi mandado posteriormente ao encontro de Wellesley armado com varapaus - só na Mealhada receberiam espingardas (dos ingleses).

Uma segunda invasão em 1809 nos afecta, ainda que Viseu "não" tenha sofrido diretamente com esta.

Já 3ª, a mais gravosa de todas as que atingiram Portugal, em 1810, essa sim foi determinante para a história do 14.

Entrando pelo eixo Ciudad Rodrigo – Almeida e seguindo o curso do Mondego, O Marechal Massena passa por Viseu, que encontra deserta, continuando em direção a Coimbra, sendo esperado pelo Exército Anglo-luso nas serranias do Bussaco. Depois de algumas hesitações, Massena decide travar batalha - a maior de sempre (em efetivos envolvidos) em Portugal, no dia 27 de setembro de 1810.

O RI 14 tem aqui o seu baptismo de fogo, ainda que não tivesse chegado a ser empenhado em combate, por motivo de ter sido designado para integrar as reservas de Wellington.

Impossibilitado de vencer o exército anglo-luso, r vendo-se as tropas napoleónicas em Espanha em iguais dificuldades, a retirada da "Grende Armée" da Pensínsula Ibérica fez-se sob a perseguição dos exércitos aliados: o Exército anglo-luso perseguiu o exército francês até o derrotar e fazer capitular – nesta perseguição tomaram parte quer o RI 11 (que era já a unidade da cidade de Viseu), quer o RI 14, legitimo antecessor do atual com o mesmo número.

A partir do Porto de Ariete, há uma sucessão de combates e batalhas em que o RI 14 participou (Pirinéus, Banca, Nivelle, Nive, ainda em 1813) e depois Baione, Orthez, e Sauveterre. A última batalha foi travada em 10 de abril de 1814 (Toulouse), consumando a derrota final do grande exército francês. Em Viseu, o RI 11 regressa no dia 7 de agosto, ficando aquartelado no quartel da Ribeira. O RI 14 regressaria a Tavira em 28 de agosto de 1814. A Guerra Peninsular, concluída em 1814, deixou-nos um país arrasado, mais de 200.000 mortos e a economia destruída.

Numa das medidas para relançar o país, um decreto régio de 1815 atribuiu ao exército a criação da "aula de ler, escrever e contar" para militares e civis – o exército, assumia-se como a reserva da nação para lhe suprir as insuficiências e, na falta de um sistema de ensino oficial (que ainda não existia, e muito menos cobriria todo o território e população), foi incumbido de o substituir da melhor forma possível.

A divisão entre os novos progressistas (os liberais), que pretendiam um novo sistema político com maior representatividade na tomada de decisões, e os sempre tradicionalistas (os Miguelistas), adeptos da manutenção do status quo, arrastou o país para uma guerra civil. Tendo tomado partido pelos absolutistas, em 1826 o RI 14 retiraria para Espanha, vindo a ser extinto – no entanto, por lá se manteve, até D. Miguel assumir o poder e o fazer regressar a Tavira, em 1828, passando a designar-se por Regimento de Infantaria de Tavira. Continuando partidário de D. Miguel e depois de várias peripécias, o RI 14 voltaria a ser extinto em 1834, desaparecendo a designação até 1842.

Os liberais acabariam por vencer e uma das consequências foi a extinção de muitas ordens religiosas, o que viria a libertar muitos edifícios que seriam aproveitados como quartéis. O RI 11 manteve-se no quartel da Ribeira, e depois de várias ações na guerra civil das lutas liberais em que foi extinto e recriado, acaba transferido para Almeida em 1829. Neste ano é criado um Regimento de Caçadores da Beira Alta, vindo a ser extinto pela reorganização de 1834, sendo dividido em batalhões que foram distribuídos por Penafiel, S. Pedro do Sul e Gouveia – não foram encontrados elementos sobre onde esteve instalado, mas sabendo-se que o RI 11 já se encontrava em Almeida havia algum tempo, acredita-se que tivesse estado também no quartel da Ribeira.

Veio substitui-lo o Regimento de Infantaria 3, o qual foi aquartelado no edifício do Convento dos Néris (hoje, Seminário Maior). Em 1837, o RI 3 é transformado no BI 19, o qual se mantém nesta cidade até 1841, quando é decretada a troca entre este e o BI 24, até aí em Viana do Castelo.

No ano seguinte, 1842, o BI 24 passa a designar-se RI 14, designação que ainda hoje se mantém e por conseguinte, a verdadeira herança do atual RI14 deve ser procurada no BI24 de Viana do Castelo.

O RI 14 na era contemporânea - I Grande Guerra

A cobiça de África, despertada após a conferência de Berlim, tinha começado a manifestar-se através da manipulação dos povos indígenas que eram instrumentalizados pelas potências europeias. Neste contexto, Portugal mantinha-se na sua tradição reativa, nunca desenvolvendo ações da sua iniciativa, mas antes limitando-se a reagir aos acontecimentos – em vez de os influenciar, era por eles influenciado.

A fronteira Sul de Angola, confrontava com a província (então alemã) da Damaralandia (hoje Namíbia) e Cuanhamas e Cuamatos eram dos povos desta região repartidos por ambos os lados desta fronteira. No final do século XIX e início do século XX, já os Cuamatos se tinham sublevado, tendo sido a rebelião controlada pelo exército português em 1907. O eclodir da I Grande Guerra faz temer pelos territórios de Angola e Moçambique, devido à proximidade de ambos a possessões alemãs – no entanto, a preocupação primária passara a ser os indícios de sublevação dos Cuanhamas e nesse sentido, um corpo expedicionário, sob comando do já experimentado na região, TCor Alves Roçadas, é enviado para Angola em agosto de 1914, para reforçar a presença militar no Sul da província e pacificar a região. Neste corpo expedicionário seguia o Batalhão de Infantaria 14, saído dos Viriatos.

O armamento e equipamento do Exército eram suficientes para lidar com bandos de nativos desorganizados, armados apenas de lanças e zagaias, mas não estava, de modo algum, à altura do armamento de uma das maiores potências militares de então, detentora do ultimo grito em armamento, em qualidade e em quantidade.

Em outubro, uma coluna alemã entra em território angolano, sem qualquer coordenação com as autoridades portuguesas – interceptada por uma patrulha, os alemães pareceram ter consentido em dirigir-se sob escolta ao capitão-mor do distrito e assim, no dia seguinte, fizeram-se ao caminho em conjunto. Decidem fazer um alto no forte de Naulila, pequena posição junto ao rio Cunene, para almoçar, quando, já os portugueses se dirigiam à cozinha, os alemães montam apressadamente, dando a entender a intenção de fugir à patrulha, sem razão aparente. Corria o dia 17 de outubro.

O comandante desta patrulha, Alferes Sereno, agarrou as rédeas do cavalo do chefe da coluna alemã, que era nem mais do que o próprio administrador do distrito de Outjo, na Damaralândia, Dr Schultze-Jena – quando este aponta uma arma ao Alferes, um dos soldados abateu-o e no tiroteio que se desencadeou, morreram mais dois oficiais alemães e foi capturado um prisioneiro.

Ninguém saberá ao certo o que se passou nem como – certo é que, os alemães concluíram que Portugal já tinha entrado na guerra, e contra a Alemanha e daí a organizarem uma expedição de retaliação, foi um passo.

A primeira ação punitiva ocorre em 31 de outubro, com a execução do massacre de Cuangar, outro forte a Oeste do de Naulila, tendo sido massacrada toda a guarnição. A segunda ação punitiva, cujos movimentos em Angola já eram seguidos desde o dia 27 de novembro, culmina com o ataque ao forte de Naulila na madrugada do dia 18 de dezembro, tendo nessa ação perecido 66 militares do BI 14, naquela que ainda é a data mais negra na história do regimento.

A necessidade de afirmação da república, interna e externamente, a necessidade de um catalizador da unidade nacional, a ameaça de perda das possessões ultramarinas quando houvesse uma conferência de paz e os compromissos para com o velho aliado levaram Portugal a ceder ao apelo para arrestar os navios alemães que aportassem ao país. Isto levou os alemães a declararem guerra a Portugal, uma guerra para a qual não estávamos minimamente preparados.

A mobilização e concentração de contingentes em Tancos foi imediata (o milagre de Tancos) e em 1917 os primeiros estavam já nas trincheiras da Flandres.

O RI 14 esteve presente na linha da frente e foi aí precisamente que nasceu o que é hoje o dia do regimento – a 19 de Março de 1918 (pouco menos que 3 semanas antes da ofensiva final alemã, que seria derrotada), quando uma companhia do BI 14 saltou das trincheiras no chamado sector da morte em Neuve Chapelle, e atacou os alemães, causando-lhes baixas, fazendo prisioneiros e capturando diverso material – comandou esta acção o então capitão Valle de Andrade e ela foi de tal modo brilhante que esta data foi adoptada como o dia do RI 14.

O RI 14 na era contemporânea - II Grande Guerra

Embora Portugal não tivesse entrado (formalmente) na II Guerra Mundial, o governo de Salazar optou por algumas medidas de prevenção, visando garantir a inviolabilidade da nossa soberania, quer sobre o território europeu, quer sobre as possessões ultramarinas.

Assim, o RI 14 recebe a missão de mobilizar e preparar um batalhão expedicionário para Angola (o BI 74), o qual desembarca em Luanda em agosto de 1941. O RI 14 contribuía com o comando e apoio de serviços para este batalhão, enquanto que as companhias de manobra eram recebidas de outras unidades. O batalhão regressaria a Viseu em julho

de 1944, sem incidentes dignos de registo. Também em 1941 o RI 14 foi incumbido de organizar o I Batalhão Expedicionário para os Açores, o qual permaneceu na ilha de S. Miguel desde julho de 1941 até ao fim de 1944, igualmente sem incidentes dignos de menção. Durante a permanência em S. Miguel, o Batalhão do RI 14 viria a ser agrupado com dois outros batalhões (um do RI 9, então em Lamego e outro do RI 12, então em Coimbra), constituindo o Regimento de Infantaria das Beiras.

O RI 14 na era contemporânea – No Estado Português da Índia

A União Indiana torna-se um estado independente em 1947. Em 1954, os enclaves de Dadrá e de Nagar-Aveli são ocupados – Portugal, ainda que continuando a reclamar a posse e direitos de potência administrante, tinha de facto abandonado estas parcelas. A perda do remanescente – os distritos de Goa, Damão e Diu, ocorre já em 1961.

Uma companhia do RI 14 integrada no Batalhão de Caçadores das Beiras esteve em comissão neste território desde abril de 1957 até maio de 1959. As tropas do 14, foram rendidas antes dos incidentes com os Indianos.

O RI 14 na era contemporânea – A Guerra do Ultramar

África, chegando ao final dos anos 50, continuava a ser cobiçada, embora agora por outros atores.

No auge da guerra fria, as grandes potencias procuravam ampliar a sua área de influência a todo o custo e isso conduziu a influencias sobre alguns lideres e populações autóctones.

Os primeiros incidentes ocorreram em Angola no dia 4 de fevereiro de 1961 – e esta é ainda hoje a data oficial assumida como a do início da guerra. Em 15 de Março, novos ataques e no dia 26 desembarcava em Luanda a Companhia de caçadores 82, saída deste regimento para reforço as twropas estacionadas em Angola.

Em 21 de Julho é registado o 1º incidente na Guiné, e em dezembro a União Indiana ocupa os territórios do Estado Português da Índia quase sem oposição.

Já em 1962, começam os incidentes também em Moçambique e a partir desse ano o Exército Português vê-se a braços com operações hostis em 3 teatros distintos, a par da necessidade de aumentar a presença dissuasora nos restantes.

O 14 organizou forças para estes 3 teatros que se mantiveram por lá até 1963 e a partir desse ano contribuía para o esforço de guerra quer através da incorporação e da instrução básica a mancebos que integrariam depois outras unidades, quer com elementos para rotações individuais.

O RI 14 na era contemporânea – O 25 de Abril

Na madrugada de 25 de Abril de 1974, uma companhia do RI 14, sob o comando do Capitão Costeira sai do RI 14 em direção à Figueira da Foz, a fim de se reunir com outras companhias ali aquarteladas e em Aveiro, e constituir o Agrupamento November, sob o comando do capitão Gertrudes da Silva, também deste regimento.

Durante a noite e até à abertura dos portões, o quartel ficaria sob o comando do Cap Ramalho.

O comandante estava em funções havia apenas uma semana, e ao chegar ao quartel na manhã seguinte, tendo-se recusado a apoiar o movimento, foi-lhe negada a entrada, permanecendo os portões fechados.

O segundo comandante, comprometendo-se a apoiar o movimento, entrou.

Devido à inexistência de comunicações, quando a coluna do 14 chegou à Figueira da Foz, já os outros tinham partido e a junção já só seria efectuada próximo das Caldas da Rainha.

Continuando o movimento em direção a Lisboa, o Agrupamento deixou uma pequena força de cerco no forte de Peniche (para proteção dos presos políticos ali encarcerados).

Quando chegaram a Lisboa, já tudo estava praticamente terminado – a companhia do 14 ainda recebeu a missão de montar segurança à residência do General Spínola, e regressou a Viseu no dia 27.

O RI 14 na era contemporânea – Missões em tempo de paz

O encargo operacional do RI 14 é o atual 2º Batalhão de Infantaria da Brigada de Intervenção e é através dele que se materializa a participação do 14 nas missões no quadro dos compromissos internacionais assumidos pelo país. Este Batalhão já projetou forças para a Lituânia e integrou as NATO Response Forces

No entanto, ainda que em menor volume de efetivos e meios, além das missões expostas o 14 tem aprontado um conjunto de elementos para o Afeganistão e, como qualquer outra unidade, tem enviado militares em rendições individuais para todos estes teatros e ainda para Angola, Guiné, Moçambique, Kosovo, Iraque e Líbano.

Atividades em tempo de paz

- Cerimónias diversas, dentro e fora de portas
- Participação em comemorações militares e não só;
- Proteção e combate contra incêndios florestais
- Protocolos de cedência de instalações (INEM, GNR, PSP, Instituições, etc)
- Apoios vários a autarquias e instituições (Cáritas, Banco alimentar, Instituto Português do Sangue, Cruz Vermelha, Bombeiros, etc)
- Participação / organização / apoio a eventos desportivos e culturais
- VISITAS

Dos atuais regimentos do Exército, o 14 é o que está à mais tempo, continuamente na mesma localidade.

Veio parar a uma cidade rica de tradições e já feita à presença militar, que sempre desejou.

Felizmente, isto tem-se traduzido numa relação de benefícios recíprocos – o regimento, tem beneficiado de muitos apoios da cidade, e tem igualmente colaborado com a cidade e com a região em inúmeras iniciativas

É uma cidade que se reclama herdeira das tradições de Viriato, tradições essas também abraçadas pelo Regimento.

Ainda que não se saiba ao certo quem foi este Viriato que todos celebramos, nem onde nasceu, sabemos que ele foi, antes de mais, o líder político que conseguiu reunir as tribos lusitanas que lhe permitiram juntar a massa crítica que o fizeram passar da guerrilha para a guerra convencional.

Juntou o povo pacífico e o povo guerreiro, unificando-o num só.

Vão-se buscar as ligações de Viseu a Viriato ao episódio da batalha que teve lugar na, hoje chamada, Cava de Viriato e que segundo se diz, era um acampamento romano, comandado pelo General Caio Nigídio – picando uma manada de touros com ferros em brasa, estes desbarataram o exército romano, que foi de seguida aniquilado pelos lusitanos.

Falar, portanto, da história de Viseu é falar das suas gentes e das lutas que elas travaram em defesa da sua identidade e da sua integridade – da sua sobrevivência.

Tal como falar da história de Portugal é falar da história das suas forças armadas.

Não falta quem afirme por aí que as forças armadas são um gasto – não um investimento. Vão ao ponto de afirmar que são inúteis.

Na verdade, elas são – como têm sido – uma reserva da nação para quando tudo o mais falha ou é insuficiente e infelizmente sempre que elas são empregues é porque alguma coisa corre muito mal.

Mas enquanto a sociedade mantiver e acarinhar o seu exército, e enquanto o exército emanar da sociedade e a servir, não existirão crises nem ameaças externas que nos deitem abaixo.

Bibliografia e referências

- http://debatespoliticos.mforos.com/860753/7462197-los-mitos-de-la-guerra-de-independencia/
- "Exército, mudança e modernização na 1ª metade do Século XIX" (Fernando Pereira Marques; Ed Cosmos – IDN, Lisboa 1999)
- "Anuário do Regimento de Infantaria de Viseu, 1981"
- "O 14 de Infantaria" (ed. RI 14 – 2009)
- Monografia comemorativa do "Centenário do Museu Militar do Buçaco" (ed. Exército Português, 2010)
- "Homens, espadas e tomates" (Rainer Daehnardt; Ed. Quipu – 2ª edição, setembro de 1999)
- "Diccionário do Portugal Antigo e Moderno" (Pinho Leal; Ed. Tavares Cardoso & Irmão, 1890)
- "Vizeu" (Maximiano Aragão)
- Revista Beira Alta (vários números)
- "As ordenanças militares e a evolução do serviço militar na idade média" (Tese de Mestrado apresentada por Armando Rodrigues de Figueiredo em 2006, na FLUC)
- "Regimento de Ordenanças de D. Sebastião – 1570"
- "Unidades de Infantaria – sua evolução desde 1640 até à actualidade "(Capitão Balula Cid)
- "Unidades de 1ª linha da Infantaria que tiveram quartel na cidade de Viseu "(Capitão Balula Cid)
- "O Reino de Portugal em 1766 " (Charles Dumouriez; ed. Caleidoscópio, 1ª ed – Jun2007)

O Sargento do Regimento de Artilharia Nº 5

Joaquim Machado
1º Sarg Art

A palavra Sargento deriva do latim "servire", aquele que serve, atende ou ajuda, e é com esta ideia em mente que tenho pautado a minha conduta desde que fui colocado Escola Prática de Artilharia (EPA) em setembro de 2009. Na altura estava no 2º ano da formação para Sargento do quadro da Arma de Artilharia, a aprender o profissionalismo, o entusiamo, a motivação, a dedicação e o saber fazer de um Sargento do quadro permanente do Exército e também como deve ser a sua conduta.

Passados 10 anos, com a reorganização do Exercito, vê-se o quanto a instituição se alterou e mais particularmente o Regimento de Artilharia N.º 5 (RA5). Na altura, ainda como EPA, o Sargento tinha no seu dia-a-dia o pensamento de que era sua obrigação ser o mais conhecedor das matérias e dos materiais de Artilharia, para poder transmitir esse saber, aos cursos que ministrava. Quando surgia alguma dúvida, relacionada com a execução era ao Sargento que se perguntava, ficando na ideia que somos a espinha dorsal de um Exercito competente e desta unidade pelo saber e o saber fazer.

Figura 1 - 37º CFSA na Prova TCor Passos Ramos
Fonte: Arquivo fotográfico da EPA

Na EPA ministrava-se muita instrução, o que nos obrigava a saber e ser os conhecedores, por excelência, de todas as matérias relacionadas com os materiais e com os sistemas de tiro indireto para dar formação a estes homens e mulheres que ingressavam nas fileiras como quadros do Exército.

Apesar de muitas formações ministradas a variadíssimos cursos, também tínhamos de ter em conta a componente operacional, que nunca deixou de estar presente no nosso dia-a-dia, e conseguíamos mostrar que sabíamos fazer igual àqueles que não tinham a componente de formação inserida no seu quotidiano, e quando era necessária uma secção de obus para fazer o Tiro Simultâneo sobre o Objetivo (TSO) nos exercícios "Eficácia", era sempre chamada uma das nossas Secções, o que nos dava muito orgulho.

Figura 2 – Secção Obus no Exercício Eficácia
Fonte: Arquivo fotográfico da EPA

A 01 de agosto de 2014, efetivou-se a transferência do RA5 do Porto para Vendas Novas. A passagem de Escola a Regimento levou o seu tempo de ajuste à nova realidade e missão do Regimento. Penso que a adaptação foi feita exemplarmente. Continuamos com o mesmo espírito de sermos conhecedores e frontais no serviço diário do Regimento, também porque o RA5 é o Polo de Formação da Escola das Armas, para a Artilharia de Campanha, mantemos assim as duas valências, Operacional e Formativa.

O RA5 aprontou, projetou, sustentou e retraiu a 1ª Força Nacional Destacada (FND) de Assessoria à Artilharia Afegã, designada de Branch School Advisory Team, que englobou 3 Sargentos, do Regimento no efetivo, também na 5ª FND da missão Operation Inherent Resolve, no Iraque, para apoio à formação e treino das Forças de Segurança do Iraque, na equipa de formação de Artilharia o RA5 foi representado por um Sargento, em ambos os teatros os Sargentos empenhados demonstraram, grande profissionalismo, motivação, garbo e o "saber fazer", que caracteriza o Sargento do RA5, mostrando ser capaz de desempenhar funções fora do território no cumprimento das missões do Exército.

Figura 3 – Militar desta Casa integrado na 1FND/BSAT/RSM Afeganistão
Fonte: www.expresso.pt

Ultimamente temos sofrido imenso com a falta de praças nas fileiras, e ao Sargento desta Unidade cabe a tarefa de dividir esforços e as multiplicidades de tarefas a que somos chamados são imensas. Ora podemos estar na parte operacional de uma Boca de Fogo, como podemos estar inseridos num sistema de armas combinadas ou na aquisição de objetivos e trabalhar com o Agrupamento ISTAR, mas a missão é uma e temos de dar uma resposta válida e cabaz.

Figura 4 – Artigo sobre a falta de Praças no Exército.
Fonte: www.operacional.pt

Este Regimento foi protagonista de um marco deveras importante, para o Exército, com a realização de duas formações do novo equipamento que foi adquirido pelo Exército, o Unmaned Aerial System (UAS) RQ – 11B Raven DDL. Esta formação foi ministrada, pela empresa Aeroenvironment.

Figura 5 - 1º Formação RQ-11B Raven DDl
Fonte: Arquivo fotográfico do RA5.

Uma secção de Mini UAV é composta por três Sargentos e três praças sendo o seu Comandante o Sargento mais antigo. Com este novo equipamento, o Sargento e o Praças do RA5 têm uma nova valência e competência para servir onde o Exército e Portugal achar mais conveniente. Seja em território nacional através das Missões de Apoio ao Desenvolvimento e Bem Estar da população, ou em território internacional fazendo parte das Forças Nacionais Destacadas, para a manutenção da paz.

Vai ser uma tarefa árdua e extremamente desafiante, mas o Sargento do RA5, está à altura de tal missão. Este novo equipamento vai trazer consigo alterações significativas na maneira de como um Sargento cumpre a sua missão. Com os UAS's o Sargento, como chefe de equipa Mini-UAV, passa a ser o "comandante da missão", para este sistema. O que implica que é o responsável máximo deste equipamento e da missão por ele cumprida e não do comandante da força apoiada.

As solicitações irão ser muitas e variadas, visto ser um equipamento que abrange tanto a vertente operacional como o apoio às populações, o que vai possibilitar ao Sargento do RA5 mostrar mais uma vez, que está pronto e preparado para o que o lhe for solicitado.

Figura 6 – Sargento do RA5 no lançamento do Raven DDl.
Fonte: Arquivo fotográfico do RA5.

Lembro-me de uma frase de um sargento desta casa, "Nós não temos que ser amigos, temos é que trabalhar juntos, mas trabalhar entre amigos é bem melhor." O Sargento do RA5 é frontal e direto, gosto imenso da maneira de como trabalhamos, entre sargentos, reclamamos muitíssimo e falamos com frontalidade, é verdade, mas quando é necessário a entreajuda estamos sempre presentes a prestar auxílio a quem precisa e não existe nada como uma boa tertúlia para sarar divergências.

Existe nesta nossa casa uma frase escrita nas paredes: "… ímpias criaturas, olhai, envio-vos uma raça de Homens nobres de coração e de espírito. – E o Senhor criou a Artilharia de Campanha." É assim que nós os Sargentos do RA5 queremos ser sempre lembrados, como homens e mulheres com sentido de missão, sempre leais e meticulosos para que, como Artilheiros que somos, a precisão e eficácia seja sempre o mote que reflete as nossas atitudes.

Para o futuro próximo, o Sargento do RA5 não espera

Figura 7 – Sargento desta Casa no juramento de fidelidade.
Fonte: Arquivo fotográfico do RA5.

comodidades nem facilidades, nunca trabalhamos para o reconhecimento, mas sim para ver a missão cumprida. Com esta ideia em mente, seja nos campos coloridos de Portugal, nas neves brancas dos Balcãs, nas areias amarelas do deserto ou nas terras vermelhas de África esperamos que nos seja dada a oportunidade de cumprir a missão do RA5 e do Exército. Mas que os Sargentos do RA5 sejam sempre vistos como homens e mulheres que estão cá para cumprir, e cumprir bem, a missão que lhes for atribuída.

E quando os nossos comandantes nos perguntarem a nossa opinião, na certeza de que obterão uma resposta clara, verdadeira e crua, mas independentemente da opinião, o rumo decidido será o caminho trilhado por nós e por quem lideramos de uma forma dedicada, abnegada e com todo o nosso empenho, mesmo que resulte no sacrifício da própria vida.

Figura 8 – Militar Português na Republica Centro Africana.
Fonte: www.sapo.pt

Município de Vendas Novas

CITAÇÃO

"A força não provém da capacidade física e sim de uma vontade indomável."

Mahatma Gandhi

Luís Dias
Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas

Assumia funções por Vendas Novas e pelos seus destinos no ano de 2013. Nesse ano e ainda jovem, na altura um dos mais jovens autarcas do país, trazia comigo o entusiasmo de quem não sabia bem o que vinha encontrar, mas cujas forças não lhe faltavam para fazer mais e melhor pelos seus concidadãos. A tenacidade da equipa que liderava levava-me a crer que tudo daria certo e rapidamente, os medos e hesitações foram transformados em ações práticas e medidas transformadoras para Vendas Novas.

Cedo percebi que muito haveria a fazer. Cedo me questionei. Nos questionámos aliás, enquanto executivo, se conseguiríamos remar no sentido de uma boa navegação. Mas foi também por essas alturas que entendemos que sozinhos, nada poderíamos fazer.

Seria sempre da sinergia de esforços, do estreitamento de relações com instituições públicas ou privadas, que conseguiríamos dar à nossa comunidade, sinais fortes de que connosco viria uma "lufada de ar fresco", uma nova maneira de estar e fazer política.

Por essa altura, as primeiras relações institucionais com o Regimento de Artilharia Nº. 5, então Escola Prática de Artilharia aconteciam.

Sou alguém que dá importância às pessoas, ao seu empenho e à sua capacidade gregária e de fazer acontecer. Conhecia então militares motivados na abertura de "portas" ao Concelho.

Para nós, tomávamos contato com uma surpresa boa. As primeiras parcerias eram manifestamente bem-sucedidas.

Recordo o Natal de 2013 em que, pela primeira vez, tomámos a iniciativa do Acender do Madeiro, criando mais uma tradição para as nossas gentes. A Parada D. Pedro V era cedida para este efeito e a Capela Real disponibilizada para que as celebrações desta época fossem assinaladas com o rigor que assim o exigia.

Esta era a primeira de muitas parcerias. Na altura, o Coronel de Artilharia José Pardal dos Santos "dava-nos o braço". E a partir daí, julgo que a própria imagem da Artilharia em Vendas Novas mudou. A visão que as pessoas tinham sobre a instituição tornou-se diferente. Estava dado "o tiro de partida" para uma panóplia diversificada de parcerias entre o Município e a Artilharia.

Tive o privilégio e honra de conhecer e privar, até à data, com três digníssimos comandantes desta nossa "casa". Porque hoje e se me permitem, esta é também a nossa casa, "o palácio das passagens" dos nossos antepassados. Cor.José Pardal dos Santos, Cor. João Luís Morgado Silveira e atualmente, o Cor. José Alberto Dias Martins foram e são peças edificadoras da nossa terra.

Mesmo não sendo naturais de Vendas Novas, entregaram-se intimamente, durante o desempenho das suas funções, à própria construção da identidade do que é ser-se vendasnovense. E nisso, muito nos ajudaram e a eles estamos profundamente gratos.

Sem fazer um alinhamento cronológico de todas as que foram as nossas colaborações, penso que importa salientar os momentos de maior destaque desta parceria:

- Cedência da Parada Militar, Capela Real, Parada interior e demais espaços para a realização de diversas iniciativas, nomeadamente "Madeiro de Natal", Passagem de Ano, Carnaval e Festas do Concelho. Importa frisar que nestes momentos houve também a constante presença e disponibilização de recursos humanos e de todos os meios físicos essenciais para a persecução dos objetivos das iniciativas. Destaco ainda a incrementação da última programação das Festas do Concelho, com uma caminhada pela parada interior e espaços afetos ao Regimento, bastante participada pela população e que urge ter continuidade em edições futuras;

- Parceria para a realização da Volta ao Alentejo em Bicicleta, com cedência da Parada e disponibilização de meios físicos e humanos;

- Realização de uma Ação de Team Building por parte de trabalhadores do Município no Regimento de Artilharia. O acolhimento não poderia ter sido mais positivo ao desafio que vos lançámos. Foi um fim-de-semana de formação, atividade física e muito companheirismo que jamais esqueceremos. É assim que se formam quadros e que se fortalecem estruturas;

- Participação de militares nas nossas atividades desportivas, como sejam, Night Run (corrida dedicada à mulher), Estafeta da Liberdade (percurso Landeira-Vendas Novas) e Corrida da Cidade;

- Apoio nas iniciativas "Conheces o lugar onde vives?" e "Dia da Disciplina", viradas para o público escolar que em muito têm também contribuído para a formação dos mais pequenos;

- Cedência de Parede de Escalada para o Festival de Juventude local – Festival de Música ao Lago (MAL), antigo Garden Music Festival, realizado no jardim público e que conta com uma elevada participação de jovens vendasnovenses, reunidos num ambiente descontraído e em plena comunhão com a natureza;

- Plantação de sobreiros no Polígono de Tiro do Regimento – temos conseguido plantar centenas de sobreiros, contribuindo para a reflorestação do nosso Concelho, mas também para a sensibilização dos mais novos, no sentido das boas práticas ambientais e de conservação da natureza;

- Organização, em parceria com o Município de Vendas Novas, de concertos por parte da Orquestra Ligeira do Exército, enriquecendo culturalmente muitos e bons serões nos nossos equipamentos culturais;

- Abertura do edifício do Palácio das Passagens à comunidade, com a realização de visitas guiadas para um melhor conhecimento da nossa história, do nosso passado;

- Co-organização da iniciativa "A Passagem da Princesa" - recriação histórica da passagem da comitiva real por Vendas Novas, recordando o episódio da "Troca de Princesas" que viria, por ordem de D. João V, à edificação do espaço onde se localiza o atual Regimento de Artilharia Nº. 5;

- Dia 4 de Dezembro – Dia da Artilharia – numa franca abertura à comunidade, a população civil tem vindo a ser parte colaborante nas celebrações deste dia e o Município tem também feito o melhor que pode e sabe, cedendo espaços, recursos humanos e materiais para a realização da programação relacionada com as festividades.

Penso ter destacado o essencial do que é esta profícua relação. Não o conseguiria transmitir apenas "passando para o papel", essencialmente porque por detrás de todas estas iniciativas, se encontram as relações humanas que têm sido construídas na base da transparência e da inteira disponibilidade. E essas, nem sempre são fáceis de pôr por palavras.

Vendas Novas é também uma capital militar e para dignamente homenagearmos todos os homens que defendem a nossa pátria e que erguem mais alto o estandarte nacional, construímos a Rotunda da Artilharia. Deu-me uma enorme satisfação podermos deixar esta marca na nossa cidade porque é também o agradecimento de todos os vendasnovenses a todos os que por aqui passaram e nos ajudaram a ser quem hoje somos. **É impossível pensar em Vendas Novas sem pensar em Artilharia, bem como é válido o contrário. Esta é uma relação que nos está no ADN cultural e Comunitário e que preservaremos sempre para o futuro.**

Como nota final, deixo a indicação de que enquanto servidores da causa pública, estamos comprometidos inteiramente em manter as relações institucionais que nos ligam e serviremos e apoiaremos sempre o Exército Português.

É da vontade indomável que nos ultrapassamos e que vamos para além das nossas fronteiras. Seremos sempre pedra angular construtora do futuro de Vendas Novas, juntamente com o Exército, feito de mulheres e homens cheios de garra, afinco e patriotismo.

O Que Fazemos

Entre o Atlântico e o Mediterrâneo: Políticas Externas - a participação militar

A Europa do Sul

"A PARTICIPAÇÃO MILITAR NO ATLÂNTICO E NO MEDITERRÂNO NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES EXTERNAS DE DEFESA[1] "

1. INTRODUÇÃO

A Defesa é hoje considerada em sentido amplo, dado que, por exemplo, os ciberataques são elementos com um risco e uma probabilidade para ocorreram, como já foram as

[1] Artigo elaborado com base na apresentação efetuada, em 12 de novembro de 2019 no Painel II - "Entre o Atlântico e o Mediterrâneo: políticas externas", do Colóquio "A Europa do Sul: mutações e permanências", inserido num ciclo comemorativo dos 20 anos do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra e em que a Brigada de Intervenção foi convidada a participar. O painel, dirigido aos alunos de Estudos Europeus da Universidade de Coimbra, e também aberto a toda a comunidade académica, foi moderado pela Drª Isabel Camisão (Faculdade Letras Universidade de Coimbra) e contou, para além do autor, em representação da Brigada de Intervenção, com a participação do Drº Samuel Soares (Universidade Estadual de S. Paulo) e da Drª Ana Isabel Xavier (Universidade Autónoma de Lisboa).

João Caldeira
Cor Inf

ameaças convencionais, vindas por terra, mar ou ar e da mesma forma que a segurança energética e a segurança marítima são dimensões cruciais da nossa segurança coletiva, porque dela dependem o abastecimento de energia ou o comércio internacional de mercadorias associadas ao Atlântico e ao Mediterrâneo.

A comunidade atlântica constituída pela América do Norte e a Europa Ocidental, apresentaram, durante a guerra fria, uma unidade de propósitos, apoiada nos mesmos valores e interesses face à ameaça soviética. Na atualidade, esta aliança de países ocidentais, para além de proporcionar uma ligação entre os dois continentes, com o Atlântico de permeio, permite a consulta e a cooperação nas áreas da defesa e da segurança, bem como a realização conjunta de operações multinacionais de gestão de crises. Entendemos que essa unidade, pese embora a reorientação, recente, noutra direção da política externa dos EUA, deve continuar a ser um pilar da segurança do ocidente em linha com a estratégia que tem vindo a ser seguida pela União Europeia (UE).

Neste artigo, procuramos caracterizar os desenvolvimentos que têm vindo a ser realizados pelos países do Sul da Europa, no quadro da componente de segurança e defesa da política externa, naquilo que se pode designar como as relações externas de defesa[2]. Assim, mantendo como pano de fundo a identificação com os dois espaços geopolíticos de referência (o Atlântico e o Mediterrâneo) apresentaremos o modo como, no quadro da NATO, da Política Comum de Segurança e de Defesa (PCSD) da UE, ou também no âmbito multilateral e bilateral (incluindo a participação portuguesa) estão a ser concretizadas, na atualidade, missões e operações militares no Atlântico e no Mediterrâneo realizadas no quadro das relações externas de defesa.

2. CONTRIBUTOS PARA UM ENQUADRAMENTO GEOPOLÍTICO DA EUROPA DO SUL

Desafiamos o leitor para uma viagem a diferentes abordagens geopolíticas, através das quais, procuraremos associar o Sul da Europa a mais do que uma tipificação geográfica.

Como sabemos durante a Guerra Fria a Geopolítica foi caracterizada pela oposição mar-terra, confrontando a estratégia de expansão à de contenção, e em que o controlo das zonas periféricas, circundantes, da potência continental Eurásia, assumiu papel determinante[3].

Mackinder[4] concebeu uma ideia em que o controle da massa continental pela Rússia poderia ser eficazmente equilibrado por um outro centro de poder, organizado sobre o Atlântico Norte - o Midland Ocean[5] ligando entre si as principais Potências marítimas de então (EUA e Grã-Bretanha) e os recursos continentais da América. A tese de Mackinder antecedeu a organização da NATO, evidenciando "a necessidade de uma indispensável cooperação entre os seus membros"[6]. Salientamos desta tese a relevância do Atlântico para a segurança da Europa.

Após guerra fria, já numa perspetiva de cooperação e diálogo entre as nações, Jacques Attali[7], considerou que o mundo evoluirá para uma sociedade dominada pelos espaços Europeu e do Pacífico, onde as potências económicas prevalecerão. Salientamos neste pensador a necessidade da UE, se consolidar através da união monetária, da união política, da democratização das Instituições e de um política de defesa comum[8] . Como linha de força desta tese salientamos a relevância que as políticas comuns da UE (nomeadamente a económica e a de segurança e defesa) terão enquanto multiplicador do potencial estratégico dos seus Estados.

[2] O conceito de Europa do Sul pode ser observado, por exemplo no grupo "EuroMed 7" ou "Sete do sul" que integra países mediterrânicos da UE: França, Itália, Espanha, Portugal, Grécia, Chipre e Malta. Ao redor deste grupo estão países de cultura greco-latina, incluindo Portugal — nação sem costa mediterrânica — e — excluindo a Croácia e Eslovénia — países mediterrânicos da UE. A emergência deste grupo pode ser explicada pelas semelhanças dos modelos de Estado, económico e social e a proximidade cultural dos seus membros.

[3] AAVV, Teorizadores Geopolíticos do Pós-II GM, NC 71-00-19, IAEM, Lisboa, 2000, pg 13

[4] As realidades do seu pensamento estão bem expressas nesta máxima: "Who rules the East Europe, commands the Heartland; Who rules the Heartland, commands the World-Island; Who rules the World-Island, commands the World".

[5] "The Round World and the Winning of the Peace", 1943

[6] ALMEIDA, Políbio F. A. Valente de Ensaios de Geopolítica, pg 33

[7] "Lignes D'Horizon", 1990

[8] Nesta abordagem de Attali surge a relevância da geoeconomia um vetor chave do sec. XXI, superando a identidade territorial e criando espaços que dão resposta a crises e aos desafios que estas colocam, implementando as novas bases do poder geoeconómico que sustentaram a emergência de duas potências geoeconómicas no pós-Guerra Fria: a China e a Alemanha, que conseguiram transformar o seu poder económico em poder e influência política e até militar. A Geoeconomia trata da configuração do poder económico internacional e das interações entre poder económico e poder político na competição geoestratégica entre as potências. O termo "Geoeconomia" foi cunhado pelo estratego Edward Luttwak em 1990 no artigo "From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce" que refletia a competitividade dos EUA face à ameaça econômica e comercial que se percebia em relação ao Japão no mercado mundial.

Por sua vez Henry Kissinger previu a emergência de uma nova ordem mundial para o século XXI, onde "sem ameaça, as nações prosseguirão uma política externa baseada cada vez mais nos interesses nacionais imediatos."[9] , em que a NATO "continua a ser o principal elo de ligação institucional entre a América e a Europa"[10] . Considerou também que os EUA não "precisam de recear uma identidade europeia engrandecida dentro da NATO, porque é difícil imaginar uma ação militar europeia autónoma a qualquer escala e em qualquer área sem o apoio político e logístico americano"[11].

Como linha de força desta tese salientamos a relevância da cooperação estratégica entre os EUA e a UE.

Samuel P. Huntington[12] considerou que o próximo confronto será entre civilizações e entre culturas em que os mais importantes conflitos do futuro irão ocorrer, ao longo da linha de fratura civilizacional, como a que o Mediterrâneo representa. Huntington propõe, uma doutrina estratégica para os EUA, que se baseia no reforço do eixo atlantista, entre a América e a Europa e a criação de uma União Económica Euro-Americana. A este propósito tenhamos presente a diversidade étnica, na Bacia do Mediterrâneo resultante das invasões dos povos do centro da Europa, dos eslavos em direção aos Balcãs, dos árabes no século VII, tendo este mosaico étnico sido reforçado pela dimensão religiosa. Hoje, a questão central do Mediterrâneo "já não é apenas a clássica divisão entre o Mediterrâneo Ocidental e o Mediterrâneo Oriental, mas uma divisão apoiada em linhas divisórias mais profundas, entre o Norte e o Sul do Mediterrâneo.

Todos os processos que hoje se desenvolvem, seja no âmbito da NATO, da OSCE, ou da UE visam o diálogo com o Sul, para assegurar a estabilidade na bacia mediterrânica, que permita, numa primeira fase conter diversos tipos de movimentos, sejam eles migratórios, políticos, ou militares e posteriormente prover ao desenvolvimento harmonioso de toda a região."[13]

Em síntese podemos afirmar a relevância do Atlântico no quadro da Aliança estratégica entre a UE/EUA/Canadá; a importância que as políticas comuns terão para a afirmação da UE, o valor da cooperação estratégica entre os EUA e a UE, a assunção de que o Mediterrâneo constituiu uma entidade estratégica diversificada e a necessidade do diálogo com o Sul, para assegurar a estabilidade na bacia mediterrânica.

3. O AMBIENTE ESTRATÉGICO NO MEDITERRÂNEO E NO ATLÂNTICO: AMEAÇAS E DESAFIOS

a. Tópicos globais de enquadramento do ambiente estratégico e operacional

Pode considerar-se que presentemente, e num futuro imediato, o ambiente estratégico e operacional, que afeta a segurança e defesa, inclui a seguinte caracterização:

1) Novas ameaças como a criminalidade organizada (tráfico de pessoas, armas, drogas), o terrorismo, as ameaças híbridas[14], o ciberterrorismo, a cibercriminalidade, a pirataria, as alterações climáticas, a insegurança energética, a proliferação nuclear e de armas de destruição maciça NBQR;

2) Fragilização de Estados (desde o Médio Oriente, ao Norte de África e ao Sahel) com tentativas de controlo, dos mesmos, por entidades extranacionais associadas ao terrorismo, à pirataria marítima, à criminalidade organizada, que procuram locais seguros em que possam desenvolver as suas atividades;

3) Globalização económica c-om a transferência do poder financeiro do Ocidente, para o Oriente e bacia do Pacífico;

4) Disputa dos recursos (alimentares, água, minerais, energéticos);

5) Aparecimento de novos espaços operacionais (extensão da plataforma continental, espaço, ciberespaço);

6) Multipolaridade do sistema internacional, que inclui os EUA, a UE, a Rússia, a China e a Índia e o Brasil;

7) Reorientação estratégica dos EUA, do Atlântico para a região da Ásia e Pacífico, colocando sobre a Europa maior responsabilidade e, por consequência, a necessidade de esta assumir um maior esforço relativamente à sua própria defesa e segurança;

8) A crise económica e financeira mundial que colocou os Estados ocidentais perante o dilema de terem de promover um maior esforço no sentido do reforço dos mecanismos de segurança cooperativa, enquanto são confrontados com a tendência para, simultaneamente, reduzir os respetivos orçamentos de defesa[15] ;

[9]KISSINGER, Henry, Diplomacia, Gradiva, Lisboa, 1996, pg 703
[10]KISSINGER, Henry, op.cit., pg 716
[11]KISSINGER, Henry, op.cit., pg 719
[12]"The Clash of Civilizations", 1993
[13]FERNANDES, António Horta, "À procura de um mínimo denominador comum para o Mediterrâneo", Revista Nação e Defesa, Primavera 2002, n. 101 pg 70.
[14]São atividades, que combinam métodos convencionais e não convencionais, utilizados de forma coordenada por parte de intervenientes estatais e não-estatais, permanecendo, porém, abaixo do limiar de uma guerra formalmente declarada.

9) Limitação do uso da violência pelos Estados face:

- À intolerância crescente pelo uso da força;
- Ao elevado ganho político quando atores, com diminuta capacidade, apoiam a sua ação violenta em artefactos simples;
- À globalização de todos os teatros de operações.

10) Diminuição de operações de grande envergadura, a par de uma adaptação das estruturas de comando para a condução de múltiplas operações de média e pequena dimensão, originando uma maior ênfase na necessidade de criar e manter um exigente programa de exercícios, quer em dimensão, quer em número, relevando a importância do treino e da formação.

b. Ambiente estratégico do Mediterrâneo

As ameaças globais de hoje sentem-se também, na bacia do Mediterrâneo: as ameaças do terrorismo, o tráfico de drogas e de armas, as migrações ilegais e o tráfico de pessoas são questões que obrigam a Europa a ter de coordenar uma política de segurança eficaz. Torna-se imperioso desenvolver a vigilância e a fiscalização no Mediterrâneo, para além das políticas de longo prazo, que incluem a promoção do desenvolvimento económico e social nas regiões de origem das correntes de imigração, bem como a subsequente integração social[16].

Pese embora os riscos de segurança para a fronteira sul da Europa, ao longo do contacto desta com a cintura islâmica (que começando em Marrocos termina na Ásia Central) verifica-se a necessidade do diálogo entre o Norte e o Sul da bacia do Mediterrâneo visando conter movimentos migratórios ou assegurar o desenvolvimento no Sul do Mediterrâneo. É assim que o diálogo na Bacia do Mediterrâneo[17] , promovido em diversos fóruns, tem procurado estabelecer pontes entre a Europa e o Norte de África.

c. Ambiente Estratégico do Atlântico

1) Na II Guerra Mundial e na Guerra Fria, o Atlântico desempenhou um papel chave na mobilidade entre a América do Norte e a Europa[18] . Porém o contexto transatlântico mudou com a alteração da política norte-americana face à relevância estratégica da bacia do pacífico.

2) Constituem-se como principais ameaças para a Bacia do Atlântico:

- A pirataria no Golfo da Guiné;
- A poluição com efeitos nos ecossistemas e na biodiversidade;
- As mudanças climáticas (furacões devastadores, degelo dos glaciares no Ártico e na Antártida, subida níveis do mar);
- As operações offshore (poluição, proteção ambiental, planos de emergência);
- As disputas das fronteiras marítimas (descoberta de gás e petróleo, extensão da ZEE).

3) Acrescente-se que o **Atlântico Sul dispõe de recursos naturais** que escasseiam no Norte, nomeadamente combustíveis fósseis. Por outro lado, passa pelo Atlântico Sul grande parte da **circulação dos produtos comerciais que abastecem o Norte e daqueles que ele exporta**, já que o Atlântico, na sua totalidade, se apresenta como uma plataforma de mobilidade sem saída a Norte (será precária a partir de 2040, como efeito das alterações climáticas) e com duas passagens estreitas e vulneráveis para Leste e Oeste (Mediterrâneo e Canal do Panamá).

Pode considerar-se que as únicas vias pelas quais o seu acesso está garantido são as comunicações marítimas que entram pelo Sul, com mais dificuldade pelo Estreito de Magalhães, e abertamente pelo Cabo da Boa Esperança. O Atlântico poderá continuar a ser **um espaço de economia ao qual estão associadas rotas energéticas, fluxos financeiros e cooperação nas redes de segurança e defesa.**

A centralidade do Atlântico continua a ser um facto evidente traduzido em valores e finalidades e numa relação de proximidade entre a Europa e a América do Norte, no plano económico, comercial e da

[15]É neste contexto, que se procuram desenvolver mecanismos para a criação de parcerias multinacionais, bem como a adoção de uma abordagem holística nas respostas a crises, articulando de forma crescente meios civis e militares, que permitam obter sinergias, partilhando capacidades.
[16]SACCHETTI, António Ferraz, Cadernos Navais nº16, 2006, pg 12
[17]Como exemplos temos o Diálogo do Mediterrâneo, lançado em 1994, um fórum de cooperação entre a OTAN e os sete países do Mediterrâneo (Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Tunísia, Marrocos e Mauritânia); a Iniciativa 5+5 ou o Processo de Barcelona.
[18]SANTOS, Loureiro dos, "A Região Geopolítica do Atlântico e Portugal", Nação e Defesa, 2009 pg 123

segurança e defesa com uma particular relevância para o Atlântico Sul.

A Aliança Atlântica desde há vários anos que atravessa um profundo processo de adaptação, cujas consequências mais visíveis são, entre outras, o **incremento dos níveis de prontidão** e da **dimensão das forças de reação rápida, a revisão da estrutura de comandos** ou a **presença avançada nas fronteiras a leste da Europa**, processo de adaptação esse especialmente dirigido para a ameaça proveniente do «flanco leste».

Com o **Conceito Estratégico da NATO** de 2010 mantiveram-se as tarefas tradicionais de **defesa coletiva** e o crescimento da intervenção militar para a **prevenção e gestão de crises** "out of area" – **Operações de Resposta a Crises (Crisis Response Operations)** – mas existe, também, um novo **impulso às parcerias estratégicas.**

O Compromisso de Investimento em Defesa[19] , com o horizonte de 2024, assente no pressuposto de mitigar a desigual partilha de encargos entre os Estados Unidos e os seus Aliados europeus e o Canadá, teve por efeito reforçar o compromisso dos Aliados com o desenvolvimento de novas capacidades e a participação em missões e operações no exterior, para projeção da paz e segurança internacionais.

d. Desafios que se colocam ao emprego dos meios militares

- O essencial no combate contra o **terrorismo transnacional, o ciberterrorismo e a cibercriminalidade, e o crime organizado**, reside na articulação de diversas entidades dos estados possam gerar respostas, em tempo; destacando-se neste âmbito as capacidades militares associadas ao conhecimento situacional, no aviso antecipado, na proteção, bem como o apoio militar às autoridades civis;

- **A pirataria marítima** exige a projeção e a permanência de forças militares nas áreas afetadas por períodos alargados, por ser uma questão que requer tempo para se aprender, adaptar e reajustar as formas de manobra, podendo incluir ações no âmbito da Reforma do Setor de Segurança (RSS) e no levantamento de capacidades regionais de combate à pirataria;

- **A proliferação das armas de destruição massiva NBQR** é igualmente contrariada através de abordagens multinacionais. O êxito de tais iniciativas assenta, primariamente, num sólido conhecimento situacional, e exige uma presença constante e determinada que assegure uma capacidade permanente de vigilância e intervenção;

- **A fragilização de Estados** impõe que se melhore a articulação interagências e a complementaridade no emprego dos instrumentos militares e não-militares, mantendo um constante enfoque ao nível do conhecimento situacional nessas regiões, através de ações que visem o apoio à manutenção da paz, o restabelecimento da paz e o auxílio na reconstrução, e à reforma do setor de segurança, que podem levar à necessidade de projeção de forças e à permanência nos teatros por períodos de tempo prolongados;

- **Os fluxos migratórios ilegais** poderão ser contrariados antecipando e prevenindo-os, para o que poderá contribuir, decisivamente, um sólido conhecimento situacional e uma coordenação entre meios de diferentes agências;

Para contrariar as **disputas pelo controlo de recursos naturais** será essencial assegurar que os Estados consigam vigiar, controlar e intervir nesses espaços, credibilizando a capacidade de neles exercer autoridade.

- **As situações ambientais extremas**, designadamente, alterações climáticas, sismos, a ocorrência de ondas de calor e de frio, os atentados ao ecossistema, as pandemias e outros riscos sanitários, combatem-se ao nível da prevenção, assegurando que a lei e demais regulamentos são cumpridos e, na colaboração da componente militar da defesa nacional com as autoridades de proteção civil, através do apoio militar às populações em situações de catástrofe.

[19]Cimeira de Gales

4. A ESTRATÉGIA PARA A POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA DA UNIÃO EUROPEIA[20]

a. A partir da adoção da sua Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança, em 2016, a UE apostou no desenvolvimento do seu pilar de defesa. Esta Estratégia inclui como prioridades: Segurança da União, Resiliência dos Estados, Abordagem integrada aos conflitos, Ordens cooperativas, Governação mundial para o século XXI.

b. Por sua vez a segurança da União inclui as seguintes cinco linhas de ação: Segurança e Defesa; Luta contra o terrorismo; Cibersegurança; Segurança energética; Comunicação estratégica.

1) Esta estratégica assume que a Europa tem de ter uma maior responsabilidade pela sua segurança, estar preparada e ser capaz de impedir, dar resposta e proteger a Europa de ameaças externas. Embora a NATO continue a ser o quadro principal para a maioria dos Estados-Membros no que respeita à defesa coletiva, os europeus devem estar mais bem equipados, treinados e organizados de forma a contribuírem decisivamente para esses esforços coletivos, bem como a agirem autonomamente se e quando necessário.

2) É deste modo que a União Europeia tem de responder a crises externas e prestar assistência ao desenvolvimento das capacidades de segurança e defesa, em áreas em crise, desempenhando essas funções em cooperação com outros parceiros.

3) Paralelamente à gestão de crises externas e ao reforço de capacidades, a UE deverá igualmente ser capaz de assegurar a assistência mútua e solidariedade que abranja a resposta a desafios como o terrorismo, as ameaças híbridas[21] , a cibersegurança, a segurança energética, o crime organizado e a gestão das fronteiras externas.

c. O **aprofundamento da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)** no quadro da UE, nomeadamente através da geração de capacidades militares próprias, procura responder à necessidade do empenhamento europeu para assumir um papel ativo na segurança internacional e no apoio humanitário num quadro de gestão de crises, tendo presente o vínculo transatlântico e evitando a duplicação de esforços.

d. Como decisão mais relevante, é de destacar a instituição da Cooperação Estruturada Permanente, concretizada a 11 dezembro de 2017, na qual participam 25 Estados-Membros. Este instrumento previsto no Tratado de Lisboa visa dotar os países da UE de capacidades militares para participar nas missões mais exigentes, vinculando, em contrapartida, ao cumprimento de um conjunto de compromissos que implicarão um aprofundamento da sua relação no domínio da defesa[22].

5. PARTICIPAÇÃO MILITAR (COM PORTUGAL[23]) RELACIONADA COM O MEDITERRÂNEO E O ATLÂNTICO[24]

Presentemente decorrem diversas missões e operações militares no âmbito da EU, NATO e ONU, relacionadas de ameaças aos interesses estratégicos da União Europeia (UE), das quais salientamos pela ligação que têm ao Atlântico e ao Mediterrâneo as seguintes:

a. Mediterrâneo

1) NATO

A missão marítima, Sea Guardian[25] , projetada para impedir a circulação de terroristas e armas de destruição maciça, pressupondo ainda benefícios para a segurança do transporte marítimo em geral, com o objetivo de dissuadir, proteger e defender atividades terroristas,

[20]Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia, junho de 2016

[21]As ameaças híbridas referem-se a um misto de atividades, com a frequente combinação de métodos convencionais e não convencionais, que podem ser utilizados de forma coordenada por parte de intervenientes estatais e não-estatais, permanecendo, porém, abaixo do limiar de uma guerra formalmente declarada. O seu objetivo é não apenas causar danos diretos e explorar vulnerabilidades, mas também desestabilizar as sociedades e criar incerteza no processo de tomada de decisões Retirado de Comunicado de Imprensa "Segurança: UE reforça resposta às ameaças híbrida" 6 de abril 2016. Wikipedia: Guerra Híbrida é uma estratégia militar que mescla táticas de guerra política, guerra convencional, guerra irregular, e ciberguerra com outro métodos de influência, tais como fake news, diplomacia, lawfare e intervenção eleitoral externa.

[22]"Diretiva Ministerial Planeamento da Defesa Militar" - Despacho n.º 4101/2018 do Gab MDN

[23]No que se refere às Forças Nacionais Destacadas (FND), Portugal continua a participar em missões que consubstanciam o princípio de que a segurança nacional não se materializa apenas junto das fronteiras geográficas nacionais, sendo que o contributo para a edificação de uma segurança alargada se baseia num esforço internacional no qual Portugal deverá desempenhar o seu papel. A participação nacional neste conceito alargado de segurança com FND, perante situações adversas e populações inseguras, tem contribuído largamente para o prestígio, afirmação e credibilidade nacionais. A Cooperação no Domínio da Defesa (CDD) configura igualmente um instrumento valioso de relacionamento externo da defesa, enriquecendo e reforçando o papel de Portugal à escala mundial, através de uma cooperação ímpar com os demais países de língua portuguesa.

[24]Os elementos incluídos neste capítulo integram o Relatório Semestral, agosto 2018, DGPDN/MDN, pg 5 e seguintes.

no Mediterrâneo. No 1º semestre de 2018, o empenhamento Nacional foi de uma missão mensal com a aeronave P3-C[26].

NATO Assurance Measures (NAM)

Com base na avaliação estratégica efetuada pela NATO sobre a situação na Ucrânia e do seu potencial impacto na segurança da Aliança e na estabilidade regional, foi criado um conjunto de medidas defensivas de afirmação (assurance), ou reafirmação (reassurance), das garantias de segurança aos Aliados. É deste modo que na região do Mar Negro, Portugal participa na Multinational Brigade South-East, localizada na Roménia, com um efetivo de três Elementos Nacionais Destacados (END) no seu Quartel-General, e com a afiliação de um Batalhão Mecanizado de Rodas [BIMec (R)] que, em caso de ativação, se constituirá como Força Nacional Destacada (FND) - quadro que justifica a participação do Exército português em exercícios regulares na Roménia[27].

2) União Europeia

a) EUNAVFOR MED - Operação Sophia

A Operação Sophia (**European Union Naval Force - Mediterranean - EUNAVFOR MED**) tem em vista o desmantelamento das redes de introdução clandestina de migrantes e de tráfico de pessoas na zona sul do Mediterrâneo central. Portugal tem 4 militares colocados no Estado-Maior da Operação (2) e no Estado-Maior da Força (2).

b) EUTM - MALI

A crise humanitária, política e de segurança no Mali, criou uma situação instável para o país e uma ameaça quer para a região, quer para a Europa. Esta ameaça, bem como os inerentes riscos associados, aumento o risco para a presença de cidadãos estrangeiros, nomeadamente os europeus que trabalham na zona do Sahel, assim como na Europa, sobretudo através da influência de extremistas e redes terroristas ligados à Al-Qaida. A ameaça estendeu-se aos interesses estratégicos da União Europeia (UE), à segurança dos fluxos energéticos, à proteção dos direitos humanos e ao tráfego de droga. De forma a superar estas ameaças e a enfrentar estes desafios foi lançada a missão de treino militar no Mali (EUTM Mali) contribuindo para a melhoria da capacidade das Forças Armadas malianas. A participação das Forças Armadas, referida ao 1º semestre de 2018 foi de doze militares, a desempenharem funções no Quartel-General em Bamako e no campo de treino de Koulikoro.

c) FRONTEX

A Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia - FRONTEX, foi criada em 2004 para reforçar e dinamizar a cooperação entre as autoridades de fronteiras nacionais dos países membros. As missões da FRONTEX têm como finalidade detetar, localizar, identificar e impedir a atividade ilegal de embarcações associadas aos fluxos migratórios irregulares. No 1o semestre de 2018 Portugal participou na Operação Themis com uma a Fragata e 1 avião C-295M

3) Nações Unidas

United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali (**MINUSMA**).

A **MINUSMA** tem como objetivo apoiar o processo político e a segurança em centros populacionais e linhas de comunicações, proteção de civis, monitorização dos direitos humanos, criação de condições para o retorno dos refugiados, consolidação da autoridade do Estado e a preparação de eleições livres. Portugal em 2018 participou com 2 oficais com funções no Estado-maior da MINUSMA.

b. Participação Militar no Atlântico

1) NATO

O Standing NATO Mine Countermeasures Group One (SNMCMG1) é um dos quatro grupos navais permanentes da Aliança Atlântica. O objetivo do Grupo Permanente é garantir a segurança da navegação na abordagem aos portos dotando a Aliança com uma capacidade permanente de guerra de minas. No 1º semestre de 2018, a participação nacional foi de **8 mergulhadores** sapadores.

[27]No 1º semestre de 2018 Portugal também empenhou na NATO Assurance Measures (NAM) uma aeronave P-3 C com 32 militares destacados, com a missão de vigilância e reconhecimento no Báltico (controlar e identificar contactos de interesse (navios civis ou militares)), contribuindo para a Situational Awareness na região e uma companhia de Fuzileiros, com 140 militares sediados em Klaipédia durante um período de 4 meses.

2) Quadro Bilateral e Multilateral

a) Mar Aberto - Bilateral

A presença portuguesa no continente africano é maximizada com a participação em iniciativas bilaterais de Cooperação Técnico-Militar com países da CPLP (nomeadamente S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde), no âmbito da fiscalização, vigilância conjunta e segurança marítima. Estas missões têm como finalidade contribuir para a segurança marítima na área do Golfo da Guiné e satisfazer os compromissos internacionais assumidos por Portugal. Uma Fragata executou o programa de cooperação bilateral no âmbito da Iniciativa MAR ABERTO 2018 e participou nos exercícios "OBANGAME EXPRESS 18", ao largo do Senegal.

b) EUROMARFOR[28] - Multilateral

A participação nacional no primeiro semestre 2018 ocorreu com dois navios.

(Um Patrulha Oceânico participou no exercício SPANISH MINEX 2018 e no maior exercício internacional da Marinha Italiana, MARE APERTO 2018. Uma Fragata portuguesa, foi o navio-almirante duma força naval que integrou um reabastecedor francês, uma fragata italiana e uma fragata espanhola, tendo realizado ações de cooperação no domínio da Defesa com a Marinha da Mauritânia; esta foi a primeira vez que uma força naval europeia atracou na Mauritânia, no Porto de Nouakchott).

c) AFRICOM - Obangame Express - Mulilateral

O U.S. AFRICOM (United States Africa Command) é responsável por várias iniciativas envolvendo operações reais, bem como por exercícios combinados e ações de cooperação com outras nações relacionadas com a segurança marítima.

No 1º semestre de 2018 ocorreu o emprego duma fragata e de uma aeronave P3C na região do Golfo da Guiné no âmbito da matéria de segurança marítima e no combate às atividades ilícitas no mar.

[28]A EUROMARFOR é uma Força Marítima Europeia (a força está incluída no Catálogo de Forças Europeias), criada em 1995 pela França, Itália, Portugal e Espanha, que realiza operações navais, aéreas e anfíbias. Na sequência da Declaração de Petersberg (1992), as quatro nações criaram uma Força Marítima Multinacional com capacidade para ser empregue de forma independente ou em conjunto com outras forças, em operações autónomas ou patrocinadas por entidades supranacionais (União Europeia, Organização das Nações Unidas) em missões humanitárias ou de evacuação, de resgate, de manutenção de paz e de combate.

6. SÍNTESE CONCLUSIVA

a. Num mundo em constante mudança, as relações externas de defesa, dos países da União Europeia e dos países da Europa do Sul decorrem das ameaças e riscos que se colocam no espaço geopolítico em que os mesmos se inscrevem, nomeadamente o que inclui o Atlântico e o Mediterrâneo, mas também o Leste da Europa ou a Ásia Central.

b. A questão central para os países do Sul da Europa está associada a concretizar a estabilidade na bacia mediterrânica necessariamente relacionada com o diálogo com os países do Sul do Mediterrâneo.

c. As missões de segurança marítima no Mediterrâneo (da NATO e da UE) e no Atlântico (da NATO e do AFRICOM), ou as missões de manutenção de paz (da ONU) conjugadas com as de capacitação de forças armadas de países em crise (da UE) afirmam o contributo da participação militar na componente de segurança e defesa da política externa do Sul da Europa.

Coronel de Infantaria João Caldeira

Comandante do Regimento de Infantaria nº19

Aprontamentos e Missões no Exterior do TN

1 QRF/FND/RSM no Teatro de Operações do Afeganistão

João Pais
Maj Inf

A 1ª Força Nacional Destacada/Quick Reaction Force/ Resolute Support Mission (1FND/QRF/RSM) iniciou o seu aprontamento na sequência da Ordem Preparatória Nº 4 de S. Exª o GEN CEME, de 25 de setembro de 2017, tendo sido atribuída esta missão à Brigada de Intervenção (BrigInt), que se constituiu como a Unidade Organizadora (UnOrg). Por sua vez, a BrigInt atribuiu a responsabilidade ao Regimento de Infantaria Nº 14 (RI14) que se constituiu como a Unidade Mobilizadora (UnMob).

A 1FND/QRF/RSM, somando um total de 148 militares, oriundos dos vários Regimentos da BrigInt, articulou-se em Comando, Secção de Comando, Pelotão QRF, Pelotão Mobile e Pelotão *Flight Line Security* (FLS). Ao RI14, como UnMob desta força, coube o maior contributo, com 57 militares. O Regimento de Infantaria N.º 13 (RI13) participou com 47 militares e o Regimento de Cavalaria N.º 6 (RC6) com 41 militares, com o efetivo a ser completado por outras Unidades da BrigInt.

Figura 1 - Chegada da 1FND/QRF/RSM ao Aeroporto de Kabul

Cada Pelotão articulou-se de forma própria e distinta das outras subunidades homólogas, uma vez que cada um cumpriu tarefas diferenciadas. No que toca aos materiais para o cumprimento da missão, também estes são diferentes entre cada Pelotão. De destacar as viaturas

Figura 2 -Viatura International MaxxPro MRAP

Figura 3 -Viatura Oshkosh M-ATV

blindadas táticas *International* MAXXPRO DASH *Mine-Resistant Ambush Protected* (MRAP) e as *Oshkosh* MRAP *All-Terrain Vehicle* (M-ATV) que até a data, não tinham sido utilizadas pelas Forças Armadas Portuguesas.

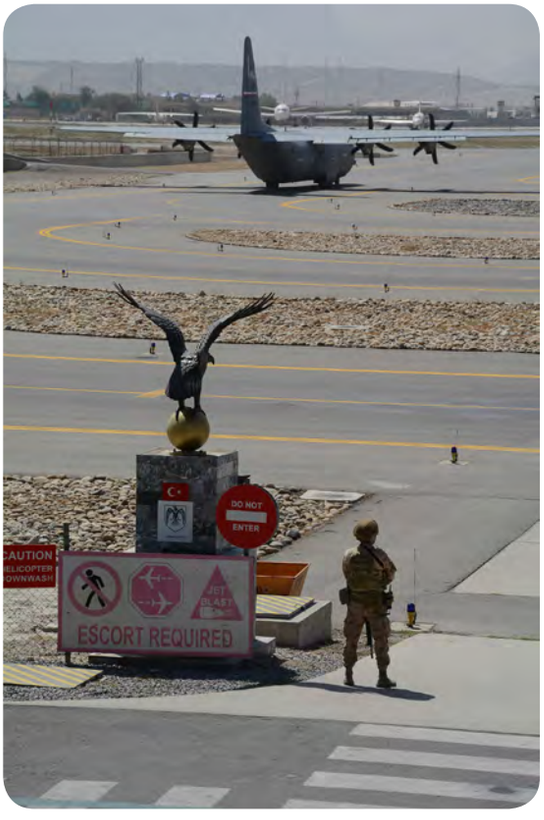


Figura 4 - Segurança ao Aeroporto

Com base na Ordem Preparatória Nº 1 - Aprontamento da 1FND/QRF/RSM/2018, da BrigInt, o aprontamento iniciou-se no dia 06 de novembro de 2017 com a concentração no RI14, dos militares provenientes das várias unidades. O aprontamento realizou-se de forma faseada e com objetivos próprios para cada uma das fases. A primeira fase, aprontamento administrativo-logístico, centrou-se na realização dos processos administrativo-logísticos necessários, e no nivelamento da força com vista a assegurar a sobrevivência dos militares no Teatro de Operações (TO). Numa segunda fase, mais orientada para a missão, foi dado especial enfâse ao treino de cumprimento de tarefas comuns e específicas de cada subunidade, tomando como referência as *Standard Operating Procedures* (SOP) em vigor no TO do Afeganistão, culminando com a realização do exercício KABUL 181, em Castelo Branco. Na terceira e última fase, que compreendeu a preparação para a projeção, foram conduzidas as ações necessárias para projeção da força que se efetivou a 7 de maio de 2018.

Com a chegada ao Afeganistão no mesmo dia, iniciaram-se de imediato a ações necessárias ao *in processing* dos militares da 1FND/QRF/RSM, bem como a sobreposição com as forças homólogas turcas, com vista à realização do *Transfer Of Autority* (TOA) agendado para 20 de maio de 2018.

A 1FND/QRF/RSM constituiu-se como a *3rd Company* (3COY) do *Force Protection Batallion* (FPB), que por sua vez se encontra inserido no *Force Protection Group* (FPG) do *Hamid Karzai International Airport* (HKIA). A 3COY organizada inicialmente com três pelotões portugueses, o QRF, *Mobile* e FLS, recebeu em controlo tático (TACON) um pelotão turco para a tarefa de QRF, tendo em vista o aumento de residentes em HKIA e a situação da ameaça no TO, garantindo assim uma maior flexibilidade, para a resolução de incidentes em HKIA.

As missões e tarefas realizadas pela companhia e pelas suas subunidades foram as mais variadas, tendo sempre como foco a constante segurança de pessoal e infraestruturas em HKIA, bem como o garante da continuidade das operações aéreas em HKIA, como o principal APOD (*Aerial Port Of Debarkation*) do Afeganistão. Para tal a 3COY conduziu ininterruptamente ações de segurança e vigilância

no perímetro interior de HKIA. Estas ações foram desenvolvidas sob a forma de patrulhamentos apeados e montados, escoltas a pessoal e viaturas, segurança a pessoal, segurança a pontos sensíveis e procedimentos de segurança da trasfega de combustível, garantiu-se ainda o controlo e segurança permanente ao APRON8. Através dos militares que se encontravam nas torres de observação, bem como através das patrulhas motorizadas e apeadas, garantiu-se o emprego em tempo oportuno dos meios necessários para fazer face a quaisquer incidentes ou ameaças efetivas a HKIA.

A 1FND/QRF/RS desempenhou o seu papel de forma segura e proficiente, tendo conquistado um lugar de destaque num ambiente multinacional exigente. Obteve os mais rasgados elogios por variadas entidades, pelo cumprimento das tarefas e missões atribuídas com o maior do profissionalismo, garbo e humildade que tanto temperam o soldado português do nosso exército.

Figura 5 - Apoio à Seleção Nacional de Futebol

QUE FAMA ILUSTRE FIQUE

1FND/BSAT/RSM - Reflexões Após a Missão no Afeganistão

"Descobrir consiste em olhar para o que todo mundo está vendo e pensar uma coisa diferente"

Roger Von Oech

Pretende-se com este artigo fazer uma retrospetiva da primeira força nacional destacada (1FND) para o Afeganistão, no âmbito da missão de treino, aconselhamento e assistência (TAA) da *Resolute Support Mission*[1] (RSM) na conceção, desenvolvimento e produção de treino eficaz e eficiente, da *School of Artillery* (SoA) Afegã com a finalidade de atingir os objetivos e requisitos definidos pela RSM.

Figura 1 - 1FND/BSAT/RSM

[1]A Resolute Support Mission (RSM), como sucedânea da International Security Assistance Force (ISAF), sob a égide da North Atlantic Treaty Organization (NATO), constitui-se numa missão não combatente, de treino, assessoria e assistência conduzida na República Islâmica do Afeganistão, com efetivo de cerca 13000 pessoas, iniciada em janeiro de 2015.

Armando Simões
TCor Art

Portugal contribuiu com uma equipa na *Army Institutional Advisory Team* (AIAT), constituída por vinte e três militares, para apoio ao desenvolvimento das capacidades do Exército Afegão, particularmente da SoA, em Cabul, designada por Primeira Força Nacional Destacada da *Branch School Advisory Team* da *Resolute Support Mission* (1FND/BSAT/RSM).

A 1FND/BSAT/RSM fez parte da *Branch Training and Training Centers Directorate Team* (BTTCD). Esta é uma das quatro equipas que constitui a *Army Institutional Advisory Team* (AIAT) que, por sua vez, responde perante a *Force Development.* A *Force Development* responde ao *Combined Security Transition Command – Afghanistan* (CSTC-A) que, em última instância, responde ao Comandante da RSM.

MISSÃO DA 1FND/BSAT/RSM

Para o cumprimento da missão a 1FND/BSAT/RSM foi organizada numa Seção de Assessoria e Módulo de Segurança, sendo a Secção de Assessoria parte integrante da BTTCD e consequentemente da AIAT, e desenvolveu tarefas que contribuíram para a finalidade última destas entidades: o desenvolvimento de um sistema de treino auto-sustentável para o *Afghan National Army* (ANA).
A 1FND/BSAT/RSM teve como missão treinar, aconselhar e apoiar (TAA) a estrutura de comando da SoA do Exército Afegão na conceção, desenvolvimento e produção de treino eficaz e eficiente, com a finalidade de atingir os objetivos definidos pela RSM.
O Módulo de Segurança, parte integrante da 1FND/BSAT/RSM restabeleceu a sua missão, tendo como missão proteger e segurar o efetivo da 1FNDBSAT/RSM, a fim de garantir a sobrevivência e preservação do potencial humano da Força.

TAREFAS

Assim, a Secção de Assessoria desenvolveu tarefas de treino, aconselhamento e assistência, que contribuíram para o sucesso e desenvolvimento da estrutura de Comando da SoA e, consequentemente, para a eficácia e eficiência do treino e formação que a Escola deve prestar, de forma a atingir os resultados e padrões estabelecidos pelo ANA.
De forma a atingir o referido estado final a Secção de Assessoria desenvolveu a sua atividade em torno das seguintes tarefas específicas, mas complementares:

TAA ao Comando da SoA no desenvolvimento das competências de liderança, gestão institucional, gestão de pessoal, gestão de recursos e de organização curricular;

- ✧ TAA ao Estado-Maior (EM) da SoA no desenvolvimento e organização curricular;
- ✧ TAA ao EM da SoA ao nível dos procedimentos de gestão, manutenção e melhoria das instalações da Escola, em coordenação com o Construction Property Management Directorate;
- ✧ TAA ao EM da SoA no desenvolvimento de quadros orgânicos, de material e pessoal, assim como a gestão de pessoal e recursos, de forma a garantir recursos humanos e materiais indispensáveis a um treino eficaz e eficiente;
- ✧ TAA ao EM da SoA no planeamento e gestão de recursos financeiros;
- ✧ TAA ao corpo de formadores da SoA na implementação de um sistema de treino e formação eficaz, eficiente e de qualidade;
- ✧ TAA ao EM da SoA na implementação e desenvolvimento de rotinas informáticas indispensáveis a um comando e controlo eficiente e eficaz.

Figura 2 - Cerimónia inicio assessoria na SoA

O Módulo de Segurança teve por missão proteger e segurar o efetivo da 1FND/BSAT/RSM, para tal desenvolveu a sua atividade em torno das seguintes tarefas:

- ✧ Planeou, desenvolveu e coordenou as atividades Info/Ops em apoio às Operações da BSAT;
- ✧ Garantiu a ligação com a Kabul Security Force (KSF) através do C2 do ModSeg para Ops;
- ✧ Nomeou o Comandante de Campo e as Equipas de Proteção, para as Operações do ModSeg;
- ✧ Executou coordenações com as estruturas de apoio à missão;

Figura 3 - Deslocamento na Cidade de Cabul

- ✧ Planeou e desenvolveu atividades de apoio administrativo e logístico;
- ✧ Apoiou, validou e submeteu o planeamento elaborado pelas Equipas de Proteção e Comandantes de Campo nomeados para as Operações do ModSeg;
- ✧ Garantiu a manutenção dos materiais e infraestruturas a cargo do ModSeg;
- ✧ Elaborou e conduziu os Briefings de Segurança à Equipa de Assessores;
- ✧ Exerceu o Comando e Controlo das Forças do ModSeg;
- ✧ Protegeu a Equipa de Assessores;
- ✧ Segurou a Equipa de Assessores.

AÇÕES REALIZADAS

No cumprimento da sua missão, a 1FND/BSAT/RSM desenvolveu um total de 25 sessões presenciais de assessoria, 17 das quais realizadas em instalações do ANA; realizou um total de 105 movimentos, dos quais 74 em aeronaves de asa rotativa, 3 em aeronaves de asa fixa, 26 em viaturas da família MRAP MAXXPRO e 2 em viaturas de outro tipo.

REFLEXÕES

A missão da 1FND/BSAT/RS não ficou só pelas tarefas de TAA, como foi a primeira missão e não rendeu nenhuma força em funções, era necessário abrir o Teatro de Operações (TO), criar fundações e sinergias para o próprio sucesso e das forças subsequentes. Este detalhe implicou um acréscimo de tarefas para conseguir atingir a Full Operational Capability (FOC), o que apenas ocorreu a 27 de agosto de 2018.

Figura 4 - Treino Sanitário integrado

Estes condicionamentos, apesar de terem afetado de sobremaneira as possibilidades de atuação da nossa força, foram transformados em oportunidades de treino em TO. O período de "up lift" da força foi frutífero em treino e preparação para a missão de TAA, onde os 2 vetores capacidade da força, proteção da força e a assessoria, tiveram oportunidade de efetuar numa primeira fase treino e preparação específico e após treino integrado, com o realismo que não disponham em TN.

Figura 5 - Visita do Comandante da SoA em HKIA

Estivemos integrados desde a primeira semana de missão na estrutura AIAT, da qual recebemos diretrizes e nos permitiu desenvolver de imediato contactos com a SoA. Estes primeiros contactos com as nossas contrapartes afegãs, visitas à SoA e reuniões em HKIA com o Comandante da Escola de Artilharia Afegã, permitiu despoletar as atividades de TAA antes da FOC e criar a empatia e confiança necessários para desenvolver relacionamentos com o Comandante e Staff da SoA, o que culturalmente no Afeganistão é determinante para o sucesso da missão de assessoria.

Figura 6 - Visita de trabalho do Artillery Working Group

O esforço inicial acabou por catapultar os trabalhos de TAA e permitiu estabelecer contactos com toda a estrutura de treino no ANA, através dos assessores na AIAT e com as forças no terreno, através do ANA Artillery Working Group. Este último permitiu-nos fechar o circuito do ciclo de formação e treino, deu-nos acesso ao feedback das forças de combate relativamente à qualidade de treino que os formandos têm na SoA e necessidade de formação/treino das unidades de artilharia e das células de coordenação de fogos. Este feeback permitiu-nos identificar se existiu necessidade de proceder a alterações nos cursos em vigor, procedendo a propostas de alteração curricular. Permitiu-nos também influenciar a SoA para empenhar as suas Mobile Training Teams nos Regional Training Centers, permitindo apoiar as iniciativas de formação e treino ao nível dos Corpos de Exército e Brigada.

Os esforços desenvolvidos na SoA com o restante Staff, Logística, Recursos Financeiros, Pessoal, infraestruturas/ proteção e CIS, permitiu reatar os processos de requisições e os projetos que se encontravam bloqueados nas estruturas da Unified Training and Education Comand (UTEDC). A capacidade de assessoria disponível na nossa força, permitiu-nos apoiar a SoA como um todo e não apenas nas suas responsabilidades de formação de Artilharia de Campanha.

Os relacionamentos e a confiança que criamos, os esforços e iniciativas desenvolvidas para apoiar a eficiência e eficácia da SoA, a par dos projetos em curso nas diferentes áreas de assessoria, serão a pedra basilar das futuras atividades de TAA e irão garantir o sucesso destas.

Figura 7 - Trabalho de Assessoria

Figura 8 - Assessoria na SoA com entrega de lembrança ao Comandante

Teatro de Operações da República Centro-Africana

1. O TEATRO DE OPERAÇÕES DA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA

A República Centro-Africana (RCA) situa-se na África Central e faz fronteira a norte com o Chade, a nordeste com o Sudão, a este com o Sudão do Sul, a sul com a República do Congo e com a República Democrática do Congo e a oeste com os Camarões, contabilizando um área total de 622 984 km2.

Na maioria do país existe savana, com florestas tropicais a sul. As vastas planícies centrais espalham-se gradualmente pelo nordeste das serras Bongos Massif, estendendo-se até uma altitude de 1.330 metros no monte Toussoro, até à serra do Tondou Massif, no leste. A oeste, os montes Karre, atingem cerca de 1.410 metros (Monte Ngaoui), ponto mais alto do país. No Norte, as montanhas mais significativos atingem os 1.326 metros de altitude, perto da fronteira com Sudão. No Sudeste existe uma grande planície percorrida por vários rios. De forma geral o verão é curto, quente e abafado, sendo que o inverno é longo, morno e com bastante precipitação. Os seus recursos naturais caracterizam-se essencialmente por madeiras exóticas, diamantes, ouro e urânio.

Figura 1 – Mapa da RCA
Fonte: (ONU, 2016)

Luís Mouta
Cap Art

A RCA tem vindo a ser um país marcado pela violência generalizada e inconsistência politica, manifestadas em sucessivos golpes de estado e governos temporários, que têm levado à deterioração sucessiva das condições socioeconómicas e da segurança da população, originando um elevado número de deslocados e refugiados.

Depois de conquistar a independência da França em 1960, a RCA foi governada por uma série de líderes autocráticos. Na década de 1990, a transição para a democracia culminou nas primeiras eleições democráticas multipartidárias em

1993, quando Ange-Félix Patassé se tornou presidente. Em 2003, através de um golpe de Estado, o general François Bozizé destituiu Patassé e assumiu o poder. A guerra civil no país iniciou-se em 2004 e, apesar de um tratado de paz em 2007 e outro em 2011, eclodiram os combates entre o governo, muçulmano, e grupos cristãos em dezembro de 2012, levando a um conflito de natureza étnica e religiosa e deslocamentos populacionais massivos em 2013 e 2014.

O normal funcionamento do país é afetado pela atuação de vários grupos armados e de diferentes milícias existentes na RCA. De uma forma geral, todos estão associados a atividades ilícitas, com a finalidade principal de angariarem recursos financeiros, e alavancarem alguma forma de controlo local. A pilhagem, os raptos, a extorsão, a montagem de postos de controlo a fim de taxar a passagem, os roubos e o comércio ilegal dos recursos naturais são práticas comuns em toda a RCA.

2. A EUROPEAN UNION TRAINING MISSION (EUTM) NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA REPÚBLICA CENTRO- AFRICANA

Através de carta datada de 8 de outubro de 2015, o Chefe do Governo de Transição da República Centro-Africana, convidou a União Europeia a reforçar o apoio às Forças Armadas Centro-Africanas (FACA) com uma estrutura operacional de treino, em colaboração com a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana (MINUSCA).

Em 19 de abril de 2016, através da Resolução do Conselho Superior Europeu (CFSP) 2016/610, de 19Abr1, o Conselho Superior Europeu decidiu formalmente a criação de uma missão de formação militar na República Centro-Africana denominada por European Union Military Training Mission RCA (EUTM-RCA), para contribuir para a reforma do setor de defesa do país.

A EUTM-RCA veio assim a substituir a missão de aconselhamento denominada por European Union Military Advisory Mission RCA (EUMAM RCA), cujo mandato terminou em julho de 2016, e assumiu desde então, em estreita coordenação e complementaridade com a MINUSCA, a missão de apoiar o Governo Centro-Africano na implementação da reforma do setor da segurança, promovendo o desenvolvimento progressivo de capacidades das FACA, tornando-as credíveis, responsáveis e etnicamente equilibradas, num quadro de controlo democrático.

A EUTM RCA tem vindo a desempenhar atividades de assessoria estratégica ao Ministério da Defesa e ao Estado-Maior das FACA, e dá formação e treino operacional aos oficiais e sargentos, estabelecendo, em simultâneo, uma estreita ligação de coordenação com a delegação da União Europeia em Bangui.

Segundo o quadro do empenhamento de forças, Portugal assumiu, em janeiro de 2018, o comando da EUTM-RCA, tendo sido assegurados os cargos na EUTM-RCA por diversos Estados Membros da EU, sendo as posições consignadas a Portugal ocupadas por militares dos três Ramos das Força Armadas Portuguesas.

A EUTM/RCA é constituída por um Quartel General conjunto e multinacional (Mission Headquarter) e três grupos Pilares: o Strategic Advice Pillar, com a finalidade de providenciar aconselhamento estratégico ao Ministério da Defesa e ao Estado-Maior-General das Forças Armadas Centro-Africanas, assim como desenvolver a documentação basilar das FACA; o Education Pillar para criar o sistema de educação e formar quadros das FACA; e o Operational Training Pillar para criar e acompanhar o programa de treino a adotar pelas FACA e treinar as unidades militares constituídas na capital, Bangui, com o objetivo de preparar os Batalhões de Infantaria Territorial (BIT).

Figura 2: Visita de Sua Excelência o Presidente República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, ao TO RCA
(Fonte – exercito.pt, 2018)

O Brigadeiro-General Hermínio Maio, do Exército Português comanda a missão EUTM/RCA desde o ano de 2018, sendo que o Quartel General conjunto e multinacional, conta com um efetivo total de cerca de 170 militares.

3. A BRIGADA DE INTERVENÇÃO E O APRONTAMENTO DOS CONTINGENTES NACIONAIS EUTM-RCA

Segundo a Diretiva Nº 044/CEMGFA/17, a responsabilidade de aprontamento da missão foi atribuída ao Exército e segundo a Ordem Preparatória 03/CEME/17 o Comando das Forças Terrestres (CFT) constituiu-se como "Entidade Primariamente Responsável" (EPR) para o aprontamento e sustentação do Contingente Nacional para a EUTM-RCA (CN EUTMRCA), em estreita coordenação com o Comando da Logística.

O CFT estabeleceu por sua vez que seria a Brigada de Intervenção a se constituir como "Unidade Organizadora" (UnOrg) e que o Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1 (RAAA1) se constituía como "Unidade Mobilizadora" (UnMob) dos CN EUTM-RCA, sendo esta última a responsável pela coordenação do aprontamento dos militares a projetar para o Teatro de Operações (TO) da RCA.

A Brigada de Intervenção, tem vindo assim a aprontar no RAAA1, em Queluz, os militares para os Contigentes Nacionais da EUTM-RCA, a fim de assegurar a proficiência necessária ao cumprimento da sua missão, no âmbito da EUTM-RCA, em Bangui. De igual forma tem apoiado a sustentação e a retração dos CN EUTM-RCA.

No RAAA 1 esse aprontamento tem sido conduzido e organizado de forma faseada, com objetivos diferenciados em cada uma das fases: Fase I – Aprontamento administrativo-logístico; Fase II – Aprontamento orientado para a missão; Fase III – Preparação para a projeção.

Durante o período da Fase I são iniciados os procedimentos administrativo-logísticos individuais, tais como: a obtenção/emissão de passaportes e credenciações dos militares; aprontamento sanitário focado ao TO da RCA; preparação e avaliação psicológica, distribuição da Dotação Individual de Fardamento e Equipamento (DIFE), e aferição linguística.

Durante o período de Fase II é dado enfoque à preparação e ao treino de tarefas e procedimentos de âmbito técnico e tático, iniciando com a obtenção de qualificações/proficiência individual, incluindo tiro e socorrismo de combate, continuando para o nivelamento do conjunto, treino integrado e culminando também na realização de um exercício final de certificação/validação da Equipa de Proteção do Comandante da Missão (MCdr FP).

O período de Fase III tem como objetivo preparar os militares para a projeção, normalmente consolidando as listas de pessoal e material das rotações semestrais.

A legitimidade da missão da EUTM RCA decorre das decisões assumidas pela UE de acordo com a solicitação efetuada pelas autoridades da RCA. A sua execução compreende também uma coordenação contínua com outras Organizações Internacionais presentes na RCA. A imparcialidade constitui um elemento essencial para o cumprimento da missão, para assegurar a evolução do processo de transição para o da reconciliação que conjugado com a salvaguarda e permanência das populações no seu país, viabilizam a obtenção de melhores condições para o desenvolvimento da RCA.

Figura 3 – Visita do Ministro de Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, ao TO RCA, dezembro 2018

A tarefa de preparar os militares portugueses para um desempenho óptimo na conduta das suas tarefas em prol da EUTM RCA é portanto uma relevante missão no seio das atribuições à BrigInt. Constitui-se de igual forma um regozijo a obtenção de resultados que cumprem os desideratos estabelecidos à EUTM RCA, que têm vindo a ser alcançados com o esforço coletivo e conjugado dos militares da BrigInt que organizam e conduzem os aprontamentos dos CN EUTM RCA, e pelo esforço, resistência e dedicação dos militares TO da RCA.

Figura 4 – Ação de formação da EUTM, em Kassai, RCA

Desafio do Aprontamento da Força Nacional Destacada Para o Teatro de Operações do Iraque

André Barros
Maj Inf

Operation Inherent Resolve

Em outubro de 2014, e após dois meses de operações aéreas contra o Islamic State of Iraq and the Levant (ISIL) ou Islamic State of Iraq and Syria (ISIS), também denominado DAESH, os ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA) anunciaram que a operação militar no IRAQUE e na SÍRIA contra o DAESH passaria a designar-se por Operation Inherent Resolve (OIR). O nome desta operação seria aplicado retroativamente a todas as ações militares conduzidas contra o citado grupo terrorista no IRAQUE e na SÍRIA desde o início dos ataques aéreos, reportados a agosto de 2014.

No âmbito da OIR, foi promovida uma Coligação Internacional (CI), com a participação neste momento de 74 países, sob comando dos Estados Unidos da América (EUA), com o objetivo de derrotar o DAESH, através da mentoria e assessoria às Forças de Segurança Iraquianas (ISF), onde uma das missões principais é treinar a ISF, forças militares e forças de segurança, materializados no terreno pelos Building partner Capacity (BPC).

Figura 1 - 9CN_FND

De acordo com o Quadro de Empenhamento de Forças do Exército para 2019-20, foi confiada à Brigada de Intervenção (BrigInt), como Unidade Organizadora (UnOrg), a Missão de Aprontar o 9º Contingente Nacional/ Força Nacional Destacada/Operation Inherent Resolve (9ºCN/FND/OIR), tendo esta, por sua vez, atribuído a Missão ao Regimento de Infantaria Nº19, constituindo-se este Regimento como Unidade Mobilizadora (UnMob), nos termos da Diretiva 21/BrigInt/18 de 22 de novembro de 2018.

O Exército participa na CI com uma Força Nacional Destacada constituída por 30 militares, sendo o 9ºCN/

FND/OIR (12 Oficiais, 15 Sargentos e 3 Praças), dos quais 3 são femininos, estando também representadas diversas armas e serviços do Exército Português. Após projeção para o Teatro de Operações (TO) integra o Contingente Espanhol (BPC) na Base de Gran Capitán e ainda mais 2 Oficiais como Elementos Nacionais Destacados, um em Bagdade e outro no Kuwait.

É através dos BPC que é garantida a formação e treino das ISF, onde as matérias selecionadas e introduzidas para treino são, entre outras, as seguintes:

- Técnica Individual de Combate;

- Técnica de Tiro;

- Combate em Áreas Urbanas;

Figura 2 - Câmara de gás

Figura 3 - NBQ

- Cursos de Liderança;

- Armamento.

Aprontamento 9CN

Tendo como referência a Diretiva 21/BrigInt/18, o Aprontamento do 9ºCN/FND/OIR, teve início a 26 de novembro de 2018 no RI19, com apresentação dos militares do Contingente, com os quais se desencadearam os primeiros trabalhos, melhorando as condições dos espaços físicos e sucessivamente se delinearam as primeiras diretrizes.

O Aprontamento visa dotar os elementos da Força num período de tempo definido, desenvolver um conjunto de tarefas e atividades de âmbito técnico, tático e físico que garantam aos militares atingir as condições decisivas para assumir a Missão determinada.

O Aprontamento é faseado e conduzido da seguinte forma:

a. Fase I - Aprontamento Administrativo-logístico

(1) Concretizar os procedimentos administrativo-logísticos individuais, tais como a obtenção/emissão de passaportes e credenciações, o aprontamento sanitário e a distribuição da Dotação Individual de Fardamento e Equipamento (DIFE).

(2) Iniciar o treino operacional de nivelamento da proficiência individual dos elementos da Força, de forma a assegurar que todos estão aptos a proceder individualmente de acordo com a situação e com a ameaça que possam vir a ser confrontados, fazendo uso correto do seu armamento e equipamento, tanto individual como coletivamente, quando integrados na sua estrutura orgânica.

(3) Se necessário sobrepor esta fase com as fases seguintes, até que estejam cumpridas todas as formalidades a ela inerentes.

(4) Executar ações de técnica individual, com vista à contínua formação do militar e concorrente nivelamento de conhecimentos, constituindo a base de sustentação para o treino na função;

(5) Promover sessões de esclarecimento e informação a

todos os militares sobre a missão e procedimentos específicos do TO;

(6) Realização de Formações com a finalidade de dotar os militares de competências necessárias ao cumprimento da missão;

(7) Proporcionar periodicamente informação aos militares que integram a força sobre a evolução da situação no TO;

(8) Praticar a utilização da língua inglesa, nomeadamente na condução de reuniões e instruções;

(9) Esta fase sobrepõe-se às fases seguintes até que estejam cumpridas todas tarefas correspondentes.

b. Fase II - Aprontamento Orientado para a missão

(1) Dar enfoque à preparação e treino de tarefas específicas de cada elemento, bem como o treino das tarefas comuns/transversais às forças, tendo sempre em consideração a especificidade, nível e tipo de ameaça e riscos existentes no TO.

(2) Esta fase subdivide-se em 3 subfases:

(a) Subfase 1 – Desenvolvimento de capacidades

Dotar os militares com o conhecimento do TO e da situação aí existente, para o desempenho de tarefas no âmbito das operações, assim como consolidar e adquirir competências técnico-táticas individuais e coletivas necessárias ao cumprimento da missão.

(b) Subfase 2 – Imersão no TO

Reproduzir o ambiente e a atividade operacional constantes no TO através da condução do Exercício BESMAYAH 191, permitindo consolidar todo o treino efetuado e introduzir eventuais ajustes. Nesta subfase, pretende-se ainda contar com a colaboração dos militares que tenham integrado a última FND que regressou a Território Nacional de forma a partilharem a sua experiência no TO e a transmitir as lições aprendidas e, por outro lado, finalizar todo o processo inerente à certificação da força;

(c) Subfase 3 – Exercício BAGDADE 191

Preparação e execução do referido exercício e, em paralelo, realização da CREVAL conduzida pela IGE.

(d) Consolidar o treino adquirido e introduzir eventuais ajustamentos decorrentes dos resultados da CREVAL.

c. Fase III - Preparação para projeção

É materializada pela preparação para a projeção, onde são consolidadas as listas de pessoal e material para a projeção para o TO, o Plano de Movimentos para o local de embarque para a projeção e pela projeção da 9ºCN/FND/OIR para o TO.

Figura 4 - Exercício_Besmayah

Figura 5 - Exercício_Besmayah_2

Formação

Ao nível da formação foram vários cursos frequentados e inúmeras palestras assistidas, contudo ao longo de todas as fases, as instruções de Treino Físico à Força consideram-se muito importantes e foram imensas, direcionadas para uma preparação específica, fortalecendo e atingindo a robustez necessária para as exigências do TO, onde as temperaturas médias são na ordem dos 50ºC. e o porte diário de uma carga será aproximadamente de 25Kg.

Tratando-se de uma missão vocacionada para a Formação e Treino das Iraqui Security Forces, irá existir seguramente um relacionamento muito próximo entre os formadores da Força e os formandos Iraquianos. Como tal, e para que a comunicação seja possível, recorre-se ao uso de intérpretes como única forma de estabelecer uma comunicação viável. Esta necessidade implica não apenas o conhecimento de línguas estrangeiras, nomeadamente o Inglês e o Castelhano, como também a utilização de técnicas adequadas para o emprego dos intérpretes. É também neste particular que o aprontamento tem incidido, proporcionando, em parceria com Instituto de Emprego e Formação Profissional de Chaves, formação ao Contingente, tendo como objetivo melhorar as capacidades linguísticas de todos e a habituar os militares à realidade que irão encontrar no TO.

A juntar aos desafios anteriormente referidos é de salientar também a presença de três militares do sexo feminino integradas nesta Força, algo que não é inédito nas nossas FND's, porém importa referir que o Iraque é um país de cultura maioritariamente árabe, e de religião com larga maioria muçulmana, nas suas várias vertentes. Como é do conhecimento geral a tradição muçulmana, no que diz respeito ao tratamento e às relações com mulheres, difere de forma substancial da nossa tradição ocidental. De forma a evitar possíveis constrangimentos, provocados por estas diferenças culturais e religiosas, houve um cuidado especial em preparar todos os militares do 9ºCN/FND/OIR para as especificidades do TO e para as dificuldades que poderão encontrar.

Conclusões

Apesar de todos os desafios colocados durante o aprontamento de uma FND desta tipologia, e com as particularidades referidas anteriormente, o 9ºCN/FND/OIR estará seguramente preparado para os enfrentar e ultrapassar com sucesso todas as adversidades que o esperam num TO extremamente rigoroso. Esta Força será garantidamente uma digna sucessora dos 8 Contingentes anteriores, continuando o trabalho brilhante que tem honrado o Exército, as Forças Armadas e Portugal, mantendo sempre presente, como linha orientadora da sua conduta, a divisa do Regimento de Infantaria N.º 19: "Sempre Excelentes e Valorosos"!

Figura 6 - Tiro

Figura 7 - Formação e treino

A Transformação da NATO no Sudeste da Europa - Contributo de Portugal

1. Introdução[1]

Celebramos em 2019 o septuagésimo aniversário da assinatura do tratado de Washington, que estabeleceu a fundação da Organização do Tratado do Norte Atlântico (OTAN/NATO). O acto oficial aconteceu em 4 de abril de 1949 e juntou 12 países fundadores, entre eles Portugal. Desde então, outras nações têm aderido ao tratado, até à composição atual de 29 nações.

O objetivo essencial da NATO é salvaguardar a liberdade e a segurança de todos os seus membros por meios políticos e militares. Essa autoridade, deriva do artigo 51º da Carta das Nações Unidas, que reafirma o direito inerente dos estados independentes, à defesa individual ou coletiva. A defesa coletiva está consagrada no artigo 5º da NATO e compromete os membros a protegerem-se uns aos outros e a estabelecer um espírito de solidariedade dentro da Aliança.

O Tratado contém apenas 14 artigos, e apesar do ambiente de segurança em constante mudança, o Tratado original nunca precisou ser modificado. No entanto, através do Conceito Estratégico, documento que descreve o propósito, a natureza e as tarefas fundamentais de segurança da NATO e identifica as características centrais do ambiente de segurança, são fornecidas diretrizes para a adaptação e desenvolvimento político e militar.

[1]Este texto contém traduções livres e adaptações de:
- Tratado de Washington, Washington D.C. – 4 de abril de 194, https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_67656.htm?selectedLocale=en (consultado em 16 de março de 2019)
- Conceito estratégico para a defesa e segurança dos membros da NATO, https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_56626.htm# (consultado em 16 de março de 2019)

Jorge Marques
Maj Tm (Engº)

Os Conceitos Estratégicos são revistos para permitir levar em conta as mudanças no ambiente de segurança global para assegurar que a Aliança está adequadamente preparada para executar suas tarefas principais.

O atual Conceito Estratégico de 2010 define três tarefas essenciais: defesa coletiva (artº 5º), gestão de crises (emprego de capacidades políticas e militares aliadas, antes, durante e depois dos conflitos) e segurança cooperativa (realização de parcerias com países e organizações, pelo controlo de armamentos, a não proliferação e o desarmamento, e pela manutenção da política de porta aberta a todas as democracias europeias que cumpram os

critérios de adesão); e define que os principais desafios atuais são as ameaças vindas de Este (agressões Russas) e de Sul (terrorismo e instabilidade).

São estas ameaças com origem a Este do território da Aliança que motivam algumas das transformações recentes da NATO.

Este texto pretende abordar, através de uma abordagem "cima para baixo" -começando no actual Conceito Estratégico da NATO aprovado na Cimeira de Lisboa de 2010, e apenas nas consequentes transformações nas estruturas militares - a organização atual com foco na componente terrestre, os desafios a sudeste do território da Aliança e o contributo de Portugal para esse esforço.

2. A estrutura de comando da NATO[2]

A Estrutura de Comando da NATO (NATO Command Structure - NCS) é a espinha dorsal da NATO. É composta por quartéis-generais multinacionais permanentes nos níveis de comando estratégico, operacional e de componente, distribuídos geograficamente e financiados por todos os estados membros. Esta estrutura permite que todos os Aliados participem e contribuíam para o comando e controlo de todas as operações, missões e atividades da Aliança em todos os domínios militares.

No final da Guerra Fria, a NATO dispunha de 22.000 colaboradores em 33 comandos. Com a Cimeira de Lisboa de 2010, os países Aliados decidiram reformar a NCS para criar um sistema de comando mais robusto, ágil e eficiente. Estas mudanças centraram-se em assegurar que as forças NATO permanecem aptas e ágeis para determinados propósitos e também em melhorar a capacidade de projeção de forças em operações da NATO. Atualmente, a NATO mantém 7 comandos.

Estas reformas melhoraram a relação de operacionalidade dos NCS com a Estrutura de Forças da NATO (NATO Force Structure - NFS). A NFS é um conjunto distinto de forças nacionais e multinacionais e quartéis-generais aliados, colocados à disposição da Aliança, com caráter permanente ou temporário.

[2]Tradução livre e adaptação da NATO factsheet de fevereiro de 2018, consultada em 15 de setembro de 2018 no link https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2018_02/1802-Factsheet-NATO-Command-Structure_en.pdf.

a. **Resposta aos desafios emergentes**

A NATO enfrenta atualmente os maiores desafios de segurança e defesa de uma geração - incluindo terrorismo, ameaças cibernéticas e híbridas e uma Rússia mais assertiva. Durante a Cimeira de Varsóvia em 2016, os aliados da NATO concordaram em rever a NCS, de modo a permitir continuar a enfrentar os desafios de um ambiente de segurança complexo e em constante evolução.

Em 2017, os Ministros da Defesa dos países membros da NATO chegaram a acordo sobre um esboço de trabalhos futuros para adaptar a NCS, deliberando sobre os seguintes elementos:

- Um novo Comando para o Atlântico, para assegurar que as linhas marítimas de comunicação entre a Europa e a América do Norte permanecem livres e seguras;
- Um novo Comando para melhorar o movimento de tropas e equipamentos dentro da Europa;
- Reforçar elementos de logística em toda a NCS da Europa;
- E um novo centro de operações cibernéticas para fortalecer as defesas cibernéticas e integrar as capacidades cibernéticas no planeamento e nas operações da NATO.

b. Organização atual da Estrutura de Comando (NCS)[3]

A Estrutura de Comando da NATO está sob a autoridade do Comité Militar, a mais alta autoridade militar da NATO, composto pelos Chefes de Defesa de todos os vinte e nove países membros. O NCS consiste em dois comandos estratégicos: *Allied Command Operations* (ACO) e o *Allied Command Transformation* (ACT).

A ACO, sob o comando do *Supreme Allied Commander Europe* (SACEUR), é responsável pelo planeamento e execução de todas as operações militares da NATO, conforme indicado pelo Conselho do Atlântico Norte (*North Atlantic Council* - NAC). O ACO

[3]Numa conferência de imprensa dada pelo secretário-geral da NATO em junho de 2018 após uma sessão do NAC, referiu a intenção da criação de um novo comando na Europa: Support Command Europe, que terá responsabilidades em áreas de movimento de forças, reforços, mobilidade, infraestrturas, etc. https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_155268.htm?selectedLocale=en

consiste num quartel-general de nível estratégico, o *Supreme Headquarters Allied Powers Europe* (SHAPE) localizado em Mons (Bélgica), juntamente com dois *Joint Force Commands* (JFC) em Nápoles (Itália) e Brunssum (Holanda), sendo que cada um destes JFC tem a capacidade de projetar e implantar um quartel-general de uma grande operação conjunta. O ACO é ainda organizado em três grandes comandos de nível tático para operações aéreas, terrestres e marítimas:

- Allied Land Command (LANDCOM) – Turquia;
- Allied Maritime Command (MARDCOM) – Reino Unido;
- Allied Air Command (AIRCOM) – Alemanha.

O ACT está na vanguarda da transformação militar da NATO e sob o comando do *Supreme Allied Commander Transformation* (SACT), que exerce as suas responsabilidades a partir do quartel-general em Norfolk, Virgínia (EUA). As principais responsabilidades do ACT incluem formação, treino e exercícios, além de promover a interoperabilidade em toda a aliança. O ACT também ajuda a manter e fortalecer o vínculo transatlântico, vital entre a Europa e a América do Norte, e promove a partilha equitativa de cargos/funções, riscos e responsabilidades entre os aliados. O ACT opera os seguintes centros:

- *Joint Analysis and Lessons Learned Centre (JALLC) – Portugal*[4]*;*
- *Joint Force Training Centre (JFTC) – Polónia;*
- *Joint Warfare Centre (JWC) – Noruega.*

c. A componente terrestre da NATO[5]

A estrutura de comando da componente terrestre da NATO é constituída por um *Land Command* (LANDCOM) situado em Izmir (Turquia), e atualmente, pelos seguintes *Rapid Deployable Corps Headquarters*:

- *Headquarters Allied Command Europe Rapid Reaction Corps* (ARRC) – Innsworth - Gloucester, Reino Unido;
- *Headquarters* EUROCORPS – Estrasburgo, França;
- *Multinational Corps Northeast* - Szczecin, Polónia;
- *Headquarters Rapid Deployable Corps* Italy – Milão, Itália;
- *Headquarters Rapid Deployable Corps* Turkey - Istambul, Turquia;
- *Headquarters Rapid Deployable Corps German-Netherlands Corps* - Münster, Alemanha;
- *Headquarters Rapid Deployable Corps* Spain - Valência, Espanha;
- *Headquarters Rapid Deployable Corps* France - Lille, França;
- *Headquarters Rapid Deployable Corps* Greece - Thessaloniki, Grécia.

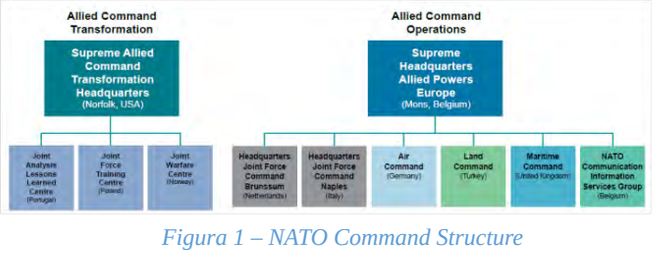


Figura 1 – NATO Command Structure

A Roménia demonstrou a intenção e está neste momento a criar condições para estabelecer o HQ MNC-SE. Vários elementos estão por definir, no entanto, está acordado que a IOC será estabelecida

O LANDCOM tem a missão[6] de disponibilizar uma visão especializada de forma a apoiar as forças terrestres aliadas nas suas competências, preparação, normalização e prontidão, participando ainda nas suas avaliações e certificações. Fornece ainda uma capacidade de planeamento em apoio de comandos superiores e da NFS da NATO; e quando designado pelo SACEUR, fornece o núcleo do quartel- general responsável pela condução das operações terrestres e a sincronização do comando e controlo das forças terrestres.

Figura 2 – Visão, missão, interação e contributos do LANDCOM.

[4]Co localizado em Oeiras encontra-se também o *Naval Striking and Support Forces* – STRIKFORNATO Lisboa

[5]https://www.nato.int/cps/en/natohq/structure.htm#MS

[6]https://lc.nato.int/about-us/mission consultado em 15 de setembro de 2018.

Os NATO Radip Deployable Corps (NRDC)[7] são quartéis-generais de alta prontidão, que podem ser rapidamente destacados para liderar tropas NATO em missões dentro ou fora do território de países membros da NATO, e podem ser empregues numa ampla gama de missões: desde a gestão de desastres naturais, assistência humanitária e missões de apoio à paz, até ao combate ao terrorismo e combates em guerra de alta intensidade.

A mobilização dos NRDC está dependente da autorização do principal órgão de decisão política – NAC. A avaliação é feita caso a caso, e a mobilização acontece apenas se houver decisão consensual entre todos os membros. Cada NRDC é capaz de comandar desde unidades de escalão brigada até 60.000 soldados. Têm um requisito geral de prontidão (elevada prontidão), no qual tem de ser capaz de empregar em dez dias os primeiros elementos, e toda a força no prazo de dois meses.

Todos os quartéis-generais do Rapid Deployable Corps, exceto o Eurocorps, pertencem à estrutura militar da OTAN. Isto significa que operam sob o comando operacional (OPCOM) direto do SACEUR. O Eurocorps, com sede em Estrasburgo, na França, tem um acordo técnico desde 2002 com a NATO e pode ser empregue para missões da NATO. Qualquer compromisso do Eurocorps, para além da decisão do NAC, requer uma decisão exclusiva dos estados-membros Bélgica, França, Alemanha, Luxemburgo e Espanha (países constituintes do Eurocorps).

Os NRDC participam também nas NATO Response Force (NRF) - uma força altamente pronta e tecnologicamente avançada, composta pelas componentes terrestre, aérea, marítima e de Forças de Operações Especiais, que podem ser destacadas num curto prazo. Sob um sistema de rotação da NRF, é designado um Rapid Deployable Corps que assume o comando da componente terrestre da NRF por um período fixo de 12 meses, durante o qual está em elevado grau de prontidão. Antes dessa atribuição, o NRDC designado é submetido a um programa intenso de seis meses de treino, onde são testados os procedimentos de planeamento e condução de operações conjuntas e combinadas de resposta a crises.

Os vários NRDC desempenham também um papel central nas operações em curso da NATO, por exemplo, vários NRDC comandaram a missão ISAF da NATO no Afeganistão.

3. A NATO no flanco Este da Europa[8]

Na Cimeira do País de Gales em 2014, os países aliados concordaram em implementar o Readiness Action Plan (RAP), com a finalidade de responder rápidamente às mudanças do ambiente de segurança nas fronteiras Este e Sul da NATO. O RAP introduz a mudança mais significativa de reforço de medidas abrangentes e coletivas de defesa da NATO, desde o período da guerra fria, com a finalidade de responder às rápidas mudanças do ambiente e da segurança dentro e fora das suas fronteiras.

Na Cimeira de Varsóvia em 2016, tendo como base o RAP, os países aliados tomaram a decisão de fortalecer a postura de dissuasão e defesa da NATO através das Assurance Measures e as Adaptation Measures, que preconizavam o estabelecimento na zona este do território da aliança a Enhanced Forward Presence e na zona sudeste a Tailored Forward Presence.

As Assurance Measures são introduzidas no sentido de garantir aos países membros da Europa central e este, a defesa das suas populações, reforçar a sua defesa e dissuadir agressões, através de uma maior presença e número de atividades militares terrestres, marítimas e aéreas, onde se incluiu um reforço de exercícios militares na região com especial foco em tarefas de defesa coletiva e de gestão de crises. As Assurance Measures são flexíveis e escaláveis dependendo da resposta necessária para fazer face à evolução da segurança da região, e são revistas anualmente por decisão política do NAC.

As Adaptation Measures são medidas que introduzem reestruturações de longo prazo aos comandos e forças NATO (NCS e NFS), no sentido de permitir uma adaptação rápida e decisiva, de reação e resposta a situações de crise. Estas medidas incluíam:

- Triplicar o tamanho da NRF[9] para 40.000 homens sob o comando total do SACEUR e sob comando rotativo entre os dois JFC (Brunssum e Nápoles);
- Estabelecimento da *Very High Joint Task Force* (VJTF), uma força de reação rápida com a tarefa de se constituir como unidade flexa (*Initial Entry Force*), em que cerca de 5.000 homens de um total 20.000, são da componente terrestre;

[7]https://shape.nato.int/natos-rapid-deployable-corps- https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50088.htm

[8]https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_136388.htm, https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_136388.htm?selectedLocale=en https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_119353.htm

[9]Numa conferência de imprensa dada pelo secretário-geral da NATO em junho de 2018 após uma sessão do NAC, referiu a intenção de estruturar a NRF da seguinte forma: os quatros "trintas" (30) – 30 batalhões, 30 esquadrilhas, 30 navios de guerra, prontos em 3 dias ou menos. https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_155268.htm?selectedLocale=en

- Aumento da *Standing Naval Forces;*
- Criação de 8 NATO *Force Integration Units* (NFIU). Os NFIU são pequenos quartéis-generais multinacionais para facilitar a rápida projeção de forças, nomeadamente as VJTF e forças de seguimento. A sua tarefa é melhorar a cooperação e coordenação entre as unidades NATO a operar num determinado território e as forças nacionais desse referido território, e preparar e apoiar exercícios e outras projeções necessárias. De momento existem os seguintes NFIU: no Sudeste na Bulgária (Sófia), Roménia (Bucareste) e na zona Este na Polónia (Bydgoszcz), Estónia (Tallin), Letónia (Riga), Lituânia (Vilnius), Hungria e Eslováquia;
- Criação de *High-readiness multinational headquarters: Multinational Corps Northeast Headquarters* (HQ MNC-NE) localizado em Szczecin (Polónia), este comando já existente, desde 2014 aumentou o seu nível de prontidão; o *Multinational Division Southeast Headquarters* (HQ MND-SE) localizado em Bucareste (Roménia), o *Multinational Division Northeast Headquarters (HQ MND-NE)* localizado em Elblag (Polónia) e o mais recente *Multinational Division Headquarters North* (HQ MND-N) localizado em Ādaži (Letónia) e Karup (Dinamarca). A Hungria também demonstrou intenção de estabelecer *Multinational Division Centre Headquarters (HQ MND-C)*[10].

O *HQ MNC-NE* tem a capacidade de comandar forças destacadas para os países bálticos e Polónia, foi estabelecido pela Dinamarca, Alemanha e Polónia e tem as seguintes tarefas:

- Comandar a VJTF e NRF ou outras forças projetadas para a região nordeste da NATO;
- Tem controlo operacional (OPCON) sobre as NFIU da Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia e Eslováquia;
- Monitorização da situação de segurança da região;
- Agir como um *Hub* regional para a cooperação.

O estabelecimento do HQ MND-N[11] foi comunicado no dia 11 de julho de 2018 na Cimeira da NATO em Bruxelas. As nações integradoras (*framework nations*) são a Dinamarca, Estónia e Letónia, estando já também envolvidas o Canada, Reino Unido e Lituânia como nações contribuintes. Este QG, apesar de estar localizado em Ādaži (Letónia), irá ser liderado pela Dinamarca, e estará subordinado ao HQ MNC-NE. Tem planeada a sua *Initial Operational Potential* para meados de 2019, e a *Full Opretaional Potential* para meados de 2020. Tem como objetivo promover a interoperabilidade e atividades conjuntas de defesa dos países participantes, e será responsável pela defesa, exercícios militares e planeamento e execução de missões na região do Báltico. Poderá também ficar com o comando dos atuais battegroups multinacionais destacados nos estados Bálticos.

a. *NATO enhanced Forward Presence (eFP)*[12]

Uma componente importante da postura reforçada de dissuasão e defesa da NATO, é a presença militar na zona este do território da aliança. A implementação das decisões da Cimeira de Varsóvia de 2016 estabeleceu as NATO *enhanced Forward Presence* na Estónia, Letónia, Lituânia e Polónia. Estas consistem num reforço de presença avançada na parte este do território da aliança, através da criação de quatro *battlegroups* de dimensão de batalhão multinacional na Estónia, Letónia, Lituânia e Polónia, numa base rotativa. Estes *battlegroups*, liderados como *framework nations* pelo Reino Unido, Canadá, Alemanha e Estados Unidos, respectivamente, são forças robustas, multinacionais, totalmente sustentáveis e prontas para combate desde junho de 2017. Estão sob o comando da NATO, através do *Multinational Division North East Headquarters* (MND-NE) localizado em Elbląg, na Polónia, que está sob a alçada do *HQ MNC-NE*, e operam em conjunto com as forças de defesa nacionais dos países anfitriões.

A missão[13] do MND-NE é coordenar as atividades dos *battlegroups* da eFP presentes nos países Bálticos e na Polónia. As tarefas consistem na coordenação do treino, monitorização do ambiente operacional da região, e ainda tarefas relacionadas com comunicação estratégica. O MND-NE tem ainda de estar pronto para conduzir operações de defesa coletiva de acordo com o Artigo 5º do Tratado de Washington.

Nas tabelas 1, 2, 3, 4 estão detalhadas as contribuições das nações para os quatro *battlegroups,* que em 30 de julho de 2018 contavam com um total de 4743 homens[14]:

***b. NATO tailored Forward Presence (tFP)*[15]**

Na Cimeira de Varsóvia em 2016, os aliados também concordaram em desenvolver uma "presença avançada à medida" (tFP) na parte sudeste do território da aliança, em particular na Roménia e Bulgária. O elemento terrestre desta presença foi implementado em torno da brigada multinacional localizada em Craiova, denominada *Multinational Brigade South*

[10]http://www.kormany.hu/en/ministry-of-foreign-affairs-and-trade/news/extremely-close-hungarian-german-defence-cooperation-to-be-established

[11]https://www.mod.gov.lv/en/news/multinational-division-headquarters-north-be-established-latvia-and-denmark-2019

[12]https://mndne.wp.mil.pl/en/pages/nato-efp-2017-11-15-r/

[13]https://mndne.wp.mil.pl/en/pages/mission-2017-10-26-b/

Battlegroup led by the United Kingdom, operating with Estonian forces in Tapa, Estonia		
Contributor	**Troops**	**Forces**
United Kingdom	800	• 1 x Armoured infantry battalion with armoured fighting vehicles, complemented with main battle tanks and self-propelled artillery • Fire and anti-tank support, mobility engineers, intelligence, surveillance and reconnaissance and logistics support elements
Denmark	186	Infantry company with national support element and staff officers for battlegroup, brigade and UK command element
Iceland	1	Strategic communications civilian
Approximate total troop number: 987		

Tabela 1 – Battlegroup situado na Estónia

Battlegroup led by Canada, operating with Latvian forces in Adazi, Latvia		
Contributor	**Troops**	**Forces**
Canada	350	• 1 x Mechanised infantry battalion with armoured fighting vehicles • Support elements
Albania	21	Mobility (Explosive Ordnance Disposal) engineers
Czech Republic	60	1 x Mortar platoon and support element
Italy	160	1 x Mechanised infantry company/ Mountain troop company with armoured fighting vehicles, Joint Terminal Air Controllers and sniper teams, mortar and anti-tank unit
Poland	Up to 200	1 x Tank Company, national contribution to battlegroup HQ, support elements
Slovakia	152	• Mechanised infantry company • Contribution to battlegroup headquarters • Support elements
Slovenia	Up to 50	• 1 x Infantry Recce platoon • 1 x Tactical Air Control Party (TACP) team • Contribution to battlegroup headquarters • Support elements
Spain	300	• 1 x Mechanised infantry company with tanks and armoured fighting vehicles • Mobility engineers and support elements
Approximate total troop number: 1293		

Tabela 2 - Battlegroup situado na Letónia

[14]https://shape.nato.int/efp/efp/fact-sheet

Battlegroup led by Germany, operating with Lithuanian forces in Rukla, Lithuania		
Contributor	**Troops**	**Forces**
Germany	584	1 x Mechanised infantry company, combat service, combat service support
Croatia	230	• 1 x Mechanized infantry company • Support elements
France	270	• 1 x Armoured infantry company (equipped with 12 IFV) + 1 tank platoon (5 x Leclerc MBT) • Staff officers, fire observers and coordination element, logistic support elements [French contribution concludes on 20 August 2018]
Netherlands	250-270	1 x Armoured infantry company with armoured fighting vehicles
Norway	13	Joint fires section
Belgium	2	Staff Officers
Iceland	1	Public Affairs Civilian
Approximate total troop number: 1370		

Tabela 3 - Battlegroup situado na Lituânia

Battlegroup led by the United States, operating with Polish forces in Orzysz (Bemowo Piskie), Poland		
Contributor	**Troops**	**Forces**
United States	774	• 1 x Stryker Squadron with towed artillery, MGS platoon, ATGM platoon • Support elements (forward support company and Military Police platoon)
Croatia	69	Self-propelled rocket launcher battery (4 x SPRL 122mm "VULKAN")
Romania	120	1 x Ground-based air defence battery and support elements
United Kingdom	130	Light Reconnaissance squadron equipped with Jackal
Approximate total troop number: 1093		

Tabela 4 - Battlegroup situado na Polónia

East (MNBDE-SE) sob o comando da *Multinational Division South East* (MND-SE) localizada em Bucareste (Roménia). Na componente aérea, vários países aliados reforçaram os esforços da Roménia e da Bulgária para proteger o espaço aéreo da NATO.

Na prática, esta implementação de medidas tem-se traduzido num aumento de forças da NATO, mas também de mais exercícios, treinos e presença no sudeste da NATO. A tFP contribui assim para uma postura de defesa e dissuasão da aliança, e para a monitotizar da situação do ambiente operacional da região e incrementa a interoperabilidade e eficácia de reação a possíveis ameaças.

A NATO está também a desenvolver uma série de medidas adicionais para aumentar a sua presença na região do Mar Negro. Essas medidas servem para o fortalecimento da presença marítima e aérea da NATO no Mar Negro, e estão a ser implementadas através do

[15]https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_136388.htm?selectedLocale=en

contributo de forças e capacidades, por parte de vários países aliados.

A rápida estratégia de reforço da NATO garante que as forças tFP podem ser rápidamente reforçadas pelas NATO VJTF, NRF's, por forças de prontidão adicionais dos países aliados e pelas forças de seguimento (*follow-on forces*) de carácter mais pesado e robusto da NATO, no caso de serem necessárias.

c. HQ MND-SE[16]

O *Multinational Division South East Headquarters* (HQ MND-SE) é uma unidade militar da NATO activada pelo NAC sob OPCOM do SACEUR. De acordo com a decisão do NAC, o HQ MND-SE usufrui do estatuto de quartel-general militar internacional da NATO em conformidade com o Protocolo de Paris e outros acordos suplementares entre as nações da NATO e o SHAPE.

O HQ MND-SE surgiu a 1 de setembro de 2015, através da transformação da 1ª Divisão de Infantaria "DACICA" ordenada pelo Ministro da Defesa Romena - Sr. Mircea Duşa. A cerimónia de ativação do quartel-general foi celebrada em 1 de dezembro de 2015 em Bucareste, e representou a integração oficial do HQ MND-SE na Estrutura de Forças da NATO (NFS) com base na implementação preconizada no *Readiness Action Plan* (RAP) da Cimeira do País de Gales de 2014.

Durante as celebrações desta cerimónia foram proferidos discursos dos quais se destracam os seguintes extratos:

"The Multinational Divisional Headquarters Southeast is an important contribution to NATO's collective defence. Today's inauguration demonstrates that the implementation of the Readiness Action Plan is on track and on time" – Major-general Josef Blotz, Director da Divisão de Operações e Planeamento no *International Military Staff* do NATO *Headquarters*. *"This new headquarters, led by Romanian armed forces members, will assure NATO allies of an increased readiness and capability, not only for the Southeast region, but for all NATO territories,"* - Tenente-general da Força Aérea Canadiana Alain Parent, 2º Comandante do Allied Joint Force Command Naples.

A 1 de julho de 2016 realizou-se a cerimónia de *Initial Capability Declaration* do HQ MND-SE.

Em 22 de março de 2018, o HQ MND-SE alcançou a *Final Operational Capability* durante uma cerimónia realizada no Centro de Treino Conjunto Nacional em Cincu (Roménia).

Figura 3 – Tenente-general da Força Aérea Canadiana Alain Parent, 2º Comandante do Allied Joint Force Command Naples[17]

A missão do HQ MND-SE, sob OPCON do JFC Nápoles, é estar preparado para comandar e controlar uma operação de Artigo 5º - Defesa Coletiva, como quartel-general de nível divisão na região Sudeste do território da aliança, com base no planeamento antecipado da NATO, conforme autorização do NAC e sob a direção do SACEUR, a fim de contribuir para a segurança do território e das populações da aliança. Como quartel-general de elevada prontidão, o HQ MND-SE é capaz de comandar as forças NATO projectadas para a região sudeste, e apoiar a defesa dos territórios da aliança.

O HQ MND-SE é um QG nível divisão Combat Ready em plena capacidade; tem uma Área de Responsabilidade pré-determinada que compreende a Roménia e a Bulgária onde mantém em permanência Situational Awareness; é o ponto charneira para a cooperação militar na região e um facilitador para futuras implementações de capacidades defensivas na região.

O HQ MND-SE tem 280 posições na sua estrutura orgânica de pessoal, provenientes de 15 países contribuintes: Albânia, Bulgária, Canadá, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Itália, Polónia, Portugal, Espanha, Eslováquia, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos e Roménia (*frawework nation* – nação integradora).

[16]http://www.en.mndse.ro/about
https://www.nato.int/cps/ua/natohq/news_125356.htm?selectedLocale=en

[17]https://www.flickr.com/photos/jfcnapleshq/22816772874/in/album-72157661309890860/

d. NFIU[19]

Como parte da adaptação da NATO aos novos desafios de segurança e defesa vindos de este e sul, e enquadradas no conjunto de medidas previstas no RAP decidido na Cimeira de Gales de setembro de 2014, a NATO estabelece 6 *NATO Force Integration Units (NFIU)* na Bulgária (Sofia), Estónia (Tallinn), Letónia (Riga), Lituânia (Vilnius), Polónia (Bydgoszcz) e Roménia (Bucareste), e mais tarde, na Húngria (Szekesfehervar) e Eslovákia (Bratislava), perfazendo um total de 8.

Figura 4 – HQ MND-SE[18]e insígnia.

Os primeiros NFIU foram declarados ativos desde setembro de 2015 e os segundos em setembro de 2016, e funcionam como um elo vital entre as forças aliadas da NATO e forças nacionais dos países onde estas são projectadas.

Os NFIU trabalham em estreita coordenação com as nações hospedeiras para identificar redes logísticas, rotas de transporte, infraestruturas de apoio, entre outras tarefas, no sentido de apoiar a projeção para a região, das forças NATO, em especial as de elevada prontidão (VJTF), para que possam estar em condições de cumprir as suas missões o mais rápido possível. Os NFIU não são bases militares e tem cerca de 40 posições de trabalho nacionais e multinacionais NATO (racional 20+20). São peças fundamentais de apoio ao planeamento da defesa colectiva, e importante ferramenta na coordenação do treino e exercícios.

O NFIU Roménia e Bulgária são estruturas conjuntas (*Joint*) que estão sob OPCON do HQ MND-SE, autoridade delegada pelo *Joitn Force Command* Nápoles.

O NFIU Roménia tem 42 posições na sua estrutura orgânica de pessoal (*Peace Establishment*), provenientes de 12 países contribuintes: Albânia, Bulgária, Alemanha, Grécia, Hungria, Polónia, Portugal, Espanha, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos e Roménia (*frawework nation* – nação integradora).

A Força Aérea Portuguesa, tem desde a criação um militar no NFIU Romeno a desempenhar as funções de XO Staff Officer Coordinator, que vai neste momento na primeira rotação.

Figura 5 – Localização e subordinação dos NFIU[20]

[18]http://www.en.mndse.ro/about
[19]https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2015_09/20150901_150901-factsheet-nfiu_en.pdf
https://jfcbs.nato.int/page5725819/nato-force-integration-units/nato-force-integration-units-fact-sheet
[20]https://jfcbs.nato.int/page5725819/nato-force-integration-units/nato-force-integration-units-fact-sheet

e. HQMNBDE-SE[21]

O *Multinational Brigade South East Headquarters* (HQ MNBDE-SE) é um QG multinacional, aquartelado na cidade de Craiova, Roménia. É parte integrante da NATO *Force Structure* e está sob OPCON do HQ MND-SE.

A Roménia constituiu-se, como *framework nation* (FM), organizando a 1ª unidade de nível brigada da NATO de forma permanente: o HQ MNBDE-SE e a MNBDE-SE através das unidades orgânicas da 2ª Brigada de Infantaria "ROVINE", e com o contributo de outros países da NATO, como sejam Portugal, Espanha, Canadá, Polónia, Hungria, Itália e Bulgária.

A missão da MNBDE-SE é estar apta a conduzir treinos, exercícios e operações (no âmbito do artigo 5º) de acordo com GRP *Resilient Defender* (RD) /*Dynamic Defender* (DD), contribuindo para a defesa coletiva do território e populações da NATO no Sudeste da área de responsabilidade do SACEUR. O HQ MNBDE-SE, por seu lado, tem de estar preparado para exercer o C2 sobre as unidades nacionais orgânicas e multinacionais afiliadas, de forma a cumprir a missão da MNBDE-SE.

A composição da MNBDE-SE em 2019, é a seguinte:

- 03 Batalhões de Infantaria Mecanizado de Rodas (Roménia)
- 01 Batalhão de Infantaria Mecanizado de Rodas – afiliado (Bulgária)
- 01 Batalhão de Infantaria Mecanizado de Rodas – afiliado (Portugal)
- 01 Batalhão de Infantaria Mecanizado de Rodas – afiliado (Itália)
- 01 Companhia de Infantaria Mecanizada em TACON de um dos Batalhões Romenos
- 01 Batalhão de Artilharia (Roménia)
- 01 Batalhão de Artilharia Antiaérea (Roménia)
- 01 Batalhão de Apoio de Serviços (Roménia)
- 01 Companhia ISTAR (a receber)
- 01 Companhia de Engenharia (a receber)
- 01 Companhia de Transmissões (Roménia)
- 01 Companhia Sanitária (a receber)
- 01 Companhia de Polícia Militar (Roménia)
- 01 Pelotão CIMIC (a receber)
- 01 Secção de Operações Psicológicas (a receber).

O HQ MNBDE-SE está organizado por células desde os S1 ao S9. Teve a sua *Initial Operational Capability* em abril de 2017 e atingiu a *Full Operational Capability* em novembro de 2018, no exercício de certificação (CREVAL) SCORPIONS FURY 2018.

f. Brigada de Intervenção

O Exército Português, através da Brigada de Intervenção, mantém desde 2017 uma participação de 03 Elementos Nacionais Destacados (END) na Roménia.

a desempenhar funções no HQ MNBDE-SE, localizado em Craiova – Roménia e mais recentemente também no HQ MND-SE, localizado em Bucareste - Roménia.

Atualmente com 02 Elementos Nacionais Destacados (END) a desempenhar funções no HQ MNBDE-SE, localizado na cidade de Craiova: o Tenente-Coronel de Cavalaria José Miguel Pimenta que desempenha o cargo de S7 da Brigada (Chefe do Branch do Treino e Exercícios) e o Tenente-Coronel de Artilharia Pedro Almeida que desempenha o cargo de Chefe da Seção de Operações Futuras (Operações).

O Major de Transmissões Jorge Marques desempenhou inicialmente o cargo de Chefe da Seção de Planos Correntes (Planos) do HQ MNBDE-SE até à CREVAL do HQ MNBDE-SE. Após a CREVAL, em finais de novembro de 2018, foi colocado no HQ MND-SE, a desempenhar as funções de chefe de seção IMINT na célula de IMINT/SIGINT/EW na dependência da divisão G2.

Estes END encontram-se na Roménia desde o dia 27 de junho de 2018, tendo tido até ao momento como principal atividade, no HQ MNBDE-SE a preparação da diversa documentação das respetivas áreas, relativa à CREVAL a que a Brigada foi sujeita durante o Exercício "Scorpions Fury 18" em novembro de 2018, e mais recentemente a preparação do exercício "Saber Guradian 2019". No HQ MND-SE a principal atividade está relacionada com o Situational Awareness na Área de Responsabilidade de Informações.

O exercício de certificação do HQ MNBDE-SE realizado nos meses de outubro e novembro de 2018 no Joint National Training Center, em Cincu- Roménia, teve ainda a participação do Comando e parte do Estado-maior do 2BIMec(R) do Regimento de Infantaria nº14, bem como, uma Companhia deste Batalhão. O 2BIMec(R) está em processo de afiliação à MNBDE-SE e tem participado ao longo do último ano em diversas atividades de treino realizadas na Roménia.

4.Conclusões:

A NATO foi criada em 1949 e ao longo dos seus 70 anos de existência, foi capaz de se ajustar às exigências dos novos ambientes estratégicos, através de constantes transformações/adaptações (NATO Adaptation Plan). Desta forma conseguiu permanecer relevante na cena internacional sem perder a sua finalidade original.

O processo de transformação está patente na entrada de novos estados membros, mas também na adaptação das suas estruturas (NCS e NFS) permanentes aos vários níveis estratégicos, operacional e mais recentemente nível tático.

Decorridos 10 anos desde a Cimeira de Lisboa, o mundo e o ambiente estratégico mudaram consideravlmente, poder-se-á esperar a apresentação de um novo Conceito Estratégico da Aliança? E irá esse novo documento incluir a nomeação concreta de ameaças vindas de Este e Sul? O *Daesh*? Não incluídos nem considerados no atual Conceito Estratégico, mas que estão na génese de todo o esforço de defesa e dissuasão da NATO a Este e Sul.

No sudeste do território da Aliança, a Roménia identificou as ameaças e as suas lacunas, e tem tomado a iniciativa. De que forma: aumentou a despesa em defesa para 2% do PIB[22], e propôs-se como nação integradora de várias estruturas NATO pertencentes à NFS – HQ MND-SE, HQ MNBDE-SE, MNBDE-SE, NFIU Roménia.

O aumento da despesa em defesa tem sido canalizado para a modernização das suas Forças Armadas, exemplo é o esforço de reequipamento dos batalhões da MNBDE-SE com VBR PIRANHA III e V e sistemas de míssil SPIKE[23], o investimento nas infraestruturas do HQ MNBDE-SE e subunidades aquarteladas no mesmo espaço, do HQ MND-SE e subunidades aquarteladas no mesmo espaço, a aquisição dos sistemas CSI táticos[24] à AIRBUS para o HQ MND-SE e subunidades, a aquisição de F-16 à Força Aérea Portuguesa, etc.

Os QG Táticos referidos, em paralelo com os NFIU Romenos e Búlgaro, são elementos decisivos na implementação de procedimentos de interoperabilidade e de defesa e dissuasão da NATO no Sudeste da Aliança. O contributo dos vários países membros, onde se incluí Portugal, é um claro esforço solidário e de comprometimento na defesa coletiva da NATO no território aliado no Sudeste da Europa. No entanto, o Exército Romeno, tem sabido tirar partido deste investimento muito para além do propósito da defesa e dissuasão. Tem tentado migrar a experiência para as restantes unidades das suas Forças Armadas:

- As intervenções ao nível das infraestruturas e equipamentos dos QG, a organização orgânica dos QG de Brigada e Divisão, são para replicar como modelo nas restantes unidades de mesmo escalão do Exército Romeno. Acontece o mesmo ao nível dos procedimentos (SOP/SOI);
- A coordenação de diferentes capacidades táticas, logísticas e de apoio que proporcionam a capacitação agregada ao nível tático e operacional. Não existe doutrina NATO ao nível tático, mas através do contributo de todos os internacionais nos QG tentasse chegar a um compromisso com base nos contributos de experiências de várias nações;
- Os proveitos tirados dos QG NATO para as Forças Armadas Romenas fazem-se também ao nível da formação dos seus quadros: oficiais e sargentos de unidades das Forças Armadas Romenas vãos aos QG NATO receber sessões de formação sobre conceitos, ferramentas e sistemas de informação do estado da arte da NATO.

Em paralelo ao esforço que têm realizado em captar a presença de militares de diversos países da NATO no seu território a guarnecer os QG NATO, têm feito um esforço/investimento ao nível dos seus quadros de pessoal, rodando-os nos QG NATO na Romena, mas também através de uma crescente presença dos seus quadros em cargos internacionais na NCS e NFS, por forma a que estejam cada vez melhor capacitados para o cumprimento de missões no seio da Aliança Atlântica.

A evolução tem-se feito sentir, e com certeza contribuirá e será decisiva para o projeto de implementação num futuro próximo de mais uma estrutura da Aliança com vista a desenvolver a sua capacidade de comando e controlo ao nível de Corpo de Exército[25].

A participação de militares portugueses nas estruturas multinacionais da NATO implantadas no território Romeno tem sido muito apreciada por parte das Forças Armadas Romenas, havendo interesse que este contributo se prolongue no futuro. Portugal só não marca presença no NFIU Bulgária onde não tem nenhum militar colocado.

Pode-se afirmar que Portugal contribui decisivamente para a defesa coletiva no sudeste da Europa, e da mesma forma como aos quadros de pessoal das Forças Armadas Romenas abordam os QG NATO na Roménia, ou seja, quase como uma "escola prática para o nível tático", também Portugal tem essa possibilidade ao dar a possibilidade e experiência aos seus quadros nos lugares que presentemente ocupam ou, depois de consolidado conhecimento nas presentes áreas, trocar para outros cargos de áreas que se venham a considerar de interesse.

[22]Conferência de imprensa do Secretário-geral da NATO em 11Jul18, https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_156733.htm?selectedLocale=en

[23]SPIKE – Sistema ATGM de produção Israelita - https://en.wikipedia.org/wiki/Spike_(ATGM)

[24]PoP – Point of Presence CSI de 3 tipos/capacidades: pequenos, médios e grandes

[25]Brussels Summit Declaration Issued by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Brussels 11-12 July 2018, ponto 30.
https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_156624.htm?selectedLocale=en

Scorpions Fury 18

Nota Inicial

O presente ensaio, no contexto da *tailored Forward Presence* (tFP), e sua participação no exercício conjunto e combinado *Scorpions Fury* 18 (SF18), visa apresentar uma breve descrição holística e dedutiva da participação do 2º Batalhão de Infantaria Mecanizado de Rodas (2BIMecRodas) no referido exercício. Ainda no campo de ação da tFP, Portugal também contribuiu com elementos nacionais destacados, oriundos da Brigada de Intervenção (BrigInt), que contribuíram e participaram de forma significativa no SF 18, contudo o objeto do artigo está somente orientado para a participação do 2BIMecRodas.

No âmbito da Aliança, foi criado um entendimento pelas nações constituintes para a composição de uma estrutura que visasse a prontidão e capacidade de resposta, adequada e proporcional, a potenciais ameaças, ou mesmo ataques, com o intuito de garantir a presença de forças em território dos países aliados, localizados no limite Leste da Aliança.

Na região Sudeste da Área de Responsabilidade do SACEUR, o HQ *Multinational Division South-East* (HQ MND-SE) foi implementado na estrutura da NATO, orientado para garantir a capacidade de comando e controlo de operações "artigo 5º" como um Quartel-General (QG) divisionário, com sede na Roménia e coincidente com a região sudeste da Área de Responsabilidade do SACEUR. Esta decisão deriva da cimeira de Varsóvia, em 2016, onde os Chefes de Estado concordaram, em desenvolver uma tFP no flanco sudeste do território da Aliança. Determinando medidas específicas para a região (donde se inclui a iniciativa romena de estabelecer uma Força Multinacional, com o seu Quartel-General em Bucareste, ao nível Divisionário, e uma Brigada Multinacional (*Multinational Brigade South East* – MNBde-SE) em Craiova, que facilite o treino e a integração de forças, manifestando uma postura dissuasiva, reforçando a sua postura defensiva para a região, facultando um sinal claro de incremento da segurança regional).

Para tal desígnio, o *Readiness Action Plan* garante que a NATO esteja pronta para responder com rapidez e firmeza a novos desafios de segurança a partir do Leste e do Sul. Esta iniciativa teve início na Cimeira de Gales, em 2014, reforçando, com localização de forças, o limite Leste

Anselmo Dias
TCor Inf

da Aliança, que é desde já o reforço de maior envergadura da defesa coletiva da NATO desde a queda do muro de Berlim e consequente fim do Pacto de Varsóvia e da guerra fria.

O estabelecimento da MNBde-SE teve uma progressão significativa, quer com a contribuição de países da NATO para o QG da MNBde-SE, quer através da afiliação de forças a esta Unidade.

Portugal assumiu o compromisso de afiliar uma Batalhão à MNBde-SE, tendo o Comando das Forças Terrestres, em coordenação com a BrigInt, no quadro de planeamento de forças definido que o Batalhão a afiliar à MNBde-SE seria o 2BIMecRodas, sediado em Viseu, no Regimento de Infantaria N.º 14.

Organização do Batalhão e Preparação do Exercício

A necessidade de cumprir o conceito definido para a afiliação, indo ao encontro ao contributo definido por Portugal, esteve na origem do ajustamento dos quadros orgânicos de pessoal, em que o 2BIMecRodas foi reforçado genericamente por uma Companhia de Atiradores, proveniente do Regimento de Infantaria N.º 13 e da Companhia de Apoio de Combate do Regimento de Cavalaria N.º 6.

De acordo com a intenção da NATO e da MND-SE foi decidido que no ano de 2018 a MNBde-SE seria alvo de uma *Combat Ready Evaluation*, que se verificou durante o *Command Post Exercise* (CPX) do exercício SF 18, em que pela primeira vez a NATO certificou uma unidade de escalão Brigada. Para tal desiderato, foi criado um exercício, o SF 18, com o intuito de enquadrar todo o processo de certificação e avaliação.

O 2BIMecRodas, desenvolveu na sua preparação para o processo de afiliação e participação no exercício SF 18,

Figura 1 - Estado - Maior do 2 BIMec(R)

as atividades de treino individual e coletivo no âmbito do nível 1 (Unidade Escalão Pelotão). Nesta fase, o Estado-Maior realizou treino na forma de *Battle Staff Training* (BST) e *Map Exercise* (MAPEX). Seguidamente, para as atividades de treino para consecução dos exercícios de nível 2 (Unidade Escalão Companhia – UEC), no primeiro trimestre de 2018, recorreu-se a exercícios do tipo *Situational Training Exercise* (STX) e foram sujeitas à respetiva avaliação. Ao observar-se o treino e desempenho das Companhias nos STX foram identificadas as tarefas em que se tinha atingido o nível desejado, bem como as que necessitavam de mais treino. Desenvolveram-se ainda atividades de treino para consecução dos exercícios de nível 3 (Unidade Escalão Batalhão – UEB), no exercício Marte 18, recorrendo a exercícios do tipo MAPEX e *Field Training Exercise* (FTX), sob a coordenação e supervisão do Comando da BrigInt.

***Scorpions Fury* 18 – BST 1**

No período de 18 a 22 de maio realizou-se o BST 1. O 2BIMecRodas fez-se representar por três Oficiais. O exercício teve como referência uma operação artigo 5º, com a execução de uma operação retrógrada seguida de uma defesa. O evento decorreu nas instalações da Brigada, em Craiova, com a participação de militares da MND-SE e da MNBde-SE, à qual o 2BIMecRodas se encontra afiliado, bem como outras forças estrangeiras e Romenas, nomeadamente o 6th Cav Regt Italiano, o 38th MechInfBn, Búlgaro e os 20th InfBn, 22nd InfBn, 26th InfBn, 325th ArtyBn e 116th SupBn Romenos.

O propósito do exercício tinha como audiência primária de treino o Estado-Maior da MNBde-SE. A MND-SE e o *branch* do treino da Brigada constituíram-se como HICON do BST 1. O 2BIMecRodas participou como célula de resposta e este primeiro contacto permitiu efetuar uma adaptação aos procedimentos (*Standard Operating Procedures* – SOP) da MNBde-SE, bem como um primeiro enquadramento com o tema tático. Esta participação inicial foi bastante gratificante, à qual foi salientada pelo Comandante da MNBde-SE, o facto das unidades afiliadas estarem presentes, o que permitiu incrementar e fomentar as relações e procedimentos de trabalho entre o Estado-Maior da Brigada e as subunidades.

***Scorpions Fury* 18 – MEL/MIL**

Para o desenvolvimento das *Main Event List/Man Incident List* (MEL/MIL), militares do 2BIMecRodas estiveram presentes no *Joint National Training Center* (JNTC), em *Cincu*, no período de 03 a 07 de setembro de 2018, que sob a orientação de Oficiais provenientes da MND-SE contribuíram para a elaboração dos eventos e incidentes. Para o desenvolvimento dos trabalhos foram organizados em quatro grupos de trabalho: *Operations* (Operações), *Threat* (Informações), *Security* (Segurança) e *Logistics* (Logística).

Considera-se que a participação e colaboração nos trabalhos realizados nas MEL/MIL *Scripting and Startex* foi muito positiva, pelo conhecimento adquirido e preparação para o CPX, mas também pela excelente experiência de assistir e tomar parte num MEL/MIL *Scripting* muito completo e de elevado nível, realizado no JNTC e fazendo uso de ferramentas informáticas, de onde se realça o *Joint Exercise Management Module* (JEMM).

***Scorpions Fury* 18 – BST 1.2**

O BST 1.2 decorreu nas instalações da MNBde-SE, no período compreendido entre os dias 07 e 12 de setembro, em Craiova, na Roménia. O 2BIMecRodas esteve representado por três Oficiais do Batalhão em que o BST 1.2 representou um passo importante para a preparação da *Combat Readiness Evaluation* da MNBde-SE, na preparação e mais uma oportunidade de treino ao seu Estado-Maior, bem como permitiu a adaptação e familiarização dos novos militares da MNBde-SE às SOP da Brigada.

***Scorpions Fury* 18 – CPX/FTX**

Antes da realização do CPX, que visava a certificação do Comando da Brigada, teve lugar o BST 2, que teve como propósito ser mais um exercício de preparação para a certificação. Inserido no exercício SF 18, no período de 30 de outubro a 02 de novembro.

O CPX, com a operacionalização da *Combat Ready Evaluation* da MNBde-SE, decorreu no período de 07 a 10 de novembro. O FTX, de UEC e UEB teve lugar no período de 07 a 12 de novembro, com o LFX a ser realizado após a conclusão do FTX, de 13 a 16 de novembro. Todo o exercício decorreu nas instalações do JNTC, *Cincu*, na Roménia.

A participação no BST e CPX teve a presença do Comando e Estado-Maior do 2BIMecRodas, com 10 militares, e no FTX uma UEC, a 96 militares, que terminou com um exercício de LFX.

Todo o exercício, nas suas diversas tipologias, teve como referência uma operação artigo 5º, com a execução de uma operação retrógrada e posterior contra-ataque, sendo que o cenário trabalhado no CPX serviu de base para a realização dos FTX.

Após a chegada da primeira parte do contingente português, à Roménia, constituída pelos 10 militares do Comando e Estado-Maior do 2BIMecRodas, os primeiros dias (27 a 29 de outubro) foram dedicados à preparação do BST 2, em que se incluíram as seguintes atividades: (i) *In-processing*, *briefing* de segurança e apresentação do exercício SF 18, com a participação de todos os elementos do contingente Português; (ii) Apresentação do cenário do exercício; (iii) Apresentação do *Battle Rythm* para o exercício; (iv) Reunião de coordenação dos incidentes decorrentes da MEL/MIL; (v) Formação dos operadores do JEMM – para os militares que trabalharam como LOCON; (vi) Formação dos operadores do simulador *Joint Conflit and Tatics Simulator* (JCATS), todos militares romenos, que posteriormente integraram as diversas *Response Cells* (RC); (vii) Confirmação dos dados referentes à organização de pessoal e material dos Batalhões, previamente introduzidos no simulador JCATS; (viii) Colocação das unidades, no simulador JCATS, nas posições iniciais para o "jogo" e estabelecimento de procedimentos entre os operadores do simulador e os militares portugueses; e, (iX) Realização de um exercício de simulação (designado de *mini exercise*) para treino das RC.

A simulação do emprego tático dos meios, no CPX, foi efetuada com recurso ao simulador JCATS, de origem norte-americana. Este permite o planeamento e o "jogo" com emprego de unidades de elevado escalão até ao soldado. Mantém os princípios de emprego doutrinários, de acordo com as ordens emanadas pelo operador e as capacidades dos equipamentos e armamento. O simulador permite ainda efetuar o treino de diversas tarefas táticas, administrativas e logísticas com grande realismo e detalhe.

A participação no FTX, contou com a criação dos *Multinational Battalion*, que teve a participação da 2ª Companhia de Atiradores do 2BIMecRodas.

A Companhia integrou, como planeado nas diferentes conferências, o 20th *Mechanized Infantry Battalion*, da Roménia, como terceira companhia de manobra, juntando-se a duas companhias de atiradores romenas.

Apesar do 20th *Mechanized Infantry Battalion* estar equipado com viaturas BTR 70, as viaturas atribuídas à Companhia portuguesa foram as viaturas blindadas de rodas PIRANHA, uma vez que a força do 2BIMecRodas não projetou as VBR PANDUR II 8x8, viatura que equipa o Batalhão.

Figura 2 - Exercício Scorpions Fury 18

O FTX teve um período dedicado ao reconhecimento das áreas de treino, receção de viaturas e equipamentos de simulação individual MILES (*Multiple Integrated Laser Engagement System*), bem como formação para se operar os rádios *Harris*, que se tornaram significativamente importantes, pois facilitaram o Comando e Controlo, bem como a permanente ligação (de salientar a recurso à língua inglesa até aos mais baixos escalões). Foram ainda recebidos pela companhia nove réplicas de RPG 7, integrando o mesmo sistema MILES, tendo sido atribuído um por secção. Apesar deste sistema MILES incluir equipamento para as viaturas, o mesmo não esteve disponível para as metralhadoras pesadas das viaturas, o que dificultou conceder maior realismo.

Figura 3 - Exercício Scorpions Fury 18

Nota Final

O exercício SF 18 permitiu o deslocamento, para aquela região, de mais forças, permanente ou a título temporário, e a realização de treino ao nível conjunto e combinado, que permitiu conferir maior expressão e robustez à extensão da postura de dissuasão e defesa da Aliança.

Como balanço final desta experiência, realça-se a participação e colaboração nos trabalhos de planeamento da certificação da MNBde-SE, materializando-se numa experiência riquíssima de assistir e tomar parte num planeamento bastante completo e de elevado nível.

Por outro lado, a participação como RC, e a UEC no FTX, nos diferentes eventos e momentos do SF 18, que teve por finalidade certificar a MNBde-SE, permitiu o aprofundamento de conhecimentos, constituindo-se numa oportunidade de capacitar Quadros do 2BIMecRodas, e troca de experiências, na primeira pessoa, ao nível técnico e tático aos mais baixos escalões, bem como na sensibilização pela forma como estruturas de Estado-Maior de uma Grande Unidade, ao nível multinacional, trabalha.

Em suma, esta foi uma excelente oportunidade de treino e experiência operacional, ao nível multinacional, no quadro de um importante exercício da NATO.

APRONTAMENTO CATMEC RODAS EUBG 19-1

ENQUADRAMENTO

Márcio Pinto
Cap Inf

No âmbito dos compromissos internacionais, designadamente no seio da União Europeia (EU), Portugal tem contribuído ativamente para a Politica Externa de Segurança Comum (PESC). A EU, no processo de fortalecimento das suas capacidades militares para a gestão de crises, e de forma a ter capacidade de decisão e reação rápida militar, edificou durante a última década, algumas iniciativas como é exemplo o conceito de "*European Union Battlegroup*" (EUBG), tendo por base conceptual o Tratado da EU (TUE) de Lisboa[1].

O EUBG é uma força militar multinacional (pode incluir membros não pertencentes à EU), de armas combinadas, de escalão Batalhão reforçado com elementos de apoio de combate e apoio de serviços, constituído por 1500 militares, sendo que este efetivo pode variar conforme as especificidades da missão, e dos países participantes. Existem permanentemente dois EUBG, numa base rotativa, por períodos de 6 meses, com capacidade inicial de sustentação de 30 dias, extensível a 120 dias se apoiados

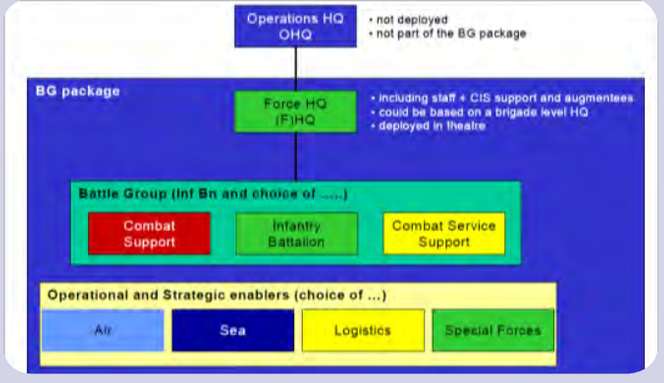


Figura 1- EUBG Generic Package (Fonte:https: //eeas.europa.eu)

convenientemente[2]. O Emprego do EUBG requere sempre uma decisão unanime do Conselho da EU e uma autorização genérica de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A tipologia de missões em que os EUBG podem ser empregues, de acordo com o Art.º 43 do TUE, são:

- Ações conjuntas de desarmamento;
- Intervenção humanitária e evacuação de não-combatentes;
- Missões de aconselhamento e assistência em matéria militar;
- Prevenção de conflitos;
- Forças de combate para a gestão de crises, incluindo as missões de restabelecimento da paz e as operações de estabilização.

[1]Artigo 42º a 46º do Tratado de Lisboa, 13 de dezembro de 2007 da EU;
[2]Fonte:https://eeas.europa.eu;

O primeiro semestre de 2019 é o período de prontidão de um EUBG multinacional (EUBG 2019-1), em que Espanha se constitui como a Nação-Quadro, e que conta com o contributo de Itália e Portugal[3], realçando-se a participação de uma Companhia de Atiradores Mecanizada de Rodas (CAtMecRodas), do 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado de Rodas (1BIMecRodas), da Brigada de Intervenção (BrigInt). A Unidade militar espanhola de que lidera o EUBG19-1 é o "*Tercio Alejandro Farnesio, 4º de la Legión*"[4], que designou o seu Batalhão, "*X Bandera de La Legion, Millán Astray*"[5], como a espinha dorsal, e unidade de manobra, constituído por duas Companhias de Atiradores, a Companhia de Apoio de Combate e a Companhia de Comando e Serviços orgânicas, e é reforçado por uma CAtMecRodas da "VII Bandera, Valenzuela"6, e CAtMecRodas portuguesa.

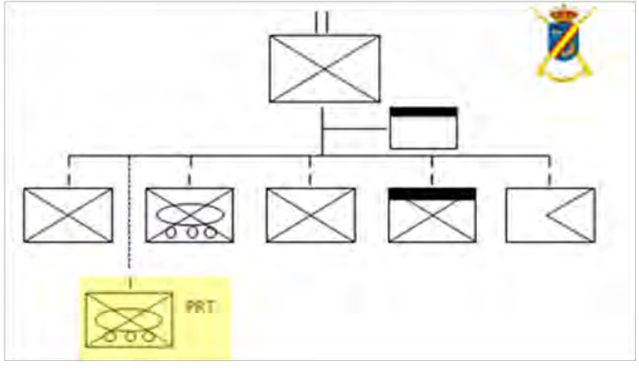


Figura 2 - Organigrama do Batalhão do EUBG (Fonte: Autor)

APRONTAMENTO

A Companhia recebeu ordem para iniciar o aprontamento, pela cadeia de comando, em 26Fev18, e desde logo iniciou todo o planeamento e preparação, sendo que a Certificação Nacional, através de uma "*Combat Readiness Evaluation*" (CREVAL), estava planeada para o fim do 1º semestre, e a Certificação Internacional para o 2º semestre de 2018, de acordo com as diretivas emanadas pelo escalão superior.

A estrutura orgânica de pessoal (EOM), da CAtMecRodas/EUBG19-1, não sofreu alterações à EOM em vigor[7] (04 Oficiais, 17 Sargentos e 102 Praças). A estrutura orgânica de material é que sofreu pequenas alterações, de modo a dotar a Companhia de maior flexibilidade, ao nível de armamento [adicionadas caçadeiras táticas e canhão sem recuo (CSR), Carl Gustav nas Secções de Atiradores) e transmissões (aumento meios de comunicação de baixo escalão].

Uma das dificuldades com que nos deparámos inicialmente, foi a adaptação necessária dos "*NATO Allied Command Operations (ACO) Force Standards*" ao escalão Companhia. Apesar de ser um elemento enquadrante, no âmbito das forças NATO, constituiu-se como uma excelente referência, para os padrões desta força no âmbito da EU, sendo que os ACO "*Force Standard*" viriam a ser utilizados pela Inspeção Geral do Exército aquando da CREVAL. A dificuldade seguinte, e que deve ser referida, foi o elevado número de documentos que tiveram de ser elaborados durante o aprontamento, para uma unidade sem Estado-Maior (EM). Neste caso, esse grande obstáculo foi ultrapassado com o apoio do EM do 1BIMecRodas, que incansavelmente apoiou a Companhia em todo o processo documental, para que nada interferisse no treino operacional que tinha de ser executado. Por último, a maior dificuldade enfrentada, resultante das dificuldades dos recursos humanos que o Exército atravessa, e que não está ao alcance da Companhia resolver, foi manter a CAtMecRodas com o efetivo acima dos 90%, e que exigiu um esforço de todo o Regimento de Infantaria Nº13.

O aprontamento foi dividido em 3 Fases organizadas da seguinte forma:

- Fase I – Aprontamento e Certificação Nacional (26Fev18 a 21Jun18)[8]
  - Subfase I A – Nivelamento e Treino de Secção no âmbito das Operações Defensivas (26Fev18 a 16Mar18);
  - Subfase I B – Treino de Secção e Pelotão no âmbito das Operações Defensivas, Ofensivas e *Crisis Response Operations* (CRO) (17Mar18 a 20Abr18);
  - Subfase I C – Treino de Pelotão e Companhia no âmbito das Operações Defensivas, Ofensivas e CRO (21Abr18 a 25Mai18).

[3]Aprovada a participação de Portugal no EUBG 19/1, por despacho n.º 365/2019 de SExª o Ministro da Defesa Nacional, João Titterington Gomes Cravinho, de 18 de dezembro de 2018 (D.R. II Série. 6 (2019-01-09) 1112)

[4]Escalão equivalente aos Regimentos portugueses, pertencente à Brigada da Legião "Rey Alfonso XIII"

[5]Batalhão de Infantaria Ligeira, com uma orgânica semelhante aos Batalhões de Infantaria portugueses

[6]Pertencente a um Batalhão Mecanizado de Rodas da mesma Brigada

[7]EME [Estado-Maior do Exército] (2017) – 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado de Rodas. Quadro Orgânico de Pessoal n.º 09.03.03. Lisboa: Estado-Maior do Exército. (10-01-2017)

[8]O Aprontamento Administrativo-Logístico, Tiro e Formação foi desenvolvido paralelamente e foi transversal a toda a Fase I e II (à exceção do tiro com armas coletivas que sempre foi planeado para ser executado durante o VULCANO)

- Fase II – Manutenção da Prontidão e Certificação Internacional (23Jun18 a 31Dez18)
  - Subfase II A – Nivelamento e Treino de Secção no âmbito do Combate em Áreas Urbanizadas (23Jun18 a 04Out18) e participação nas MADBE;
  - Subfase II B – Treino/Validação de Pelotão no âmbito das CRO (05Out18 09Nov18);
  - Subfase II C – Treino de Pelotão e Companhia no âmbito das CRO, participação com uma célula de resposta na Certificação Internacional do EUBG (10Nov18 a 30Nov18);
  - Subfase II D – Treino e Tiro com armamento coletivo, participação no VULCANO 18 (01Dez18 a 31 Dez18);
- Fase III – Manutenção da Prontidão – "*Stand by*"
  - Subfase III A – Treino Individual e Nivelamento (01Jan19 a 01Fev19);
  - Subfase III B – Treino de Secção no âmbito das Operações Defensivas, Ofensivas e CRO (02Fev19 a 01Mar19)
  - Subfase III C – Treino de Pelotão no âmbito das Operações Defensivas, Ofensivas e CRO (02Mar19 a 31Mar19);
  - Subfase III D – Treino de Companhia no âmbito das Operações Defensivas, Ofensivas e CRO (01Abr19 a 30Jun19).

EXERCÍCIOS

Durante o aprontamento, a CAtMecRodas realizou e participou em vários exercícios:

Exercício LOBO 18-1, de 12 a 16 de março de 2018, no Centro de Instrução e Treino da Fraga de Almotolia, na região de Vila Real, e que consistiu num nivelamento individual e na validação das tarefas das Secções, em operações defensivas. Este exercício constituiu-se como um excelente exemplo das possíveis sinergias que podem ser criadas e mantidas na BrigInt, dado que contou com a participação da Companhia de Engenharia de Combate Média, no seu exercício de nível III, VÉNUS 18, e permitiu a integração da capacidade do apoio de combate, num tema de Operações Defensivas, consumando-se num treino cruzado que foi uma mais-valia para as duas subunidades. O Exmo Comandante da Brigada de Intervenção, Brigadeiro-General Francisco Xavier de Sousa visitou as duas forças em exercício.

Exercício "*ACTIVE LION*", de 12 a 20 de abril de 2018, no Campo Militar de "*San Gregório*" – Saragoça. Participou com uma equipa de observadores (cinco elementos), no exercício de certificação nacional espanhol do EUBG. O exercício foi o primeiro contacto e um "quebrar o gelo" no processo de integração da CAtMecRodas ao Batalhão espanhol. Durante a realização do exercício foi observar os procedimentos do Batalhão, de forma gradual e acompanhar todas as Companhias, nas diversas tarefas que iam executando. O exercício "*ACTIVE LION*" estava organizado em 3 Fases: Fase I - dedicada ao treino das tarefas das Companhias; Fase II - treino de Batalhão em operações ofensivas, que culminou com um ataque frontal (com fogo real); Fase III – treino de tarefas críticas ao nível Batalhão em CRO.

Exercício "MARTE 18", de 16 a 20 de abril de 2018, na região de Viseu. A CAtMecRodas participou neste

Figura 3 - Exercício "ACTIVE LION" (Fonte: https://www.facebook.com/EjercitoTierra.Esp

exercício de nível III do 2BIMecRodas, com o grosso da sua força, integrado no projeto da "*Multi-national Brigade SouthEast*" (MNB-SE), com o objetivo de treinar e validar tarefas ao escalão Pelotão, no âmbito das CRO e constituise mais uma vez, numa excelente oportunidade de "*cross-training*" beneficiando ambas as forças.

Exercício "ORION18", de 27 de abril a 06 de maio de 2018, no Campo Militar de Santa Margarida, a CAtMecRodas participou neste exercício como força opositora, e permitiu o treinar e validar o treino das tarefas críticas em operações defensivas de escalão Pelotão e Companhia, integrado no exercício do Exército.

Exercício "LOBO 18-2", de 04 de junho a 08 de junho de 2018, na região de VILA REAL, e consistiu no exercício de nível III, da CAtMecRodas/EUBG19-1 em CRO, e que consistiu num testar e validar dos planos da companhia, e tarefas de força completa em CRO, no cenário criado e

adotado para o treino pelo EUBG. Das tarefas e planos treinados destacam-se o plano de convocação, plano de afetação de meios e recolha dos mesmos, plano de carregamento, ocupação de uma "*foward operating base*", escolta, defesa de pontos sensíveis. O Exmo Comandante da Brigada de Intervenção, Brigadeiro-General Francisco Xavier de Sousa visitou a força em exercício.

Exercício "AQUILA", de 16 de junho a 22 de junho de 2018, na região de Sanguinhedo, e consistiu no exercício de Certificação Nacional, com a CREVAL a decorrer nos dias 20 e 21 de junho de 2018. O Exmo Comandante da Brigada de Intervenção, Brigadeiro-General Francisco Xavier de Sousa e o Inspetor-geral do Exército, Major-General, Nuno Fonseca estiveram presentes na CREVAL.

Figura 4 - Exercício ÁQUILA

Figura 5 - Exercício "QUICK LION"

Exercício "*QUICK LION*", de 19 a 30 de novembro de 2018, mais uma vez, no Campo Militar de "*San Gregório*", e que consistiu no exercício de certificação internacional do EUBG19-1. A Companhia participou com uma célula de resposta (08 elementos) integrada no Batalhão espanhol, tendo sido o exercício uma réplica do anterior.

Exercício "VULCANO 18", de 01 a 04 de dezembro de 2018, no Campo Militar de Santa Margarida, consistiu na validação do Programa de Tiro com as armas coletivas, integrado no exercício de fogos reais da BrigInt. A companhia executou tiro com o Canhão Mauser 30mm da Viatura Blindada de Rodas (VBR) Pandur *Infantry*

Figura 6 - Exercício "VULCANO18"

Fighting Vehicle (IFV), Metralhadora Pesada *Browning Quick Change Barrel* (QCB) 12,7mm, CSR Carl Gustav, Lança granadas HK-79 40mm, Metralhadoras Ligeiras HK-21 7,62mm e *Fabrique Nationale* (FN) Mag 7,62mm (VBR Pandur IFV) e Lançamento de Granadas de mão ofensivas e defensivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como referido, as adversidades foram muitas, e só com o apoio da cadeia de comando e a dedicação dos militares da CAtMecRodas/EUBG19-1 foi possível alcançar os objetivos, e manter a prontidão para o cumprimento desta missão. O treino é um processo contínuo, e que tem de ser mantido de forma a garantir o patamar da excelência. É por isso um desafio para todos os elementos intervenientes, neste processo, a manutenção das capacidades da CAtMecRodas.

"Por único móbil a honra e a dignidade"

A Cooperação no Domínio da Defesa com a República Democrática de São Tomé e Príncipe

A Cooperação no Domínio da Defesa (CDD) é a nova denominação da Cooperação Técnico Militar (CTM).

A CDD é um instrumento da Politica Externa Portuguesa que visa cooperar com as Forças Armadas e a Defesa do Pais no desenvolvimento das suas Forças Armadas Nacionais apartidárias, subordinadas ao poder político, como elemento pacificador e garante da segurança, da estabilidade politica, do bem-estar das populações e do desenvolvimento económico e social sustentado.

A COOPERAÇÃO COM A REPUBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A cooperação com a Republica Democrática de São Tomé e Príncipe teve início em 21 de Dezembro de 1988 com a assinatura do primeiro acordo de cooperação no Domínio Técnico-Militar.

A sua execução é enquadrada através de Acordos bilaterais, e de Projetos definidos em Programa de Quadros, a vigorar por triénios. Cabe ao Ministério da Defesa Nacional através da Direção-Geral de Politica de Defesa Nacional a coordenação.

Carlos Pinto
Maj Eng

O Programa-Quadro de 2018-20 tem como objetivos os seguintes:

1. Apoiar a Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe (FASTP), designadamente no domínio legislativo;

2. Apoiar o desenvolvimento de atividades que contribuam para reforçar a segurança e autoridade do Estado no mar, em especial no domínio da Guarda Costeira e da manutenção do Sistema de Assinalamento Marítimo e do Sistema de radares em São Tomé e Príncipe;

3. Apoiar a capacitação da Engenharia Militar de Construções das FASTP, contribuindo para a requalificação de infraestruturas militares e para a reinserção de militares santomenses na vida civil;

4. Qualificar os recursos humanos, através do ensino e formação militar em São Tomé e Príncipe e em Portugal;

5. Criar condições para a participação das FASTP nas missões das Forças Armadas Portuguesas, incluindo a participação conjunta em missões humanitárias ou de paz;

6. Melhorar o sistema de controlo e avaliação dos projetos e ações em curso, pela introdução de indicadores que permitam uma melhor monitorização do grau de execução dos projetos e atividades planeadas.

Do atual Programa-Quadro constam 3 projetos a referir:

Projeto	Designação	Objetivo Geral
1	Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe (FASTP)	Apoiar a Estutura Superior da Defesa e das FASTP
2	Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe	Apoiar a Guarda Costeira e a manutenção do Sistema de Assinalamento Marítimo e do Sistema de Radares em São Tomé e Príncipe
3	Pelotão de Engenharia Militar de Construções das FASTP	Capacitar a Engenharia Militar de Construções das FASTP

O PROJETO Nº3 - PELOTÃO DE ENGENHARIA MILITAR DE CONSTRUÇÕES DAS FASTP

Para o Projeto nº3 no final do Programa-Quadro pretende-se que a Engenharia Militar de Construções das FASTP esteja melhor capacitada para cumprir as suas missões e que os militares santomenses que nela prestam serviço se encontrem habilitados tecnicamente a cumprir um determinado conjunto de tarefas em áreas profissionais no domínio das construções, que lhes podem ser úteis na vida civil, depois de deixarem as FASTP. Pretende-se, aina, contribuir para recuperar infraestruturas santomenses e apoiar a realização de algumas obras de responsabilidade de entidades civis de interesse público.

De forma a atingir este resultado estão definidos objetivos específicos para o projeto nº3.

- Objetivo específico 1 – Apoiar tecnicamente as forças armadas São Tomé e Príncipe (FASTP) na recuperação e reabilitação das suas infraestruturas militares
- Objetivo especifico 2 – Apoiar tecnicamente as FASTP na formação dos militares integrados no pelotão de engenharia militar de construções em áreas profissionais naquele domínio.
- Objetivo especifico 3 – Apoiar tecnicamente entidades civis na recuperação e reabilitação de infraestruturas de interesse público.
- Objetivo especifico 4 – Apoiar os restantes projetos, sempre que para tal solicitado, em especial no domínio da participação das FASTP em missões humanitárias ou de paz, nas questões de género e de mulheres, paz e segurança e na interligação com o Estado-Maior das FASTP.
- Objetivo especifico 5 – Apoiar a implementação da formação profissional na área das construções verticais.

A execução deste Projeto está a cargo do Regimento de Engenharia nº3, que garante o Diretor técnico do Projeto (não residente) e o Assessor Técnico (residente).

Desde 21 de Junho de 2018 cumpre as funções de assessor técnico o 1Sarg Eng António Manuel Alves da Costa.

Para o cumprimento dos Objetivos específicos definidos têm sido realizadas várias reabilitações a infraestruturas militares, apoio técnico a entidades civis e apoio aos restantes projetos de cooperação. A formação dos militares Santomenses é dada na modalidade "on job training" durante o período do cumprimento do serviço militar obrigatório, e no final deste é entregue um diploma de competências reconhecido no mercado de trabalho civil.

São exemplos dos trabalhos desenvolvidos neste último ano os seguintes:

1. Construção da vedação periférica do Centro de Instrução Militar (CIM)

Este trabalho revelou-se como uma necessidade urgente de forma a garantir a segurança física da infraestrutura militar do Centro de Instrução bem como para evitar a utilização dos terrenos por parte da comunidade civil.

Figura 1 – Vedação no Centro de Instrução Militar

2. Reabilitação da Cozinha da Guarda Costeira

A reabilitação consiste na execução de um forno em tijolo refratário; bancadas para preparação dos alimentos; rede de água; pavimento; colocação de novos fogões e execução da exaustão dos fumos.

3. Melhoramento do Talhão militar no Cemitério

O trabalho consiste na execução das campas em betão armado, limitação da área com vedação e placa informativa.

Figura 32 – Pormenor Forno

Figura 3 – Estrutura do Coberto

Além destes trabalhos foram prestados apoios a entidades civis, nomeadamente, o Centro Cultural Português, Irmãs Franciscanas de Guadalupe e Instituto Camões. Foram também executados vários trabalhos no apoio ao NRP

Figura 4 – Execução das Campas no Talhão Militar

Zaire, destacando-se a execução de duas poitas de 3.5ton, a fixação das bases das antenas HF, a fixação do quadro elétrico de alimentação ao NRP Zaire no cais, a reabilitação de um edifício da Guarda Costeira, para servir de sala de trabalho de apoio ao NRP Zaire e à sua missão em São Tomé e Príncipe, abertura de fundações para a construção de um tanque de manutenção de motores fora de bordo, etc.

O projeto nº3 tem apresentado resultados muito positivos, melhorando gradualmente as infraestruturas militares e formando os militares Santomenses para uma melhor reintegração no mercado de trabalho após a saída das FASTP. Muito existe a fazer pelo que é de todo o interesse que este projeto se mantenha, ou até que aumente de dimensão.

Figura 5 – NRP Zaire

O Que Fazemos

Treino Operacional

Conclusões do Seminário da Brigada de Intervenção

"O Processo de Certificação de um Comando de Brigada"

O Seminário da Brigada de Intervenção (BrigInt), intitulado "**O Processo de Certificação de um Comando de Brigada**", decorreu nos dias 22 e 23NOV18, no auditório do Quartel-General da BrigInt em Coimbra, tendo como objetivos:

- Refletir sobre a organização do Comando da BrigInt por Funções de Combate;
- Partilhar experiências das certificações dos Comandos de Brigada (BrigInt, BrigRR e BrigMec), na visão da entidade certificada;
- Partilhar experiências das certificações dos três Comandos de Brigada, numa visão da entidade certificadora (Inspeção-Geral do Exército (IGE));
- Refletir sobre os critérios de certificação definidos pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) nos Allied Command Operations (ACO) Forces Standards (AFS).

Para tal, participaram cinco oradores convidados, numa escolha baseado na sua participação e experiência nos processos de certificação, tendo sido cumprido o programa e atingido os objetivos propostos. De uma forma geral, cada tema teve a duração de 90 minutos, com apresentação e debate, numa interação com a audiência.

Os cerca de **60 militares** participantes foram provenientes de todos os Regimentos da BrigInt, que incluiu os Comandantes dos Elementos da Componente Operacional da BrigInt, militares dos seus Estados-Maiores, Comandantes de Companhia e de Pelotão, e militares do Comando da BrigInt. O Comando da BrigRR aceitou o convite e também esteve presente.

Sobre os participantes, todos partilharam o interesse e a responsabilidade de aprender com as experiências dos processos decorridos que, independentemente do escalão Comando de Brigada que conferiu o tema do Seminário, identificaram **lições aplicáveis aos escalões inferiores**.

PRIMEIRA APRESENTAÇÃO

O Seminário iniciou com a apresentação do tema **"Experiências das Certificações dos Comandos das Brigadas"**, numa visão da entidade certificadora, a IGE, apresentada pelo **Cor Tm Santos Rodrigues**. A sua visão, recomendações e esclarecimentos dos processos de certificação, permitiu identificar um conjunto de boas práticas de aplicação futura, para o desenvolvimento dos processos de certificação, tendo em consideração os procedimentos nacionais e critérios definidos nos ACO *Force Standard*, aplicáveis a qualquer escalão.
Após um enquadramento, esclareceu o processo, numa relação temporal das tarefas de preparação, assim como da conduta da avaliação, terminando com a apresentação dos problemas mais comuns, extraídos das suas experiências durante o ano em que chefia as avaliações operacionais.

A constituição de uma **equipa de inspeção, de carácter multidisciplinar**, é efetuada, para além do chefe da equipa, membro da IGE, através da nomeação de inspetores para essa avaliação, de acordo com uma determinada área a avaliar. Esses inspetores, com desempenho de funções nas suas Unidades, nem sempre são conhecedores do processo de avaliação, nem sempre são conhecedores de determinadas especificidades da força, sendo que é desejável a **preparação atempada dos inspetores**.

A proposta para certificação de uma força ao Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), ou da sua não certificação, expressa no relatório da avaliação, **resulta da análise, nesse preciso momento** da inspeção operacional, e da **aplicação dos critérios definidos nos ACO *Forces Standards***, mesmo para forças a empregar ou a atribuir fora da estrutura da OTAN.

Para tal, como calendário adequado, tradicionalmente não cumprido, o pedido de inspetores deve anteceder 45 dias da *Combat Readiness Evaluation* (CREVAL), para que a **nomeação nominal seja efetuada 30 dias antes**, permitindo a realização de coordenações e disponibilização da documentação nos últimos 15 dias. A **nomeação tardia dos inspetores**, assim como a **não disponibilização da documentação necessária**, têm sido procedimentos comuns, afetando a preparação e, por conseguinte, a execução da CREVAL. Após a divulgação do Relatório à força, seguem-se dez dias para a apresentação do contraditório, antes da apresentação do Relatório Final ao CEME. Tem-se verificado o **envio tardio do contraditório**, sendo que poderá ter por consequência a sua não consideração no Relatório Final.

Relativamente ao momento da CREVAL, a primeira fase, de Avaliação Documental, decorrerá dependente da **disponibilidade atempada da documentação e de inspetores**, sendo o **brífingue efetuado pelo comandante da força** um momento-chave, devendo ser **pormenorizado e de acordo com as áreas do ACO *Forces Standards***. A segunda fase, de Avaliação Operacional, em contexto de exercício, deve integrar todas as atividades

e incidentes necessários à realização da avaliação, pelo que a listagem das *Main Events List*/*Main Incidents List* (**MEL/MIL**) **deverá ser coordenada e disponibilizada à IGE com antecedência**, evitando alterações ou eventuais constrangimentos.

A equipa de inspeção, baseada no lema "***TRUST BUT VERIFY***", para unidades operacionais, segue as cinco áreas com 36 itens e as 1734 medidas dos 237 critérios, excluindo os **critérios considerados e acordados como não adequados à força** a ser avaliada (para Quartéis-Generais estão definidos apenas 176 critérios com 1729

medidas). É possível, e acrescentamos nós que seria adequado, que haja **critérios e/ou medidas introduzidas e/ou ajustadas**, baseados na tipologia de força, do Teatro de Operações e da sua missão.

Por condicionantes assumidos pelo Exército, existem limitações no fornecimento de materiais nas áreas do **NBQR e Sanitária, sendo consideradas NÃO AVALIADAS, mas que são de treino obrigatório**, através de kits de instrução.

Como ensinamentos e recomendações da experiência nos processos de certificação de forças, devem ser tidos em consideração os seguintes pontos:

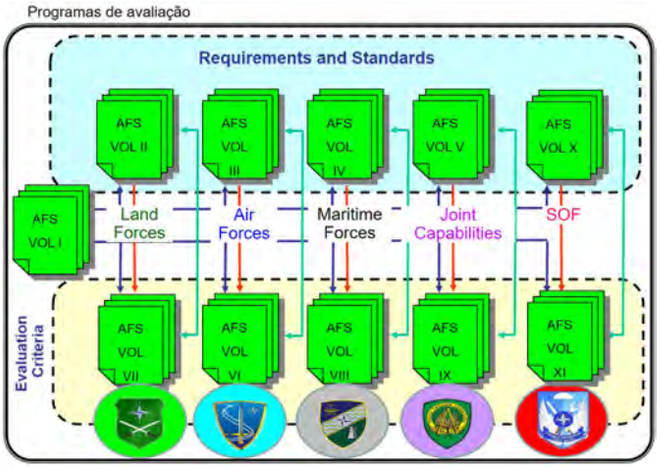
- O **resultado da avaliação é referente a esse momento**, pelo que um agendamento precoce pode resultar em "NOT READY";
- A força deve **efetuar uma autoavaliação** [pré-CREVAL] baseada nos itens dos ACO *Forces Standards*, por forma a identificar lacunas a resolver antes da CREVAL;
- A força deve efetuar uma **proposta com os critérios a não aplicar**, devendo essa coordenação ser efetuada com antecedência;
- A força deve **apresentar o brífingue e elaborar a documentação em inglês**, sendo uma oportunidade de treino, precavendo o seu emprego (nível e escalão ajustado à força);
- A **documentação deve estar atualizada à data e ao comandante**, apesar da continuidade e passagem de documentação entre forças;
- Os **ACO *Forces Standards* devem ser complementados** de acordo com as especificidades de cada Brigada, assim como aos escalões mais baixos e, acrescentamos nós, de acordo com a missão (por exemplo, a missão de ministrar formação, em que no TO se segue uma sequência padronizada e que é avaliada, então esses critérios deverão integrar a avaliação);
- As Unidades afiliadas devem seguir os **padrões definidos pelo seu escalão superior**, devendo ser um procedimento pró-ativo;
- Devem ser considerados os ***augmentees* necessários**, por exemplo no Comando e Estado-Maior de uma Brigada, assim como da **unidade/elementos de apoio administrativo-logístico à força** (por exemplo, um *National Support Element* (NSE)), com plano de aprontamento base e participação nos exercícios;
- Integrar a área de *Counter Improvised Explosive Devices* **(C-IED) no Plano de Treino e exercícios**, prevendo na Estrutura Operacional de Pessoal (EOP) uma célula de C-IED;
- Repensar a EOP/EOM, por forma a **garantir as funções logísticas em apoio da força**, que, a ser através de um NSE, este deve ser materializado nos exercícios, estando previsto em ordem de batalha, com a garantia da preparação necessária para que a projeção, a ser efetivada, cumpra o NTM definido. Enquanto que a BrigMec se socorre do BApSvc, este não existe na BrigInt nem na BrigRR. Identifica-se em particular a lacuna, em algumas forças, da inexistência do *Medical Advisor*, assim como a necessidade do G8 robusto;
- Identificam-se também fragilidades na **acumulação de funções** do pessoal do EM técnico, em situações de treino operacional e emprego da força.

Em suma, conclusões nossas, por falta de efetivos e processos, no âmbito do aprontamento de forças, a IGE tem apoiado o CEME no exercício da avaliação através das atividades de certificação, conforme agendamento, **não tendo qualquer papel interventivo de controlo durante o restante período de aprontamento**. Por

isso, dependendo do momento da avaliação, as suas recomendações para a resolução de deficiências, e respetivo acompanhamento, poderão já não ser eficazes. Considerando ainda que as inspeções operacionais visam avaliar, para além da capacidade de combate, também o estado de prontidão de uma força, deverá/poderá **avaliar de acordo com a categoria de prontidão** dessa força, sendo que, após uma ordem de ativação, e passado o tempo de prontidão, se deve avaliar de facto o estado de prontidão. Assiste-se à realização de CREVAL executadas em períodos de prontidão, assim como a não avaliação do estado de prontidão durante o período de *standby*.

SEGUNDA APRESENTAÇÃO

Seguiu-se o tema **"Organização do Comando da BrigInt por Funções de Combate"**, apresentado pelo



TCor Inf Paulo Roxo. Tendo as certificações decorrido com os Comando das Brigadas organizados por Funções de Combate, a apresentação permitiu um melhor entendimento das apresentações seguintes, tendo sido uma oportunidade de partilha de ensinamentos e recomendações futuras. De uma forma franca, partilhou as "angústias" vividas na conversão das teorias para a realidade prática.

Tendo em consideração que as Funções de Combate integram tarefas e sistemas, combinadas para gerar Potencial de Combate, este tipo de organização **apenas se adequa a situações operacionais**. Por isso a própria doutrina refere que pretende "ensinar a **como pensar**", não devendo ser esta considerada um *checklist* para seguir à risca na resolução de problemas.

Seguiu, de acordo com a doutrina, a apresentação e distinção das Funções de Combate, identificando **metodologias distintas em diferentes exércitos**. Esta divergência de aplicação prática do conceito em diferentes exércitos também se aplica à organização e funcionamento dos Postos de Comando.

Pelos pontos apresentados anteriormente, a tarefa de, a partir do QO da BrigInt, e das unidades provenientes das Forças de Apoio Geral, construir uma relação das Unidades por Funções de Combate poderá constituir-se como uma referência enganosa, pois a **organização por Funções de Combate é aplicável apenas a situações operacionais e de aplicação ao funcionamento do Posto de Comando** (PC), **em que o escalão mais baixo aplicável é a Brigada**.

Considera-se ainda que **o tipo de operação deverá ser tido**

em consideração na organização do Posto de Comando, a par da **não correlação direta do QO *versus* organização do Posto de Comando** por Funções de Combate. Esta organização, até ao momento considerada excecional em Portugal, por apenas ter sido implementada uma vez por brigada, poderá/deverá ter **implicações no Processo de Planeamento e no articulado das Ordens e Planos**, de formato distinto ao de uso comum.

Deverá ter-se em atenção que não se pode partir de uma estrutura, fixa e rígida, e aplicar à realidade, mas, em oposição, **de acordo com uma realidade, deve-se estruturar a melhor forma de cumprir a missão** nesse contexto. Para tal, e em treino, é necessário criar esse contexto, por forma a exercitar todas as áreas e todos os elementos. Deve ainda considerar-se que o Centro de Operações Tático **(COT) deve ser o ponto focal, com elementos de todas as Funções de Combate**, com significativa dimensão e, sendo que este acompanha as operações em curso, não deve planear.

Em suma, por nossa conclusão, a **vulgarização da terminologia Funções de Combate**, por vezes **erradamente associadas a Unidades do ECOSF**, a **falta de capacidade humana da Brigada** em converter o seu EM num PC organizado por Funções de Combate sem atribuição de *augmentees* pelo Exército, entre outras, impossibilitam o treino frequente, por iniciativa da Brigada, em que a rotação de pessoal, da Brigada e dos *augmentees*, contribuem para o permanente reiniciar do processo. Foi possível a experiência a cada Brigada

do Sistema de Forças Nacional, conforme agenda deste Seminário, correspondente à certificação do seu Comando, **apenas devida à intervenção do Exército**. Similarmente à **incapacidade de cada Brigada ter adotado melhorias e boas práticas**, devido à extinção dos seus elementos pós-CREVAL, também, se o Exército não criar condições, em particular humanas e materiais, **as experiências tendem a perder-se com o tempo.**

* * *

Seguiram-se as apresentações das experiências da certificação do Comando das três Brigadas do Sistema de Forças, numa **visão da entidade certificada**.

TERCEIRA APRESENTAÇÃO

Iniciou-se pela apresentação das "**Experiências da Certificação do Comando da BrigMec – 2018**", o último Comando a ser certificado, efetuada pelo **TCor Cav Paulo Serrano**. A partilha das suas experiências, que foram pormenorizadas e completas, desde a conceptualização, ao planeamento e conduta do processo de certificação, assim como a sua avaliação, apresentando-nos os pontos a manter assim como a alterar. As lições e boas práticas, e os desafios da preparação do Comando de Brigada constituído por cerca de 50% de *augmentees*, revestem-se de elevada importância, pois é a realidade atual e o futuro próximo esperado.

O Plano de Treino definido e implementado, integrava três áreas principais: treino individual, treino de pequenas unidades e treino de estado-maior.

Na área do **treino individual**, após um ***Academics Seminar***, da responsabilidade do CFT, com conteúdos mais de cultura geral do que de aplicação prática, destaca-se a **importância do *Key Leader Training* (KLT), por ter sido a primeira oportunidade de concentrar todos os elementos** do EM. Durante o KLT, em abril, da responsabilidade da BrigMec, foram difundidas as NEP e esclarecido o papel e o contributo de cada um no PC organizado por Funções de Combate e no planeamento de operações.

A área de **treino de pequenas unidades** foi materializada pela participação do QG e CCS em todos os exercícios, orientado para a **projeção do Posto de Comando**.

Na área do **treino de Estado-Maior**, o foco foi a **revisão e aplicação das SOP** (*Standarts Operational Procedures*).

Sobre os exercícios realizados, da série HAKEA, três foram orientados por uma Função de Combate, em *Command Post Exercise* (CPX): Apoio de Serviços, Fogos e Informações. Para o exercício de **APOIO DE SERVIÇOS participaram parte dos Postos de Comando** da BrigMec e das suas subunidades. O exercício com foco nos **FOGOS foi sincronizado com os exercícios setoriais do Exército EFICÁCIA/RELÂMPAGO** [atual STRONG IMPACT], tendo participado parte do PC BrigMec. No exercício de **INFORMAÇÕES participaram parte dos Postos de Comando** da BrigMec, do AgrMec, do ERec e do GAC. Em comum, os exercícios tiveram a participação de parte do Comando da BrigMec, nomeadamente a célula respeitante a cada função de combate e sempre com a materialização do COT. Em alguns dos exercícios não foi possível **a presença dos seus *augmentees*, sendo recomendável a participação** destes sempre que possível para aumentar a integração.

O exercício seguinte, agora com a integração de todos os *augmentees*, com uma **avaliação interna, boa prática recomendável**, seguindo o modelo de CREVAL, orientado para a discussão dos processos e tendo em vista a preparação para o ORION, momento da certificação.

Destes exercícios realizados, resultou a recomendação de **participação da totalidade do PC** BrigMec, incluindo os *augmentees*, em todos os exercícios, para detalhar os produtos de planeamento. Para o controlo do exercício recomendam a **utilização do JEMM** (*Joint exercise management* module), assim como uma **atenção especial ao Plano de Defesa** e **Plano de Carregamento**, que, sendo tarefas críticas a serem avaliadas, exigem treino rigoroso e manutenção dos mesmos militares, para assimilação do treino.

Relativamente a **cenários Artigo 5º**, caso do Exercício ORION 18, foi considerado fraco para a organização do PC por Funções de Combate, por falta de inimigo robusto.

Tendo sido exercitado o Posto de Comando com três estruturas, o PC Principal, o PC Tático e o Grupo de Comando, e estando o **PC Principal junto do Tático**, identificaram os inconvenientes destes constituírem uma **estrutura demasiado grande**, assim como a consequência negativa da **perda do COT com a saída do PC Tático**, perdendo recursos (COP, comunicações, …). Para a redução dessa dimensão recomendam a **alteração de algumas tendas por viaturas** e a **eliminação de tendas de passagem**.

Apesar da doutrina referir a não necessidade do **COMANDO-MISSÃO ao escalão Brigada**, a experiência disse que faz sentido e que foi útil. Assim como a implementação de **dois turnos no COT** (12 horas) permite reduzir os efetivos, para aumentar nas células em planeamento. Apesar disso, em operações prolongadas, recomenda-se a implementação de três turnos (8 horas). Ainda na conduta, destacam a atenção que deve ser dada à **gestão da informação**, com pessoal para turnos, sendo que deve ser sempre encaminhada para conhecimento ao COT. A **utilização de ferramentas digitais foi considerada uma mais-valia** (*chat*, *SharePoint*, COP no SICCE, TOC watch, *Digital Battle Tracker*, email). O (*Rehearsal of Concept*) **ROC *DRILL*** efetuado teve impacto significativo na forma como decorreu o exercício.

QUARTA APRESENTAÇÃO

Relativamente às "**Experiências da Certificação do Comando da BrigRR**", realizada em 2017, o **TCor Art Sousa Jacinto**, trouxe-nos mais uma experiência, mais uma partilha de desafios e um conjunto de recomendações.

A necessidade de organizar o PC por Funções de Combate, conciliando a doutrina, com a realidade nacional e ainda as SOP do escalão superior (neste caso o ARRC), a dificuldade de constituir o *maning* necessário, a sua identificação, disponibilidade e adequação, as **fragilidades da cultura portuguesa**, em particular em aspetos de segurança e controlo de acessos, ou no cumprimento de horários, foram alguns dos desafios enfrentados.

A sua recomendação, de realização de um exercício CPX/CAX (*Computer Assisted Exercise*) para o escalão Comando de Brigada, esteve prevista [já desmarcada] ser realizada pela primeira vez no Exército Português, pelo Comando da BrigInt, no Exercício COMBINED RESOLVE 2020.

Uma vez mais, a certificação do Comando da BrigRR decorreu durante o Exercício ORION, tendo sido **fator negativo as diferentes certificações simultâneas** ocorridas meadamente o LCC/FRI, EREc/NRF e DestCIMIC/CGerCIMIC.

Consideram que para o sucesso do processo de certificação deve **ter-se em atenção a CCS/BrigRR**, garantindo os seus efetivos e treino. Assim como a **acumulação de funções não é compatível** com o normal funcionamento do Posto de Comando.

Deve ter-se sempre em consideração a afiliação da Brigada a certificar, por forma a garantir a sua adequação. Neste caso, o ARRC considera que um Comando de Brigada não deve exceder os 60 elementos, tendo sido o efetivo inicialmente proposto de **138 militares, considerada uma estrutura muito pesada**, com impacto negativo para uma VJTF. Após reformulação, conseguiram reduzir para 105 militares.

Da execução realçam a necessidade de **não sobrecarregar o *battle rhythm***, com prejuízo da disponibilidade do pessoal para planeamento, devendo definir-se, desde início, quem assiste a quê e quando. Similarmente, **definir e cumprir os tempos** de início e duração dos diferentes brífingues. Identificaram ainda a necessidade de constituir uma **célula para gestão do risco/prevenção**

de acidentes, para situações reais, fora da estrutura definida. A **utilização da GeoCell** foi considerada muito útil, devendo ser contactada o mais cedo possível, para que possam desenvolver produtos.

Sobre a avaliação, e tendo como referência os ACO *Forces Standards*, para a certificação do Comando de uma Brigada, e porque integra uma CCS, devem ser **consideradas partes da avaliação para QG e partes da avaliação para Unidades**, uma vez que, sendo diferentes, cada uma tem áreas importantes.

QUINTA APRESENTAÇÃO

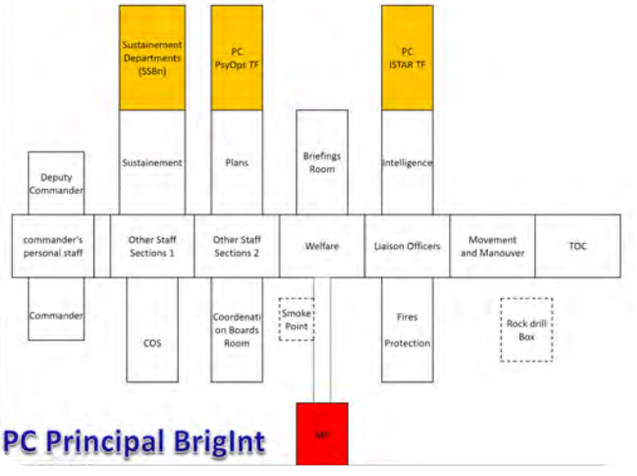
Para terminar e fechar o ciclo das experiências vividas, experiências distintas, mas complementares, o **TCor Art Dias Costa** apresentou as "**Experiências da Certificação do Comando da BrigInt**", realizada em 2016. Partilhou as suas tarefas, desafios e dificuldades no desenvolvimento e condução do processo de certificação da BrigInt, desde o **desafio da transformação de um EM com pouco mais de 20 elemento, num EM com mais de cem**, organizado por Funções de Combate, para ser certificado.

Destacamos a **importância do planeamento e programação** dos vários meses de preparação que antecederam a certificação. Das boas práticas realçamos a importância da **nomeação atempada do pessoal em OB** e a sua participação nos diferentes momentos, assim como a **integração nos diversos exercícios dos diferentes apoios** (Apoio de Fogos, Apoio de Combate e Apoio de Serviços) com a Manobra, e a realização a diferentes níveis (**AS/KLT/BST**), em diferentes tipologias (**MAPEX/CPX/CFX/FTX/LFX**) e para diferentes áreas (**LOGEX/SIGEX**).

Uma vez que a certificação decorreu durante o Exercício ORION, em que o Comando da BrigInt recebeu forças de outras brigadas, foi **relevante a coordenação entre brigadas** para a preparação e treino das tarefas táticas, de acordo com o OPLAN da Brigada para o exercício.

A participação da quase (cerca de 90%) **totalidade do pessoal nomeado em OB nas várias etapas** e no exercício de certificação foi muito importante. Considera-se ainda relevante a completa **elaboração, a sua difusão e consideração dos FER** nas atividades futuras.

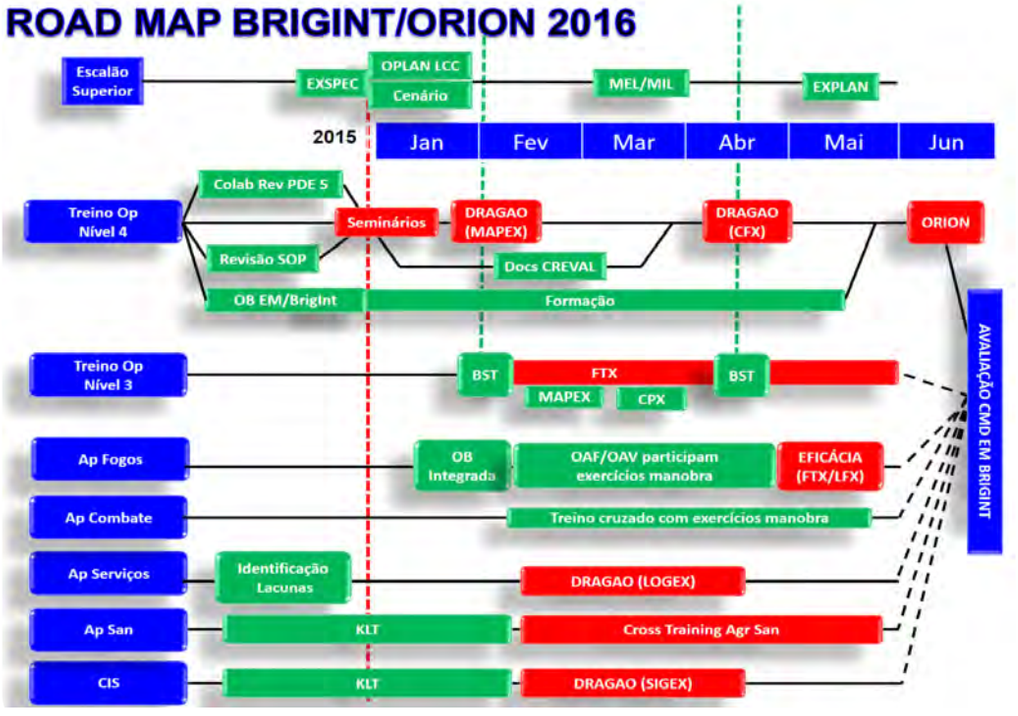
De forma geral, destacamos a passagem de lições e



documentação de apoio entre as Brigadas certificadas, sendo que este Seminário foi mais um momento de partilha de experiências.

O Seminário terminou com a apresentação de conclusões, certos da oportunidade de se ter discutido o tema e da importância da sua utilidade, consideramos termos saído mais enriquecidos, preparados e alertados para aspetos práticos relacionados com os processos de certificação.

Por isso afirmamos que atingimos os objetivos propostos para o Seminário da BrigInt 2018: **"O Processo de Certificação de um Comando de Brigada"**.



QUE FAMA ILUSTRE FIQUE

Treino Operacional do Grupo de Reconhecimento 2018

1. Enquadramento

Seguindo as linhas orientadoras apresentadas na Diretiva de Treino Operacional da Brigada de Intervenção (BrigInt), para o ano de 2018, com o objetivo de conduzir o treino de forma sequencial e progressiva, para aumentar a proficiência individual e coletiva ao nível dos baixos escalões e garantir, numa fase posterior, o treino de tarefas coletivas de forma a manter e aperfeiçoar as capacidades dos escalões intermédios, o Grupo de Reconhecimento (GRec), planeou o seu ciclo de Treino Operacional, com os exercícios da série PLUTÃO.

Figura 1

Este planeamento, para além das limitações em efetivos, sobretudo na categoria de Praças foi condicionado pelo facto de no 1.º semestre de 2018, o GRec ter um efetivo de escalão pelotão que integrou a 1ª Força Nacional Destacada (FND) - *Quick Reaction Force*, no âmbito da *Resolute Support Mission,* para o Teatro de Operações do Afeganistão.

GRec

Deste modo, durante o ano de 2018 o contributo operacional do GRec resumiu-se ao:

a. Comando e Estado-Maior;
b. Esquadrão de Reconhecimento (ERec) com um Pelotão de Reconhecimento;
c. Esquadrão de Autometralhadoras (EAM) com um Pelotão de Autometralhadoras;
d. Esquadrão de Apoio de Combate (EAC) a um Pelotão Anticarro, um Pelotão de Morteiros a duas Secções de Morteiros e uma Secção de Vigilância do Campo de Batalha;
e. Esquadrão de Comando e Serviços com a parte proporcional do apoio de serviços.

Figura 2

Figura 3

Figura 4

2. Exercícios

Utilizando como cenário enquadrante aquele que foi desenvolvido na elaboração do Plano de Operações CENTAURO[1], as subunidades do GRec durante o mês de janeiro executaram, no Monte dos Carvalhos (Braga), pequenos exercícios de nivelamento de instrução individual e coletiva, que serviram de preparação para os exercícios de nível 1 e 2[2].

Os exercícios PLUTÃO 18-1 (nível 1) e 18-2 (nível 2), na forma de Field Training Exercise (FTX) decorreram na Serra da Cabreira e em Cabeceiras de Basto, respetivamente, e permitiram a validação do treino operacional do ERec, EAM e EAC, através das Técnicas, Táticas e Procedimentos no planeamento e execução de:

a. Reconhecimento de Itinerário;

b. Reconhecimento de Área;

c. Ocupação de uma Linha de Vigilância;

d. Marcha para o contacto.

O EAC participou ainda no exercício EFICÁCIA 18, em Vendas Novas, realizando fogos reais, com duas Secções do Pelotão de Morteiros.

Durante este ano, o GRec contribuiu, no âmbito da preparação e aprontamento do 2BIMecRodas (Viseu), com vista à sua afiliação à MNBDE-SE-tFP/2018[3] (Roménia) com um efetivo de 56 militares, no Exercício MARTE 18, integrando a Estrutura Operacional de Pessoal desta força, cuja certificação decorreu posteriormente durante o Exercício ORION 18. Para além da participação destes militares, no exercício ORION 18, em Viseu, simultaneamente o GRec empenhou outros efetivos como Augmestado-Maior da Brigada Mecanizada[4] e na estrutura de Controlo do Exercício, no Campo Militar de Santa Margarida (CMSM).

O ano de 2018 terminou com a realização do Exercício de Fogos Reais da BrigInt (VULCANO 18), tendo o GRec empenhado os diferentes sistemas de armas que o equipam, com destaque para as Autometralhadoras CADILLAC CAGE V150S (AM V150S) cujo tiro da peça de 90 mm já não se realizava desde 2016.

3. Conclusão

No final de 2018, o GRec demonstrou nos vários exercícios em que participou, um elevado grau de operacionalidade, garantindo a manutenção da prontidão das subunidades definidas como produto operacional para este ciclo de treino. Este facto, ficou igualmente patente no exercício tático de demonstração de capacidades (incluindo realização de fogo real)[5], apresentada pelo GRec no CMSM, por ocasião da visita ao Exército de S.Exa. o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), o Almirante António Ribeiro, cuja prestação foi publicamente reconhecida e elogiada.

[1]Plano de Operações definido pela BrigInt, com recurso ao cenário desenvolvido para o exercício ORION18 (cenário SKOLKAN).

[2]Nível 1 - São exercícios cujo esforço é efetuado na execução de tarefas genéricas e elementares dos mais baixos escalões – guarnição, esquadra, secção ou pelotão; Nível 2 - São exercícios cujo esforço é efetuado na execução de tarefas do escalão Esquadrão. São, prioritariamente, exercícios do tipo FTX e constituem a base da manutenção das competências de combate, apoio de combate e apoio de serviços.

[3]Multinational Brigade South-East, Tailored Forward Presence 2018

[4]Grande Unidade do Exército no esforço, durante o ano de 2018, tendo em vista a sua certificação no âmbito dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado.

[5]Execução de um Reconhecimento de Itinerário com a presença de grupos hostis.

Figura 5 e 6

PARTICIPAÇÃO DOS AUGMENTEES DA BRIGADA DE INTERVENÇÃO NO EXERCÍCIO "QUICK LION 18"

André Ferreira
Maj Cav

José Andrade
Maj Inf

INTRODUÇÃO

De acordo com a Diretiva Nº 117/CEME/18, Empenhamento Militar do Exército no Plano Externo 2019-2021, de 12Jul18, o Exército participa em 2019, nos mecanismos de Resposta Rápida Militar (RRM) da União Europeia (UE).

O conceito de RRM, explanado no *European Union Military Rapid Response Concept* (EU MRRC), de 08Jan15, prevê duas modalidades de participação internacional com diferentes níveis de empenhamento e de prontidão de forças, designadamente o *European Union Battlegroup* (EU BG) e a *Rapid Response* (*Land, Air and/or Maritime*).

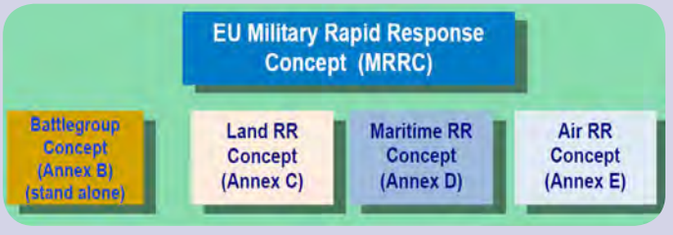


Figura 1 – EU Military Rapid Response Concept

Ainda de acordo com o conceito de RRM a UE identifica cinco (05) possíveis cenários de emprego do EU BG:

1. *Separation of Parties by Force* (SOPF);
2. *Stabilization, Reconstruction, and Military Advice to third countries* (SR);
3. *Conflict Prevention* (CP);
4. *Evacuation Operations* (EO);
5. *Assistance to Humanitarian Operations* (HA).

Portugal participa nestes dois mecanismos de RRM anualmente de forma alternada. O Exército Português participa, durante o 1º semestre de 2019, no EUBG 19-1 com uma Companhia de Atiradores Mecanizada de Rodas, (03) três militares *augmentees* ao *Force Headquarters* (FHQ) do *Battlegroup*, cuja nação-quadro é Espanha e ainda (03) três militares *augmentees* ao *Operational Headquarters* (OHQ), em França, com um *Notice To Move* (NTM) de 10 dias.

O EU BG 19-1, cujo Comando tem por base a *Division* "*Castillejos*" espanhola, sediada em Madrid, integra no seu *Force Headquarters* (FHQ) *augmentees* nacionais, portugueses, franceses e italianos, tendo iniciado a sua preparação e treino em janeiro de 2018 e tendo terminado a fase de treino e certificação nacional com a realização do Exercício "ACTIVE LION 18", que decorreu no final do primeiro semestre de 2018 na área de treino de *San Gregorio* em Saragoça, Espanha.

A integração multinacional e o treino do EU BG *Package* desenvolveu-se durante o segundo semestre de 2018, em que o Exercício "QUICK LION 18", de certificação internacional do EU BG 19-1, se constituiu como o evento de maior relevo nesta fase.

Este Exercício decorreu em Espanha na região de *Igriés* (Huesca) e na área de treino de *San Gregorio* (Saragoça), entre 19 e 30 de novembro de 2018, tendo como objetivo principal concluir a integração do EU BG *Package* e treinar as missões genéricas atribuídas, de forma a avaliar os níveis de treino e certificar o EU BG 19-1 antes da fase de *stand by* entre 01 de janeiro e 30 de junho de 2019, caso os requisitos de avaliação fossem alcançados.

PARTICIPAÇÃO

Relativamente à participação portuguesa no EU BG 19-1 FHQ e de forma a cumprir as especificações do Exercício "QUICK LION 18", os três *augmentees* da Brigada de Intervenção para os cargos do FHQ do EU BG 19-1 deslocaram-se no dia 18 de novembro de 2018 em viatura civil alugada de Coimbra/Vila Real para Madrid, onde chegaram no final da tarde do mesmo dia e integraram o Estado-Maior do FHQ do EU BG 19-1 no dia seguinte, apoiado maioritariamente no Quartel General da Divisão "*Castillejos*" e *Primary Training Audience* (PTA) deste Exercício.

No dia 19 de novembro de 2018 deslocaram-se em autocarro de Madrid para *Igriés*, onde decorreu o brífingue de apresentação do exercício, tendo o *Force Commander* – OF7 *Fernando García Gonzalez-Valerio* – recebido e dado as boas vindas a todos os participantes no Exercício, pedindo "compromisso" com a tarefa, apesar das condições de rusticidade em que o Exercício iria decorrer, esclarecendo que as mesmas eram propositadas, uma vez que aquele FHQ deveria ser facilmente projetável e permitir operar rapidamente, de acordo com o conceito do EU BG.

Figura 2 – Augmentees ao Estado-Maior do EU Battlegroup

Neste dia realizaram-se ainda as atividades de *in-processing* e foi difundida informação geral sobre o cenário

Figura 3 – Alojamento em Tendas

do exercício, sobre as questões de segurança, sobre a conduta a adotar durante o Exercício (salientando-se que não era permitido utilizar quaisquer luzes no exterior, por razões de ordem tática) e foram entregues os apoios logísticos necessários, nomeadamente as tendas individuais, alojamento utilizado por todos aqueles que integraram o FHQ neste Exercício.
Ainda neste dia decorreu a integração funcional dos *augmentees* de acordo com os cargos definidos, tendo esta ocorrido na célula operações futuras (cargo CJ-3-04 – *Future Operations Coordinator*), na célula logística (cargo CJ4-04 – *Land Plans*) e na célula informações (cargo CJ2-26 – *Counter Inteligence/ Security* NCO).

Decorridas as atividades de projeção e de *in-processing*, teve início a fase de *warm-up*, que decorreu entre 20 e 25 de novembro de 2018. Ao longo desta fase desenvolveram-se várias atividades, salientando-se que nesta fase:

- Foi implementado o *battle rythm* definido para o Exercício, sendo que todas as atividades do Exercício decorreram no período compreendido entre as 0800 e as 2000, período em que o *Joint Operations Centre* (JOC) se encontrava ativado;
- Foram consultadas e analisadas as *Standard Operating Procedures* (SOP) do EU BG 19-1 e das células funcionais do FHQ, de forma a elaborar os documentos e a conduzir os *boards* (*Support Coordination Board*, *Joint Targeting Coordination Board*, etc.) e *working groups* (*Targeting Coordination Working Group*, INFOOPS *Working Group*, etc.) de acordo com o previsto em cada SOP;
- Foram apresentados os sistemas de informação e comunicação utilizados em cada célula funcional (LOGFAS, ADAMS, etc.) e no FHQ (*SharePoint*, *Chat*, Outlook, pastas partilhadas, etc.), de forma a compreender as suas potencialidades e finalidades no âmbito daquele Exercício;
- Foram testados os sistemas de informação e comunicação e mais ferramentas disponíveis, de forma a familiarizar todos os intervenientes com as mesmas e com os processos definidos nas células funcionais e no FHQ, no âmbito da correspondência e do fluxo da informação;
- Foi realizado treino interno ao nível das células funcionais e, posteriormente, treino ao nível do FHQ, com interação entre todas as células funcionais e integradoras, através da resolução de incidentes dirigidos e coordenados pela célula CJ5 planos, permitindo assim implementar plenamente o *battle rhythm* definido;
- Foram reorganizadas as células funcionais, atendendo ao que foi identificado como necessário durante esta fase de *warm-up*.

Ainda durante a fase de *warm-up* o *Force Commander* reuniu-se com os *augmentees* dos Estados Membros presentes no Exercício (Portugal, Itália e França) e dos *enablers* do EU BG 19-1, oriundos da Marinha, da Força Aérea, da Guarda Civil e da Unidade Militar de Emergências (UME) de Espanha, procurando saber das dificuldades sentidas e das capacidades de cada um, apelando para que todos se integrassem de forma rápida e que não hesitassem em participar e apresentar contributos, uma vez que todos faziam parte do EU BG 19-1, todos eram necessários e que contava com todos. Sobre este assunto, houve uma permanente preocupação referente à integração e participação dos *augmentees* internacionais.

Terminada a fase de *warm-up* teve início a fase de avaliação do Exercício, que decorreu entre 26 e 29 de novembro de 2018 e incluiu a preparação, a condução e o *hot wash-up*. Esta fase contou ainda com um *Distinguished Visitors Day* (DVD), que decorreu no dia 26 de novembro de 2018, na área de treino de *San Gregorio*, que contou com a presença da Ministra da Defesa de Espanha.

Esta fase iniciou-se com a difusão de uma *Fragmentary Order* (FRAGO) ao Plano de Operações EUFOR EIBA, que permitia ao EU BG 19-1 conduzir uma operação num ambiente semi-hostil ao abrigo de um mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas e relacionada com as missões genéricas da União Europeia.

Durante esta fase do Exercício os *augmentees* da Brigada de Intervenção realizaram as tarefas inerentes aos cargos ocupados em cada célula funcional e de acordo com o *battle rhythm* definido, salientando-se a elaboração de diversos produtos e documentos, as coordenações realizadas com outras células funcionais e integradoras e a participação em diferentes *boards* e *working groups*, de acordo com os incidentes dirigidos e coordenados pelo *Exercise Control* (EXCON) e a condução da operação por parte do FHQ.

A avaliação do FHQ, enquanto PTA e com vista à sua certificação, decorreu durante os dias 27 e 28 de novembro de 2018. No dia 29 de novembro de 2018 terminou o Exercício, altura em que foi realizado o

hot wash up, foram realizadas as atividades de *out-processing* e foram formalizadas as despedidas pelo *Force Commander*, agradecendo aos *augmentees* toda a colaboração para o desempenho alcançado pelo FHQ naquele Exercício.

No dia seguinte, a 30 de novembro de 2018, decorreram os movimentos em autocarro de *Igriés* para Madrid e de Madrid para Vila Real/Coimbra em viatura civil alugada, onde os *augmentees* chegaram ao início da noite.

CONCLUSÃO

A participação dos *augmentees* da Brigada de Intervenção no Exercício "QUICK LION 18" decorreu de acordo com o planeado, tendo contribuído significativamente para este desiderato todo o apoio e diligências levadas a cabo pelo Comando da Brigada de Intervenção e pelo Comando das Forças Terrestres durante as fases de planeamento e preparação desta participação.

Ao longo do Exercício foi possível constatar que os *augmentees* da Brigada de Intervenção estavam preparados para desempenhar as tarefas decorrentes dos cargos ocupados nas diferentes células funcionais, ao mesmo tempo que foi notório o empenho dos participantes congéneres em apoiar e integrar os *augmentees* portugueses nas respetivas células funcionais e no próprio FHQ.

Para além das razões institucionais que levaram à participação destes *augmentees* no Exercício "QUICK LION 18", a mesma revelou-se uma excelente oportunidade de aprendizagem para estes, pela troca de experiências com militares congéneres, pelo contacto com determinadas ferramentas de planeamento e pela prática de determinados procedimentos decorrentes da dinâmica de um Estado-Maior de nível Divisão em ambiente conjunto e combinado, facilitando, simultaneamente, a sua integração no FHQ em caso de eventual projeção do EU BG 19-1 durante a fase de *stand by*.

Figura 4 – Foto de grupo do Comando e Estado-Maior do EU Battlegroup

A Participação do GAAA/ BrigInt no Exercício Eficácia - Relâmpago 18

Inserido no quadro anual de exercícios do Exército Português, decorreu no período de 22 de fevereiro a 02 de março de 2018, no Campo Militar de Santa Margarida (CMSM), o exercício EFICÁCIA-RELÂMPAGO18 com a finalidade de garantir a proficiência operacional das unidades de apoio de fogos e de defesa aérea, dos Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças do Exército (ECOSF), no planeamento, coordenação e controlo do apoio de fogos e da defesa aérea, durante a conduta de operações terrestres.

O exercício EFICÁCIA-RELÂMPAGO18, desenvolveu-se em duas fases distintas. Numa fase inicial decorreu o *Command Post Exercice* (CPX), seguido do *Field Training Exercice* (FTX), durante o período acima referido, no Campo Militar de Santa Margarida (CMSM). A segunda fase do exercício consistiu-se no *Live Fire Exercice* (LFX), sessão de fogos reais dos sistemas de armas de que equipam a Artilharia Antiaérea Portuguesa. Esta sessão de fogos reais decorreu entre os dias 09 e 13 de abril de 2018, na região de Fonte dos Morangos, em Vieira de Leiria.

Ambas as fases do exercício integraram a participação de uma unidade de artilharia antiaérea do *Ejército de Tierra*, do Reino de Espanha. A unidade provinha do *Grupo de Artilleria de Campaña XI*, que integra as valências de campanha e antiaérea, pertencente à Brigada Extremadura XI. A participação na fase de FTX decorreu com a integração da Bateria de Artilharia Antiaérea equipada com sistema míssil Mistral II, tendo sido disparado um míssil desse mesmo sistema de armas na fase LFX.

António Correia
Cap Art

Fase CPX/FTX

Nesta fase, O GAAA constituiu a Equipa de Defesa Aérea, um Pelotão de Sistema Míssil Portátil *STINGER*, constituído a duas Secções, com quatro Esquadras cada uma. O Pelotão RADAR foi constituído pelo Comando do Pelotão e uma Secção de RADAR de aviso local P-Star. Participou ainda com uma equipa de controlo e arbitragem. No total, o GAAA participou nesta fase com 51

militares, entre 8 oficiais, 16 sargentos e 27 praças.

A Equipa de Defesa Aérea foi constituída como define o Quadro Orgânico do GAAA (QO 09.03.07, de 14 de março de 2016), e integrou a Célula de Fogos e Efeitos do Comando da Brigada Mecanizada, pese embora, doutrinariamente, a Artilharia Antiaérea esteja localizada dentro da função de combate proteção e respetiva célula. Esta adaptação doutrinária prendeu-se com o facto de, para este exercício, a célula de proteção não ter sido constituída.

Durante a realização do exercício EFICÁCIA-RELÂMPAGO18, a Brigada Mecanizada, que no ano de 2018 iria ver o seu comando ser certificado durante a realização do exercício ORION18, realizou em paralelo o exercício HAKEA que se constituiu como um exercício de preparação para a certificação que se avizinhava. Com a realização do EFICÁCIA-RELÂMPAGO18, o Comando da Brigada Mecanizada viu assim uma oportunidade de treinar a integração e interoperabilidade dos militares provenientes do GAAA com os militares que constituíram a função de combate fogos. A equipa de defesa aérea participou no planeamento de toda a operação juntamento com as diversas funções de combate que constituíam o Comando da Brigada Mecanizada, bem como fazendo a ligação com o Comando da Bateria de Artilharia Antiaérea da Brigada Mecanizada, que materializou as forças no terreno.

As duas Secções do Pelotão de Sistema Míssil Portátil, foram atribuídas em apoio direto à *Task Force* 11 e ao Esquadrão de Reconhecimento, tendo contribuído para o planeamento de toda a ação das unidades que, respetivamente, apoiavam. O Pelotão RADAR ficou em ação de conjunto, garantindo desta forma o necessário aviso prévio sobre qualquer incursão aérea que decorresse no interior da área de operações da BrigMec.

A fase CPX/FTX revelou ser uma excelente oportunidade de treino, envolvendo todos os escalões participantes, sendo igualmente o momento para testar a interoperabilidade das forças da BrigMec com as da Brigada de Intervenção, nomeadamente ao nível das *Tactics, Technices and Procedures* (TTP).

A falta de um sistema de comando e controlo automático, e, sobretudo, as lacunas ao nível das transmissões pela falta de equipamentos da família "525", revelaram-se grandes desafios a ultrapassar para que operação decorresse como planeada.

Fase LFX

Na fase LFX, foi realizado tiro real com todos os sistemas de armas disponíveis que equipam a Artilharia Antiaérea em Portugal, bem como, e pela primeira vez em cooperação com o *Ejército de Tierra* do Reino de Espanha, um disparo com o Sistema Míssil Ligeiro MISTRAL II, que equipa as unidades de artilharia antiaérea do país vizinho, ao nível do *Short Range Air Defense* (SHORAD).

A sessão de fogos reais decorreu na região de Fonte dos Morangos (Vieira de Leiria). Esta carreira de tiro temporária, única a nível nacional, tem sido utilizada

Figura 1 - Apontador Bitubo, Vieira de Leira
Fonte: (Acervo fotográfico, RAAA1)

ao longo dos anos pelo Regimento de Artilharia Antiaérea Nº 1 para efetuar o tiro com todos os sistemas de armas que equipam a Artilharia Antiaérea portuguesa, nomeadamente, Sistema Míssil Ligeiro CHAPARRAL, Sistema Míssil Portátil STINGER e Sistema Canhão 20mm BITUBO. No ano de 2018, como já referido, foi também executado tiro com o Sistema Míssil Ligeiro MISTRAL II do *Ejército de Tierra*, bem como o tiro com recurso a Metralhadora *Browning* 12.7mm com reparo antiaéreo, pelo Regimento de Artilharia Nº 5.

Os "sistemas canhão" contaram com a colaboração dos disparos efetuados com granadas iluminantes, executados com os obuses do RA5, tendo sido os mistos iluminantes os alvos para estes sistemas. Para o tiro efetuado pelos "sistemas míssil" foi utilizado o alvo aéreo OUTLAW, através cooperação entre o Exército Português e a empresa norte-americana *Griffon Aeroespace*.

O tiro com o Sistema Míssil Ligeiro CHAPARRAL não foi executado, uma vez que a utilização dos mísseis ainda existentes para este sistema de armas foi desaconselhada, por motivos de segurança.

Figura 2 - Apontador Stinger, Vieira de Leiria
Fonte: (Acervo fotográfico, RAAA1)

Conclusões

O exercício EFICÁCIA-RELÂMPAGO18, revelou-se um exercício importante para GAAA, na medida em que permitiu que todos os militares participantes tivessem a oportunidade de testar e aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo dos diversos cursos de formação e qualificação, contribuindo para a melhoria sempre constante da Artilharia Antiaérea portuguesa.

Porém, revelou também que a Artilharia Antiaérea enfrenta inúmeros desafios, desde a continuação do treino das TTP, essencial para que as Unidade de Tiro (UT) sejam proficientes em operações, até à necessidade de guarnecer as Unidades de Tiro com os equipamentos de comunicações necessários para a transmissão de dados e voz, passando pela operacionalização do Sistema Integrado de Comando e Controlo para a Artilharia Antiaérea, de forma a progredir de um sistema de C2 analógico para um sistema totalmente automático, com os acréscimos de qualidade em termos de capacidade de resposta que daí resultarão, terminando na necessária modernização dos sistemas de armas de que atualmente dispõe.

Figura 3 – Sistema Míssil Mistral, Vieira de Leiria
Fonte: (Acervo fotográfico, RAAA1)

Treino Operacional da Companhia de Engenharia de Combate Média

O EXERCÍCIO VÉNUS 18 E VULCANO 18

O Treino Operacional da CEngCombMed é baseado em diretivas e indicações emanadas superiormente, bem como em bibliografia de referência de acordo com a Doutrina Nacional, Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN-NATO) e dos Estados Unidas da América (EUA), tendo por base o estado da arte quer ao nível do estudo da ameaça quer ao nível das Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP's) adotadas nos diversos Teatros de Operações (TO) em que Portugal ou os Países Aliados e Amigos estejam presentes.

Durante o ano de 2018 foram definidos para a CEngCombMed três pilares fundamentais para o Treino Operacional, nomeadamente: Busca Militar, Tactical Combat Casualty Care (TCCC) – Combat Life Saver (CLS) e Tarefas de Engenharia em Operações Defensivas em ambiente de armas combinadas, tendo bem presente as limitações existentes quer ao nível dos efetivos, materiais, equipamentos, quer ao nível de tempo e empenhamento noutras atividades e missões regimentais.

Assim, foram definidas 3 fases: Formação, Treino e Validação do Treino culminando no Exercício VÉNUS 18, que coincidiu com o Exercício JÚPITER 18 com o 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado de Rodas (1BIMec(R)).

João Borges
Cap Eng

Durante a primeira fase – FORMAÇÃO – apostou-se essencialmente em formações em sala, demonstrações de equipamentos e TTP's, tendo por base os seguintes documentos:

Figura 1 -Planeamento e Condução do Exercício

1. **Busca Militar**:
   a. ATP – 3.12.1.1 Allied Tactical Doctrine for Military Search e STANAG 2283 e 2293;
   b. C-IED EHAT Course CJFLCC-OIR;
   c. C-IED Detect Course CJFLCC-OIR;
   d. PDE 3-64-00 (A) Counter Improvise Explosive Device;
   e. FM 3-34.210 Explosive Hazards Operations.
2. **TCCC – CLS:**
   a. Tactical Combat Casualty Care (TCCC) – Quick Reference Guide;
   b. Combat Lifesaver Course: Student Self-Study Interschool SubCourse;
3. **Tarefas de Engenharia em Operações Defensivas em ambiente de armas combinadas**:
   a. PDE 3-34-13 Companhia de Engenharia de Combate;
   b. FM 3-34.22 Engineer Operations – Brigade Combat Team and Below;
   c. FM 3-34 Engineer Operations;
   d. FM 5-10 Combat Engineer Platoon.

Figura 2 - Estabilização com Célula Sanitária

Na fase do TREINO foram criados Situational Training Exercises (STX) que visaram a aplicação prática dos conceitos aprendidos em sala ou em caixa de areia.

Na VALIDAÇÃO DO TREINO com o Exercício VÉNUS 18 – JÚPITER 18 na Fraga da Almotolia, no RI13 Vila Real, foram definidos os seguintes objetivos principais:

- Desenvolver a Companhia como força blindada de rodas, treinar e aferir TTP's nos deslocamentos e condução de tarefas críticas das Secções de Engenharia (SecEng), com VBR PANDUR II 8x8;
- Estruturação, planeamento, preparação e condução de operações de Busca Militar intermédia nos diferentes espectros de operações de acordo com o STANAG 2283 e 2293;
- Treino de TTP's na reação imediata a ofensivas hostis, com particular enfoque na defesa dos locais de trabalho e na estabilização de baixas em combate;
- Apoio na preparação e construção de posições de combate e de proteção, bem como a limpeza de campo de observação e de tiro.

Para o cumprimento destes objetivos foi necessário definir fases do planeamento e condução do exercício:

Figura 3 - MD8_Busca Militar em Itinerário

1. **Fase I – Planeamento/Preparação**: visando sobretudo a produção de documentação específica, tendo em conta o cenário SKOLKAN, procedimentos em comunicações e revisão geral das TTP's da Companhia com o objetivo de dotar os militares que ocuparam as diversas funções no exercício com a informação necessária para o desempenho cabal das suas tarefas;

Figura 4 - Reação imediata a ofensivas hostis

Figura 5 - Execução de Uma posição de Combate para VBR PANDUR II 8x8 ICV com casco desenfiado

2. **Fase II – Execução**: Projeção e instalação, receção e ambientação à VBR PANDUR II 8x8, com instruções de refrescamento para chefes e guarnição de viatura, aferição de procedimentos em contexto operacional e condução do exercício com a respetiva avaliação;

3. **Fase III – Análise Pós-Exercício**: Condução de reuniões, discussão e elaboração de documentos que visam a produção de observações, lições identificadas e aprendidas.

Acresce ao Treino Operacional referido o Tiro Operacional realizado durante o ano de 2018 que teve como objetivos principais os seguintes:

- Melhoramento das capacidades que permitam o cumprimento das tarefas específicas de engenharia;
- Alcançar a proficiência técnica na execução do tiro a nível individual e coletivo, através de uma sequência lógica de evolução do atirador para a proteção próxima em locais de trabalho de engenharia.

O treino físico implementado foi diferenciado entre o Pelotão de Equipamento e o Pelotão de Engenharia para fazer face a uma exigência física mais elevada dos militares pertencentes a este último, mantendo bons níveis de moral e bem-estar da Companhia.

O Exercício VULCANO 18 teve como objetivo principal a confirmação do treino e manutenção das capacidades dos militares da CEngCombMed na área de Sapadores e Armamento e Tiro, com enfoque para a Técnica utilizada.

Foram treinadas técnicas de abertura de brechas de obstáculos de proteção materializados por concertinas e cavalos de frisa, bem como a abertura de obstáculos em ambiente urbano, como portas e paredes. Acresce ainda o treino com granadas de mão defensivas e o Tiro com Metralhadora Pesada Browning 12,7 mm, tendo em conta todos os procedimentos de segurança e operação.

Referências:

ATP – 3.12.1.1 Allied Tactical Doctrine for Military Search, out17, e STANAG 2283, out217, e 2293, mar 13;

C-IED EHAT Course, CJFLCC-OIR, 4ago17;

C-IED Detect Course, CJFLCC-OIR, 3mai17;

PDE 3-64-00 Counter Improvise Explosive Device, dez11;

FM 3-34.210 Explosive Hazards Operations, mar07;

PDE 3-34-13 (A) Companhia de Engenharia de Combate, ago14;

FM 3-34.22 Engineer Operations – Brigade Combat Team and Below, fev09;

FM 3-34 Engineer Operations, ago11;

FM 5-10 Combat Engineer Platoon, out95;

Tactical Combat Casualty Care (TCCC) – Quick Reference Guide, 2017;

Combat Lifesaver Course: Student Self-Study Interschool SubCourse.

O Treino Operacional do BTm

Luís Regada
Cap Tm

Edgar Ruano
Ten Tm

As comunicações no âmbito operacional da Brigada de Intervenção (BrigInt) apoiam-se no Batalhão de Transmissões (BTm). A estrutura orgânica do BTm é constituída pela Companhia de Comando e Serviços (CCS), a Companhia de Transmissões (CTm), a Companhia de Transmissões de Apoio (CTmAp) e um Módulo Tático CIRC, este último a garantir pela Direção de Comunicações e Sistemas de Informação. Quanto ao material orgânico principal, ao nível do apoio de Comunicações e Sistemas de Informação (CSI), o BTm encontra-se dotado de módulos de comunicações do Sistema de Informação e Comunicações Tático (SIC-T) para garantir as comunicações militares de nível tático.

Os módulos do SIC-T atualmente disponíveis são constituídos essencialmente por: Nó de Acesso (NA), Centro de Comunicações Batalhão (CCB), Centro de Comunicações Companhia (CCC), *Rear Link* e as novas *Viaturas Blindadas de Rodas (VBR) Pandur II 8x8 Communications Vehicle* (Pandur CV) (Figura 1). As VBR Pandur CV estão atribuídas à CTm e os restantes módulos de comunicações estão atribuídos à CTmAp.

O processo de reequipamento e instalação de meios, ao

Figura 1 – Viatura Blindada de Rodas (VBR) Pandur II 8x8 CV.

Figura 2 –Equipamentos CSI das Pandur CV.

Figura 3 – Retaguarda da VBR Pandur II 8x8 CV

nível das CSI, das seis Pandur CV foi iniciado em 2017. Em 2018 foram entregues ao BTm as primeiras duas Pandur CV, tendo estas sido empregues no apoio de CSI em diversos exercícios. As Pandur CV foram inicialmente projetadas para serem Pontos de Acesso Rádio (PAR) do SIC-T, contudo posteriormente esse projeto foi reformulado, tendo sido dotadas com uma grande diversidade de equipamentos que aumentam e potenciam as suas capacidades de CSI permitindo desta forma uma maior flexibilidade no seu emprego. Os equipamentos instalados nas Pandur CV permitem fornecer aos seus utilizadores o acesso à Rede de Dados do Exército (RDE), desde que as Pandur CV estejam interligadas com a infraestrutura de comunicações permanente, designada de Sistema de Informação e Comunicações Operacional (SIC-Op), assim como o acesso a um conjunto de serviços de rede que facilitam o comando e controlo (C2) das forças. A par disso, as Pandur CV permitem estender ou criar outras redes de domínio classificado ou de missão. A Pandur CV também permite efetuar a integração com outras redes IP para federação de serviços de rede. Atualmente a CTmAp encontra-se dotada de alguns módulos de comunicações do SIC-T, designadamente CCC, CCB, NA e *Rear Link*. Cada CCB e NA é composto por duas cabinas de comunicações com diferentes propósitos: cabina de transmissão (TX) e cabina de C2 e gestão (C2&G). O módulo de CCC consiste numa única plataforma dotada de uma cabina de comunicações onde estão instalados os meios CSI para o C2 do escalão Companhia, garantindo desta forma maior mobilidade. O módulo de *Rear Link*, através da sua possibilidade de comunicação via satélite (SATCOM) fornece a capacidade de interligação de uma força expedicionária com o Território Nacional através da integração com o SIC-Op. O módulo de comunicações *Rear Link* pode ainda garantir a interligação entre módulos de comunicações SIC-T via satélite quando tal não é possível por outros meios.

Figura 4 -Módulo de comunicações Rear Link

Reestruturação da rede de comunicações do BTm

A chegada das Pandur CV ao BTm desencadeou a necessidade de efetuar uma reestruturação da rede lógica de comunicações dos módulos de comunicações do SIC-T. No início do ano de 2019 iniciou-se o projeto de reestruturação da referida rede de comunicações.

No seguimento da necessidade de reestruturação lógica da rede e uma vez que ambas as Companhias do BTm assentam no SIC-T, foi idealizada uma estrutura base de rede que facilite a integração de todos os módulos SIC-T e destes com o SIC-Op ou outros sistemas C4I. Assim, sempre que seja necessário empenhar o BTm, quer em atividades de treino operacional, apoio de CSI a entidades civis ou em operações militares, os módulos do SIC-T utilizam esta base e adaptam-na às necessidades e especificidade da operação em causa. Desta forma, agiliza-se o processo de preparação para os demais empenhamentos, não sendo necessário configurar todo o sistema de raiz, permitindo assim criar condições para as guarnições dos módulos do SIC-T explorarem outras áreas, nomeadamente Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP), e a área da segurança.

A reestruturação da rede de comunicações do BTm teve como objetivo capacitar os módulos SIC-T para o apoio à Componente Operacional do Sistema Nacional de Forças com o menor tempo de resposta possível. Este projeto integrou três vertentes: estrutura de rede IP, estrutura de serviços a disponibilizar na rede IP e estrutura de redes rádio. Na base do planeamento das diversas estruturas esteve a definição das principais necessidades de implementação nos módulos SIC-T.

O projeto e implementação da estrutura lógica de rede foi iniciado e concluído no mês de janeiro deste ano, em todos os módulos SIC-T do BTm, incluindo as duas Pandur CV já equipadas com meios de CSI. Iniciou-se ainda o levantamento das necessidades dos serviços a disponibilizar na rede SIC-T, nomeadamente o controlador de domínio, correio eletrónico, *SharePoint*, entre outros. A estrutura da rede, assim como os serviços a disponibilizar estão vertidos no esquema apresentado na figura 5.

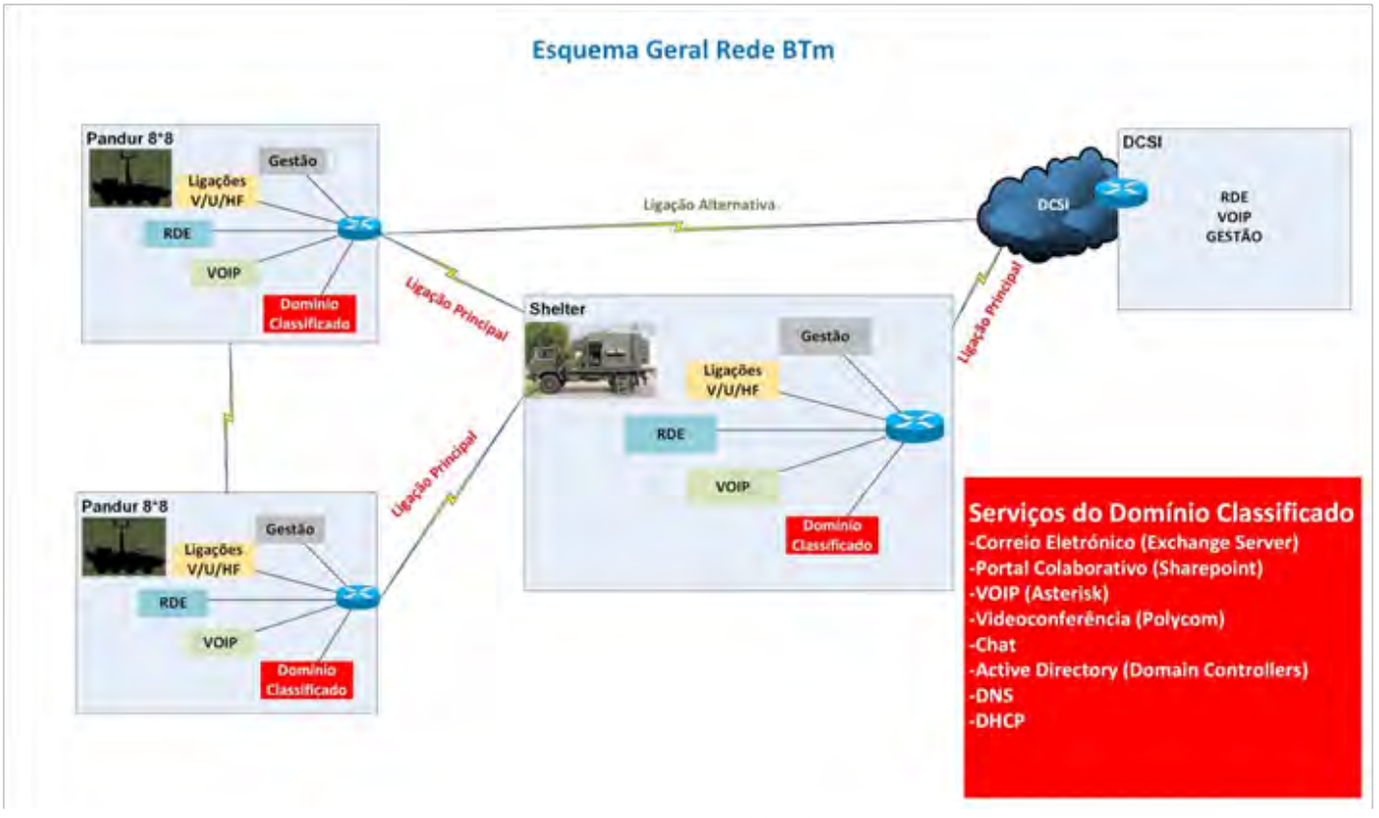


Figura 5 - Esquema geral de Rede

O referido projeto consistiu na reestruturação das redes IP em paralelo com a reestruturação de redes rádio e com o levantamento dos requisitos da estrutura de serviços. Após o término desta fase foi iniciada a reestruturação dos serviços a disponibilizar pela rede, ficando definido disponibilizar os seguintes: Correio Eletrónico, Portal Colaborativo, Telefonia IP, Videoconferência, Mensagens instantâneas (*Chat*), Sistema de Informação para o Comando e Controlo do Exército (SICCE), *Battlefield Management System* (BMS), *Active Directory*, DNS e DHCP.

Para este trabalho contribuem todos os Oficiais e Sargentos do Batalhão de Transmissões, nomeadamente os da Companhia de Transmissões e da Companhia de Transmissões de Apoio por forma a uniformizar todos os procedimentos a nível do Batalhão.

Conclusões

Nos últimos anos houve várias alterações tecnológicas nos meios CSI, pelo que foi necessário reestruturar a rede lógica de comunicações do Batalhão. Para tal, esta reestruturação foi planeada e preparada de forma a conseguir garantir que a CTm e a CTmAp estejam em consonância e os meios atribuídos garantam total interoperabilidade por forma a implementar uma maior rapidez de interligação e integração com outros sistemas C4I, sejam eles de nível tático ou operacional. Confere-se também, com a reestruturação desta rede, uma base de trabalho para o treino operacional ou para operações militares, assegurando que todos os quadros envolvidos nesse treino ou operações estejam familiarizados com os serviços e capacidades disponibilizadas pelo BTm.

Medula 181

Pedro Ferreira
Alf RC

Foi atribuído ao Regimento de Infantaria 19 (RI19) a missão de organizar e orientar o exercício MEDULA 181, no período de 15 a 26 de outubro.

O exercício MEDULA contou com a participação de 8 Oficiais e 11 Sargentos, pertencentes ao Regimento de Infantaria N.º 13, Regimento de Infantaria N.º 14, Regimento de Cavalaria N.º 6, Regimento de Engenharia N.º 3, Regimento de Artilharia N.º 5, Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1, Regimento de Transmissões e Unidade de Apoio da Brigada de Intervenção.

A missão de ministrar e conduzir o exercício foi concedida ao RI19 pelo Exmo. Major General Martins Ferreira, que em 2006 assumia o cargo de Comandante da Brigada de Intervenção (BrigInt).

O exercício, com especial enfoque nos graduados dos respetivos encargos operacionais, desde comandantes de escalão Pelotão, Sargentos de Pelotão e Comandantes de Secção, debruçou-se no planeamento e realização de ações de nivelamento e refrescamento com a vista a colmatar as lacunas identificadas e no sentido de incrementar a equidade ao nível da Técnica Individual de Combate e das Técnicas, Táticas e Procedimentos no seio da BrigInt.

Teve uma duração de 10 dias e foi conduzido com o apoio de 5 Oficiais e 7 Sargentos comandados pelo Exmo. Comandante do RI19, Cor Inf João Carlos Rodrigues Mendes da Silva Caldeira. Desenvolveu-se no RI19 e na área de instrução junto às antigas Instalações Florestais da área florestal de Sanjurge. De acordo com as especificações do exercício, foram abordadas várias instruções de âmbito militar, a baixo enumeradas:

Figura 1 - Retirar coordenadas na carta topográfica

1. Instruções: Armar e equipar individualmente para o combate;
2. Camuflar;
3. Proteger das vistas e dos fogos;
4. Progredir em equipa em ambiente diurno e noturno;
5. Planear e executar assalto a uma posição;
6. Reagir a vários tipos de emboscadas e a fogos indiretos;
7. Progressão e combate em áreas edificas;
8. Pedir fogos indiretos;
9. Operar aparelhos de visão noturna;
10. Defesa de pontos sensíveis;

11. Elaboração de diversos relatórios associados a diversos tipos de ações efetuadas;

12. Tiro (Espingarda Aut G3 e Pistola Walther P38)

Foram realizadas sessões de fogos reais orientadas para o armamento individual. Foi efetuado tiro de precisão e executadas diversas pistas de tiro instintivo com a Espingarda Aut G3, na Carreira de Tiro (CT) de 100m do RI19, assim como foi realizado tiro instintivo com a Pistola Walther P38, na CT de 50m do RI19.

A pista de confirmação, realizada no final do exercício, abordou as instruções de âmbito militar ministradas com o objetivo de pôr à prova os militares participantes, os quais demostraram uma inteira assimilação dos conhecimentos transmitidos e das experiências partilhadas reforçando, uma vez mais, a importância de um nivelamento ao nível da Técnica Individual de Combate e das Técnicas, Táticas e Procedimentos.

O exercício MEDULA foi mais uma vez findado com êxito reiterando que este se constitui como uma ação fundamental para garantir a uniformização de procedimentos e técnicas para a componente operacional da BrigInt.

Figura 2 - Tiro instintivo com a Pistola Walther P38

Participação Portuguesa no TOBRUQ LEGACY 2018 – Hungria

O TOBRUQ LEGACY 2018 (TOLY18) realizou-se este ano na Hungria no período de 4 a 15 de Junho de 2018, tendo contado pela primeira fez com participação de uma comitiva do Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1 garantindo funções de combate efetivas.

O TOLY18 é um exercício multinacional e faz parte do conjunto de exercícios SABER STRIKE, com a participação da USAEUR e tem como finalidade garantir a interoperabilidade, o comando, o controlo e as comunicações táticas num ambiente conjunto, realizando a integração dos sistemas de armas e sensores de antiaérea, com os meios da componente aérea.

O TOLY18 teve a participação de 19 nações que garantiram o *"manning"* e os meios necessários para a consecução do exercício, tendo iniciado com a fase *"Command Post Exercise"* (CPX), executando o *"Field Trainning Exercise"* (FTX) e terminando no *"Live Exercise"* (LIVEX).

A comitiva Portuguesa assegurou as seguintes funções durante o TOLY18:

- Posição "SAM Allocator" no "Control Reporting Center" (CRC) SILVERSHARK;
- Posição "SAM Allocator assistant/Deputy";
- Posição "LNO shadow" no HICON;
- Observador na área do Comando e Controlo do Espaço Aéreo (C2EA);
- Observador na área do "Tactical Data Links" (TDL).

No final do exercício, um militar da comitiva Portuguesa foi reconhecida pela *"Host Nation"* (HN) como tendo tido uma "excecional performance" nas suas funções, durante a realização do TOLY18.

RAAA 1

O Que Fazemos

Missões de Apoio ao Desenvolvimento e Bem-Estar

A BrigInt como elemento contribuidor para o PAMEEx

O PLANO DE APOIO MILITAR DE EMERGÊNCIA DO EXÉRCITO (PAMEEx) visa estabelecer a forma de colaboração do Exército na resposta a emergências nas ações de proteção civil, em todo o território nacional, na resposta a emergências complexas, designadamente acidentes graves ou catástrofes, naturais ou provocadas, em especial nas áreas do socorro, apoio às populações afetadas, logística, comunicações de emergência, engenharia e apoio sanitário.

A colaboração do Exército insere-se no âmbito do *Apoio n*ão Programado, em resposta a solicitações e pedidos não previstos de entidades do sistema de Proteção Civil (ProCiv), e no âmbito do *Apoio Programado*, quando executada em conformidade com os planos previamente elaborados, estando prevista, para efeito, a integração de um oficial de ligação nos centros de coordenação operacional.

No âmbito do *Apoio Programado*, as capacidades do Exército constituem-se na forma de catálogo de

Hingá Fernandes
Maj Eng

capacidades que se materializam em Módulos de Intervenção (ModInterv) com diversas capacidades, de entre as quais:

1. Comando, Controlo e Comunicações;
2.Engenharia Militar;
3. Apoio Sanitário e Intervenção Psicológica;
4. Reabastecimento e Serviços;
5. Manutenção e Transportes;
6. Defesa Biológica, Química e Radiológica;
7. Busca e Salvamento Terrestre;
8. Segurança e vigilância;
9. Apoio ao Combate de Incêndios.

Estes ModInterv são atribuíveis em ações de Apoio Militar de Emergência (AME) e acionados através da Unidade de Apoio Militar de Emergência (UAME), que tem a responsabilidade de avaliar as situações de risco previsíveis e definir graus de prontidão para os ModInterv específicos e passíveis de ser empregues nessas circunstâncias, sendo que os empenhamentos de ModInterv específicos são prioritários relativamente aos ModInterv de rescaldo pós-incêndio ou de vigilância ativa pós-incêndio.

No caso da BrigInt, em 2018, os ModInterv foram constituídos e preparados com suporte na sua implantação territorial, designadamente através dos seus regimentos, de acordo com o seguinte quadro de capacidades:

Capacidade	ModInterv	Nº Máximo de ModInterv	Pessoal	Material	Unidade Aprontadora
Comando, Controlo e Comunicações	Grupos de Comando e Ligação	**1**	3 (1/1/1)	1 viatura ligeira	UnAp/BrigInt
	Representantes das FFAA/Exército	**8**	2 (1/0/1)	1 viatura ligeira	UnAp/BrigInt, RAAA1, RA5, RC6, RI13, RI14, RI19, RTm
Segurança e vigilância	Patrulhas de vigilância e deteção	**21**	4 (0/1/3)	1 viatura ligeira	UnAp/BrigInt RAAA1, RA5, RC6, RE3, RI13, RI14, RI19, RTm
Engenharia Militar	Destacamentos de Engenharia	**2**[1]	5 (0/1/4)	1 viatura ligeira 1 plataforma+ trator 1 máquina de rastos	RE3
Apoio ao Combate de Incêndios e outras situações de catástrofe natural	Rescaldo pós-incêndio ou vigilância ativa pós -incêndio	**3**	19 (1/3/15)	1 viatura ligeira e 3 viaturas médias (apoio da DMT) ou 4 viaturas ligeiras	UnAp/BrigInt, RAAA1, RA5, RC6, RE3, RI13, RI14, RI19, RTm

No caso dos ModInterv para rescaldo pós-incêndio, que são os que congregam mais recursos humanos, estes devem ser empregues por períodos máximos de 48[2] horas, após as quais só voltam a estar disponíveis para nova projeção passadas 96h findo o período para qual estavam de prevenção. Isto implica que para manter o emprego contínuo de 01 ModInterv desta tipologia seja necessária, no mínimo, uma escala de rotação com 03 ModInterv.

Face a isso e face às necessidades elencadas, em 2018, a BrigInt congregou as capacidades das suas Unidades, perfazendo um total de 09 ModInterv desta tipologia.

Com base nesses quantitativos, por forma a garantir que estavam continuamente disponíveis 03 ModInterv, produziu a seguinte matriz de execução:

Em 2019, face à redução de efetivos, a capacidade de gerar forças para as ações de apoio militar de emergência diminui consideravelmente pelo que a BrigInt, atualmente, apenas consegue gerar 07 ModInterv completos para rescaldo pós-incêndio, o que implica que apenas consiga garantir 02 ModInterv para rescaldo pós-incêndio, numa escala contínua.

Referências:

a) Protocolo de Colaboração entre o ICNF e o EMGFA - 2018;

b) Plano de Apoio Militar de Emergência do Exército (PAMEEx).

D	D+2	D+4	D+6	D+8	D+10	D+12	D+14	D+16	...
RI13/ BrigInt1	RC6/ BrigInt4	RI13/ BrigInt7	RI13/ BrigInt1	RC6/ BrigInt4	RI13/ BrigInt7	RI13/ BrigInt1	RC6/ BrigInt4	RI13/ BrigInt7	...
RA5/ BrigInt2	RE3/ BrigInt5	RI14/ BrigInt8	RA5/ BrigInt2	RE3/ BrigInt5	RI14/ BrigInt8	RA5/ BrigInt2	RE3/ BrigInt5	RI14/ BrigInt8	...
RI14/ BrigInt3	RAAA1/ BrigInt6	RTm/ BrigInt9	RI14/ BrigInt3	RAAA1/ BrigInt6	RTm/ BrigInt9	RI14/ BrigInt3	RAAA1/ BrigInt6	RTm/ BrigInt9	...

[1]Os ModInterv têm um empenhamento contínuo, sendo as rendições geridas pelo RE3.
[2]Podendo atingir as 72h em casos muito excecionais.

A Participação do 1BIMecRodas no Âmbito do PAMEEX

Carlos Santos
Alf RC

Jorge Moura
Saj Inf

No âmbito da missão de apoio ao desenvolvimento e bem-estar das populações, o Exército implementou o Plano de Apoio Militar Emergência do Exército (PAMEEx), em 2018, onde foi estabelecida a forma de emprego das Capacidades de Apoio Militar de Emergência na resposta a emergências complexas, designadamente acidentes graves, catástrofes naturais ou provocadas e apoio às populações afetadas em todo o território nacional na resposta a solicitações e pedidos dos agentes da Proteção Civil, e assinou um protocolo com o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) - "FAUNOS" – que visa contribuir para o reforço da vigilância e sensibilização das populações em matas nacionais e perímetros florestais, durante o período crítico de incêndios florestais, nos distritos de Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Braga, Viseu, Guarda, Aveiro, Coimbra, Leiria, Lisboa, Setúbal, Beja e Faro.

O Regimento de Infantaria Nº13 (RI13) contribuiu ao longo do ano de 2018, com as suas forças e instalações, para o cumprimento desta determinação. Dentro da estrutura regimental foi atribuído ao 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado Rodas (1BIMecRodas) a missão de contribuir com forças de forma a cumprir o protocolo "FAUNOS" - Patrulhas de Vigilância e Sensibilização, e, no PAMEEx nas suas componentes de Patrulhas de Vigilância e Deteção e Módulos de Rescaldo e Vigilância pós Incêndio.

De forma a abordar o período de verão e consequentemente de maior risco de incêndio, o 1BIMecRodas conduziu ações de treino e preparação, tendo nomeado militares para a formação de Vigilância e Rescaldo pós incêndio ministrada no Regimento de Apoio Militar de Emergência (RAME), participando no exercício "FÉNIX 18" com um pelotão de rescaldo e vigilância, aumentando o número de condutores de categoria B-Militar através da frequência do Estágio de Todo-Terreno e participando em ações de sensibilização para a limpeza das matas.

Após este período de planeamento e preparação, o 1BIMecRodas empenhou diariamente quatro patrulhas no âmbito do protocolo FAUNOS, cuja área de empenhamento se definia por áreas de grande matriz florestal no Distrito de Vila Real e pela prontidão de dois módulos de intervenção de escalão Pelotão, prontos a ser empregues em todo o território nacional.

No que se refere ao empenhamento no Plano Faunos, foram executadas 368 Patrulhas de Vigilância e Sensibilização tendo sido percorrido um total de 41632 Km em 1472 horas de atividade. Esta atividade, quer pela sua constante presença nas áreas rurais/florestais, quer pela ligação com outros órgãos de Proteção Civil, permitiu sensibilizar as populações locais bem como alertar oportunamente as ignições detetadas, contribuindo para o processo de combate aos incêndios florestais.

Relativamente aos módulos de intervenção PAMMEX, estes poderiam ser empregues em duas modalidades, patrulhas de vigilância e deteção, e, ações de rescaldo e vigilância após-incêndio.

Na primeira modalidade, os militares do 1BIMecRodas executaram dezassete patrulhas no distrito do Porto, quatro patrulhas na região de Idanha-a-Nova, doze patrulhas no distrito de Bragança e mais doze patrulhas no distrito de Vila Real. Estes empenhamentos estavam diretamente ligados com o aumento do nível de risco de incêndio (risco extremo-vermelho), tendo sido incrementada a presença militar nas áreas de maior risco.

Na segunda modalidade, foram empregues quatro módulos de intervenção, dois módulos nos incêndios da região de Monchique, um módulo na região de Alijó e mais um módulo na região de Ponte de Lima. De realçar que foi empregue um módulo de intervenção fora do âmbito de rescaldo de incêndio, na região de Soure, de forma a auxiliar os órgãos de Proteção Civil no restabelecimento das condições públicas essenciais após a tempestade "*LESLIE*".

Após este período realça-se que os militares do 1BIMecRodas cumpriram todas as missões que lhes foram atribuídas com um grande espirito de missão e empenho, mostrando-se sempre prontos para efetuarem mais uma "patrulha" em detrimento do conforto pessoal e familiar, destacando mais uma vez a disponibilidade e vontade de servir do Infante do Marão.

O RC 6 no Apoio Militar de Emergência PAMEEX

"Avante para a Glória"

Bruno Ferreira
Cap Cav

No âmbito da sua missão de apoio ao desenvolvimento e bem-estar das populações, o Regimento de Cavalaria N.º 6 desenvolveu, entre junho e outubro de 2018, uma forte atividade de participação na prevenção e apoio ao combate de incêndios rurais, inserido no Plano de Apoio Militar de Emergência do Exército 2018.

Os militares do RC6 patrulharam diariamente diversas zonas florestais da região, para evitar incêndios, através de vigilância preventiva, fazendo reconhecimentos a áreas bem definidas, contribuindo ainda para o rescaldo dos incêndios, a fim de prevenir eventuais reacendimentos. Durante este período, foram disponibilizadas células de resposta para o fornecimento de água e de alimentação, assim como capacidade de alojamentos.

A ação dos militares incidiu nos concelhos de Braga, Amares e Terras de Bouro, enquanto no distrito de Viana do Castelo os militares marcaram presença nos concelhos de Paredes de Coura, Valença, Monção, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Arcos de Valdevez, Ponte de Lima e Viana do Castelo. O distrito de Bragança foi também alvo de patrulhamentos por militares do Regimento.

A contribuição do RC6 para o PAMEEX pode ser dividida em várias vertentes:

- Protocolo de colaboração entre as Forças Armadas e o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
- Protocolo com a Câmara Municipal de Braga para a vigilância da floresta;
- Apoio à Autoridade Nacional Proteção Civil (ANPC), através de:
- Módulos de Intervenção (ModInterv);
- Patrulhamentos;
- Nomeação de Oficiais de Ligação entre o Exército e outras autoridades presentes no terreno (para coordenação do emprego dos militares nas mais diversas missões de rescaldo e vigilância).

No Exército aplicou-se o sistema de aviso e alerta utilizado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), após comunicado pelo EMGFA (CCOM) ao Exército, e que de acordo com a Diretiva Operacional N.º 32/CEMGFA/2018, de 30 de maio – Participação das

Estado	Níveis	Grau de prontidão
Normal	VERDE Risco Baixo	Determina o aprontamento de forças em **72 horas**
Especial	AZUL Risco Moderado	Determina o aprontamento de forças em **24 horas**
	AMARELO Risco Alto	Determina o aprontamento de forças em **12 horas**
	LARANJA Risco Elevado	Determina o aprontamento de forças em **6 horas**
	VERMELHO Risco Extremo	Determina o aprontamento de forças **imediato**

Figura 1 – Estados de alerta, níveis e graus de prontidão definidos pela ANPC

Forças Armadas em Ações de Proteção Civil, consiste nos seguintes estados de alerta, níveis e graus de prontidão:

Foram utilizadas plataformas digitais, como o Sistema de Registo e Controlo de Apoios a Entidades Externas (Planos e Protocolos) – SIRCAPE_PP, que permitiu ao RC6, efetuar o registo e controlo dos apoios solicitados por entidades externas no âmbito de planos e protocolos pré-estabelecidos. As patrulhas forneciam estes dados a partir de telemóveis que tinham a aplicação SIRCAPE instalada. Ao mesmo tempo, os mesmos dados eram transmitidos via SIRESP ao COAME/RAME e CCOM/EMGFA:

- Hora de saída do RC6;
- Hora de Chegada ao Teatro de Operações (TO);
- Hora de saída do TO;
- Hora de chegada ao RC6, complementada com informação geral sobre a missão e Km percorridos.

Durante os patrulhamentos, os militares estavam georreferenciados, tendo o SIRESP para comunicar em caso de necessidade, assim como a capacidade de enviar fotografias via WhatsApp.

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE AS FORÇAS ARMADAS E O INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS – PLANO FAUNOS

Segundo a Diretiva N.º EM. SOIS-2018-000108, de 28Jun18, o RC6 executou entre 07Jul e 06Out, ações de vigilância, sensibilização e dissuasão nas áreas de atuação 7 e 8 (a seguir descritas), contribuindo diariamente com 4 equipas que levaram a cabo a sua missão, a fim de contribuir para o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios. As equipas eram constituídas por um efetivo até 4 elementos, onde os patrulhamentos tinham a duração de 4 horas, preferencialmente entre as 20H00 e as 24H00, podendo ser ajustadas durante alguns dias, em coordenação com o ICNF e GNR.

A área 7 era constituída por:

- Parque Florestal (PF) da Boalhosa;
- PF da Serra D'Arga;
- PF das Serras de Vieira e Monte Crasto;
- PF de Entre Vez e Coura.

A área 8 era constituída por:

- PF da Serra da Anta;
- PF das Serras de Soajo;
- Parque Nacional Peneda-Gerês;
- PF da Senhora da Abadia.

PROTOCOLO COM A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA – PROTEÇÃO DA FLORESTA

No período de 01Jun a 15Out, com o objetivo de assegurar o aumento da vigilância florestal e a manutenção das

Figura 2

Figura 3

condições de vida das populações locais, os militares do RC6 efetuaram patrulhas diárias em várias zonas do município de Braga, como o Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Sobreposta, Este (S. Pedro e S. Mamede), entre outras. Cada patrulha tinha a duração de 2 a 3 horas, com um itinerário/horário superiormente aprovado, onde eram definidos quais os Postos de Observação a ocupar por um período de 15min.

MÓDULOS DE INTERVENÇÃO (MODINTERV/ BRIGINT)

Normalmente constituído a 1 Oficial/3 Sargentos/15 Praças, o ModInterv tinha um período de intervenção máximo de 48 horas, onde só em casos muito excecionais poderia atingir as 72 horas. Neste caso o RC6 fornecia (1/2/10), sendo reforçado com uma secção (0/1/5) do RI14. Este módulo foi empregue, por exemplo, no

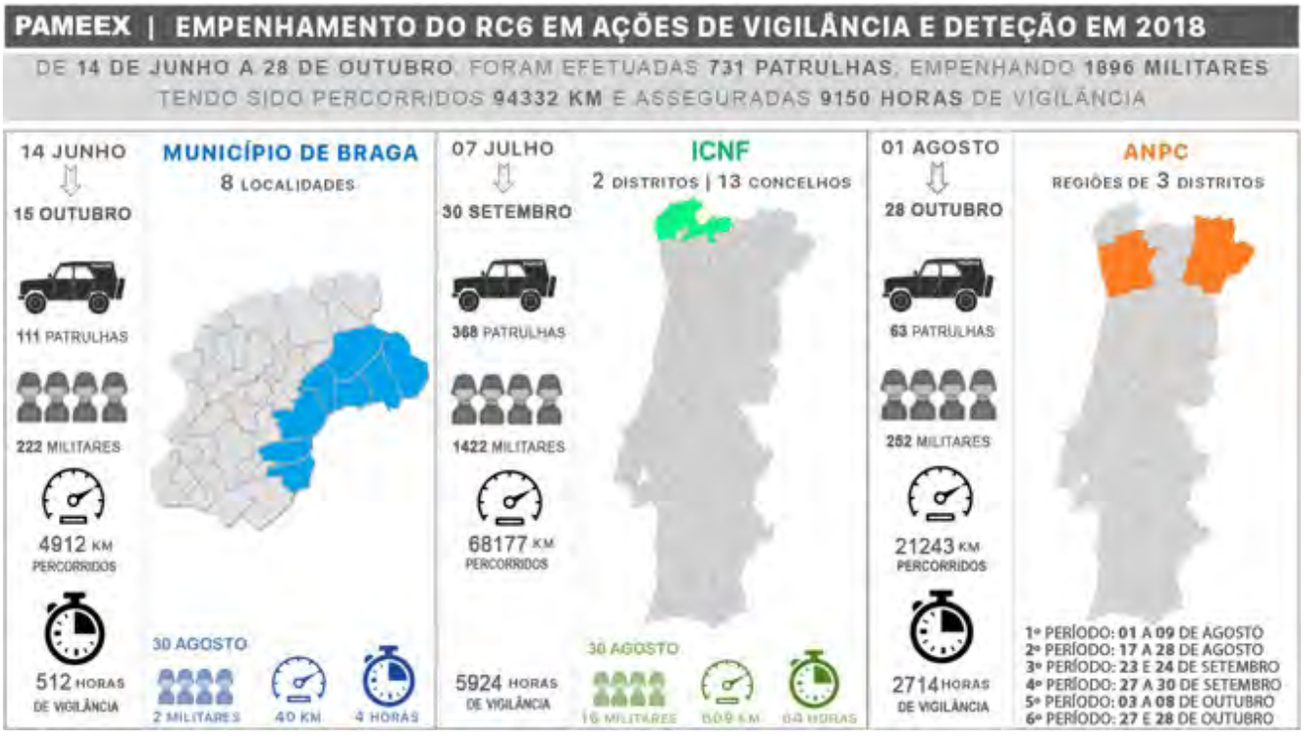


Figura 4 - PAMEEX – empenhamento do RC6 em ações de vigilância e deteção em 2018

incêndio que assolou a Serra de Monchique no mês de agosto.

Na Figura que se segue estão contabilizados todos os dados relativos ao empenhamento do RC6 em ações de vigilância e deteção efetuados entre 14Jun e 15Out no âmbito do PAMEEX.

Destaca-se o esforço efetuado pela Brigada de Intervenção na redistribuição de Viaturas Táticas Ligeiras entre as suas subunidades, de forma a garantir o adequado número de viaturas para realização dos patrulhamentos solicitados no âmbito do PAMEEX.

Para 2019, importa garantir os recursos humanos e viaturas para a manutenção das atividades de patrulhamento, rescaldo e vigilância, no âmbito dos planos e protocolos, e a formação e prontidão dos Módulos de Intervenção. Para além dos recursos, é imperativo rever a legislação que regula a atuação dos militares, quer ao nível de procedimentos, quer ao nível de utilização de armamento individual.

Em suma, podemos concluir e comprovar o elevado profissionalismo dos militares do RC6 no cumprimento das missões que lhe são atribuídas, apesar das dificuldades de recursos humanos e materiais disponíveis, de que resultou uma visível diminuição dos incêndios na região, aumentando a credibilidade e relevância do RC6 e do Exército junto da população e entidades locais.

O RAAA 1 no Apoio Militar de Emergência

Lúcio Lopes
Maj Art

Furlan Gonçalves
Cap Art

O Regimento de Artilharia Antiaérea N.º1 (RAAA1) desenvolve diária e permanentemente uma atividade operacional de interesse público, militar e diplomático na área estratégica para Portugal com a mais elevada eficiência e profissionalismo. O RAAA1 enquanto Unidade integrante da Estrutura Base da Brigada de Intervenção (BrigInt), assume um papel de grande preponderância no quadro das Missões de Apoio ao Desenvolvimento e Bem-Estar das populações (MADBE), nomeadamente no que concerne às atividades que o Exército desenvolve.

1. No Âmbito da Proteção Civil

No âmbito da Proteção Civil, estas atividades são traduzidas através do Plano de Emergência do Exército (PAMEEX), que entrou em vigor em 27jun18.

Figura 1 - Atividade de patrulha de vigilância e deteção - PAMEEX

O RAAA1, colabora nas ações de proteção civil, em todo o território nacional na resposta a emergências complexas, designadamente acidentes graves ou catástrofes naturais, em especial nas áreas do socorro, apoio às populações afetadas, logística, a fim de contribuir para a segurança das pessoas, bens e salvaguarda do património natural.

A resposta a situações de rescaldo de fogos florestais é efetuada através do ModInterv Rescaldo/Vigilância pós-incêndios, constituído por uma unidade de escalão Pelotão. O ModInterv de Patrulhas de Vigilância e Deteção, constituído por uma Seção, preconiza uma atuação centrada fundamentalmente em ações de vigilância preventiva e vigilância pós-incêndio florestal. Igualmente, no âmbito do PAMEEX, o Regimento está preparado para prestar apoio logístico às populações e a outros agentes de Proteção Civil, localizados na Área de Operações, através do fornecimento de material diverso, disponibilizando, sempre que necessário, infraestruturas de apoio às operações. Em 2018 o RAAA1 projetou quatro módulos de Intervenção, perfazendo um total de 8184 km percorridos.

O Protocolo de Colaboração entre as Forças Armadas e o Instituto de Conservação de Natureza e Florestas (Plano FAUNOS) decorreu entre 01 de julho e 30 de setembro de 2018 (92 dias), e neste âmbito o RAAA1 realizou 368 horas de vigilância e sensibilização na localidade de Vila Real e Braga. O Regimento manteve a sua presença na área a proteger através de 105 patrulhamentos, onde percorreu 13640 km durante os meses de risco de incêndios, em estreita colaboração com as autoridades locais. Este tipo de parceria ilustra uma das missões do Exército: zelar pelo património natural do país, apostando-se na prevenção para uma melhor preservação dos seus recursos naturais.

Em Colaboração com as Entidades Locais e Instituições

Resultante das atividades que o RAAA1 desenvolve no relacionamento com as Autoridades locais e a população em geral, são realizados inúmeros apoios em colaboração com a Autarquia e outras instituições. Resultado destes apoios, realizou-se em 23 de janeiro de 2019 nas instalações do RAAA1 a 3º edição do concerto solidário. Esta iniciativa promovida pela União de Freguesias de Queluz e Belas (UFQB) em parceria com o RAAA1 e o apoio da Banda Sinfónica do Exército, no âmbito das MADBE das Populações, visou fundamentalmente angariar géneros alimentícios em proveito dos munícipes mais desfavorecidos.

No âmbito da MADBE, foi ratificado, em 24 de setembro de 2018, um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Sintra (CMS), a Sociedade Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A. e o Exército, através do RAAA1 e Regimento de Comandos (RCmd).

O objetivo deste protocolo consiste na vigilância da Serra de Sintra no domínio da prevenção e defesa contra os

Figura 2 – Ratificação do protocolo entre a CMS, Sociedade Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A e o Exército.

incêndios florestais. No quadro do protocolo assinado, o Exército, através do RAAA1 e do RCmd, procedeu a ações de prevenção contra incêndios com a realização de 90 patrulhas noturnas (14234 km percorridos) entre maio e outubro, proporcionando à Autarquia e à Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A., entidade gestora florestal da Serra de Sintra, as condições necessárias à vigilância da floresta e à manutenção das condições de vida das populações locais.

No âmbito do protocolo celebrado entre o RAAA1 e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra (SMAS/Sintra), o Regimento apoia na limpeza das minas de água situadas na Serra de Sintra, que são parte integrante do sistema de captação de águas do Concelho de Sintra. Esta missão reveste-se de particular importância para o Concelho de Sintra, na medida em que tem permitido, à medida que os trabalhos avançam, a identificação, localização e catalogação de inúmeras minas que até agora eram desconhecidas ou careciam de manutenção urgente.

Estas minas situadas na Serra de Sintra, encontram-se na maioria dos casos em locais de difícil acesso, dificultando o trabalho dos militares do RAAA1. No entanto através do empenho e espirito de missão, os militares empenhados têm executado com sucesso a missão atribuída neste local. Neste apoio o RAAA1 empenhou constantemente 01 Oficial, 02 Sargentos e 05 Praças.

Figura 3 – Militar do RAAA1 a efetuar vigilância a Serra de Sintra

Figura 4 – Militar do RAAA1 na limpeza das minas de água situado na Serra de Sintra

A Engenharia Militar no Plano Apoio Militar de Emergência do Exército PAMEEX

Como estabelecido na Constituição da República Portuguesa (CRP), as "Forças Armadas podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de proteção civil, (ProCiv) em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria das condições de vida das populações".

De acordo com a Lei de Bases da Proteção Civil, as Forças Armadas (FFAA) são agentes de ProCiv competindo-lhes colaborar, "no âmbito das duas missões específicas, em funções de ProCiv. A colaboração das FFAA pode revestir as seguintes formas: Ações de prevenção, auxílio no combate e rescaldo a incêndios; Reforço do pessoal civil nos campos de salubridade e da saúde, em especial na hospitalização e evacuação de feridos e doentes; Ações de busca e salvamento; Disponibilização de equipamentos e de apoio logístico para as operações; Reabilitação de infraestruturas; Execução de reconhecimentos terrestres, aéreos e marítimos e prestação de apoio em comunicações".

No cumprimento do referido anteriormente, no ano de 2018, revogando os anteriores Planos Lira e Aluvião, foi criado o PAMEEX que define o modo como o Exército colabora na resposta a emergências complexas, nomeadamente acidentes graves ou catástrofes, naturais ou provocadas, em especial nas áreas de socorro, apoio às populações afetadas, logística, comunicações de emergência, engenharia e apoio sanitário, em todo o território nacional.

Segundo este plano, o Exército tem como missão "colaborar com os agentes de ProCiv, em todo o território nacional e quando solicitado, empenhando capacidades específicas, em missões de Apoio Militar de Emergência (AME), a fim de contribuir para a proteção e salvaguarda de pessoas e bens".

José Lameirão
Ten Eng

De modo a cumprir esta missão, o Exército dota-se de um conjunto de capacidades que se materializam em Módulos de Intervenção (ModInterv), atribuíveis em ações de AME, que passam a estar com níveis de prontidão definidos pelo CFT e em conformidade com os estados de alerta em vigor, quando for previsível uma situação de risco que potencie o seu empenhamento.

Esta colaboração faz-se de forma faseada, progressiva, de comando centralizado na Unidade de Apoio Militar

de Emergência (UAME) e execução descentralizada através de ModInterv localizados nas U/E/O. Este AME deve ser executado com recurso, sempre que possível, às capacidades já existentes e numa ótica de duplo uso.

As capacidades de AME são as seguintes:

a. Comando, Controlo e Comunicações;

b. Engenharia militar;

c. Apoio Sanitário e Intervenção Psicológica;

d. Reabastecimento e Serviços;

e. Manutenção e Transportes;

f. Defesa Biológica, Química e Radiológica.

g. Busca e Salvamento Terrestre;

h. Segurança e vigilância;

i. Apoio ao Combate a Incêndios.

O APOIO DA ENGENHARIA

A Engenharia militar, no âmbito deste plano, possui como capacidades:

a. Execução de construções de emergência (vias de comunicação, estruturas e acampamentos de emergência);

b. Limpeza de itinerários e desobstrução de vias de comunicação;

c. Estabilização de taludes, remoção de escombros e escoramentos de emergência;

d. Avaliação estrutural de infraestruturas;

e. Planeamento e execução de demolições;

f. Travessia de cursos de água;

g. Mobilidade em áreas alagadas;

h. Prevenção de inundações;

i. Deteção, identificação e inativação de engenhos explosivos (convencionais ou improvisados);

j. Captação e purificação de água;

k. Prevenção de incêndios através da construção de corta-fogos e aceiros).

Especificamente na Engenharia Militar, cada ModInterv substancia-se num Destacamento de Engenharia, constituído por um efetivo 0/1/4 e dotado da capacidade de emprego de um trator de lagartas (TL). Estão definidos 5 como o n.º máximo de ModInterv a empenhar, sendo 2 destes aprontados pelo Regimento de Engenharia Nº3.

O empenhamento destes Destacamentos de Engenharia permite a utilização de técnicas de combate conduzida mais distante do incêndio e que consiste em eliminar o material combustível existente na zona evitando a sua combustão e, em simultâneo, permitir o estabelecimento de faixas de contenção, como aceiros e/ou arrifes, que possibilitem o acesso a outro tipo de equipamentos destinados ao combate a incêndios.

Assim, o Exército, mediante as suas capacidades e disponibilidades, pode desenvolver, entre outras, atividades de intervenção que contemplam o apoio específico de equipamentos de engenharia em ações de auxílio ao combate e rescaldo de incêndios florestais. A engenharia militar pode também desempenhar um papel ativo através da intervenção na reabilitação de infraestruturas afetadas.

EMPENHAMENTO DO RE3 NO PAMEEX

Durante o ano de 2018, o Regimento de Engenharia Nº3 executou operações em apoio ao combate a incêndios, através do combate indireto, defesa de aglomerados populacionais e apoio ao rescaldo. Neste âmbito, empenhou destacamentos de engenharia nas regiões de Monchique (05 a 14 de agosto), Fontão/Seia (25 a 26 de agosto) e Vila Verde e Cabeceiras de Basto (02 a 05 de outubro). Na totalidade destes apoios, operou-se o trator de lagartas durante cerca de 51 horas/máquina. Em Monchique foi também empenhado um pelotão nas operações de rescaldo ao grave incêndio florestal que afetou esta região.

Para além de todo este empenhamento em situações de incêndio ativo, o RE3 participou no patrulhamento dissuasor, empenhando 17 patrulhas nas regiões de Alfândega da Fé, Braga, Bragança, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Freixo de Espada à Cinta, Montalegre, Ponte da Barca, Porto, Viana do Castelo, Vieira do Minho, Vila Real e Viseu, perfazendo um total de cerca de 21000 km de patrulhamento.

Figura 1 - Destacamento de Engenharia em apoio a Monchique (agosto de 2018)

O RTM no Apoio Militar de Emergência

Regimento de Transmissões

No âmbito do Apoio Militar de Emergência (AME), o RTm colaborou com vários Agentes de Proteção Civil e com o Estado Maior - General das Forças Armadas (EMGFA), tendo participado em ações e exercícios, conforme as solicitações recebidas.

No que respeita a ações de patrulhamento, vigilância, prevenção, deteção, rescaldo e vigilância ativa pós-incêndio, o RTm assegurou a projeção de 1 Pelotão (-) para o TO da Serra de Monchique, em 14 e 15 de agosto de 2018, e efetuou 29 dias em ações de patrulhamento e vigilância nos distritos do Porto, Braga e Bragança, conforme solicitado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), com um efetivo diário de 1 Sargento e 3 Praças. No âmbito do Protocolo FAUNOS 2018, em cooperação com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), foram realizadas 6 semanas de ações de patrulhamento, nas regiões de Vila Real e Vila Pouca de Aguiar, entre os meses de julho e setembro, também com um efetivo de 1 Sargento e 3 Praças.

Durante o ano de 2018, o EMGFA planeou e conduziu dois exercícios para promover a integração no Sistema de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (SGIFR). O Exercício HEFESTO 18 decorreu em três fases, COMMEX, CPX e FTX/LIVEX, sendo que esta última decorreu em simultâneo e integrada com o Exercício SERRA D'OSSA 18 da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), durante o período de 06 a 08 de abril de 2018.

O RTm participou neste Exercício, na Fase COMMEX, através do Representante Distrital das Forças Armadas e do Oficial de Dia, simulando forças empenhadas.

Durante a Fase de FTX/LIVEX, o RTm, através da CTmAp/BTm, participou com um módulo SIC-T, com capacidade de ligação satélite, preparado para restabelecer as comunicações do posto de comando alternativo da ANPC para o posto de comando nacional em Carnaxide a pedido da ANPC, garantindo a redundância de ligação, através de comunicações satélite militares.

Nos dias 18 e 19 de maio de 2018, decorreu o Exercício MONTEMURO 18, em moldes semelhantes ao Exercício HEFESTO 18, tendo o RTm participado, através da CTmAp/BTm, garantindo, uma vez mais, a redundância de ligação, através de comunicações satélite militares e as comunicações táticas suportadas em redes rádio VHF, em apoio aos Postos de Comando e Representantes das FFAA projetados pelo Exército.

Planeado e conduzido pelo Exército, decorreu no período de 10 a 18 de abril de 2018, em Tavira, o Exercício FÉNIX 18, tendo tido a participação da CTmAp/BTm. Em estreita coordenação com a DCSI e outras entidades civis presentes, foi apresentada a capacidade das comunicações militares na vertente de AME e a redundância desta capacidade face aos sistemas de comunicações comerciais/públicos perante uma situação de catástrofe ou calamidade. Foi ainda realizada uma demonstração, resultante da cooperação entre diferentes entidades militares e civis, com o intuito de apresentar a capacidade de resposta do Exército e de utilização e interligação de novas tecnologias, como o caso do LTE (4G) e L-TAC, com a Rede de Dados do Exército (RDE), perante uma situação de emergência, neste caso concreto, um sismo.

Figura 1

Figura 2

O Que Fazemos

Formação

As Competências Adquiridas pelo Soldado na Formação

ENQUADRAMENTO

A formação no Exército Português tem como objetivos principais proporcionar aos militares e civis uma formação de carácter global, progressivo e integrado, que permita manter, aperfeiçoar e complementar as suas competências bem como contribuir simultaneamente, para a valorização cívica, cultural, profissional, moral e física.

A formação em sentido lato possui duas componentes: o ensino, que visa o desenvolvimento geral do indivíduo, estimulando-lhe a capacidade de raciocínio e de reflexão, a memória, o espírito e análise críticas, a criatividade e a inovação; a formação, esta segunda componente é necessária para a satisfação das necessidades da instituição.

Por competência entendemos a capacidade reconhecida para mobilizar o conhecimento, as aptidões e as atitudes em contexto de trabalho, de desenvolvimento profissional, de educação e de desenvolvimento pessoal.

Ezequiel Martins
Ten Inf

Ao conceito de qualificação está associado o resultado formal de um processo de avaliação e validação, obtido quando um órgão competente decide que uma pessoa alcançou resultados de aprendizagem de acordo com determinadas exigências.

Figura 2 - Formação auditório

PERFIL DO CARGO E COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS

A finalidade do Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército (CFGCPE) surge da necessidade do Exército em recrutar quadros base numa perspetiva de serviço a curto e médio prazo, para desempenhar funções dentro da organização, bem como os seus destinatários **são** cidadãos que satisfaçam os requisitos de admissão e se comprometam a prestar serviço no Exército. De acordo com Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), os CFGCPE ministrado nos Polos de Formação integram três Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), sendo elas, a Ética e Deontologia Profissionais (25 horas de formação, 2,25 pontos de créditos), Topografia e Cálculo – Noções Básicas (50 horas de formação, 4,5 pontos de créditos) e Saúde e Socorrismo (25 horas de formação, 2,25 pontos de créditos).

De acordo com Perfil Profissional do Soldado no final do CFGCPE, como principais responsabilidades, o Soldado deverá ser responsável pelo seu próprio armamento e equipamento e como funções principais: operar armamento e equipamento individual de combate; executar ações de combate, vigilância e segurança de unidade, de acordo com as responsabilidades inerentes ao posto; atuar como elemento de uma seção em ações de combate limitadas; atuar como elemento de uma seção na defesa de uma posição de combate.

Como competências transversais temos então a Comunicação, Adaptabilidade, Relações Interpessoais, Sentido de Responsabilidade, Resiliência, Proatividade, Envolvimento e Comprometimento Organizacional e Decisão.

Figura 3 - Instrução TIC

Figura 4 - Progressões no âmbito da TIC

As competências específicas adquiridas pelo Soldado na sua Formação são: adotar medidas sanitárias individuais de prevenção de doenças, socorrer uma vitima até à chegada a equipa de evacuação, operar equipamentos de comunicações, operar o armamento orgânico individual, atuar como elemento de uma esquadra de atiradores, navegar no terreno, sobreviver em condições ambientais extremas e escassez de meios de subsistência, sobreviver em ambiente NBQ, executar os procedimentos de segurança e proteção de pessoal e instalações, integrar formaturas militares, garantir a condição física necessária ao desempenho do cargo e executar as técnicas individuais de combate. As condições de exercício do cargo referem que poderá ser executado em qualquer condição ambiental, em relação à condição física, o soldado deve cumprir as Provas de Aptidão Física, ser submetido, durante a permanência nas fileiras a periódicos exames médicos e toxicológicos e possuir índice de massa corporal de acordo com o perfil de seleção. Sobre as condições socias e psicológicas o perfil do cargo diz-nos que o militar poderá ser deslocado a qualquer momento, para qualquer região do país ou estrangeiro, por períodos indeterminados de tempo, em detrimento com o contacto com a família e ainda no que diz respeito às dificuldades no desempenho das suas funções, pode o militar experimentar várias dificuldades de cariz físico e psicológico.

CONCLUSÕES

Ao analisar as competências adquiridas durante o CFGCPE verifica-se a multidisciplinariedade na formação, dando uma base firme em várias áreas do conhecimento aos Soldados para o desempenho das suas funções e na possibilidade de integrarem novos cursos, durante o período que integrar as fileiras, com UFCD certificadas.

A elaboração do perfil do cargo e os ajustes efetuados no referencial do CFGCPE de forma a incluir na formação UFCD do CND é altamente proveitoso pois possibilita os Soldados adquirirem competências que são certificadas a nível Nacional, por forma a complementarem o seu perfil curricular, promovendo assim a integração no mercado de trabalho

Tem o Exército, principalmente a Direção de Formação e os Polos de Formação, a grande responsabilidade de fazer com que a formação mude as pessoas, torná-las mais autónomas e altamente competentes no cumprimento das suas missões.

A Formação de Quadros e de Praças no RC6 em 2018

O Grupo de Reconhecimento (GRec), ao estar inserido como Pólo de Formação da Escola das Armas (EA), através do Regimento de Cavalaria N.º 6 (RC6), constituiu-se mais uma vez em 2018, como uma Subunidade formadora de elevado empenhamento e rigor.

No âmbito da Formação Técnica de V150 e V200, continuam a ser ministrados cursos ao Tirocínio para Oficiais (TPO) e Curso de Formação de Sargentos (CFS), de Cavalaria (QP) e CFO/CFS (RV/RC) e estágios no âmbito do Estágio em Contexto Operacional (ECO) aos Alunos do TPO e do CFS do Quadro Permanente.

Devido à especificidade das Viaturas VBR PANDUR II 8x8 existentes no GRec, uma grande percentagem da formação ministrada assenta nas diversas versões da referida viatura e divide-se pelos seguintes cursos:

- Chefe de VBR PANDUR 8x8 RWS
- Apontador de VBR PANDUR 8x8 RWS
- Chefe de VBR PANDUR 8x8 VCB
- Operador de VBR PANDUR 8x8 VCB
- Chefe de VBR PANDUR 8x8 ATGM
- Apontador de SLM TOW ITAS
- Municiador de SLM TOW ITAS
- Condutor de AM V150 S
- Apontador de AM V150 S
- Condutor de VBL Chaimite V200

Os cursos são ministrados com vista a cumprir diversos objetivos. No âmbito curricular, nomeadamente na formação de Oficiais e Sargentos do QP, os cursos fazem parte do plano de formação, independentemente das funções que venham a desempenhar no futuro.

Ana Leonardo
Cap Cav

No âmbito operacional, onde o objetivo principal é habilitar os formandos para os cargos que desempenham e, não menos importante, para permitir aos mesmos uma contínua aquisição e alargamento de conhecimentos.

É ainda da responsabilidade do GRec, habilitar os seus militares a cumprirem as tarefas inerentes aos seus cargos, recorrendo para isso ao "*On Job Training*", nomeadamente nas funções de Apontador de Morteiros 81mm, Municiador da AM V150 S e de Atirador Explorador.

O Quadro 1 mostra quais as Formações planeadas e ministradas em 2018, especificando o número de formandos por classe em cada um dos cursos.

Ações de Formação	Efetivos 2018 (Dezembro)			
	Oficiais	Sargentos	Praças	Total
Curso Oper VBR PANDUR II 8x8 VCB	0	0	0	**0**
Curso Cond AM Viat V-150 S (Curso Cancelado)	0	0	0	**0**
Curso Ch Viat PANDUR 8x8 ATGM	0	5	0	**5**
Curso Apont SLM TOW ITASw	0	0	6	**6**
Curso Municiador SLM TOW ITAS	0	0	13	**13**
Curso Apont VBR PANDUR II 8x8 RWS (Curso Cancelado)	0	0	0	**0**
Curso Apont AM V-150 S	0	7	0	**7**
Curso Ch VBR PANDUR II 8x8 VCB (Curso Cancelado)	0	0	0	**0**
Curso Cond Viat VBL Chaimite V200	0	0	2	**2**
Curso Ch Viat VBR 12,7mm PANDUR II 8x8 RWS	2	2	0	**4**
Estágio Ch Viat VBR PANDUR II 8x8 CPV	0	0	0	**0**
Total	**2**	**14**	**21**	**37**

Quadro 1

No Quadro 2, podemos ver quais as ações de formação ministradas em 2017, e a diferença para 2018.

Ações de Formação	2017 vs 2018							
	Oficiais		Sargentos		Praças		Total	
Curso Ch Viat VBR 12,7mm PANDUR II 8x8 RWS	1	2	4	2	0	0	**5**	**4**
Curso Apont VBR PANDUR II 8x8 RWS	0	0	0	0	8	0	**8**	**0**
Curso Ch VBR PANDUR II 8x8 VCB	0	0	2	0	0	0	**2**	**0**
Curso Oper VBR PANDUR II 8x8 VCB	0	0	0	0	9	0	**9**	**0**
Curso Apont AM V-150 S	0	0	0	7	5	0	**5**	**7**
Curso Cond AM Viat V-150 S	0	0	0	0	0	0	**0**	**0**
Curso Cond Viat VBL Chaimite V200	0	0	0	0	0	2	**0**	**2**
Curso Apont Mort "On job training"	0	0	0	0	14	0	**14**	**0**
Curso At Explorador "On job training" (1º)	0	0	0	0	5	0	**5**	**0**
Curso At Explorador "On job training" (2º)	0	0	0	0	5	0	**5**	**0**
Curso Municiador AM V-150 S "On job training"	0	0	0	0	6	0	**6**	**0**
Estágio Ch Viat VBR PANDUR II 8x8 CPV	0	0	0	0	0	0	**0**	**0**
Formação inicial/fabricante PANDUR 8x8 ATGM	2	0	4	0	0	0	**6**	**0**
Curso Ch Viat PANDUR 8x8 ATGM	0	0	0	5	0	0	**0**	**5**
Curso Apont SLM TOW ITAS	0	0	0	0	0	6	**0**	**6**
Curso Municiador SLM TOW ITAS	0	0	0	0	0	13	**0**	**13**
Total	**3**	**2**	**10**	**14**	**52**	**21**	**65**	**37**

Quadro 2

A formação ministrada diminuiu, na sua generalidade, sendo visível na Categoria das Praças um decréscimo de 60% de formandos, espelhando bem as dificuldades que estamos a atravessar em relação aos efetivos.

A falta de militares habilitados com formações tão específicas acaba por revelar-se um entrave à operacionalidade das Forças, assim como à manutenção de viaturas e dos respetivos equipamentos.

Para 2019, de forma a colmatar faltas e a garantir a "escola" e o conhecimento, estão previstos os cursos elencados no Quadro 3, sendo intenção do RC6, através do GRec, formar o maior número de militares possível.

Apesar das dificuldades, não só de garantir formandos para os diversos cursos, como de manter um número adequado de formadores, o GRec continuará a ministrar formação de qualidade aos militares, de forma competente, segura e profissional

Ações de Formação
Curso Oper VBR PANDUR II 8x8 VCB (07Jan19 a 24Jan19)
Curso Apont VBR PANDUR II 8x8 RWS (23Set19 a 02Out19)
Curso Apont AM V-150 S (07Out19 a 25Out19)
Curso Ch Viat PANDUR 8x8 ATGM (14Out19 a 25Out19)
Curso Municiador SLM TOW ITAS (14Out19 a 18Out19)
Curso Apont SLM TOW ITAS (21Out19 a 25Out19)
Curso Ch VBR PANDUR II 8x8 VCB (04Nov19 a 19Nov19)
Curso Cond Viat VBL Chaimite V200 (25Nov19 a 06Dec19)
Curso Ch Viat VBR 12,7mm PANDUR II 8x8 RWS (09Dec19 a 17Dec19)

Quadro 3

A Formação no Regimento de Transmissões

Pedro Grifo
Maj Tm

Em 2018, O Regimento de Transmissões (RTm), como Polo de Formação da Escola das Armas (EA) para a área das Comunicações e Sistemas de Informação (CSI) e da Guerra Eletrónica (GE), desenvolveu uma intensa atividade formativa no âmbito dos cursos do Plano de Formação Contínua (PFC), assim como na formação ministrada aos Quadros de Transmissões. O sentimento de missão cumprida deve-se sobretudo à dedicação ao serviço por parte dos militares que prestam serviço como formadores neste Regimento, que diariamente dão o melhor de si, em prol de uma formação de qualidade e de excelência.

Atualmente, a oferta formativa deste Pólo de Formação na área de CSI encontra-se dividida nas seguintes subáreas:

- Redes de Comunicações (Academia Cisco);
- Aplicações e Sistemas de Informação (Academia Microsoft);
- Comunicações Rádio.

No âmbito das Redes de Comunicações são ministrados os cursos:

- IT-Essentials (IT-E);
- Auxiliar do Técnico de Comutação e Redes (ATCR);
- Interconnecting Cisco Networking Devices 1 (ICND 1);
- Interconnecting Cisco Networking Devices 2 (ICND 2);
- Cisco Certified Network Associate – Security (CCNA Security);
- Cisco Certified Network Associate - Cybersecurity Operations (CCNA CyberOps);
- Voice Over Internet Protocol (VoIP);
- Cisco Certified Network Associate - Routing & Switching (CCNA R&S);
- Cisco Certified Network Professional-Route (CCNP Route);
- Cisco Certified Network Professional-Switch (CCNP Switch);
- Cisco Certified Network Professional-Troubleshooting (CCNP Troubleshooting).

Relativamente à subárea Aplicações e Sistemas de Informação, a oferta formativa atual contempla os seguintes cursos:

- Microsoft Office Specialist (MOS);
- Ferramentas de Apoio Administrativo (FAA);
- Microsoft Technology Associate (MTA)
- Microsoft Certified Solutions Associate - Windows Server (MCSA - WS).

Quanto à subárea das Comunicações Rádio, esta abrange os cursos:

- Configuração e Gestão do Sistema P/525;
- Operação do Sistema P/525;
- Operação e Configuração do Integrador Rede Rádio IP - ICC201;
- Operação e Configuração do Battlefield Management System (BMS);
- VBR PANDUR II 8X8 CV NIVEL 1 – Operador.

Para além da formação anteriormente referida, o RTm ministra ainda cursos de Material e Segurança Cripto e de Formação Específica Inicial (17 – Comunicações) a praças, cursos na área da GE e estágios de meios de Transmissões para apoio ao aprontamento de Forças Nacionais Destacadas (FND). Em 2019 estão previstas ser ministradas aproximadamente 5000 horas de formação em mais de 40 cursos e estágios, o que é um bom indicador da intensidade ao nível da atividade relacionada com a formação.

Figura 1 - Aula do curso de IT-Essentials (TPO Tm e 46ºCFS)

O RTm, através da sua Secção de Formação, mantém em atividade desde 2009 uma Academia Cisco e desde 2015 uma Academia Microsoft (Microsoft IT Academy). A existência destas Academias constitui uma mais-valia para o Exército e para as Forças Armadas, pois os cursos ministrados através delas possibilitam aos formandos[1] a aquisição de competências na área das CSI, preparando-os melhor para o desempenho das suas funções, quer ao nível

[1]Atualmente os formandos são provenientes de todos os ramos das Forças Armadas, Forças de Segurança e entidades civis protocoladas

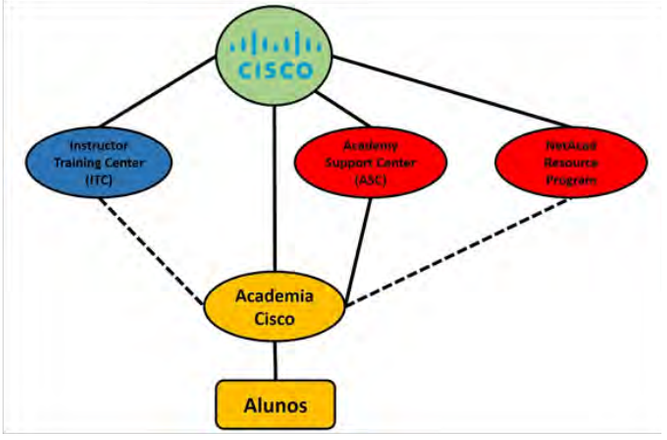


Figura 2- Modelo de Parceria da Cisco (Fonte: Cisco Partner Model, Cisco Systems

dos sistemas conjunturais ou táticos, quer dos sistemas estruturais ou permanentes. A par disso, a formação ministrada no âmbito dos curricula destas Academias é certificada (certificação académica) e reconhecida a nível internacional. Atualmente encontra-se também instalado no RTm um Instructor Training Center (ITC), que possibilita a formação de novos formadores Cisco (auto-sustentação), assim como a existência de uma Academy Support Center (ASC) para apoio a outras Academias Cisco (Figura 2), garantindo outras possibilidades ao Exército na colaboração com entidades civis.

Encontram-se também em curso algumas iniciativas, nomeadamente a celebração de protocolos de cooperação com entidades civis (universidades e outros organismos), no sentido de apoiar a criação/manutenção de academias para a formação de alunos, utilizando as valências existentes no RTm como a ASC, bem como a formação de novos formadores para essas mesmas Academias através do ITC.

Uma outra valência que se está a instalar no RTm é a capacidade de realização de exames para obtenção de certificações (certificação profissional), visando com isso adquirir o reconhecimento de competências profissionais na área das CSI a nível internacional. Sem esta capacidade interna, a certificação de formadores terá de ser efetuada externamente, ficando por esse facto mais oneroso. Por isso a implementação de um centro de certificação a nível interno permitirá a redução de custos e futuramente possibilitará a exploração desta capacidade com outras entidades (civis e militares). Neste momento, encontra-se já em funcionamento no RTm o Centro de Certificação

autorizado pela Certiport para realização de exames de certificação no âmbito da formação Microsoft (Microsoft Certified Educator - MCE, MOS, MTA) e a breve trecho estará também a funcionar o Centro de Certificação autorizado pela Pearson Vue para a formação ministrada através da Academia Cisco (IT-E, CCNA, CCNP) e Microsoft (MCSA). De notar, que tanto a Pearson Vue, como a Certiport são entidades líderes a nível mundial na disponibilização de soluções computer based – testing para certificação e de apoio à realização de exames, na área das tecnologias de informação e comunicação.

No que aos recursos humanos diz respeito, tendo em consideração a missão atribuída ao RTm em termos de formação, o Quadro Orgânico de Pessoal (QOP) do RTm superiormente aprovado (QOP RTm 07.02.22 de 07Abr17) contempla formadores (oficiais e sargentos) a garantir pelo encargo operacional, na situação de acumulação de funções. Embora se considere extremamente importante a passagem dos formadores pelo encargo operacional, especialmente no início de carreira para adquirir know how, deve haver um trajeto lógico, que permita aos militares mais antigos (1Sarg/SAj/Cap) o seu contributo para a formação, tendo em consideração as suas habilitações formativas e o conhecimento adquirido, fruto da experiência no desempenho de funções operacionais, pois tal permite adequar a formação às necessidades operacionais de uma forma mais efetiva.

Contudo, a situação descrita relativamente ao desempenho de funções como formador a garantir pelo encargo operacional, embora lógica não é a ideal, pois a elevada componente técnica dos cursos ministrados, bem como a crescente oferta formativa na área das CSI, impõe a existência de um QOP adequado, com os recursos humanos necessários, de forma a garantir a manutenção das valências anteriormente referidas, bem como o retorno do investimento na formação técnica providenciada aos formadores. Denota-se por isso a necessidade de se proceder à alteração do QOP do RTm, com vista a dotar a Secção de Formação com uma estrutura orgânica de pessoal efetivo e não em acumulação de funções, sendo este um fator basilar para a implementação do Centro de Excelência de Comunicações e Sistemas de Informação (CdE CSI[2]) do Exército a instalar neste Regimento. Por outro lado, a curto prazo o Batalhão de Transmissões (BTm) será dotado com novos módulos de comunicações do Sistema de Informação e Comunicações Tático (SIC-T) provenientes da industrialização deste projeto através da NATO Communications and Information Agency (NCI Agency). A entrega destes módulos, em número considerável, irá implicar uma maior necessidade e disponibilidade de pessoal especializado, para instalar e manter estes sistemas tecnológicos, agravando ainda mais a situação atual em termos de recursos humanos disponíveis para ministrar formação. Por estas e outras razões urge a necessidade de alteração de QOP do RTm, com vista a garantir os níveis de excelência na formação e mitigar a dependência do encargo operacional, pois com a intensificação da atividade operacional pode inviabilizar a normal execução das atividades formativas, por falta ou indisponibilidade de formadores. A par disso, a formação ministrada no âmbito das Academias Cisco e Microsoft é cada vez mais necessária para garantir a operacionalização de grande parte dos equipamentos e sistemas instalados nos módulos de comunicações do SIC-T, assim como nos sistemas de comunicações permanentes, o que por si só demonstra a importância desta capacidade que é única no Exército e nas Forças Armadas.

Ao nível dos recursos materiais, a formação ministrada no âmbito das Academias Cisco e Microsoft possui uma componente tecnológica elevada, devendo por isso ser acautelada a atualização tecnológica dos sistemas utilizados nos diferentes cursos. Para tal, deve ser garantida a necessária dotação financeira que possibilite a atualização dos sistemas ao longo do tempo e desta forma mitigar o risco obsolescência de equipamentos, permitindo manter o nível de ambição do Exército relativamente à capacidade formativa instalada nas referidas Academias.

Apesar dos constrangimentos referidos, sendo alguns deles transversais a todo o Exército, em 2018 foram ministrados no RTm um total de 34 cursos e estágios a 361 formandos.

[1]Atualmente os formandos são provenientes de todos os ramos das Forças Armadas, Forças de Segurança e entidades civis protocoladas

A Formação Profissional e o Serviço Militar

Telmo Sentieiro
Maj Eng

O RE3, enquanto Polo de Formação Permanente da Escola das Armas (EA) e da Escola dos Serviços (ES), ministra diversos cursos de Engenharia de Construções nas suas vertentes, horizontal e vertical. Mais recentemente, no âmbito das Missões de Apoio ao Desenvolvimento e Bem-Estar (MADBE) das populações, é ministrada a formação de motosserristas. Estas formações decorrem ao abrigo de acordo de colaboração com o Centro de Emprego e Formação Profissional de Entre o Douro e Vouga (CEFPEDV), sendo certificada pelo IEFP e encontrando-se inscrita no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).

A formação dos cursos de Engenharia de Construções assenta no modelo de formação constituído por Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), sendo composta por duas componentes, uma tecnológica com cerca de 170 dias uteis de formação e outra de Formação Prática em Contexto de Trabalho (FPCT), vulgarmente designado por estágio profissional, com uma duração de 15 dias uteis de formação.

Durante a FPCT os formandos são integrados nas equipas de trabalho do RE3 ou em oficinas militares ou civis, desenvolvendo diversos trabalhos no interior e exterior da Unidade em prol do Exército e das populações. É nesta fase, que os formandos têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos e competências adquiridos em atividades concretas de contexto real de trabalho, criando assim hábitos de trabalho bem como desenvolvendo o sentido de responsabilidade profissional.

Na vertente das Construções Horizontais o RE3 foi percursor, sendo atualmente a única entidade a ministrar o percurso formativo de Operador de Equipamento Pesado de Engenharia (OEPE) e Mecânico de Equipamento Pesado de Engenharia (MEPE) na sua totalidade.

Até à data, foram formados 407 OEPE e 171 MEPE, alguns dos quais oriundos de países Amigos.

Na vertente de Construções Verticais, o RE3 tem a possibilidade de ministrar os cursos de Eletricista de Instalações, Canalizador, Serralheiro Civil, Carpinteiro, Pintor de Construção Civil, Ladrilhador/Azulejador e Pedreiro decorrendo a formação nas instalações do CEFPEDV e do RE3. Até à presente data foram formados

82 eletricistas, 68 canalizadores, 15 serralheiros e 45 carpinteiros, oriundos de U/E/O do território Continental e Insular.

Na vertente das MADBE e no apoio às Unidades do Exército, o RE3 ministra a formação modular de motosserrista, tendo até à presente data sido formados 39 motosserristas, e estando agendadas para o presente ano duas ações de formação.

A Formação Profissional certificada é um pilar essencial para o RE3 constituindo-se como um veículo que atrai os jovens às fileiras, os mantém proficientes e os prepara para o futuro, servindo!

O Que Fazemos

Competições Desportivas Militares

CDM

A BRIGADA DE INTERVENÇÃO NAS COMPETIÇÕES DESPORTIVAS MILITARES

A atividade desportiva no Exército, no âmbito das Competições Desportivas Militares (CDM), desenvolve-se de acordo com um processo que, tendo origem nos campeonatos internos de cada U/E/O do Exército, culmina no Campeonato Nacional Militar, disputado entre seleções dos Ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança. Entre outros objetivos, as CDM pretendem consolidar os aspetos educativos e de formação do pessoal, fomentar o culto da camaradagem entre os elementos que servem no Exército, contribuir para o desenvolvimento das capacidades psicomotoras e aperfeiçoar a prontidão operacional, nomeadamente através da prática de modalidades inerentes ou complementares à instrução.

A Brigada de Intervenção (BrigInt) tem como objetivo que a conduta e resultados desportivos contribuam para fomentar a convivência e espírito de corpo entre os militares da Brigada e a afirmação da imagem de excelência da Brigada de Intervenção no seio do Exército.

Durante o ano de 2018, a BrigInt e as suas Unidades participaram nas CDM Fase II e III, nas modalidades de Corta-Mato, Orientação, Tiro Desportivo, Pentatlo Militar e BTT. As CDM da Fase II – Brigada, tiveram a participação de nove equipas, nomeadamente o RI13, RI14, RI19, RC6, RA5, RAAA1, RE3, RTm e do QG/BrigInt. A responsabilidade de organização de cada uma das competições, foi como descrito na Tabela 1.

Vasco Monteiro
Cap Cav

Modalidade	Fase II		Fase III				Fase IV	
	UnOrg	Data	Estágio		UnOrg	Data	UnOrg	Data
BTT	RTm	30 e 31Jan	RTm	05 a 09Fev	RTm	22 e 23Fev	Marinha	19 a 23Mar
Tiro Desportivo	RI 19	05 a 09Mar	UnAp (carabina) / RI19 (pistola)	09 a 13Abr	ES	16 a 20Abr	PSP	22 a 25Mai
Orientação	RI 14	14 a 18Mai	RI13	04 a 08Jun	RI 13	26 a 29Jun	RI 14	09 a 11Out
Pentatlo Militar	RE 3	11 a 15Jun	RI1	18 a 22Jun	RI 1	02 a 06Jul	-	-
Corta-mato	RAAA1	19 e 20Set	-	-	CMSM	24 e 25Set	GNR	01 e 02Out

Tabela 1

As CDM Fase II – Brigada, tiveram a participação de 430 militares, nomeadamente, 81 Oficiais, 234 Sargentos e 115 Praças, com a representatividade por Unidades referido no Gráfico 1.

O desempenho dos militares das Unidades da BrigInt nas CDM Fase II - Brigada, para além de selecionar os mais aptos para as CDM Fase III - Exército, permitiu apurar o vencedor do "Troféu de Mérito Desportivo - BrigInt" de 2018 (Fig. 1). A Classificação final constante na Tabela 2 permitiu apurar o Regimento de Cavalaria Nº 6 uma vez mais (2012, 2013, 2014 e 2018) como Campeão do troféu de Mérito Desportivo – BrigInt.

As CDM Fase III - Exército tiveram a participação de 86 militares da BrigInt, nomeadamente 9 Oficiais, 59 Sargentos e 18 Praças, com a representatividade por Unidades referido no Gráfico 2.

O desempenho dos militares da BrigInt na Fase III – Exército permitiu, aos selecionadores do Exército, selecionar: 13 militares (1/12/0), na modalidade de Corta-mato; 9 militares (0/7/2), na modalidade de Orientação; 7 militares (3/1/3), na modalidade de Tiro e 7 militares (0/6/1) na modalidade de BTT.

Figura 1 – Troféu de Mérito Desportivo Brigada de Intervenção

Pontuação da Classificação	**BTT**	**Tiro**	**Orientação**	**Pentatlo Militar**	**Corta mato**	**Classificação Final Total**	
1 (1 pts)	**3**	1	1	3	2	10	**RC6**
2 (2 pts)	2	2	2	5	3	14	**RI13**
3 (3 pts)	4	3	3	4	4	18	**RI14**
4 (4 pts)	1	9	7	6	1	24	**RTm**
5 (5 pts)	5	6	4	**6**	**7**	**28**	**UnAp/Cmd**
6 (6 pts)	6	8	8	1	**6**	29	**RAAA1**
7 (7 pts)	7	4	5	6	8	30	**RI19**
8 (8 pts)	8	7	6	6	5	32	**RA5**
9 (9 pts)	9	5	8	2	9	33	**RE3**

Tabela 2 – Classificação geral das Unidades da BrigInt nas CDM da Fase II

A classificação da Fase III – Exército estabeleceu a BrigInt como Campeã do "Troféu Comando do Exército" de 2018 (Fig. 2), com as seguintes prestações nas diferentes modalidades:

Orientação – 1ª Classificada;

Tiro – 1ª Classificada;

Corta-mato – 1ª Classificada;

BTT – 1ª Classificada;

Pentatlo Militar – 1ª Classificada.

No final do ano de 2018, as CDM Fase II – Brigada foram organizadas de forma eficaz e eficiente, e as Delegações das Unidades tiveram uma participação honrosa tendo possibilitado selecionar os representantes para as Delegações da BrigInt na Fase III – Exército, obtendo excelentes resultados e afirmando-se globalmente como uma Grande Unidade de referência, também na área desportiva.

Figura 2 – Troféu Comando do Exército

RI 13 - Orientação
Fase II e III

O Regimento de Infantaria Nº13, através da Diretiva Nº2/ BrigInt/19 e do despacho de 25Jan19, de SExa. o Gen CEME, foi nomeado para planear, organizar e coordenar a realização dos Campeonatos Militares de Orientação nas fases II (Brigada) e III (Exército).

A fase II decorreu no período de 04 a 07 de fevereiro, no Parque Natural do Alvão, para as provas de distancia média e longa, e no Centro de Instrução e Treino Operacional da Fraga de Almotolia, para a prova de estafetas, tendo contado com a participação de 74 militares (54 masculinos e 20 femininos) do QG/BRIGINT, RI13, RI14, RI19, RA5, RAAA1, RC6 e RTm.

As distâncias percorridas, nesta fase, foram as aquelas que se encontram traduzidas, no seguinte quadro da informação técnica

Código	Esc	Sexo	Média			Longa			Estafetas		
			Nº PC	Dist (KM)	Desnível	Nº PC	Dist (KM)	Desnível	Nº PC	Dist (KM)	Desnível
A	I Esc	M	15	3,2	130	17	5,3	220	17	2250-2330 metros	105
B	II Esc	M	13	3,0	120	14	5,1	205			
C	III Esc	M	13	2,7	115	13	4,6	180	15	1900-2000 metros	90
D	I Esc	F	12	2,4	105	13	4,4	155	14		

A fase III, por sua vez, decorreu no período de 11 a 15 de março, na Barragem da Falperra, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, tendo contado com a participação de 101 militares (76 masculinos e 25 femininos) dos vários Órgãos de Comando Administração e Doutrina, Comando das Forças Terrestres e Comando Superior do Exército, Brigadas e Zonas Militares.

As distâncias percorridas na fase III, foram aquelas que se encontram traduzidas, no seguinte quadro da informação técnica:

Código	Escalão	Sexo	Média			Longa			Estafetas		
			N.º PC	Dist(Km)	Desnível	N.º PC	Dist(Km)	Desnível	N.º PC	Dist	Desnível
A	I Esc	M	17	3,9	105	25	7,9	190	17	3200-3400 metros	45
B	II Esc	M	17	3,6	90	22	7,4	180			
C	III Esc	M	19	3,4	60	21	6.3	155	12	2300-2400 metros	30
D	I Esc	F	13	2,4	70	19	5,4	130			
E	II Esc	F	12	2,3	80	17	5,0	130			

Quanto às classificações, as fases II e III, ficaram assim ordenadas:

FASE II-BRIGADA				FASE II-EXÉRCITO			
Esc	Posto	Nome	Un	Esc	Posto	Nome	Un
I Masc	SOLD	VASCO DUARTE	RAAA1	I Masc	SOLD	VASCO DUARTE	BRIGINT
I MASC	1 CABO	DANIEL GASPAR	RI13	I MASC	1 SARG	MÁRIO SILVA	BRIGINT
I MASC	1 SARG	MÁRIO SILVA	RAAA1	I MASC	1 SARG	ANDRÉ RODRIGUES	BRIGINT
II MASC	SAJ	JORGE MOURA	RI13	II MASC	SAJ	JORGE MOURA	BRIGINT
II MASC	SAJ	JORGE AMLEIDA	RI14	II MASC	1 SARG	VITOR BARREIRO	CMDLOG
III MASC	TCOR	LUÍS RODRIGUES	RI13	III MASC	SAJ	TIAGO REIS	BRIGINT
III MASC	SAJ	JOÃO MACHADO	RI14	III MASC	SCH	XAVIER VIEIRA	ZMM
III MASC	SAJ	JORGE PIRES	QG/BRIGINT	III MASC	SAJ	ANTÓNIO FERNADES	CFT
I FEM	FURR	DIANA CORREIA	RI13	I FEM	SAJ	ADELINDINA LOPES	CFT
I FEM	SOLD	ANA SOUSA	QG/BRIGINT	I FEM	1 SARG	DANIEL MACEDO	BRIGMEC
I FEM	ASP	JESSICA CRUZ	RI14	I FEM	CAP	CRITIANA CASTELÃO	CFT
				II FEM	1 SAR	VÂNI FERREIRA	BRIGINT
				II FEM	SAJ	TERESA FERNANDES	BRIGMEC
				II FEM	1 SARG	HÉLIA PAULO	BRIMEC

A delegação vencedora do Diploma da Brigada foi o Regimento de Infantaria N.º 13 e a delegação vencedora da Taça do Exército foi a Brigada de Intervenção.

Os CDM de Orientação, fase II e III, decorreram conforme planeado e o sucesso do evento, muito se deveu à forma digna, responsável e sã camaradagem que sempre existiu entre os militares que constituíram as diferentes delegações participantes, bem como pelo apoio prestado pelas entidades que colaboraram com a organização destes Campeonatos.

QUE FAMA ILUSTRE FIQUE

RTM - Corta-Mato Fase II

Nos dias 19 e 20 de fevereiro, o RTm organizou o Campeonato Desportivo Militar (CDM) de Corta Mato – Fase II – Brigada de Intervenção de 2019. Esta prova contou com a participação de 141 militares (116 masculinos e 25 femininos) oriundos das várias Unidades da Brigada de Intervenção, tendo decorrido no Parque Ocidental da Cidade do Porto, gentilmente cedido pela Câmara Municipal do Porto.

A prova foi composta por um percurso de 2 km, distância essa percorrida quatro vezes pelos atletas dos cinco escalões masculinos (8 km) e duas vezes pelas atletas do escalão feminino (4 km).

A classificação final foi marcada por dois ilustres vencedores nas respetivas categorias, sendo o 1Sarg Ricardo Dias, do RTm, o primeiro dos atletas masculinos a cortar a meta; e a 1Sarg Joana Gomes, da RC6, a vencedora do escalão feminino.

A classificação por escalões ficou assim ordenada:

Escalão	Class.	Posto	Nome	Unid.	Tempo
EM I	1º	1Sarg	Ricardo Dias	RTm	27’19’’61
EM I	2º	1Sarg	João Jesus	RA5	30’44’’88
EM I	3º	1Sarg	João Gonçalves	RC6	31’13’’66
EM II	1º	SAj	Custódio António	RA5	30’24’’28
EM II	2º	1Sarg	Nélson Leal	RE3	33’17’’23
EM II	3º	1Sarg	Aurélio Rebelo	RTm	33’33’’49
EM III	1º	SAj	Tiago Reis	RI14	36’15’’04
EM III	2º	1Sarg	Miguel Gonçalves	RC6	36’24’’77
EM III	3º	SAj	Eurico Pedro	RC6	36’25’’07
EM IV	1º	SAj	João Machado	RI14	33’49’75
EM IV	2º	TCor	Luís Rodrigues	RI13	34’14’’77
EM IV	3º	SAj	Nuno Portela	RTm	37’05’’25
EM V	1º	TCor	Fernando Ferreira	RTm	36’41’’09
EM V	2º	SCh	Manuel Eira	RI13	38’08’’00
EM V	3º	SCh	António Rosado	RA5	38’12’’27
E Fem	1º	1Sarg	Joana Gomes	RC6	19’18’’69
E Fem	2º	Furr	Sara Ribeiro	RC6	19’18’’72
E Fem	3º	1Sarg	Ana Sereno	RC6	19’18’’75

No conjunto das provas, o Regimento de Transmissões consagrou-se vencedor deste Campeonato Desportivo Militar de Corta Mato de 2019 – Fase II – Brigada de Intervenção.

Corta-Mato Escolar e III Corta-Mato do RA5

Em 30 de janeiro decorreu no Polígono de Tiro do Regimento de Artilharia N.º 5 (RA 5), o Corta-Mato Escolar Distrital 2018 do Desporto Escolar e simultaneamente o III Corta-Mato do Regimento de Artilharia N.º 5.

A integração entre os dois eventos resultou numa simbiose perfeita entre o desporto escolar e o desporto militar, materializando uma boa integração com a autarquia local, podendo no ano seguinte evoluir para uma dimensão nacional.

Aproveitando o facto de ter um grupo constituído por elevado número de jovens com potencial recrutável, foi feito um esforço no domínio da divulgação do serviço militar, reunindo meios do Exército e capacidade informativa, sendo de referir que gerou bastante interesse e curiosidade.

A iniciativa foi organizada pelo Desporto Escolar Alentejo e Agrupamento de Escolas de Vendas Novas, contando ainda com a parceria do Município de Vendas Novas e do RA5, este último com a cedência do Polígono de Tiro, Torre Multiatividades, montagem de tendas insufláveis para divulgação e vestiários, e ainda uma exposição de materiais e viaturas, além de outras entidades.

Primeiramente, tiveram lugar as Provas Militares, que nas respetivas distâncias se apuraram as seguintes classificações individuais por género, no escalão - absolutos:

Classificações Individuais

4500mts FEM - Absolutos:

1.ª Classificada – Soldado Daniela Bengalinha / 2Btrbf

7500mts FEM - Absolutos:

1.ª Classificada – Capitão Marisa Cardoso / BtrComdSvc/ GAC

2.ª Classificada – Tenente Ana Rouquinho / 1Btrbf

1500mts MASC - Absolutos:

1.º Classificado – Soldado Tiago Sena / 2Btrbf

2.º Classificado – 1.º Sargento Bruno Barroso / CSV

3.º Classificado – Soldado André Ferreira / 2Btrbf

4500mts MASC - Absolutos:

1.º Classificado – 1.º Sargento Paulo Viegas / BtrComdSvc/ GAC

2.º Classificado – Soldado João Pernas / BtrComdSrv

3.º Classificado – Soldado António Craveiro / 2Btrbf

7500mts MASC - Absolutos:

1.º Classificado – Sargento-Ajudante Custódio António / BtrComdSrv

2.º Classificado – 1.º Sargento Luís Nunes / BtrComdSrv

3.º Classificado – 2.º Sargento Gabriel Quintal / 1Btrbf

Seguidamente, deu-se inicio ao Corta Mato Escolar Distrital, com a presença de jovens com idades compreendidas entre os 9 e os 17 anos de idade, que de acordo com os vários escalões etários, percorreram distâncias compreendidas entre os 1.000 e os 3.500 metros.

Este evento contou com a participação de 102 militares e cerca de 1.000 alunos; marcaram ainda presença no Polígono de Tiro do RA5, um número significativo de familiares dos alunos, os quais se associaram ao evento.

59

2
3

EXÉRCITO
IVECO

QUE FAMA ILUSTRE FIQUE

Desporto Escolar

DGEstE
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
DSR Alentejo

O CDM Corta-Mato Fase II - BrigInt e a Participação do RAAA 1

O Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1 (RAAA1) apronta um Grupo de Artilharia Antiaérea (GAAA) composto pela 1ª Bateria de Artilharia Antiaérea (BtrAAA) e a 2ª BtrAAA, equipadas com míssil ligeiro e míssil portátil respetivamente, contando ainda com a presença da Bateria de Comando e Serviços.

Além da componente operacional, o RAAA1 é ainda responsável pela instrução da parte antiaérea dos vários cursos que acontecem nesta Unidade, bem como as especializações de material antiaéreo presente na antiaérea nacional, como por exemplo a espacialidade de Radares de Artilharia Antiaérea, Míssil Portátil e Míssil Ligeiro.

Com tantas e tão variadas missões, o RAAA1 não pode descurar o exercício físico dos seus Militares, sob pena de estar a hipotecar logo no seu início a robustez física dos militares em curso, assim como diminuir a eficácia da sua competência operacional por deficiente manutenção da condição física.

No âmbito da Educação Física Militar (EFM) existem diversas atividades que envolvem a participação dos militares do RAAA1, podendo ser elas de cariz obrigatório, como as Provas de Aptidão Física Semestrais (PAF), ou de regime de voluntariado como é o caso das Competições Desportivas Militares (CDM), ou ainda no âmbito da preparação e treino de militares para cursos específicos.

As CDM contribuem significativamente para a manutenção da boa condição física, inerente à condição militar, fortalece o espírito de corpo e a coesão, e promove a abertura e ligação à sociedade. De acordo com o Regulamento Geral das Competições, as competições internas (Fase I), "(…) processam-se no âmbito das U/E/O, e têm em vista a sensibilização

Bruno Preto
Cap Art

dos Quadros para a necessidade de uma adequada e frequente atividade física, base de uma maior prontidão operacional, para além de proporcionarem a todos os militares iguais condições de participação com vista à seleção dos melhores elementos para a fase seguinte da prova".

No ano de 2018, o RAAA1 levou a cabo a 3ª Edição da Taça Santa Bárbara que teve a finalidade de dar primazia ao desenvolvimento de competências individuais e promovendo a prática da atividade desportiva e o convívio saudável e generalizado a todos os militares do RAAA1.

Figura 1 – Prova nº1 da Taça Santa Bárbara (Teste de Cooper).

Esta competição teve a realização de várias modalidades tais como as provas físicas (contendo as extensões de braços no solo, flexões de braços na trave, abdominais e o teste de cooper – Figura nº1), pista de obstáculos de 200 metros sem arma, lançamento de granadas, voleibol, atletismo (englobando salto em comprimento, sprint de 100 metros e estafetas de 750 metros) e a corrida de Natal de 10 quilómetros.

O objetivo final da realização desta competição visou constituir seleções para as diversas modalidades previstas para as CDM, assegurando o seu treino planeado, personalizado e acompanhado, representando o RAAA1 nas várias CDM da Fase II - Brigada de Intervenção, dignificando a sua imagem de competência e de valor.

Em 2018, o RAAA1 participou nas várias CDM Fase II - Brigada de Intervenção nas modalidades de duatlo BTT, tiro desportivo, orientação, pentatlo militar e corta-mato, que tiveram a seguinte calendarização:

Modalidade	**Fase**	
	UnOrg	**Data**
Duatlo BTT	RTm	30 e 31Jan18
Tiro Desportivo	RI19	05 a 09 Mar18
Orientação	RI14	14 a 18Mai18
Pentatlo Militar	RE3	11 a 15Jun18
Corta-mato	RAAA1	19 e 20Out18

Tabela 1 – Calendarização das Competições Desportivas Militares.

Nas CDM Fase II – BrigInt, participaram 42 militares (5/14/23), conforme gráfico seguinte:

Gráfico 1 – Participação dos Militares do RAAA1 nas várias CDM Fase II - BrigInt.

O RAAA1 ainda participou com militares na fase III - Exército, nomeadamente 09 militares, de acordo com o seguinte gráfico:

Gráfico 2 - Participação dos Militares do RAAA1 na CDM Fase III - Exército.

Inserido no Calendário Anual de Atividades da Brigada de Intervenção, decorreu, no Regimento de Artilharia Antiaérea nº1, de 19 a 20Set18, o Campeonato Desportivo Militar de Corta-Mato Fase II, na região de Queluz.

Os 132 atletas participantes, entre os quais 29 do género feminino, provenientes de todas as Unidades da Brigada, conforme gráfico abaixo, proporcionaram inspiradores momentos de esforço, determinação e sã rivalidade na disputa pelos lugares cimeiros do pódio.

Figura 2 – Início da CDM Corta-mato Fase II na região de Queluz.

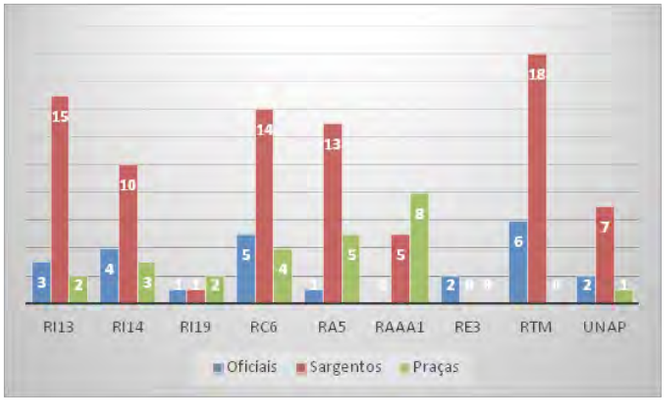


Gráfico 3 – Relação da participação de Militares das várias Unidades da BrigInt

Figura 4 – Cerimónia de Encerramento da CDM Corta-mato Fase II

RE 3 - Pentatlo Militar

A Brigada de Intervenção organiza anualmente, através das suas unidades, a Fase II dos vários Campeonatos Desportivos Militares (CDM). Nesta fase competem entre si as delegações do QG/BRIGINT, RI13, RI14, RI19, RAAA1, RA5, RC6, RE3 e RTm.

O Regimento de Engenharia Nº3, para além de participante, é também a entidade organizadora e anfitriã do Pentatlo Militar que, sendo uma das competições mais completas, é constituído por provas bastante distintas que põem à prova a destreza e resistência dos atletas, caracterizando-se por um elevado nível de exigência. Para garantir a excelência e eficácia na organização da prova, o RE3 conta com o empenho dos seus militares e do apoio imprescindível da Câmara Municipal de Espinho.

As cinco provas que constituem o Pentatlo Militar são:

- **Tiro**, onde os atletas são submetidos a uma prova de precisão e outra de velocidade, com espingarda G3 com munição real a uma distância de 200m;
- **Pista de Obstáculos** onde os atletas têm de percorrer 500m transpondo 20 obstáculos padronizados;
- **Natação** que é uma prova de estilo livre de 50m (nesta fase sem obstáculos);
- **Lançamento de Granadas** que compreende uma prova de precisão onde cada atleta tem 16 projéteis para acertar em 4 círculos diferentes (para a competição masculina os círculos estão situados às seguintes distâncias: 20/25/30/35 Metros e para a competição feminina 15/20/25/ 30 Metros) e outra de potência onde os atletas têm 3 tentativas para lançar os projéteis o mais longe possível;
- **Corta-Mato** com uma distância de 8Km (masculino) e de 4Km (feminino), em terreno variado.

Em 2018, o RE3 esteve presente nos pódios individuais e coletivos com um 3º lugar Individual Masculino (1º e 2º lugar conquistado pelo RAAA1), com um 1º e 3º lugar

Ruben Lobo
Alf RC

Individual Feminino (2º lugar conquistado pelo RC6), um 2º lugar Coletivo Masculino, um 1º lugar Coletivo Feminino e com um 2º lugar na Taça de Mérito ficando esta entregue ao RAAA1.

No seguimento destes resultados alcançados na Fase II - BrigInt, foram selecionados os atletas mais aptos para representar a BrigInt na Fase III - Exército, obtendo um 1º lugar Individual Masculino e sagrando-se campeões a nível coletivo, quer feminino quer masculino.

Em 2019, o Pentatlo Militar Fase II - BrigInt decorrerá, como habitualmente, no Regimento de Engenharia Nº3, de 13MAI19 a 17MAI19, sendo expectável uma participação massiva de atletas de elevado nível, de forma a potenciar os resultados coletivos e individuais da Brigada de Intervenção.

Cerimónias e Eventos

Acontecimentos

COMEMORAÇÕES DO DIA DA BRIGADA DE INTERVENÇÃO

As comemorações do Dia da Brigada de Intervenção 2018, foram enriquecidas por um vasto conjunto de eventos culturais bastante diversificados, tendo iniciado no dia 19 de maio com o já tradicional "Encontro de Artes". Neste evento, aberto ao público em geral, participaram 27 pintores da região de Coimbra, que durante o dia elaboraram as suas obras nos claustros do Aquartelamento. A BrigInt retomou esta iniciativa cultural em 2017, que teve a sua origem no extinto Regimento do Serviço de Transportes, da Figueira da Foz e que já ocorreu também em Coimbra, na década passada.

Para se conseguir dar mais cor a este evento, atuaram perante todos os participantes, durante a parte da tarde, a Fanfarra do Exército sediada no Quartel-General, o Grupo "Foles e Cantorias de Santa Clara" e a "Quantunna", pertencente à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

O evento pretende promover a ligação do Exército Português à sociedade civil e à população conimbricense, dando oportunidade para conhecer as capacidades artísticas dos pintores da região, assim como o de promover o convívio entre militares e civis, seja a pintar, cantar ou apenas de visita.

O auge das Comemorações aconteceu na cidade de Bragança com a realização da cerimónia militar

Lurdes Gonçalves
Ass. Tec.

comemorativa do 12º aniversário da Brigada de Intervenção.

Esta cerimónia, que foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Rovisco Duarte, e contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de

Bragança, Dr. Hernâni Dinis Venâncio Dias, e das mais ilustres entidades civis e militares, locais e regionais, correspondeu ao ponto alto das comemorações que se iniciaram em Bragança, no dia 26 de maio, com a realização de atividades didáticas para a população, como são exemplos a exposição de material militar no Largo São João de Deus, e os rastreios médicos à população Bragantina, disponibilizados gratuitamente por uma equipa sanitária do Exército.

Releva-se, do programa da cerimónia, o desfile apeado e motorizado das principais Forças e meios que a Brigada de Intervenção, enquanto Grande Unidade do Exército, coloca ao serviço de Portugal e dos portugueses.

Na sua alocução, o Chefe do Estado-Maior do Exército referiu que, "tendo presente a sua implantação territorial", a proximidade da Brigada de Intervenção às populações "constitui uma mais-valia concreta, nomeadamente por permitir uma ligação mais estreita e mais eficaz com as autarquias e autoridades civis ao nível local e regional", mobilizando os seus recursos em prol do bem-estar das populações. À população de Bragança, o Comandante do Exército, agradeceu "por nos acolheram de forma tão digna. "Este é o Vosso Exército".

Também no âmbito destas comemorações, realizou-se no dia 05 de junho, em Coimbra, na Faculdade de Letras e no Grande Auditório do Convento São Francisco, o Colóquio sobre a I Guerra Mundial, subordinado ao tema "Consequências da Grande Guerra" e o Concerto da Orquestra Ligeira do Exército, respetivamente.

O Colóquio, organizado em parceria com a Faculdade de Letras e a Direção de História e Cultura Militar, possibilitou a partilha de saberes entre as entidades envolvidas, proporcionando o estreitar de laços entre o Exército e a comunidade académica de Coimbra. Neste evento estiveram presentes as mais diversas entidades civis e militares, e contou com as intervenções do Exmo. MGen Aníbal Flambó, do Exmo. BGen Xavier de Sousa, e do Prof. Doutor João Paulo Avelãs Nunes.

No Convento São Francisco, a Orquestra Ligeira do Exército proporcionou, mais uma vez, a todos os presentes, um inesquecível momento musical. A enorme procura dos bilhetes, disponibilizados a título gratuito e os efusivos aplausos que se ouviram ao longo e no final do concerto, são a demonstração inequívoca do interesse dos conimbricenses por este tipo de eventos, reforçando os laços entre o Exército e a comunidade civil.

DIA DO EXÉRCITO – CERIMÓNIA DE EVOCAÇÃO E HOMENAGEM A D. AFONSO HENRIQUES, PATRONO DO EXÉRCITO E 1º ENCONTRO DE MILITARES ESCRITORES

Integrada nas Comemorações do Dia do Exército 2018, realizou-se no dia 24 de outubro, pelas 11H30, na Igreja de Santa Cruz, em Coimbra, a Cerimónia de Evocação e Homenagem a D. Afonso Henriques, Patrono do Exército.

Presidido pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Nunes da Fonseca, o ato solene contou ainda com a presença das mais diversas entidades militares, civis e eclesiásticas, que foram recebidos nos Paços do Concelho do Município de Coimbra, pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Manuel Machado, a que se seguiu o ritual de colocação da espada e deposição de uma coroa de flores no túmulo de D. Afonso Henriques e a Celebração Eucarística, pelo Capelão-Chefe do Exército, Coronel SAR Jorge Manuel Marques de Matos.

Realizou no mesmo dia, no âmbito das Comemorações do Dia do Exército 2018, através da Direção de História e Cultura Militar e da Brigada de Intervenção, o 1º Encontro Nacional de Militares Escritores, que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, presidido pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Campos Serafino, que contou com a presença do Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, Professor Doutor João Gabriel Silva. O encontro foi moderado pela Professora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e pelo Professor Doutor António Adriano Pires Ventura, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CONCERTO DE ANO NOVO 2019 DA BRIGADA DE INTERVENÇÃO

À semelhança de anos anteriores, realizou-se em 17Jan19 na cidade de Coimbra, o "Concerto de Ano Novo" da Brigada de Intervenção, com a atuação da Banda Sinfónica do Exército.

Perante um público que, encheu por completo o Teatro Académico de Gil Vicente, a Banda Sinfónica do Exército apresentou um magnífico programa musical, muito ovacionado pela audiência.

Este concerto que constitui já um marco na agenda cultural de Coimbra, é promovido pela Brigada de Intervenção, com o apoio da Câmara Municipal e do Teatro Académico de Gil Vicente, espelhando as excelentes relações institucionais existentes.

A adesão da população conimbricense e a garantia do apoio das entidades envolvidas refletem a relevância dos espetáculos musicais da Banda Sinfónica do Exército, confirmando a proximidade da Brigada de Intervenção à cidade que a acolhe.

9º CURSO DE OPERAÇÕES DE PAZ E AÇÃO HUMANITÁRIA (OPAH)

Numa iniciativa conjunta do Comando da Brigada de Intervenção (BrigInt) e do *Ius Gentium Conimbrigae* | Centro de Direitos Humanos (IGC/CDH), da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, decorreu no período de ***20 de outubro a 17 de novembro,*** *no* ***QG da BrigInt, Aquartelamento de Sant'Anna****,* o 9º Curso em Operações de Paz e Ação Humanitária (OPAH).

O curso pretende contribuir para a preparação de civis e de militares interessados em Operações de Paz e em Ações Humanitárias, familiarizando-os com estes contextos. Visa também promover a interação entre os vários atores participantes em teatros de operações com estas características, bem como a aquisição de competências teórico-práticas que facilitem a compreensão das diversas dinâmicas inerentes às Operações de Paz e à Ação Humanitária.

Regimento de Infantaria Nº13

VISITA DO EXMO TGEN CFT AO RI13 – 11SET18

O Exmo. Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General Rui Davide Guerra Pereira, visitou, no dia 11 de setembro de 2018, o Regimento de Infantaria Nº13 (RI13).

À chegada ao Regimento, foi recebido pelo Exmo. Comandante da Brigada de Intervenção, Brigadeiro-General Francisco Xavier Ferreira de Sousa e pelo Comandante do RI13, Coronel Nuno Manuel Mendes Farinha. De seguida, foram apresentados os cumprimentos por parte de uma delegação de militares e civis que prestam serviço no RI13 e, na sequência da visita, o Comandante do RI13 apresentou um brífingue relativo à situação da unidade. Ainda de manhã, o Exmo. Comandante das Forças Terrestres visitou diversas infraestruturas e meios da Unidade, com especial realce para as ligadas ao Núcleo de Simulação e Treino PANDUR e aos meios do 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado de Rodas, designadamente o simulador dinâmico, as arrecadações de material de guerra e ao refeitório geral. De seguida realizou-se um almoço convívio, após o qual foi efetuada uma formatura geral, onde foram condecorados militares do RI13.

A visita terminou com a passagem pela Coleção Visitável Militar do RI13, onde o Exmo. Tenente-General Comandante das Forças Terrestres marcou a sua passagem pela unidade com a assinatura do Livro de Honra.

VISITA DOS ADIDOS MILITARES ACREDITADOS EM PORTUGAL

Nos dias 09 e 10 de outubro, os Adidos Militares acreditados em Portugal visitaram o Regimento de Infantaria Nº 13 (RI13) e a cidade de Vila Real.

O programa da visita contou com uma parte cultural, no dia 09 de outubro, onde a Câmara Municipal de Vila Real teve um papel preponderante, proporcionando à comitiva uma visita ao Palácio de Mateus, um "Wellcome drink" nos Paços do Concelho e um jantar oficial de boas vindas numa infraestrutura hoteleira da cidade.

No dia 10 de outubro a comitiva visitou o Regimento de Infantaria Nº13, onde tiveram a oportunidade de ter contato com os simuladores (tático e dinâmico) da VBR PANDUR II 8X8 entre outras atividades.

A visita terminou com a visita à coleção visitável do RI13 e a consequente troca de lembranças.

EDP BOOTCAMP – 18JAN19

No dia 18 de janeiro de 2019, na senda de abertura de portas à sociedade civil, teve lugar no Regimento de Infantaria Nº 13 (RI13), o BOOTCAMP da Direção de Rede e Concessões do Norte da EDP Distribuição. Esta iniciativa que é realizada anualmente para os seus quadros superiores, teve lugar no RI13 pela primeira vez, tendo contado com a participação de 91 elementos, com uma média de idade de 50 anos. Do programa, fez parte um conjunto de exercícios físicos e de provas de situação e decisão, tendo por objetivos essenciais fomentar a coesão e espírito de corpo, dentro dos quadros daquela empresa, o relacionamento interpessoal e institucional.

CERIMÓNIA DE TOMADA DE POSSE DO COMANDANTE DO RI13 – 23OUT18

Em 23 de outubro de 2018, realizou-se a cerimónia de Tomada de Posse do novo Comandante do Regimento de Infantaria Nº13 (RI13), Coronel de Infantaria José Dias Lages.

Presidida pelo Exmo Comandante da Brigada de Intervenção, Brigadeiro-General Francisco Xavier Ferreira de Sousa, a cerimónia, que contou ainda com a presença de várias entidades civis, militares e religiosas, teve como momentos mais significativos a entrega do Estandarte Nacional, confiado à guarda do RI13, ao novo Comandante, pelas mãos do Exmo Comandante da Brigada de Intervenção, bem como a assinatura do Termo de Posse, em formatura geral, na Parada "La Lys", atos que simbolizam a assunção do comando pelo Coronel José Lages.

Concluída a Cerimónia Militar, o Exmo Comandante recebeu na Sala de Honra da Unidade, os Oficiais, Sargentos e uma delegação de Praças e de Funcionários Civis do Regimento, que apresentaram os protocolares cumprimentos de boas vindas, seguido da assinatura da primeira Ordem de Serviço do RI13.

Regimento de Infantaria Nº14

PARTICIPAÇÃO DO RI14 NA AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO PARA A LIMPEZA DE ÁREAS FLORESTAIS E PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

O RI14 participou, no passado dia 24 de março de 2018, nas ações de sensibilização nacional para a limpeza de áreas florestais e prevenção de fogos rurais que se desenvolveram em todo o Território Nacional.

A ação de sensibilização decorreu na Serra do Crasto, na região de Viseu, em coordenação com o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas e contou com a presença de militares de outras Unidades.

O evento contou com a visita de S. Exa. o Presidente da Republica, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa que, depois de ser recebido no Regimento de Infantaria Nº 14 por S. Exª o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Rovisco Duarte, se deslocou à área onde decorriam os trabalhos.

HOMENAGEM AO REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 14 NA GALA DO COMÉRCIO, EM VISEU

O RI14 foi homenageado pela Associação Comercial do Distrito de Viseu, na Gala do Comércio que realizaram em 02Nov2018, através da entrega dum troféu que visa distinguir as instituições desta região.

O troféu foi recebido pelo Exmo. Comandante do Regimento, em suplência, TCor Inf António Vicente, que agradeceu o reconhecimento pelo trabalho de proximidade realizado ao longo dos anos pelos militares do Regimento, com as instituições da cidade de Viseu e da região envolvente.

CERIMÓNIA MILITAR DE RECEÇÃO DA 1FND/QRF/RSM

Realizou-se no dia 13 de dezembro a Cerimónia de receção da 1FND/QRF/RSM e do NSE que regressaram do TO do Afeganistão, no passado dia 14 de novembro.

A Cerimónia realizou-se na Avenida da República, no coração de Viseu, foi presidida por S. Exa. Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, Almirante António Silva Ribeira, acompanhado de S. Exa. General CEME, General José Nunes da Fonseca.

Estiveram também presente os Exmo. Generais VCEME e AGE. O momento mais alto da cerimónia Militar ocorreu quando o Comandante da Força entregou o Estandarte Nacional, que acompanhou a Força to TO do Afeganistão, ao Exmo. Comandante da Brigada de Intervenção.

CERIMÓNIA DE TOMADA DE POSSE DO EXMO. COMANDANTE DO RI14

No dia 15 de janeiro de 2019, decorreu no Regimento de Infantaria nº 14 na presença de todos os Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis a prestar serviço na Unidade, a Cerimónia de Tomada de Posse do novo Comandante, o Coronel de Infantaria, Luís Miguel Afonso Calmeiro.

A Cerimónia Militar decorreu na parada Capitão Vale de Andrade, presidida pelo Exmo. Comandante da Brigada de Intervenção, Brigadeiro General Carlos Manuel de Matos Alves e testemunhada por várias entidades militares e representantes das instituições da região de Viseu.

Regimento de Infantaria Nº19

JORNADAS DE INFANTARIA 2018

De acordo com o determinado superiormente, entre os dias 04 e 06 de junho, decorreram no Regimento de Infantaria Nº 19, as "Jornadas da Infantaria 2018" (JI18), subordinadas ao Tema Geral: "Infantaria – Desafios para o futuro".

No âmbito das JI18, foram criados dois grupos de trabalho, tendo cada um deles tratado um subtema específico, respetivamente: Tema 1 - "A 5ª Geração de Soldados de Infantaria do Exército Português - Sistemas de combate do soldado, sua organização e doutrina", sob a liderança do TCor Inf Machado Barroso; Tema 2 - "O Treino Operacional", sob a liderança do TCor Inf Melo Dias. No final foram então efetuadas as apresentações "resumo" dos Temas abordados e as respetivas conclusões parcelares. As JI18, encerraram com a intervenção final por parte do Exmo. DHAI, TGen Campos Serafino.

FRONTEIROS EM EXERCÍCIOS

No Regimento de Infantaria os Cursos de Formação Geral Comum de Praças do Exército (CFGCPE) efetuam, normalmente, o seu Exercício Final de Campo, na região de CALVÃO, com a finalidade de validar os conhecimentos adquiridos ao longo do Curso, bem como adaptar e treinar os Soldados Graduados às vivências e exigências próprias da situação de campanha.

Tendo como enquadramento um cenário típico de Operações de Estabilização, os formandos validam a formação adquirida, fundamentalmente nas áreas de Técnica Individual de Combate, Sobrevivência e Topografia. O Exercício culmina com uma marcha até ao Regimento de Infantaria 19, onde são postos à prova o espírito de sacrifício e abnegação testemunhos dos soldados do 19: "SEMPRE EXCELENTES E VALOROSOS".

JURAMENTOS DE BANDEIRA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO GERAL COMUM DE PRAÇAS DO EXÉRCITO

Tendo como objetivo fomentar a relação entre a população, o Regimento de Infantaria Nº 19, a Brigada de Intervenção e o Exército, promover a exaltação do amor à Pátria e a divulgação do significado dos símbolos nacionais, particularmente entre os jovens, bem como a defesa intransigente dos valores morais e históricos de Portugal. Os Juramentos de Bandeira dos Soldados Recrutas do Pólo de Formação de Chaves são realizados, por norma, onde o "19" assume responsabilidades, desde as abas da Serra do Gerês, no concelho de Montalegre até às margens do Rio Douro, em Miranda do Douro, junto à fronteira com o país vizinho", no ano de 2018 realizaram-se em Chaves, Boticas, Vila Pouca de Aguiar, Miranda do Douro, Vinhais e Vimioso e em 2019, à data, realizou-se em Mogadouro.

Nestes eventos, ficam bem patentes os fortes laços entre o Regimento, a Brigada de Intervenção, o Exército e a região envolvente, bem espelhados na moldura humana que presencia as cerimónias, constituindo as mesmas um ato simbólico da abertura da Instituição Militar à sociedade civil.

TOMADA DE POSSE DO COR INF JOÃO CALDEIRA

Em 31 de julho de 2018, tomou Posse do Cargo de Comandante do Regimento de Infantaria Nº 19, o Excelentíssimo Coronel de Infantaria João Carlos Rodrigues Mendes da Silva Caldeira.

A Cerimónia Militar foi presidida pelo Exmo. Brigadeiro-General Comandante da Brigada de Intervenção, e realizou-se na Parada do Regimento de Infantaria Nº 19, estando presentes os Comandantes das Unidades da Brigada de Intervenção, antigos Comandantes do RI19, Entidades Civis e Forças Militarizadas e de Segurança de Chaves.

Regimento de Cavalaria Nº6

O DIA FESTIVO DO RC6

Realizou-se no dia 12 de julho de 2018, a Cerimónia Militar comemorativa do 309.º Aniversário do Regimento de Cavalaria N.º 6.

Presidida pelo Comandante das Forças Terrestes, Exmo. TGen Rui Davide Guerra Pereira, a cerimónia contou com a presença de diversas Entidades Militares, Civis, Académicas e Religiosas, bem como de ex-militares do Regimento e seus familiares, que desta forma se associaram às comemorações de mais um aniversário dos "Dragões D`Entre Douro e Minho".

Após a Cerimónia Militar foram inauguradas as exposições alusivas ao Centenário da Grande Guerra e à evocação dos 20 anos da 1.ª Força Nacional Destacada do Regimento, "Bósnia e Herzegovina a 1.ª FND do RC6 – 20 Anos".

As comemorações prosseguiram no dia 13 de julho, na Avenida Central, em pleno coração da cidade de Braga, com uma Exposição de Capacidades, onde foi possível a todos os visitantes observar alguns dos equipamentos deste Regimento, bem como contactar com algumas atividades, entre as quais se destacam a Torre Multiatividades, prova de obstáculos, o Balão de Ar Quente do Exército e a oportunidade de se iniciar na Arte da Equitação. Para finalizar as Comemorações foi oferecido aos bracarenses, pelas 21H30, na Avenida Central, um Concerto da Orquestra Ligeira do Exército.

Ainda inserido nas Comemorações do 309.º Aniversário do RC6 decorreu, em 07 de julho, a 8º Edição do Torneio de Golfe, que foi realizado em Ponte de Lima.

De 17 a 19 de julho, organizou-se uma prova de ciclismo, com um percurso de 309 quilómetros, fazendo a ligação por estrada entre Bragança, Chaves, Monção e Braga. Localidades onde esteve sediado o Regimento de Cavalaria N.º 6 ao longo da sua história.

Regimento de Artilharia Nº 5

Dia da Arma de Artilharia e do Regimento de Artilharia Nº 5

O Exército Português comemorou hoje, dia quatro de dezembro, em Vendas Novas, o Dia da Arma de Artilharia e respetiva Padroeira, Santa Bárbara, e o dia do Regimento de Artilharia N.º 5 (RA5).

Presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Nunes da Fonseca, e contando com as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas, Dr. Luís Carlos Piteira Dias, e da Presidente da Câmara de Setúbal, Dra. Maria das Dores Marques Banheiro Meira, entre outras ilustres entidades militares e civis, a Cerimónia Militar, que decorreu na Parada D. Pedro V do RA5, constituiu-se como o ponto alto de um programa comemorativo que teve o seu início no dia 21 de novembro, no Fórum Cultural "A Praça", em Vendas Novas, com um Painel subordinado ao tema "A IGG e a Artilharia Portuguesa", continuando com um Concerto da Orquestra Ligeira do Exército, no dia 29 de novembro, no Fórum Municipal "Luísa Todi", em Setúbal.

Destaca-se, da Cerimónia Militar, a Cerimónia de Homenagem aos Mortos pela Pátria, na qual foi depositada, simbolicamente, uma coroa de flores, junto ao Monumento aos Mortos da Primeira Grande Guerra, assim como a evocação do General Loureiro dos Santos, que o General Nunes da Fonseca recordou como um "excelso militar, ilustre artilheiro e distinto académico, que deixa a Portugal um legado inestimável. Legou-nos, em particular, um exemplo de saber, inabalável conduta ética, inexcedível dedicação às causas, postura altruísta e sã camaradagem. O Exército curva-se perante a sua memória e expressa, no seio da Artilharia, o mais profundo respeito por este ilustre cidadão militar, cuja carreira será lembrada e evocada ao longo de gerações."

Antecedendo a demonstração temática alusiva ao "Centenário do Armistício – A Artilharia de Campanha expedicionária desde a I Grande Guerra até à atualidade", a Cerimónia Militar terminou com a participação de 108 alunos da Escola de Campos da Misericórdia, de Vendas Novas, com idades compreendidas entre os 7 e os 10 anos, que, acompanhados pela Banda do Exército, entoaram o Hino Nacional. Esta iniciativa, que deriva de um projeto da Escola de Campos da Misericórdia, designado por "Pequenos Cidadãos", pretende promover a cultura de segurança, fomentar o civismo e a cidadania e criar uma oportunidade de integração e socialização entre a comunidade local, designadamente a comunidade escolar, o Exército, através do RA5, e a Guarda Nacional Republicana (GNR), instituições militares presentes na cidade. Nesse âmbito, os 108 alunos, no momento da entoação d'A Portuguesa, foram enquadrados pelo Cabo Manuel Maçano, responsável local pelo Programa Especial Escola Segura, da GNR, que tem vindo a apoiar o projeto.

Já no Auditório do RA5, onde decorreu a Sessão Comemorativa, procedeu-se à entrega dos prémios de 2018 da Revista de Artilharia, designadamente o de melhor artigo publicado na Revista, atribuído ao Tenente-Coronel Octávio João Marques Avelar, com o tema "Future Artillery 2018" , publicado na Revista de Julho/Setembro, e do prémio "Coronel de Artilharia Zephyrino Brandão", fundador e primeiro Presidente da Comissão de Redação, que distingue o autor que se tenha destacado pela sua colaboração e dedicação à Revista, atribuído, no presente ano, ao Tenente-Coronel Pedro Alexandre Marcelino Marquês de Sousa.

Nas palavras que dirigiu aos presentes, aludindo ao Dia da Artilharia, o CEME enfatizou o emprego de forças de Artilharia no exterior do território nacional, nomeadamente "a valiosa prestação dos militares que têm integrado a missão de apoio à formação dos artilheiros afegãos – a Branch School Advisory Team (BSAT) – reveladora de excelente preparação, treino operacional e objetividade, que orgulham o Exército".

O DIA DA DEFESA NACIONAL NO RA5

O Regimento de Artilharia N.º 5, em Vendas Novas, no período de 22 de junho a 09 de julho do corrente ano, durante um total de 12 dias úteis, estabeleceu-se como Núcleo de Divulgação da 14.ª Edição do Dia da Defesa Nacional, aprontando as suas instalações para colaborar com o Ministério da Defesa Nacional, e, receber no Regimento os jovens oriundos de seis concelhos: Vendas Novas, Évora, Montemor-o-Novo, e Arraiolos, pertencentes ao Distrito de Évora, Coruche, pertencente ao Distrito de Santarém, e Alcácer do Sal, que integra o Distrito de Setúbal.

Foram 1198 os jovens concidadãos que marcaram presença no Dia da Defesa Nacional levado a efeito no Regimento, e cujo objetivo visa sensibilizar os jovens para a temática da Defesa Nacional e divulgar o papel das Forças Armadas, a quem incumbe a Defesa Militar da República.

A comparência ao Dia da Defesa Nacional é um dever militar que abrange todos os cidadãos portugueses de 18 anos de idade, e é cumprido nos Centros/Núcleos de Divulgação de Defesa Nacional, sedeados em unidades militares dos três ramos das Forças Armadas.

Regimento de Artilharia AntiAérea Nº 1

DIA DO REGIMENTO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA Nº 1

No âmbito das comemorações do 30.º Aniversário do Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1 (RAAA1), teve lugar no interior das instalações do Regimento no dia 28 de setembro de 2018, a cerimónia militar.

A cerimónia militar foi presidida por S. Exa. o Diretor Honorário da Arma de Artilharia, Tenente-General Quartel-Mestre-General, Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira, contando com a presença de distintas entidades militares e civis.

A cerimónia militar, iniciou-se com a continência das Forças em Parada à entidade que presidiu à cerimónia, seguindo-se a integração do Estandarte Nacional na Formatura. Houve lugar a uma homenagem aos militares mortos em defesa da Pátria na Parada do Regimento, a qual contemplou uma deposição de coroa de flores no monumento localizado à frente da formatura. Após a imposição de condecorações a militares e antigos militares do Regimento, bem como a antigos combatentes das ex-colónias as forças desfilaram em continência a S. Exa. o Diretor Honorário da Arma de Artilharia, Tenente-General Quartel-Mestre-General, Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira.

No final da cerimónia militar teve lugar uma atuação da Banda Sinfónica do Exército (BSE) ao que se seguiu a apresentação do Boletim de Artilharia Antiaérea 2018 produto de investigação e conhecimento dos militares do Regimento, este ano subordinado ao tema: "A Artilharia Antiaérea – História e Edificação da Capacidade". Teve ainda lugar o lançamento do livro "Rota dos Campeões" da autoria do Coronel Reformado Henrique Maurício que contou com a colaboração de militares deste Regimento.

Seguiu-se uma visita à exposição de capacidades militares, localizada no topo Norte da Parada Themudo Barata ao que se seguiu a inauguração do edifício destinado a acomodar o Sistema Integrado de Comando e Controlo para Artilharia Antiaérea (SICCA3).

Por fim, realizou-se um almoço convívio no refeitório geral do Regimento, no qual foi cortado o bolo de aniversário do RAAA1.

No final houve ainda a assinatura do livro de honra do Regimento por parte do S. Exa. o Diretor Honorário da Arma de Artilharia, Tenente-General Quartel-Mestre-General, Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira.

Regimento de Engenharia Nº3

COMEMORAÇÕES DO 42º ANIVERSÁRIO DO REGIMENTO DE ENGENHARIA Nº 3

No dia 04 de maio de 2018, decorreram as Cerimónias do 42º Aniversário do Regimento de Engenharia Nº 3, as quais foram presididas pelo Exmo. Tenente-General Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Campos Serafino.

Do Programa das Cerimónias, constou a receção dos Convidados, que se seguiu a Guarda de Honra ao Exmo. TGen VCEME, Cerimónia de Homenagem aos Mortos, Cerimónia Militar, almoço convívio e assinatura do Livro de Honra do RE3.

Uma vez mais, estas Cerimónias contaram com a presença das mais diversas entidades civis e militares, locais e regionais, emprestando brilho e solenidade às Comemorações do Aniversário.

ENCERRAMENTO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE CONSTRUÇÕES VERTICAIS E HORIZONTAIS - 2018

A 19 de dezembro de 2018, decorreu no RE3 a cerimónia conjunta de encerramento do 25º Curso de Operador de Equipamento Pesado de Engenharia (COEPE), 4º Curso de Canalizador e do 4º Curso de Eletricista de instalações.

A cerimónia foi presidida pelo 2ºCmdt do RE3 TCOR ENG João Paulo do Amaral de Oliveira, contando ainda com a presença da Dra. Paula Monteiro, Coordenadora Pedagógica do Centro de Emprego e Formação Profissional de Entre Douro e Vouga, do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), em representação da Direção deste Centro.

Os Cursos são compostos por duas componentes, uma tecnológica, com cerca de 160 dias úteis de formação e outra de formação prática em contexto de trabalho, com uma duração de 15 dias úteis de formação. Durante a fase de formação prática em contexto de trabalho, os formandos foram integrados em várias equipas de trabalho, desenvolvendo atividade no interior e exterior do RE3, tendo assim um primeiro contacto real com a sua nova atividade profissional.

Concluíram o curso 54 formandos designadamente: 22 operadores de equipamento pesado de engenharia, 17 canalizadores e 15 eletricistas, oriundos de diversas unidades do Exército localizadas em Portugal continental e insular.

Os cursos decorreram ao abrigo de acordo de colaboração entre o RE3 em representação do Exército Português e o IEFP representado pelo Centro de Emprego e Formação Profissional de Entre Douro e Vouga, permitindo ao Exército Português obter recursos humanos com formação certificada e elevado potencial de reingresso no mercado de trabalho após o final do seu período de contrato, graças ao reconhecimento profissional da sua especialidade no quadro do Catálogo Nacional de Qualificações.

Regimento de Transmissões

DIA DA ARMA DE TRANSMISSÕES E DO RTM

Comemorou-se, em 26 de março de 2019, o Dia da Arma de Transmissões e do Regimento de Transmissões (RTm), numa cerimónia presidida pelo Chefe do Estado-Maior do exército (CEME), General Nunes da Fonseca.

Após as Honras Militares regulamentares, teve início o programa do evento com a Cerimónia de Homenagem aos Militares Mortos em Defesa da Pátria, seguindo-se a cerimónia militar que contemplou a entrega do "Bastão" ao Diretor Honorário da Arma de Transmissões (DHAT), Major-General Viegas Pires e a imposição de condecorações.

No final da cerimónia todos os presentes, nomeadamente o Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, Doutor António Gouveia e o General Garcia dos Santos, entre outras entidades militares e civis, assistiram a uma demonstração de capacidades de Comunicações e Sistemas de Informação, com meios do Sistema de Informação e Comunicações Tático (SIC-T) e PANDUR II 8x8 Communication Vehicle (CV). As comemorações culminaram com a assinatura Livro de Honra do RTm, pelo General Nunes da Fonseca.

TOMADA DE POSSE DO CARGO DE COMANDANTE DO RTM PELO EXMO. CORONEL DE TRANSMISSÕES JOSÉ CARLOS DA COSTA GUILHERME

Nos termos do Despacho de 27Jul18, de S. Exa. o General CEME, foi nomeado, "Por Escolha", para o desempenho do cargo de Comandante do Regimento de Transmissões, o COR TM NIM 00849886, JOSÉ CARLOS DA COSTA GUILHERME.

O RTm teve, portanto, a importante missão de planear, organizar e executar atividades que em vista tinham a cerimónia, tendo como ponto fulcral o assinalar do ato de Posse de Comando com a sobriedade, o brilho e a solenidade que o momento assim o impôs.

Presidiu à Cerimónia o Comandante da Brigada de Intervenção (BrigInt), Exmo. BGen Francisco Xavier Ferreira de Sousa.

O dia 25 de outubro de 2018 iniciou-se com a Receção ao Exmo. Cor Tm José Carlos da Costa Guilherme e a Receção ao Exmo. Comandante da Brigada de Intervenção na Porta de Armas do Regimento pelo 2º Comandante e pelo Adjunto do Comandante, onde foram prestadas as Honras pela Guarda de Polícia e foi entregue o Escudo de Armas do RTm. Seguiu-se a Apresentação das Forças em Parada à entidade que presidiu à Cerimónia, de onde se destaca o seguinte programa:

- Leitura do Despacho de nomeação;
- Assinatura do Termo de Posse pelo Comandante do Regimento de Transmissões;
- Entrega dos Estandarte Nacional do RTm ao Exmo. Comandante do Regimento;
- Alocução do Comandante do RTm;
- Desfile das Forças em Parada.

Após a Cerimónia militar realizou-se o almoço convívio, seguido da apresentação de cumprimentos dos Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis do Regimento, na Sala de Honra. O dia terminou com um brífingue ao Exmo Comandante sobre a situação geral da Unidade.

VISITA DO EXMO. BGEN MATOS ALVES, COMANDANTE DA BRIGADA DE INTERVENÇÃO

Por ocasião da Tomada de Posse como Comandante da Brigada de Intervenção, o Exmo. BGen Carlos Manuel de Matos Alves, deslocou-se, no dia 12 de fevereiro, ao Regimento de Transmissões, no âmbito das visitas aos Regimentos da Brigada.

Após as honras militares regulamentares, o BGen Matos Alves foi recebido no Salão Nobre da Unidade, para uma Apresentação de Cumprimentos de militares e civis que aqui prestam serviço, tendo de seguida assistido a um brífingue onde foram abordados os diversos empenhamentos do RTm, em termos operacionais e regimentais, face à especificidade de ser a única unidade regimental de Transmissões.

Após o almoço convívio, o Comandante da BrigInt presidiu à formatura geral da Unidade, após o que visitou as instalações do RTm os meios do Sistema de Informação e Comunicações Tático (SIC-T) e de Guerra Eletrónica (GE).

A terminar a visita o BGen Matos Alves assinou o Livro de Honra do Regimento.

HOMENAGEM AOS MILITARES MORTOS EM COMBATE – DIA DE FINADOS

Decorreu, no dia 11 de novembro de 2018, no Cemitério de Agramonte, a cerimónia de homenagem aos militares que, servindo as Forças Armadas, deram a Portugal o que de mais precioso possuíam, a sua própria vida.

O Regimento de Transmissões, representado por um pelotão (1 Oficial, 3 Sargentos e 18 Praças), homenageou os militares mortos em combate numa cerimónia promovida pela Liga dos Combatentes - Núcleo do Porto.

Foram prestadas as devidas Honras Militares, tendo posteriormente sido depositada uma coroa de flores junto ao monumento evocativo aos mortos em serviço da Pátria.

Desafios

Reconnaissance Company - Uma Escola de Reconhecimento

Márcio Sousa
1 Sar Cav

Passam precisamente 4 anos desde a projeção da *Reconnaissance Company (Recce Coy)* como Força Nacional Destacada para a Lituânia. Posso afirmar que é com algum saudosismo que escrevo enquanto recordo aquela que foi a minha escola, a nossa escola de reconhecimento. Não vou estabelecer paralelismos nem abordar o reconhecimento atual, que envolve meios nas 3 dimensões e integra conceitos muito mais abrangentes e complexos do que o que vou retratar. A *Recce Coy* foi absolutamente especial, fez correr muita tinta e deixou vários ensinamentos que são o *know how* do Grupo de Reconhecimento da Brigada de Intervenção e que servirão de base, sem dúvida, para o reconhecimento de amanhã.

Qualquer jovem quadro da Arma de Cavalaria é instruído e preparado para cumprir todas as tarefas inerentes às missões de reconhecimento, baseado na doutrina primária que serve de base a essa instrução. Quem ambiciona mais, tem nas unidades de cavalaria das diferentes brigadas os encargos operacionais responsáveis pelo emprego desta matéria, todos com a sua especificidade, é certo, mas com o mesmo objetivo comum entre eles: conduzir operações de reconhecimento! O reconhecimento é diferente de qualquer outra missão. O reconhecimento exige treino, disciplina, paciência e resiliência e devolve motivação, capacidade e eficiência. Sem desprimor para todas as outras forças que cumprem as mais variadas missões, o reconhecimento é diferente, sobretudo pela sua exigência e explora as funções de combate como nenhum(a) outro(a). A *Recce Coy* foi tudo isto e muito mais!

Constituída como *Recce Coy* da *NATO Response Force (NRF)* 2014, iniciou o seu aprontamento em 2013.

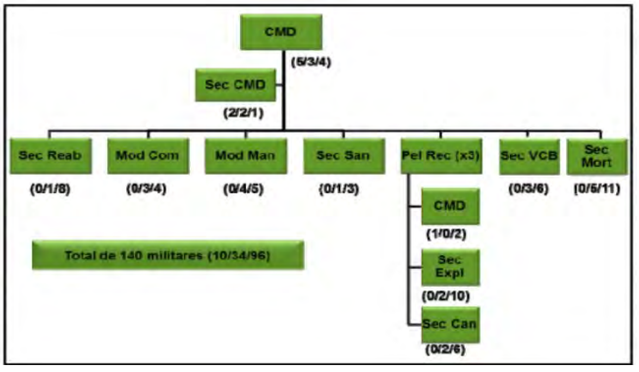


Figura 1-QO da ORBAT

Figura 2-Pandur II 8x8

A sua estrutura operacional de pessoal contava com 142 militares, sendo 07 oficiais, 32 sargentos e 103 praças, distribuídos numa ORBAT pesada, tendo em conta a época e o escalão tático da força. A sua organização compreendia o Comando, Secção de Comando, Secção de Comunicações, Secção de Manutenção, Secção de Reabastecimento, Secção Sanitária, 03 Pelotões de Reconhecimento e um Pelotão de Apoio, que integrava a Secção de Vigilância do Campo de Batalha e a Secção de Morteiros Médios. Era composta por 42 viaturas, sendo 27 blindadas e as restantes táticas não blindadas. Até ao final do ano de 2014, completaram-se 2 anos desafiantes, em que o treino e a formação foram a maior constante. Talvez o inteligente escalonamento do treino fosse uma das chaves para o sucesso desta força. Nunca chegamos a correr sem antes aprender a gatinhar! Poderia deixar neste testemunho dados estatísticos que chegariam a impressionar, mas não sendo esse o objetivo, não posso deixar de referir que as viagens constantes para diferentes cenários como o Campo Militar de Santa Margarida, Vila de Murça, Serra dos Carvalhos em Braga, Póvoa de Lanhoso, Serra da Cabreira em Cabeceiras de Basto/ Vieira do Minho e a montanha transmontana que rodeia a cidade de Chaves, são exemplo da diversidade de cenários onde nos propusemos a treinar, procurando novos desafios, respondendo a novas dificuldades e acrescentando treino e sabedoria. Sempre que saíamos de casa, além das tarefas de reconhecimento, incluíamos com grande peso o tiro, que mostrou a todos os militares desta força que não existem maus atiradores, existem apenas atiradores com pouco treino. Também o tiro montado (estático, dinâmico, por viatura ou por subunidades), executado com alguma regularidade no Campo de Tiro do Campo Militar Santa Margarida, permitiu explorar a fundo os sistemas de tiro das viaturas que equipavam a força, nomeadamente as Pandur II 8X8 **(figura 2)** dos PelRec e as experientes e ainda enérgicas Chaimite V200

Figura 3-Chaimite V200 Porta-Morteiro

Porta-Morteiro **(figura 3)**. No caderno do aprontamento, constaram ainda as inúmeras palestras, demonstrações e formações, que acrescentaram conhecimento, tornando esta força o mais capaz possível. Mesmo sem o horizonte de uma possível projeção, mantivemos o elevado nível de treino e prontidão, inclusivamente a dos meios à nossa disposição, salientado o esforço feito para que as viaturas V200 Porta-Morteiro pudessem corresponder à exigência e intensidade do treino, que estava claramente fora do alcance destas, antes da manutenção efetuada. Após essa mesma manutenção e com a estima necessária, o apoio de fogos à manobra nunca faltou, percorrendo os mesmos quilómetros que as recém-chegadas Pandur II 8X8, sublinhando o facto de que o alcance do Morteiro-Médio 81mm, sendo curto, exigia esforço redobrado na ocupação sucessiva de Bases de Fogos por forma a garantir sempre a proteção da força.

No final de 2014, a *Recce Coy* reúne a confiança do Exército para uma nova missão no flanco leste da Europa, como contributo do esforço de Portugal para os compromissos assumidos pela NATO na Cimeira de Gales, em reação à anexação da Crimeia pela Rússia.

A projeção para a Lituânia acontece debaixo dos holofotes, não fosse esta a força portuguesa mais musculada a ser projetada em ambiente NATO. Comparativamente a qualquer outra projeção, a *Recce Coy* contava com quase toda a família Pandur, nomeadamente as versões Pandur *Infantry Carrier Veichle* (4), Pandur *Infantry Fighting Vehicle* (6), Pandur *Remote Weapon Station* (6), Pandur *Reconnaissance Vehicle* (3), Pandur *Command Post Vehicle* (2), Pandur *Recovery* (1) e Pandur *Medical Evacuation* (1), Chaimite V200 Porta Morteiro (3) e diversas viaturas táticas ligeiras e pesadas. Nunca foi projetado tanto potencial de combate, com tal nível tecnológico e de especificidade.

De seguida, porque nos perece importante para os leitores, apresenta-se a Missão, o Conceito de Emprego e as Possibilidades e Capacidades da *Recce Coy*:

MISSÃO DA RECCE COY

A *Recce Coy*, entre 01Abr e 31Jul15, planeia, treina e participa em exercícios combinados com as Forças Armadas da Lituânia e outros países aliados, no território da Lituânia, a fim de integrar as *Assurance Measures* 2015 da OTAN.

CONCEITO DE EMPREGO

a. A Recce Coy é uma unidade mecanizada de rodas.

b. É um sistema de manobra usado para executar Operações de Reconhecimento e Operações de Segurança.

c. Pode executar operações Ofensivas/Defensivas em Economia de Forças.

d. A *Recce Coy* é uma força que combina a flexibilidade, mobilidade, proteção e poder de fogo, atuando de forma rápida e descentralizada.

e. É um sistema essencial na recolha de informação, essencial para o Processo de Decisão Militar.

POSSIBILIDADES E CAPACIDADES

a. Contribuir para o esforço de pesquisa do escalão superior.

b. Localizar e identificar alvos em condições de visibilidade reduzida.

c. Obter informação sobre o dispositivo inimigo, evitando o empenhamento decisivo.

d. Integrar o Sistema ISTAR.

e. Executar tarefas de Segurança de Área da Retaguarda.

f. Participar em Operações de Estabilização e Operações de Resposta a Crise.

g. Participar em Operações de Contrainsurgência.

h. Atuar de forma independente até ao nível secção.

i. Utilizar os fogos diretos contra infantaria inimiga e forças com blindagem ligeira.

j. Destruir forças mecanizadas utilizando arma anticarro.

Sem qualquer tipo de abordagem ao contexto geopolítico, a Lituânia, como ambiente de treino, trouxe o que de melhor poderia haver para a *Recce Coy* enquanto força: a sua acreditação. Quando me refiro a esta acreditação, falo da acreditação por parte da cadeia de comando do Exército, por parte dos seus militares e de todos os outros atores e espectadores de assuntos militares. Os créditos para esta acreditação foram obtidos lá, no terreno, culminando no "Exercício *Saber Strike* 2015" **(figura 4)**, juntamente com

Figura 4-Exercício Saber Strike 2015

as seguintes forças: Paraquedistas alemães (*Bundeswher Fallschirmajager*), Forças de Infantaria, Reconhecimento e Engenharia lituanas e militares dos *US Marine Corps* e da *101st AirBorne Division*. O trilho percorrido em solo lituano, começou com a participação no exercício "*Flaming Thunder*", onde a secção de morteiros participou com 3 bocas de fogo (Chaimite V200 PMort) e a Secção de Vigilância de Campo de Batalha com os observadores avançados, participação integral da força no exercício *Iron Wolf* e vários *cross-trainings* com forças locais e estrangeiras, onde a *Recce Coy* coletou mais algumas ferramentas para atingir o nível de excelência que faz jus à sua memória e ensinamento, de onde destaco: técnicas de reconhecimento especial **(figura 5)**, instrução e treino de sobrevivência **(figura 6)**, técnicas de orientação, tiro **(figura 7)**, simulador de apoio de fogos, áreas edificadas,

Figura 5-Técnicas de reconhecimento especial

Figura 6-Instrução e treino de sobrevivência

Figura 7-Técnicas de tiro

fast-rope, escalada e rapel, natação, entre outros. Recordo o dia em que um grupo de oficiais e sargentos lituanos expressaram o seu espanto ao saber que esta força tinha origem em forças regulares do Exército Português. Para nós, essa expressão, já dizia muito! Em Rukla, pacata localidade lituana, está instalada a *Mechanized Infantry*

Figura 8-Mechanized Infantry Brigade

Brigade **(figura 8)**, que hospedou a *Recce Coy* no período de missão. O imenso campo de treino aí existente, serviu na perfeição para testar o emprego da força, em operações de reconhecimento, de segurança e de economia de forças, treino que foi posto em prática semanas depois nos exercícios multinacionais. Foi precisamente neste local que a *Recce Coy* fez ainda uma demonstração de capacidades para S.Ex.ª a Presidente da República da Lituânia, a convite da nação hospedeira.

Numa era em que o termo "ISR" (*Intelligence, surveillance and reconnaissance*) domina a atualidade neste domínio, entendo que o investimento a ser feito é diretamente proporcional ao preço a pagar pela paz, preço esse elevado, assim como os meios, sejam eles veículos tripulados, não tripulados (UAV's, ROV's ou UGV's), os sistemas óticos, eletromagnéticos ou sensores, que dão forma à "*intelligence data*", que resultam em informação preciosa do campo de batalha e em tempo real, sobretudo com baixo risco ao nível de perdas humanas. O "ISR" é fundamental no apoio à decisão dos comandantes. No entanto, não se dissocia a componente tecnológica da componente humana e ao seu nível mais elementar, continua uma força com a tipologia da *Recce Coy* a ser essencial para a Brigada, seja em missões de reconhecimento (dedicada ou em complementaridade), de segurança ou de economia de forças.

Independentemente do que seja a realidade atual do reconhecimento e do que possa vir a ser o futuro, não tenho dúvidas em elevar bem alto o nome daquela que foi, repito, a minha escola, a nossa escola de reconhecimento e que sem dúvida deixou um grande legado para o futuro, tanto ao nível doutrinário como ao nível da preparação e formação dos quadros da Arma de Cavalaria, nesta vertente tão específica e importante.

Conceito de Manutenção da Viatura Blindada de Rodas Pandur II 8x8

Paulo Figueiredo
Maj Engº Mat

Todo e qualquer sistema possui uma permanente necessidade de procura de melhoria, causar desequilíbrio, sob pena do mesmo acabar no caos ou na estagnação. A constante busca de melhoramento estimula uma inevitável acentuação de antagonismos, mais rapidamente ou mais tardiamente, mas cuja existência, efetiva ou prevista, determina a necessidade de preparação da proteção e defesa contra os mesmos.

A existência do ser humano, à semelhança de outros seres vivos, sempre esteve acompanhada da existência de competição, concorrência, rivalidade, antagonismo, disputa, confronto e conflito, assim como de união, aliança, coligação, associação e simbiose. A evolução humana fez-se também, mas não só, à custa da utilização de acessórios e instrumentos que conferissem determinadas capacidades por forma a permitir a realização de tarefas que, de outra forma o ser humano não as conseguia efetuar.

Figura 1 – Treino com VBR Pandur II 8x8 IFV em terreno árido.

A vivência no campo de batalha dita que todas as vantagens são necessárias para se sobreviver em ambiente tão hostil. A busca de melhores tecnologias que possibilitem equipamentos mais capazes, ou que deem origem a novas vantagens, é imperiosa e como tal incessante.

Durante séculos, a evolução tecnológica da sociedade civil esteve intimamente dependente das evoluções

tecnológicas do meio militar, ou daí originárias, como são exemplo produtos tão comuns como o Micro-Ondas ou, mais estritamente o próprio exemplo do surgimento da Engenharia Civil, como "derivação" da sua originária, a Engenharia Militar. Atualmente assiste-se uma situação algo invertida, em que as forças militares beneficiam e socorrem-se dos avanços tecnológicos provenientes de organizações civis, muitas delas não estatais.

Na procura de renovação, atualização, modernização e adaptação, o Exército Português procurou, nos últimos anos, novos sistemas de armas para se equipar, tendo adquirido o sistema de armas Viatura Blindada de Rodas Pandur II 8x8 (VBR Pandur II 8x8), de origem Austríaca, num número que lhe permite ser o país com a maior frota deste tipo de viatura.

A utilização de qualquer sistema de armas só pode ser possível, viável e plena se a sua utilização envolver operações e ações de manutenção do mesmo. Operações e ações que para serem eficientemente executadas, requerem previamente planeamento das mesmas, sob a forma de programa, normalmente numa determinada fase do projeto de conceção do produto. A gestão da manutenção do sistema de armas exige também toda a informação do resultado dessa fase de planeamento. O utilizador (Exército como um todo e as suas Grandes Unidades em particular) tem assim de ter cabal conhecimento das ações de Manutenção a realizar, afim de as poder planear, executar, supervisar e melhorar.

Para as VBR Pandur II 8x8, o Exército Português sentiu a necessidade de se adaptar para acomodar este sistema de armas complexo, conferindo-lhe todas as condições para uma completa utilização.

Um sistema complexo carateriza-se por apresentar no seu todo propriedades diferentes da mera soma das propriedades das partes que o constituem, assim como o funcionamento de todo o conjunto exibe um desempenho diferente da mera soma do desempenho individual das partes.

De facto, as potencialidades de inclusão de diversos sistemas numa só viatura (sistema de armas), só tem vindo a ser possível ao longo do tempo graças aos contantes avanços tecnológicos que exponencialmente se catapultam a si mesmos. A par com as potencialidades e vantagens, surgem inevitavelmente as exigências, dificuldades e limitações, sobretudo limitação no uso.

O surgimento de uma falha num sistema complexo implica, normalmente, uma muito maior dificuldade em descobrir a(s) causa(s) da mesma, face a sistemas mais simples, mas que não realizam todas as tarefas desejadas e, com tal, geralmente não apresentam tantas vantagens na sua utilização. A manutenção de alguns equipamentos e sistemas, sobretudo os de tecnologia mais avançada, requer assim pessoal especializado, instalações com características específicas (eventualmente volumosas) e, equipamentos dispendiosos, normalmente de diagnóstico e reparação.

Dadas as suas características: complexidade, potencialidades, limitações e exigências técnicas; em resultado dos requisitos que o Exército Português definiu para a sua aquisição com a finalidade de equipar a sua Brigada de Força Média, a VBR Pandur II 8x8, a par com outros sistemas de armas em aquisição simultânea pelo Exército Português, impôs uma mudança em toda a estrutura da função logística Manutenção no Exército.

Esta alteração foi também impulsionada pela mudança de toda a logística do Exército que ocorreu no ano de 2006, quando a Logística por Serviços foi transformada em Logística por Funções.

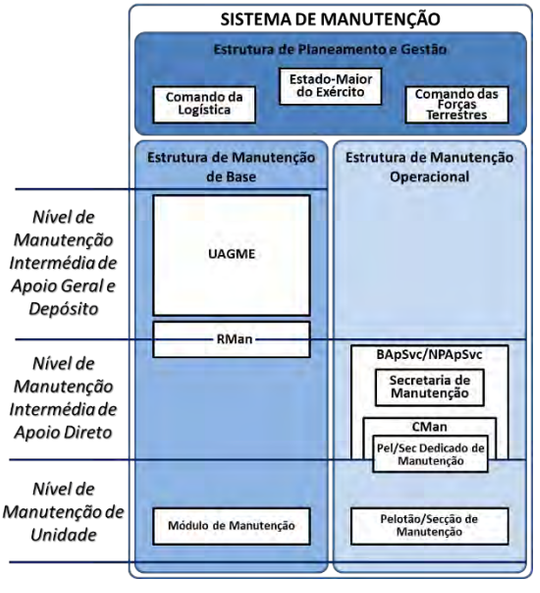


Figura 2 – Conceito de Manutenção adotado ao Sistema de Forças 2014

Em 2011 entrava em vigor o Conceito de Manutenção no Exercito Português que é ainda o atual, e que esquematicamente se encontra exposto na figura 1, com as devidas adaptações às alterações orgânicas que ocorreram no Exército desde 2011 até 2019.

O Conceito de Manutenção estabelece claramente que cada Grande Unidade (GU) do Exército Português deve estar dotada de uma Unidade de Apoio de Serviços onde devem existir os níveis de planeamento, execução, supervisão e melhoria das atividades de Manutenção de todos os equipamentos orgânicos e de reforço dessa GU. Após a sua divulgação, este Conceito foi corroborado pela emissão dos Quadros orgânicos de Pessoal e Material das Unidades de Apoio de Serviços, onde se encontram as Companhias de Manutenção e as Secretarias de Manutenção das Brigadas do Exército Português.

Desta forma, algumas alterações de fundo tiveram de ocorrer, desde logo:

1. A Secção de Controlo Oficinal da Companhia de Manutenção (CMan) é a entidade de deve abrir, fechar, controlar e gerir todas as Ordens de Trabalho (OT), o que na prática é efetuado para as VBR Pandur II 8x8, através da aplicação *Man WinWin* (MWW);
2. As Unidades orgânicas da Brigada de Intervenção (BrigInt) deixaram de possuir Lista de Níveis Orgânicos (LNO), pois em toda a Brigada passa a existir apenas um local com sobressalentes armazenados, que é o Pelotão de Reabastecimento (PelReab) da CMan, pois a armazenagem de sobressalentes exige uma gestão de stocks que as Unidades, além da CMan, não possuem capacidade para efetuar;
3. Em condições habituais, passa a existir apenas uma Lista de níveis de Apoio (LNA), no PelReab, mas que, em caso necessário (por questões operacionais e/ou de distância/tempo), cede sobressalentes a uma ou mais Unidades da BrigInt, passando assim a existir uma ou mais LNO, mas só em emprego Operacional e a gestão continua a ser do PelReab.

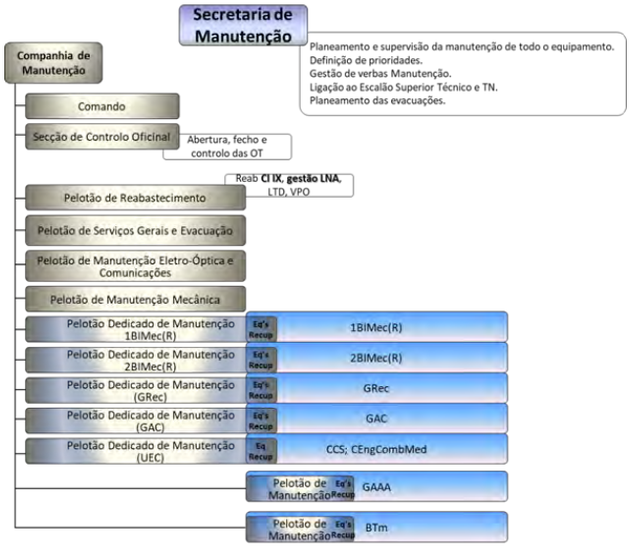


Figura 3 - Articulação do Conceito de Manutenção na Brigada de Intervenção.

Para a execução do planeamento da Manutenção das VBR Pandur II 8x8, a nível operacional, a Estrutura de Planeamento e Gestão do Sistema de Manutenção do Exército Português, em articulação com o fornecedor deste sistema de armas, dotou o Exército Português com as publicações necessárias que possuem descritas todas as tarefas a realizar, nas diferentes modalidades de Manutenção (essencialmente Preventiva Sistemática ou Corretiva) e aos diversos níveis de execução. As publicações técnicas existem na forma de Manuais Técnicos (MT) ou como mais usualmente são referidos, *Technical Manuals* (TM) e, apresentam-se em três níveis, respeitantes aos três níveis de manutenção respetivos.

As publicações técnicas respeitantes à VBR Pandur II 8x8 não deixam margem para dúvida, sendo que a Unidade só deve executar tarefas presentes no TM10 e a CMan da Brigada de Intervenção é a responsável pela execução de todas as tarefas presentes no TM20.

Níveis de Manutenção		**Quem executa**	**Manual VBR**	**Tipo de Manutenção**
Unidade	**Nível I**	**Unidade**	**TM10**	**Preventiva**
Intermédio **A/D**	**Nível II**	**CMan**	**TM20**	**Preventiva e Corretiva**
A/G	Nível III	Unidades fora da GU	TM30	Preventiva e Corretiva
Depósito				

Figura 4 - Correspondência entre Níveis de Manutenção, executantes e TM da VBR Pandur II 8x8.

Não se exagera em referir que o manual mais relevante é de facto o TM10, por quanto possui todas as indicações das características da VBR, seus constituintes, as suas potencialidades, as suas limitações em uso e a descrição de todas as tarefas que o utilizador necessita de realizar para se atingir o maior rendimento deste sistema de armas, assim como advertências para o uso das VBR.

O utilizador é o primeiro e o mais importante elemento da cadeia logística no que à função logística Manutenção diz respeito. É ele o principal sensor e executor de toda a cadeia logística de Manutenção e o responsável primário pelo estado da VBR que utiliza, sendo ele que executa a Manutenção Preventiva, Nível I, à VBR respetiva.

Pela complexidade deste sistema de armas, as suas dez diferentes versões em uso no Exército Português e a exigente lista de trabalhos de manutenção (preventiva e corretiva) a realizar, sobretudo pelo tempo que cada um demora a realizar, as tarefas de nível II (incluídas no TM20) necessitam obrigatoriamente de ser entregues à CMan da BrigInt. Não existe obviamente uma estanquidade no Conceito de Manutenção que indique que apenas as Equipas de Recuperação, são os únicos mecânicos a estar em permanência numa determinada Unidade Operacional da BrigInt. A Secretaria de Manutenção planeia as atividades de Manutenção em concordância

Figura 5 - Ação de manutenção Nível II em VBR Pandur II 8x8 ICV, no TO do Kosovo.

com as prioridades necessárias, por forma a que a CMan rentabilize o mais possível os seus recursos humanos e materiais, colocando junto das Unidades apoiadas respetivas, desde somente as Equipas de Recuperação, até todo do Pelotão Dedicado de Manutenção, em função das necessidades.

As razões principais para que os trabalhos de nível II sejam entregues à CMan e, normalmente efetuados nas suas instalações são:

1. Doutrinariamente e tecnicamente, a CMan é a Unidade de execução dos trabalhos de nível II;

2. A maioria dos trabalhos de nível II, sejam de manutenção preventiva sistemática ou de manutenção corretiva, apresentam tempos de execução normalmente muito elevados para serem realizados nas instalações oficinais de uma Unidade de Escalão Batalhão (UEB) que, normalmente, deve possuir grande mobilidade no Teatro de Operações (TO).

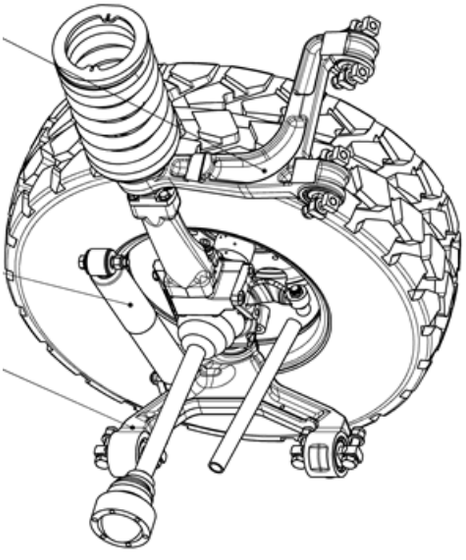


Figura 6 - Pormenor do 1º eixo motriz da VBR Pandur II 8x8, onde surgem os problemas mais frequentes em virtude do peso vs utilização da VBR

Neste último ponto importa mencionar que uma manutenção preventiva de mudança de óleo do motor apresenta um tempo guia de execução de cerca de 80 horas, pois possui um protocolo de tarefas de execução extenso e que todas devem ser executadas, a fim de se atingir a fiabilidade pretendida no Campo de Batalha.

Os danos que habitualmente se produzem em treino com estas VBR são, apesar de não se treinar com o peso máximo declarado como possível pelo fabricante (sem ADD-ON, sem a totalidade da palamenta, sem a totalidade do equipamento individual – normalmente não prontas para combate), pneus rasgados lateralmente pelo peso ou impactos no solo, suspensões empenadas, semi-eixos de transmissão danificados, sistema de travagem

com desgaste excessivo e/ou com sobreaquecimento. A reparação destes danos, excede normalmente os tempos de reparação permitidos numa UEB operacional.

Em contexto internacional, sendo a função Logística Manutenção, normalmente uma responsabilidade nacional, a CMan da BrigInt é a Unidade que naturalmente cede os mecânicos de nível II, e o equipamento oficinal necessário, para integrar forças equipadas com VBR Pandur II 8x8, que se preparam para missões no exterior de Território Nacional (TN), como foi já exemplo o

Figura 7 - Pormenor de braço 1º eixo empenado

TO do Kosovo, as projeções para a Lituânia, no âmbito das *Assurance Measures*, e mais recentemente o TO da Republica Centro Africana.

Em todos estes casos, as forças respetivas encontraram-se aquarteladas em bases de operações, com relativa permanência temporal, o que permite a criação de um espaço oficinal e depósito de sobressalentes em instalações semi-fixas, e que as ações de manutenção de nível II sejam executadas por técnicos da CMan, junto da Unidade apoiada e da qual fazem parte. Toda e qualquer Unidade nacional, equipada com VBR Pandur II 8x8, que se projete para fora de TN, deve possuir o necessário em pessoal e material, a ser cedido pela CMan da BrigInt, a fim de garantir a sustentabilidade das VBR Pandur II 8x8 fora de TN. Nestes casos, as Forças são dotadas de uma LNO, pois não existe apoio de uma CMan nem um PelReab no Teatro.

A CMan da BrigInt, através da sua SCO e da aplicação MWW, é a responsável por abrir, fechar, controlar e gerir as Ordens de Trabalho (OT) respeitantes a todas as VBR

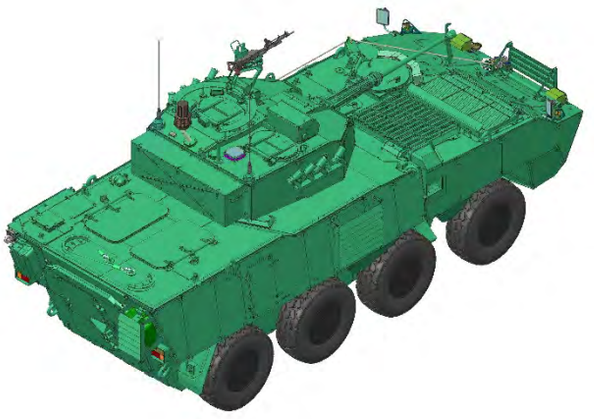


Figura 8 - VBR Pandur II 8x8 IFV, a mais pesada das 10 versões ao serviço na BrigInt.

Pandur II 8x8, incluindo as que estejam fora de TN.

A VBR Pandur II 8x8 já completou mais de dez anos ao serviço do Exército Português e dos Portugueses. Originou mudança de comportamentos porque também disponibilizou novas capacidades, nomeadamente deu ao Exército e ao país uma Força média de Escalão Brigada, credível, coesa, coerente, solidária, inovadora, profissional, com provas dadas e, grande fonte de recursos humanos para todo o Exército, assim como de retenção dos mesmos.

Importa garantir que todos os projetos futuros para a VBR Pandur II 8x8 possuam uma sustentação perfeitamente calculada, salvaguardada e certificada, sobretudo nas áreas da utilização e da Manutenção de todos os seus equipamentos, sob pena de se destruírem capacidades já erigidas e validadas. Sendo imprescindível que todo o trabalho desenvolvido pela BrigInt se preserve, particularmente as lições aprendidas sobre as limitações da VBR Pandur II 8x8, que devem ser consideradas e respeitadas em todos os futuros projetos, e que o futuro deste sistema de armas seja de igual forma coerentemente mantido atualizado, garantindo oportunidade à Força Média do Exército Português prossecução na evolução do trabalho que tem produzido.

Edificação da Capacidade Counter Unmanned Aircraft Systems

RAAA1

1. **A importância da Artilharia Antiaérea face às 'novas' ameaças aéreas**

Face à atual proliferação e multiplicidade de plataformas aéreas de pequenas dimensões e de baixa assinatura radar, bem como devido à emancipação dos Unmanned Aircraft Systems" (UAS) e dos drones[1], torna-se imperativo obter formas de combater, intersetar ou neutralizar estas possíveis ameaças, com vista a minimizar a sua interferência não só em exercícios, mas, de modo particular, em instalações e operações militares. Porém, esta intrusão no espaço aéreo não tem vindo a interferir apenas com os militares, pois um pouco por todo o mundo, tem-se verificado a utilização indevida de drones em aeroportos, áreas críticas e atividades ilegais.

A título de exemplo, existe já uma cronologia recente de incidentes que merecem reparo, tais como o uso de pequenos dispositivos voadores para introduzir droga em prisões, tal como ocorreu, por exemplo, nos Estados Unidos da América e na Austrália. Em 16 de setembro de 2013 um partido pirata alemão fez aterrar um pequeno drone perto da tribuna onde a chanceler alemã, Angela Merkel, discursava durante uma ação de campanha. Relembra-se ainda que a 14 de outubro de 2014 um drone com a bandeira albanesa lançou o caos no jogo de futebol disputado em Belgrado, originando uma batalha campal, levando o árbitro da partida a interromper o jogo. A 31 de outubro de 2014 em França, foi noticiado terem sido detetados *drones* a sobrevoar centrais nucleares

Em Tóquio, a 22 de abril de 2015, foi noticia que um pequeno UAS com uma substância radioativa, fez um voo sobre o gabinete do primeiro-ministro. Outro exemplo com interferência na aeronáutica, verificou-se a 01 de junho de 2017, quando um avião que se encontrava na fase aproximação para aterrar no aeroporto do Porto quase colidiu com um *drone* que voava nessa rota a 450 metros de altitude, obrigando a tripulação da aeronave a realizar as necessárias manobras para evitar a colisão. Destaca-se ainda o incidente reportado pelo Ministério de Defesa da Rússia ocorrido a 09 de janeiro de 2018, onde 13 veículos aéreos não tripulados tentaram atacar a base aérea de Khmeimim e o porto de Tartus, ambos na região de Latakia, no litoral da Síria, tendo 07 desses *drones* sido destruídos pelos sistemas de defesa de Artilharia Antiaérea (AAA), enquanto os outros seis tiveram o seu sinal interrompido pelos militares russos, que conseguiram fazer com que três deles aterrassem e os restantes se despenhassem em áreas seguras, longe das bases. Este incidente permitiu não só constatar como eventuais terroristas já possuem tecnologias que lhes permitem realizar atentados a grandes distâncias, bem como identificar a urgência da criação de meios de defesa antiaérea que consigam fazer face a estas novas tipologias de ameaça aérea.

[1]Conceptualmente drone e UAV são semelhantes. A publicação doutrinária do Exército 3-37-00 relativa à Tática de Artilharia Antiaérea refere que os UAS incluem drones e veículos pilotados remotamente (Remotely Piloted Vehicles – RPV). Refere ainda que os drones são caracterizados por utilizarem principalmente rotas de voo pré-programadas, enquanto os RPV privilegiam o controlo por operadores em terra. A NATO classifica como UAS aquilo que é assumido em linguagem generalista como drone. A diferenciação NATO assume-se pelo nível de automação do drone em que o seu voo é dependente de instruções pré-programadas, em oposição a um UAV que é um veículo aéreo não tripulado remotamente.

2. Possíveis Medidas e Meios Counter-UAS a adoptar

Sabemos que, globalmente, a ameaça aérea tem como uma das suas características principais dispor de uma panóplia diversificada de sistemas de armas e munições de ataque ao solo, entre outras finalidades, disponíveis para utilização por plataformas aéreas. Esta diversidade assenta num conjunto de meios, com características próprias muito variáveis e distintas, para os quais os sistemas de defesa antiaérea têm que se adaptar, por forma a conseguir neutralizá-los de forma célere e eficaz. Assim, facilmente se identifica a necessidade urgente de capacitar a AAA com meios adequados para combater, intersetar ou neutralizar as ameaças UAS, tendo em conta que, observando a tipologia da atual ameaça aérea, se verifica que o empenhamento contra uma aeronave de asa fixa, será diferente de um empenhamento sobre um UAS, contra um míssil balístico, contra um míssil de cruzeiro ou contra aeronaves atuando como *Renegades,* obrigando a um estudo detalhado da ameaça aérea presente em cada situação, por forma a determinar a tipologia de sistema de armas a utilizar.

Neste âmbito, verifica-se que os sistemas de AAA adequados para empenhamento sob ameaças aéreas de dimensões reduzidas e a baixa velocidade são os sistemas C-RAM[2] e sistemas canhão equipados com módulos automáticos de guiamento. Esta tipologia de sistemas utilizada em operações de campanha demonstrou ser extremamente eficaz, mas verifica-se a existência de efeitos secundários, ou colaterais, dos seus projéteis. Assim sendo, os sistemas *anti-drone* revelam-se eficazes e sem produção de qualquer efeito secundário nas populações e infraestruturas, quando empenhado num ambiente urbano ou no decorrer dos chamados *eventos de elevada visibilidade*, permitindo o derrube ou captura do *drone* com o mínimo de efeitos colaterais, garantindo um "uso dual"[3] para a AAA. Porém, convém não esquecer que face à caraterização da ameaça UAS apresentada, a capacidade *anti-drone* só estará completa com o C-RAM, de modo a garantir a necessária complementaridade de sistemas.

Fazer face a esta nova tipologia de ameaça aérea, obriga a um esforço adicional do Policiamento Aéreo, sob tutela da Autoridade Aeronáutica Nacional de acordo com a Lei 28/2013 de 12 de abril, afigurando-se necessário garantir uma resposta mais rápida que a neutralize com a mínima probabilidade de fratricídio, mantendo a segurança das populações.

Complementando todos os restantes tipos de sistemas de armas de AAA, a implementação de um sistema *anti-drone* trará grandes vantagens para as capacidades da defesa antiaérea, desde logo porque estes meios possibilitarão capacitar a AAA enquanto Elemento da Componente Operacional do Sistema de Forças (ECOSFE), assim como na proteção de pontos e áreas militares sensíveis. De igual modo, garantem a proteção antiaérea a Eventos de Elevada Visibilidade no Território Nacional e nas Zonas Militares dos Açores (ZMA) e Madeira (ZMA), bem como sempre que solicitado e acordado com protocolo, poderá traduzir-se num apoio essencial à Autoridade Nacional de Aviação Civil (ANAC), para garantir o normal funcionamento dos principais aeroportos nacionais perante esta ameaça e às forças de segurança aquando da realização de eventos de elevada visibilidade.

Face à tipologia da ameaça aérea atual, categoria de meios e capacidades em termos de altitudes e raio de ação, entende-se que os sistemas do tipo *DroneGun*[4] são os meios mais adequados para o empenhamento sobre *drones* de menores dimensões (nano e micro *drones*) assim como mini e micro UAV. Por outro lado, se pretendermos fazer face aos *drones* de larga dimensão, um sistema tipo *Drone Detection System*[5], afigura-se como o meio mais adequado. Neste âmbito, o Grupo de Artilharia Antiaérea poderá enquadrar unidades de tiro (UT) de sistemas *anti-drone* e C-UAS numa subunidade como a sua 2BtrAAA, atualmente equipada com Sistemas Míssil Portátil. Desta forma garante-se o seu uso dual sem conflitos ao nível das

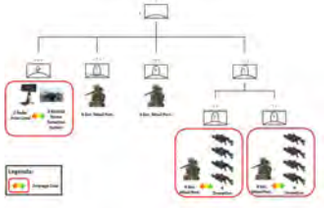


Figura 1- Organização da 2BtrAAA em sistemas anti-drone e C-UAS.

Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP), bem como no que respeita aos equipamentos, comunicações e pessoal empregues (Figura 1).

Relativamente à AAA orgânica dos Batalhões de Infantaria (BI) da ZMA e ZMM, os seus QO determinam a existência de um Pelotão de Míssil Portátil *Stinger* dedicado a cada um deles, pelo que, seguindo os racionais elencados anteriormente, estas secções manteriam a sua organização funcional em pessoal e principal sistema de armas atribuído, garantindo mais uma vez o seu uso dual sem conflitos ao nível dos aspetos anteriormente referidos para a 2BtrAAA (Figura 2)

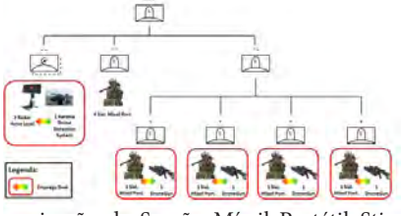


Figura 2- Organização da Secção Míssil Portátil *Stinger* dos BI da ZMA e ZMM em sistemas *anti-drone* e C-UAS.

[2]Sistema Counter–Rocket, Artillery & Mortar (C-RAM).

[3]A expressão "uso dual" significa que a utilização do sistema poderá ser adotada quer em situações de campanha militar, quer em situações de segurança interna em colaboração com as autoridades de segurança pública.

[4]É um sistema operado apenas por um militar, sendo de fácil uso por não ser necessária qualquer formação específica para o operar. É altamente portátil, sendo a "arma" e seus acessórios transportados numa mochila por esse militar.

[5]Alcance de atuação na ordem dos 3000 metros, possibilitando a detecção do ponto de origem da estação de controlo.

3. A edificação da capacidade anti-drone na Lei de Programação Militar

A revisão em 2018 da Lei de Programação Militar (LPM), que se prevê entrar em vigor durante o ano de 2019, trouxe algumas novidades no que respeita à calendarização da aquisição de sistemas *anti-drone* para o Exército.

Com efeito, o orçamento consignado para esse programa aparece apenas no segundo sexénio da LPM, consubstanciando assim um atraso na adoção de equipamentos e desenvolvimento de doutrina e emprego de tais meios no Exército e em eventuais colaborações com outras entidades.

Não obstante esta situação, o Regimento de Artilharia Antiaérea Nº 1, na qualidade de "gestor" dos programas de reequipamento do Exército relativamente aos sistemas de AAA, apresentou já ao seu escalão superior possíveis alternativas menos onerosas do ponto de vista financeiro, que permitam a edificação de uma capacidade inicial de C-UAS.

Tomando como referência o caso do Exército italiano, este dispõe de sistemas que, atuando ao nível das frequências rádio de controlo dos *drones*, permite não só o derrube como o operador do sistema *anti-drone* tomar o controlo da aeronave. Esta possibilidade representa uma vantagem substancial, nomeadamente aquando da realização de eventos de elevada visibilidade, em que a segurança da população civil será uma prioridade, evitando assim o despenhamento de uma aeronave, mesmo que de reduzidas dimensões, sobre uma mole humana elevada, com a consequente probabilidade de danos físicos severos. A aquisição de uma Unidade Escalão Secção a 4 Unidades de Tiro desde tipo, sendo passível de poder ser comportada no orçamento anual do Exército sem recurso ao financiamento da LPM, permitiria ao Exército estabelecer-se como centro de conhecimento e desenvolvimento de doutrina nesta área específica da defesa antiaérea, em complementaridade com os sistemas que atualmente opera, podendo, e igual forma, abrir a porta para o estabelecimento de protocolos de utilização dos meios em prol das forças de segurança, no âmbito da realização dos já referidos eventos de elevada visibilidade ou outros considerados de risco elevado de ameaça.

A proposta de visita ao Exército italiano encontra-se em processo de análise superior, aguardando-se a decisão para se apurar os montantes envolvidos e a sua exequibilidade.

A sua eventual adoção representará também um fator motivador para os quadros da Arma de Artilharia que atualmente dispõem de muitos poucos sistemas na vertente da AAA, estando a aquisição de novos sistemas SHORAD[6] e sistemas RADAR prevista para ocorrer a partir de 2022.

[6]SHORAD: Short Range Air Defense

4. Considerações Finais

Os dados sumariamente apresentados sobre a utilização indevida de UAS e "*drones*", permitiram verificar a ocorrência de inúmeras situações que originaram sérias ameaças não só a aeronaves, mas também a pessoas e bens. Neste âmbito, entendemos que a Artilharia Antiaérea do Exército Português deverá ser a entidade responsável por controlar, identificar e eliminar estas ameaças quer em Campanha (no âmbito da proteção antiaérea de uma força militar até escalão Brigada), quer em eventos de elevada visibilidade, em espaços e áreas críticas ou em todo o Território Nacional, caso assim seja determinado. Este assunto é tão mais relevante pois que o Comité de Chefes de Estado-Maior da FINABEL[7], na sua última reunião realizada em abril de 2018, decidiu criar um *Expert Task Group* (ETG) para estudar e desenvolver o tema *Counter Unmanned Aerial Systems* (C-UAS) *Capacity-Development Aspects* (DOTMLFP-I), *Challenges and Operational Perspectives for Land Forces*. Neste âmbito, e na sequência do despacho de S. Exa. o GEN CEME de 07Jun18, a Divisão de Doutrina do Estado-Maior do Exército já se encontra a preparar um conjunto de lições aprendidas no âmbito dos C-UAS em coordenação com o Regimento de Artilharia Antiaérea Nº 1.

Desta forma afigura-se como essencial a edificação de uma capacidade *Counter-UAS* para a AAA, seguindo o preconizado nas possibilidades e princípios de organização elencados no QO do GAAA e nos QO dos BI da ZMA e ZMM que contemplam a existência de um Pelotão de Míssil Portátil Stinger, ou no mínimo com a criação de uma capacidade inicial e de baixo escalão que permita o estudo e o aperfeiçoamento de TTP e criação de doutrina de emprego.

Nos dias que correm, as Forças Armadas procuram uma maior proximidade com a sociedade civil. A aquisição de meios de derrube, interseção ou neutralização de plataformas aéreas desta natureza iria possibilitar ao *'Exército estar cada vez mais ao serviço de Portugal e dos Portugueses'*, na medida em que permitiria uma maior abertura e ligação com a sociedade civil e forças de segurança, respeitando o espaço próprio de atuação de cada instituição, garantindo desta forma uma maior visibilidade e reconhecimento público e com isso uma maior proximidade com as populações.

Bibliografia

- PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA AAA, DE 01 DE MAIO DE 2017;
- INFORMAÇÃO SISTEMAS ANTI-DRONE, DE 10 DE JULHO DE 2017 DO GAAA;
- STRATEGIC CONCEPT OF EMPLOYMENT FOR UNMANNED AIRCRAFT SYSTEMS IN NATO, JANUARY 2010;
- STANAG 2618 – ALLIED DOCTRINE FOR GROUND-BASED AIR DEFENSE (DRAFT);
- PDE – 3-37-00 TÁTICA DE ARTILHARIA ANTIAÉREA (2016).

[7]FINABEL: organização Internacional que integra Exércitos de Estados Membros pertencentes a países Europeus de acordo com a sua Carta Estatutária de 2017.

A Aquisição do Raven - Impacto desta Realidade no Sistema de Forças

Emanuel Pinto
Maj Art

João Chora
Cap Art

1. **MISSÃO**

O Veiculo Aéreo Não Tripulado (VANT) também conhecido por Unmanned Air Vehicle (UAV) é uma capacidade adquirida muito recentemente pelo Exército Português para equipar a Companhia de Sistemas de Vigilância (CSV) sedeada no Regimento de Artilharia N.º5 (RA5).

A CSV, que depende hierarquicamente do Comando do Agrupamento *Intelligence, Surveillance, Targetting, Aqcuisition and Reconnaiscance* (ISTAR), tem como missões principais de acordo com o seu Quadro Orgânico n.º 09.02.15 de 13 de maio de 2015, efetuar o levantamento de um (1) pelotão de aquisição de objetivos e garantir o aprontamento de quatro (4) secções mini-UAV a três (3) equipas cada uma perfazendo um total de vinte e quatro (24) militares.

2. **HISTORIAL DAS SECÇÕES MINI-UAV**

Entre 2015 e 2018, o equipamento que se encontrava disponível para as Secções da CSV operarem era o equipamento AR-4 da empresa Tekever.

Este equipamento surgiu devido a um protocolo entre a respetiva empresa e o Exército Português.

Neste período, os militares Portugueses que integraram as Forças Nacionais Destacadas (FND) / MINUSCA, nomeadamente da 1FND até à 4FND, foram formados pela empresa Tekever com o apoio dos militares que integravam as Secções Mini-UAV da CSV.

Deste modo, foi ministrado uma ação de formação de cerca de duas semanas com uma componente teórica e outra prática, por forma a habilitar os militares a operar o equipamento.

Assim sendo, até 2018, devido aos diversos problemas técnicos que surgiram, os militares desta Companhia limitavam-se a apoiar a empresa Tekever a formar os futuros operadores que iriam operar o equipamento na República Centro Africana não dispondo então de meios para continuar a exercer as suas funções em Portugal, uma vez que os meios que disponham se encontravam a ser operados em teatros de operações estrangeiro, e quando não estavam a ser operados encontravam-se em reparação na respetiva empresa.

3. O EQUIPAMENTO RQ 11-B RAVEN

Em janeiro de 2016 o Exército Português iniciou o processo de aquisição de sistemas aéreos não tripulados tendo sido um processo conduzido pela Nato Support and Procurement Agency (NSPA).

Este processo iniciou-se com o Exército a elaborar um conjunto de requisitos que pretendia que a aeronave não tripulada cumprisse, tendo sido decidido como objetivo principal, adquirir um equipamento que já tivesse sido testado em combate, que englobasse um diverso conjunto de peças de substituição e ainda, que incluísse treino e formação aos futuros operadores de equipamento.

Em finais de 2018 foi transmitido ao Exército que a empresa vencedora tinha sido a AeroEnvironment com o equipamento RQ 11-B RAVEN.

Este equipamento, que é utilizado atualmente em diversos Exércitos, é composto pelo sensor Mantis I23, que têm dois tipologias de cameras.

A primeira, é a camera diurna com uma resolução de 5 megapixeis com 4 níveis de zoom, e a segunda camera é térmica através de infravermelhos com uma resolução de 640x480 megapixeis podendo ainda ser aplicado 3 níveis de zoom.

Uma possibilidade deste payload, é o facto de a rotação ser 360º ou seja, podemos estar a navegar a aeronave e a operar independentemente a camera.

Em termos de autonomia, cada bateria poderá durar aproximadamente entre 60/90 minutos, dependendo das condições atmosféricas de momento. A nível de alcances máximos, poderemos atingir distancias entre os 5 e os 10 kms, dependendo do tipo de antena que estamos a utilizar no momento, sendo que com a Omni antena o alcance máximo é de 5km, e com a Patch Antena será 10km, sendo esta ultima unidirecional.

Uma possibilidade deste equipamento, é se tivermos duas equipas no teatro de operações uma equipa pode efetuar o lançamento da aeronave e poderá passar o controlo da aeronave a uma segunda equipa. Assim sendo, a primeira equipa poderá deslocar-se para 10 km em determinada direção possibilitando então a aterragem da respetiva aeronave neste novo local garantindo a troca de bateria e a continuação da execução da missão.

4. CAPACIDADES DO SISTEMA RAVEN

O sistema Raven, devido à sua portabilidade e ao seu elevado conjunto de funcionalidades, pode ser utilizado numa grande diversidade de situações táticas.

Seguidamente irão ser enumerados genericamente diversas situações em que é possível utilizar o equipamento explorando as suas valências.

4.2 RECONHECIMENTOS

Em termos de apoio a um reconhecimento, quer montado quer apeado, o equipamento pode deslocar-se à velocidade da unidade a que está a apoiar, garantindo em tempo real um conjunto de informações ao comandante dessa força. Deste modo, o comandante dessa força terá oportunamente informações em tempo real para o auxiliar à tomada de decisão.

4.2 VIGILÂNCIA

No que diz respeito à Vigilância, o sistema quando configurado, permite seguir uma determinada rota mantendo-se sempre na mesma a não ser que o operador detete um alvo ou queira visualizar melhor numa determinada área alterando o modo de voo.

4.3 PROTEÇÃO DE UMA FORÇA

No que diz respeito a esta valência, o sistema através dos seus operadores, permite que durante um deslocamento de uma força a mesma seja seguida pelo equipamento garantindo assim através da camara eletromagnética ou da camara térmica de infravermelhos, identificar com alguma facilidade se existem movimentos suspeitos ou uma possível emboscada às forças em deslocamento.

4.4 AQUISIÇÃO DE OBJETIVOS

Através deste equipamento conseguimos ainda efetuar a marcação de objetivos para serem analisados posteriormente e se for necessário, serem efetuados fogos indiretos para estas posições, uma vez que as fotografias tiradas por este equipamento possuem as coordenadas da posição detetada.

4.5 REGULAÇÃO DE FOGOS INDIRETOS

Outra valência deste equipamento é a possibilidade de efetuar correções ao tiro efetuado pela Artilharia, uma vez que nos permite através do seu software efetuar cálculos de onde foi o impacto de uma granada de artilharia e a distância para o seu respetivo objetivo permitindo assim a respetiva correção sem haver a necessidade de um observador avançado.

4.6 BATTLE DAMAGE ASSESSMENT

Outra possibilidade, interligada de perto com a anterior, é a possibilidade de haver um Battle Damage Assessment em tempo real para avaliar os efeitos de fogos indiretos ou diretos das nossas forças.

5. A EQUIPA MINI-UAV

Uma equipa mini-uav é constituída de acordo com os atuais QO, por um (1) Sargento QQA e (1) Praça Condutor/Operador.

Sendo os dois operadores qualificados, é possível efetuar um planeamento de uma missão e efetuar um lançamento em menos de 5 minutos, conseguindo ambos operar o Ground Control Station (GCS) e o respetivo Hand Controller.

De salientar, que em missões diárias, em que é necessário operar o equipamento constantemente, é fundamental os dois operadores estarem qualificados para operar e, especialmente para o operador que estiver a utilizar o Hand Controller, manter a atenção e conseguir identificar possíveis ameaças ou objetivos.

Assim sendo, consegue-se uma maior proficiência e explorar mais as capacidades do equipamento.

6. A IMPORTÂNCIA DE DUAS EQUIPAS MINI-UAV NUM TEATRO DE OPERAÇÕES

Um dos aspetos que pode revelar-se fundamental no cumprimento das missões das equipas mini-UAV é o facto de haver duas equipas num terreno.

Caso existam duas equipas num teatro de operações, além de ser possível efetuar uma rotação de recursos humanos e materiais, é possível, caso estejam ambas empenhadas numa determinada operação, colocar uma equipa em deslocamento para uma futura posição, enquanto a outra está a controlar a aeronave.

É também possível colocar por exemplo a primeira equipa junto a uma força numa operação e uma segunda equipa no Posto de Comando, permitindo deste modo ao Comandante da Força e ao seu Estado-Maior visualizar em tempo real as imagens da primeira equipa.

7. A AERONAVEGABILIDADE

Para tudo o que foi referido anteriormente, nomeadamente operar o equipamento, é necessário que os operadores estejam certificados, uma vez que se os operadores não efetuarem as horas de voo necessárias para manterem a certificação podem vir a perder a sua qualificação para operarem os UAV.

Outro aspeto fundamental, é manter um registo assíduo das horas de voo dos equipamentos e das respetivas peças, porque para os sistemas operarem é necessário que os mesmos estejam autorizados pela Autoridade Aeronáutica Nacional.

Outro aspeto muito importante a reter é quando as unidades efetuam o seu Planeamento Interno de Treino Operacional (PITOP), tem que ser previamente definido quais os apoios em que se pretende utilizar o equipamento, isto para que a Companhia e o respetivo Regimento possam efetuar de acordo com os prazos que estão legislados superiormente sejam cumpridos, ou seja um mínimo de 30 dias de antecedência para se efetuar o processo de aeronavegabilidade e pedido de frequências.

National Support Element

Figura 1 - Símbolo do NSE

NATIONAL SUPPORT ELEMENT / AFEGANISTÃO

Um conceito de apoio diferente…

Nelson Paulo
Cap Inf

O *National Support Element* (NSE) ou Elemento de Apoio Nacional para o Teatro de Operações (TO) do Afeganistão, foi criado por Despacho de S. Exa. Gen CEME de 10 de janeiro de 2018. No seu Quadro Orgânico, contempla um Comando, um módulo de Recursos (Pessoal, Logística e Manutenção), um módulo de Apoio Sanitário, um módulo de Transmissões e um módulo de Finanças.

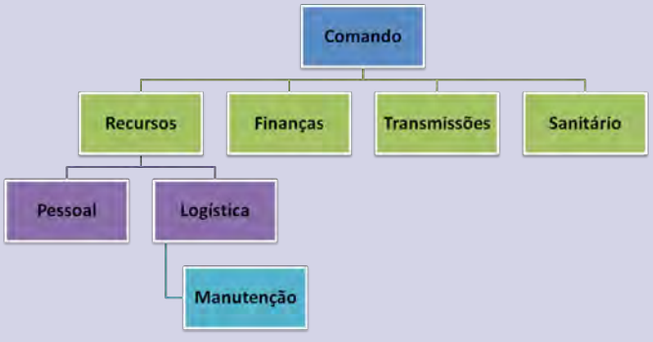


Figura 2 - Organograma do NSE

Iniciar uma missão num TO é, e será sempre, uma tarefa exigente para os intervenientes, principalmente para aqueles que estão diretamente ligados ao processo administrativo e logístico. O nosso destacamento avançado foi projetado em fevereiro de 2018 para o TO do Afeganistão, sendo constituído por dois oficiais e um sargento do NSE e ainda um Oficial do Comando da Logística, com o intuito de estabelecer as condições administrativas e logísticas adequadas para a projeção das forças Portuguesas, um NSE, uma Companhia *Quick Reaction Force* (QRF) e uma *Branch School Advisory Team* (BSAT).

Ao NSE foi atribuída a missão de **"Garantir um apoio administrativo e logístico, de forma equitativa e proporcional, a todos os militares portugueses na RSM"**, de forma a permitir que os Elementos Nacionais Destacados (END) e os Comandantes da QRF e BSAT se foquem na componente operacional,

libertando os mesmos de todo o planeamento e execução inerentes ao processo administrativo e logístico.

Por forma a garantir o apoio aos 195 militares portugueses que contribuem para o sucesso da missão da RS, decidiu-se alugar um edifício na base militar do *Hamid Karzai International Airport* (HKIA). É neste aquartelamento que se encontra a sede do NSE, pois é o principal ponto de entrada e saída de mercadorias e de passageiros do TO. Este edifício de apoio tem como principal função providenciar gabinetes de trabalho ao NSE e disponibilizar uma sala de Portugal para convívio e divulgação da cultura Portuguesa.

MÓDULO DE RECURSOS

O Módulo de Recursos (ModRec) é responsável por garantir todo apoio administrativo e logístico indispensável à projeção, sustentação e retração de todos os militares nacionais. Este é constituído por um oficial de recursos, dois sargentos de recursos, um orientado para a área de pessoal, outro para a área logística e ainda por um sargento mecânico com as valências de manutenção de viaturas e armamento.

Figura 3 - C130 da Força Aérea Portuguesa a transportar militares Portugueses e equipamento militar

O ModRec, em coordenação com os responsáveis da área de Pessoal e Segurança do aquartelamento de HKIA (militares Turcos), processa toda a documentação necessária à realização do *In-Processing* e *Out-Processing* dos militares que chegam e partem de HKIA, com vista à obtenção e anulação dos *ID Card*. Por forma a assegurar a veracidade e a atualização permanente dos quantitativos presentes em HKIA e na RS, o SargRec é responsável pela atualização permanente dos censos (N.º de militares portugueses presentes) junto do A1, bem como pela elaboração e envio do *Personal Report* para o CJ1 do QG/RS.

Através do seu Sargento Mecânico Rodas / Armamento o ModRec é responsável pela verificação e estabelecimento das coordenações para a manutenção do armamento, equipamento e viaturas, garantindo que estes se encontram em condições de operabilidade. Para tal, este verifica os materiais reportados por parte das FND e END como estando inoperacionais ou condicionados; e através da implementação de um plano de manutenção de armamento, equipamento e viaturas, previne anomalias

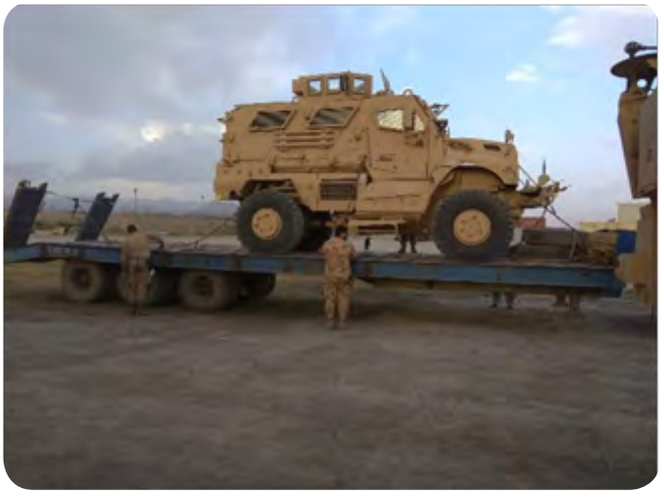


Figura 4 - Receção de viaturas militare MRAP MaxxPro

futuras.

MÓDULO SANITÁRIO

Em todos os TO em que se encontram Foças Nacionais Destacadas a questão do apoio médico-sanitário é sempre

Figura 5 - Curso Tactical Combat Casualty Care

de grande preocupação. A equipa sanitária do NSE, constituída por um Oficial Médico, coordena todo o apoio sanitário aos militares portugueses neste TO, tendo que para isso efetuar observações médicas, agilizar avaliações pelas diferentes especialidades disponíveis e acionar as vias de evacuação sanitárias pertinentes, de modo a garantir e a preservar a saúde de todos eles. Fruto da atual estrutura da equipa sanitária nacional, estabeleceu-se uma estreita relação de sinergia com o ROLE II internacional de HKIA, assumindo particular relevância na vertente formativa (*Tactical Combat Casualty Care e Combat Lifesaver Course*) e na resposta a incidentes *Mass Casualty*.

MÓDULO DE COMUNICAÇÕES

Num TO extremamente complexo como o do Afeganistão as Transmissões assumem um papel fundamental. O Módulo de Transmissões, constituído por um Oficial de Transmissões, um Sargento de Redes e por três Operadores de Telecomunicações, é responsável por garantir a operacionalidade e operabilidade dos meios de Comunicações e Sistemas de Informação (CSI) Nacionais, NATO e Americanos.

Os meios CSI Americanos que equipam as viaturas,

Figura 6 - Instalação de rede de dados do Exército nas instalações do NSE

das forças nacionais em TO, foram cedidos através de um mútuo acordo entre Portugal e os EUA. Nestes equipamentos estão inseridos os rádios RT-1523 na versão veicular AN/VRC92F, inibidores de frequência (*jammers*), e o sistema *Blue Force Tracking*, que efetua a monitorização em tempo real da posição geográfica das viaturas. A resolução de questões particulares com estes meios é solucionada entre este módulo e os técnicos responsáveis de cada componente bem como com o representante do USFOR-A em HKIA.O Módulo de Transmissões supervisiona ainda os serviços de internet contratados localmente, por forma a garantir que todos os militares Portugueses possam usufruir deste serviço, assegurando um meio de contacto essencial com a família em TN.

MÓDULO DE FINANÇAS

A parte financeira não pode ser descurada por isso o módulo de Finanças do NSE, na pessoa do Oficial de Finanças assessorado por um Tesoureiro, atua com ponto de centralização de todas as requisições de bens e serviços provenientes das diferentes estruturas operacionais nacionais em TO, posterior inicia o processo de aquisição, quer no TO quer através do TN. Garante ainda um ponto de contato oficial entre a *Nato Support and Procurement Agency* e o TN para a grande maioria dos processos logísticos de contratação e aquisição de bens e serviços. Assume particular responsabilidade de esclarecimento técnico e coordenação em todos os assuntos relacionados com vencimentos dos militares, assegurando a solicitação mensal de cativos ao vencimento, levantamentos no Banco Internacional Afegão e respetiva distribuição dos montantes monetários aos militares em TO

MORAL E BEM ESTAR

Por último queremos abordar uma temática que não deve ser descurada aquando em missão. Refiro-me ao moral e bem-estar. Neste sentido foi nomeada, através da publicação em Ordem de Serviço, uma Comissão constituída por um Presidente, um Vogal, um Secretário e um Delegado por cada FND. A Comissão tem como missão, difundir, planear, organizar e conduzir um conjunto de atividades, direcionadas para a manutenção do moral e bem-estar dos militares em TO. Mensalmente esta Comissão participa nas reuniões do *Moral and Walfare Activities* (MWA) de HKIA, onde têm assento todos os NSE existentes na base, com o intuito de coordenar a realização atividades (de participação internacional) para o mês subsequente à reunião.

Usufruímos assim de um conjunto de atividades que se materializam em corridas, marchas, jogos de futebol, de voleibol, basquetebol, ping-pong, uma sessão de cinema, por semana, com direito a pizza e pipocas, panquecas ao pequeno almoço, estas atividades são organizadas pelas diversas Nações e financiadas pelo MWA. Tudo com o objetivo de promover um ambiente competitivo, saudável, potenciar o espírito de equipa e a interação entre as Nações NATO.

Mensalmente realiza-se um jantar de aniversariantes, com o intuito de recordar a data de nascimento dos nossos homens e mulheres que servem longe das famílias e do conforto de seus lares. Esta atividade simples, mas repleta de significado é finalizada com a entrega de uma oferta simbólica e com o corte de um bolo acompanhado do cântico de "Parabéns".

Esta Comissão além da promoção de diversas atividades lúdicas, teve como ponto alto, a organização das comemorações do dia 10 de junho, dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas no TO do Afeganistão. O programa contemplou uma cerimónia militar, um almoço de iguarias típicas, seguiu-se uma tarde de jogos tradicionais terminando com um jantar convívio, minimizando assim as saudades e a distância física que nos separa da Pátria Mãe.

Em suma e para concluir, "O Homem que move montanhas, começa carregando pequenas pedras".

Referências:

- Diretiva Operacional Nº 018/CEMGFA/18;
- Despacho de S. Exa. Gen CEME de10 de janeiro de 2018;

Figura 7 - Militares do NSE em HKIA

Figura 8 - Jantar mensal de aniversariantes

O Apoio Sanitário na Unidade de Saúde de Tipo I

A saúde é, por norma, uma área que todos teimamos, consciente ou inconscientemente, em passar para segundo plano. Apenas nos lembramos dela quando se perde. A instituição militar não foge a esta ideia. Embora nos últimos tempos nos tenham premiado com algumas evoluções neste campo.

Citando SunTzu, " *Um exército que não sofra muitas doenças, será vitorioso em combate*".

Figura 1 - Serviços sanitários de campanha - 1889

Históricamente, o Serviço de Saúde Militar remonta aos tempos de Afonso Henriques e à fundação da nacionalidade portuguesa. Nestas alturas, não existiria um apoio organizado, provavelmente o serviço de saúde seria apenas alguém que atendia os feridos, "curiosos" que eram levados pelos Reis e que pertenciam às castas mais instruídas, normalmente conotados com a igreja. Os nobres e os ricos possuíam as suas próprias tropas e também eles tinham os "mestres" privados para uso pessoal, e que, em cenário de guerra, tratavam todos os feridos de combate.

Alberto Lebreiro
Ten TS

Figura 2 - Lisboa - Ámbulâncias militar no Largo da Estrela - 1880-1890

Os físicos e cirurgiões aparecem nas campanhas nos meados do reinado de D. Duarte, o "Eloquente"(1433-1438) e D. Afonso V, o"Africano"(1438-1481) que levava consigo os seus físicos. Na Guerra da Restauração, com o aparecimento de uma regular organização militar, surgem os cirurgiões militares profissionais. Em 8 de dezembro de 1647, o Conde de S. Lourenço escreve uma carta a SM El Rei D, João IV,- "…*estão feridos em Castelo de Vide quantidade de soldados que todos vieram despidos e por falta de cirurgião morreram alguns, seja V. M. servido de mandar um que seja homem de conta dos muitos que há em Lisboa, porque é grande lástima que morrão os homens depois de escaparem das mãos do inimigo, por não haver quem os saiba curar, pois cada dia temos encontros..."* tal era a fraca organização e a importância que os estrategas

Figura 3- Hospital Militar de Chaves - Séc. XVIII

davam à saúde. Mais tarde, 1762, o Conde de Lippe, então comandante do Exército, orientou o Serviço de Saúde nos moldes prussianos e cria os regulamentos para os Regimentos. Neles inclui no estado-maior um cirurgião-mor e seis ajudantes. A necessidade de tratar os feridos de combate e outros doentes dos quartéis de guarnição, foi a origem da criação de hospitais nas praças onde se encontravam maiores efetivos.

Os feridos, eram atendidos no campo de batalha pelos elementos das unidades, eram transportados nas viaturas solípedes para os hospitais mais próximos, mas as condições de transporte eram de tal forma impróprias, que desse transporte resultavam agravamentos do estado de saúde das vítimas. Antes da Revolução Francesa as ambulâncias eram constiuídas por viaturas pesadas, carregadas com material e puxadas por 40 cavalos. Mais tarde, juntou-se a este conjunto um atrelado de quatro rodas com capacidade de transportar três doentes em cada fila. Era este o meio de evacuação.

Este tipo de organização manteve-se até finais do séc XVIII, até às invasões francesas.

As campanhas da restauração fizeram aparecer hospitais. A província Transmontana foi servida por um hospital sediado em Chaves. Em 1821, ocorre a reestruturação do Serviço de Saúde Militar, por decisão das Cortes Geraes, de 14 de dezembro que consideraram que o atual *systema dos Hospitaes Militares, tendo sido formado para o tempo da Guerra, he mui dispendioso, e não póde ser conveniente, applicado ao estado presente da paz (...)*. Em 1851, é criado, no Convento de Nossa Senhora da Estrela, o Hospital Militar Permanente de Lisboa, onde se centralizaram todos os Hospitais Militares Regimentais da cidade. Em 1862 é inuagurado o Hospital Militar D.Pedro V (HFAR-pP), tendo sido o primeiro a ser construído de raíz para esse efeito.

Na Ordem do Exército de 27 de novembro de 1909, 1ª Série, é criado o Regulamento do Serviço de Saúde do Exército e rezava o seguinte:

Decreto

Secretaria d'estado dos negócios da guerra

G.ª Direcção

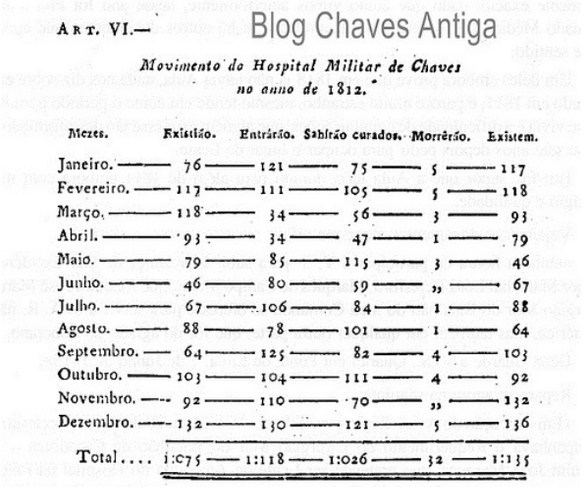
1.ª Secção

Hei por bem, em nome de El-Rei, approvar e mandar pôr em execução, com princípio no dia 1 de Janeiro de 1910, o regulamento geral do serviço de saúde do exército, que faz parte d'este decreto e baixa assignado pelo ministro e secretário d'estado dos negócios da guerra.

Figura 5 - Ordem doExército Nº 19 - Regulamento Geral do Serviço de Saúsde do Exército

O mesmo ministro e secretário d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 11 de Novembro de 1909.==PRINCIPE REGENTE.== José Manuel d'Elvas Cardeira

Este regulamento define todo o serviço de saúde militar, começando, no seu artº nº1, por distinguir os hospitais em três classes: Hospitais de 1ª classe - um no Porto e



ART. VI.—

Movimento do Hospital Militar de Chaves no anno de 1812.

Mezes.	Existião.	Entrárão.	Sahirão curados.	Morrêrão.	Existem.
Janeiro.	76	121	75	5	117
Fevereiro.	117	111	105	5	118
Março.	118	34	56	3	93
Abril.	93	34	47	1	79
Maio.	79	85	115	3	46
Junho.	46	80	59	„	67
Julho.	67	106	84	1	88
Agosto.	88	78	101	1	64
Septembro.	64	125	82	4	103
Outubro.	103	104	111	4	92
Novembro.	92	110	70	„	132
Dezembro.	132	130	121	5	136
Total....	1:075	1:118	1:026	32	1:135

Blog Chaves Antiga

Figura 6 - Estatistica do Hospital Militar de Chaves - 1812

outro em Lisboa; Hospitais de 2ª Classe – um em Lisboa (Belém), um em Elvas e outro em Chaves; Hospitais de 3ª classe- que serão adstritos aos Regimentos, Batalhões e Escolas Práticas a que ficam subordinados.

Aqui nasce o conceito de instalações que ainda hoje se mantém.

A falta de efetivos, volta a ser uma realidade nas Forças Armadas, e a falta de médicos,enfermeiros, técnicos e pessoal auxiliar, não deixa também de o ser. Os Serviços de Saúde existentes nas Unidades, vulgarmente conhecidos por Enfermaria / Posto de socorros e que atualmente foram evoluídos para Unidades de Saúde, Tipo 1, Tipo 2

Figura 7 - Exercicios Finais de Campo - Posto de socorros e ambulancia UMM Alter

e Tipo 3, consoante as caraterísticas da própria Unidade e sua missão- à semelhança da classificação dos hospitais em 1909! - funcionam em instalações próprias e construídas de raiz. Atualmente são edifícios sobredimensionados, em termos de espaço físico, face às exigências e solicitações atuais.

Este é um dos pormenores que atesta a acanhada evolução do Serviço de Saúde Militar, e por conseguinte do Serviço de Saúde das Unidades. Atulamente, a existência das Unidades de Saúde nas Un desprovidas da componente operacional, funcionam na dependência administrativa-logística das Companhias de Comando e Serviços, que de acordo com os Quadros Orgânicos vigentes dela dependem. O despacho técnico, é levado

Figura 8 - Intrução de Topografia

pelo respetivo comandante de companhia ao Comandante. Ora, estes militares, não têm competências nem conhecimentos técnicos na área da saúde, correndo-se o risco de serem transmitidas informações de forma deturpada ou ainda chegarem fora de tempo útil, o que antes não acontecia, uma vez que o médico era e é conselheiro do comandante e por conseguinte, era a ele que competia efetuar despacho. Em muitos casos, o enfermeiro fica destituído desta função, contrariando a alínea b do nº 1 do artº71 do RGSUE. Ainda em relação a esta situação, salienta-se o facto de se estar a violar o princípio da confidencialidade, na medida em que informações desta índole são confidenciais, não podem ser expostas em locais que não sejam unicamente o processo clínico de cada militar, sendo apenas transmitida ao Comandante, pelos Serviço de Saúde, atendendo apenas à inerência das suas funções e ainda porque é quem permite a publicação e autorização das propostas.

A ausência de "upgrades" dos respectivos enfermeiros e socorristas, transportam estes serviços para planos não de operacionalidade sanitária, mas sim para papéis puramente administrativos, cingindo-se ao controlo e coordenação de consultas externas (CE) nos Hospitais Militares (HFAR) e ainda oferecendo a manutenção de vícios técnicos e estagnação na evolução das competências e desembaraço específicos deste tipo de profissionais.

A evolução técnica e tecnológica dos membros destas secções, vão acontecendo por capacidades e empenhamentos dos próprios elementos, uma vez que a evolução da ciência dos cuidados de saúde (medicina e enfermagem) é contínua e continuada, no entanto a formação contínua fornecida pela instituição é nula

Figura 9 - Ambulancia UMM Cournil - 1979

Os meios técnicos, viaturas e equipamentos, estão cada vez mais obsoletos e sem condições mínimas para efectuarem um atendimento digno e eficaz desse conceito, como por exemplo as ambulâncias que além de não conferirem capacidades técnicas em termos de equipamento sanitário, são vistas/usadas apenas como transporte de doentes e mesmo para esta função começam por se apresentar fora de tempo que nos fazem recordar os meios de evacuação dos anos de 1752.

Ao nível dos cuidados de saúde primários, pelas razões atrás citadas, levam-nos ao encaminhamento dos casos clínicos que se nos apresentam, para as instâncias civis existentes na área de intervenção, obrigando-nos a coexistir com um Sistema Nacional de Saúde (SNS) por vezes incompreendido, desacreditado e desajustado às exigências e realidades militares, o que por vezes é fonte de discussão e incompreensão no seio militar.

Figura 10 - Tratamento

Neste ponto, o Serviço de Saúde das Unidades encontra-se perante situações que violam o Princípio da Equidade. Senão, vejamos:

As Unidades periféricas dos Hospitais Militares e Centros de Saúde Militares enviam os respetivos doentes aos serviços dessas unidades de saúde, onde estão isentos de qualquer taxa, o que não acontece nos casos das unidades afastadas. Aqui, os doentes têm que ser presentes a unidades de saúde civis, onde as regras são páreas a todos os cidadãos, ou seja, cabe aos próprios arcar com todas as taxas constantes da lei, sem que sejam ressarcidos, salvo os casos que são objeto de processo de averiguação. Nestes casos apenas terão direito a ser ressarcidos quando o processo for terminado e seja considerado acidente em serviço.

Os profissionais de saúde, ética e deontologicamente, são levados a proceder em conformidade com estes casos clínicos e passam a ser observados não apenas sob a intervenção do ponto de vista médico mas também do ponto de vista social.

Em primeiro lugar e sempre, a intervenção sob o ponto de vista médico visa a preservação e manutenção da saúde, ora neste caso e na ausência de outras soluções, os doentes têm que ser encaminhados para as unidades de saúde civis, onde são confrontados com tais despesas. Acresce ainda referir o facto de por exemplo quando um utente é observado nos HFAR e estes não têm capacidade de resposta, os utentes são enviados para outra unidade de saúde civil, sendo que, neste caso e porque são enviados pelo HFAR, o utente é isento de qualquer custo ou taxa, que é onerada ao próprio HFAR, o que não acontece se um utente for enviado a unidades de saúde civis.

Figura 11 - Juramento de Bandeira

Em segundo lugar, o ponto de vista social é importante e cada vez mais um aspeto a ter em conta, face a uma cada vez maior degradação sócio-económica das classes trabalhadoras (ao que os militares não são exceção) e como tal, começam a surgir militares que pedem, repito, pedem, uma melhor solução que não o atendimento nas urgências civis, como forma de poupar ou mesmo não terem condições financeiras para arcar com esse tipo de despesa.

Figura 12 - Tratamento

O mesmo se passa no que diz respeito às consultas externas. Também são despesas a suportar pelo próprio e também começam a surgir recusas de presenças na CE pelos mesmos motivos, quando, por razões económicas, os militares não são transportados para as referidas consultas.

Hoje, cada vez existem mais evidências nas alterações dos padrões comportamentais da nova sociedade. Antes, o exercício físico e a educação física ministrada nas escolas, permitiam consistência e robustez física dos jovens. O paradigma mudou. Agora, e cada vez mais com o aparecimento de novas formas de desporto: ginásio, crossfit, TRX, fitness, etc, a robustez física cai para segundo plano, surgindo como meta a cultura do corpo,

Figura 13 - Desinfeção de ferimento

a escultura do corpo como afirmação e exibição social ao invés da procura da tal robustez física.

Tanto a condição física como a condição psicológica imprimida nos novos conceitos de vida dos mais jovens, que têm uma vida facilitada, sem necessidades de qualquer espécie, moldaram-os no sentido de não precisarem de lutar, de trabalhar, de competir para atingirem objetivos da vida como sendo a satisfação de ter um trabalho. Esta satisfação existe na realidade, mas estruturalmente modificada, assente em conceitos de facilidade e faculdade das condições de acesso ao trabalho, sem que para isso sejam necessários sacrifícios tanto físicos como psicológicos.

É com este tipo de conceitos que cada vez mais nos deparamos nos jovens que são incorporados. Jovens que quando inquiridos se praticam desporto, cerca de 80% referem " sim pratico" ginásio, crossfit, e outras

	CONSULTAS MEDICAS	TRATA/	EVAC.	INT. RI19	INTERNA/ HFAR-pP	INTERNA/ OUTROS LOCAIS	CONSULTAS EXTERNAS	DISPENSAS MEDICAS
2016	491	1270	51	0	3	4	437	123
2017	513	2025	80	0	7	7	766	316
2018	689	1894	63	0	16	7	750	330

Quadro 1 - Estatistica triénio (2016-2018) - UST1 RI19

"modalidades modernas", que sendo importantes, nada contribuem para a desenvoltura física necessária e aliada a hábitos alimentares do fast food, se traduzem nas dificuldades em suportar a diminuta carga física imposta durante a instrução. Isto traduz uma maior quantidade de lesões osteoarticulares originando uma taxa de absentismo cada vez maior que acaba por patrocinar um número de desistências da formação considerável ou, em alternativa, a transição entre turnos por questões clínicas. As consequências práticas e mais evidentes, decorrentes deste tipo de absentismo, têm implicações diretas nos orçamentos do Regimento, nomeadamente com as deslocações a consultas externas, nos encargos com portagens e gasóleo; na baixa produtividade do recruta conferida pela ausência nas formações, o que provoca uma diminuição nos conhecimentos adquiridos, e na falta deles, o prejuízo direto nas avaliações. Por último este mesmo fator influencia diretamente a motivação do soldado recruta, levando-o para níveis extremamente baixos que contribuem para a desistência da formação.

Durante o ano de 2018, foram efetuadas nesta UST1, 689 consultas médicas, 1894 atendimentos/tratamentos, 750 consultas externas e propostas 330 dispensas médicas sendo cerca de 97% atribuídos à classe de praças.

Ao longo do último triénio, em termos de consultas médicas, nota-se um aumento significativo, que se justifica com a vinda do oficial médico para apoiar as

Figura 14 - Base de dados da UST1

incorporações e exercícios, nomeadamente o exercício Medula e Exercícios Finais de cada turno de recrutas e ainda com o aumento sucessivo de incorporações. Os valores das Evacuações são também influenciados por estes fatores.

Com a reestruturação das Unidades, em cumprimento da nova Lei do Serviço Militar, estas deixaram de ter capacidade de Internamento nas suas UST1, passando esta valência a estar presente apenas nos Hospitais Militares e Centros de Saúde Militares. No que respeita às Consultas Externas apontam-se os mesmos fatores para o seu aumento, no entanto estes valores apresentados traduzem ainda a dificuldade que as Unidades têm, a nível local, de fazer face aos problemas da inexistência de acordos com instituições privadas para a realização de meios complementares de diagnóstico. Por último, o elevado número de dispensas apresentadas, traduzem também uma consequência da falta/inaptidão da tal preparação

Figura 15 - Exercicios Finais - Deslocamento para a Unidade

física que os soldados recrutas apresentam inicialmente e pelas limitações da profissão de enfermagem, nomeadamente no diagnóstico, sendo unicamente possível fazer a triagem, e daí até que os doentes sejam atendidos em consulta externa, ter necessidade, na proteção da condição de saúde dos doentes, elaborar as referidas propostas de dispensa.

Ao longo dos anos, a qualidade dos cuidados a prestar tem revelado uma evolução bastante significativa, quer

pelas exigências do próprio doente, quer pelo elevado padrão de qualidade que a dignidade humana recomenda. As organizações nacionais e internacionais, como a OMS, o Conselho Nacional de Qualidade e o Instituto da Qualidade em Saúde, assumem de uma forma firme e consubstanciada, a necessidade da implementação de sistemas e padrões de qualidade. Segundo a Ordem dos Enfermeiros, "…*a qualidade em saúde é tarefa multiprofissional e tem um contexto de aplicação local. (...) nem a qualidade de saúde se obtém apenas com o exercício profissional dos enfermeiros, nem o exercício profissional dos enfermeiros pode ser negligenciado, ou deixado invisível, nos esforços para obter a qualidade em saúde.*"

Figura 16 - Exercicios finais - Montagem de bivaque

Atentando nestes conceitos, compete às instituições de saúde adequar os recursos e dotar as estruturas de meios que viabilizem a prestação de serviços com qualidade. Desta forma as instituições devem, por princípio, armar os seus profissionais de meios para que estes possam favorecer e enriquecer cada vez mais os padrões de qualidade exigidos. As propostas apresentadas por esta UST1, vão ao encontro de todos estes conceitos, no sentido de tentar criar as condições para que o serviço prestado seja dotado da tal qualidade exigida. Essa qualidade passa não só pela formação contínua dos seus elementos, mas também pelo apetrechamento e renovação de materiais, substituindo material obsoleto por material mais atualizado, aproveitando as novas tecnologias e ainda no melhoramento do espaço físico. Considerando que o Quadro Orgânico desta Unidade está desajustado e desadequado para as exigências solicitadas, corre-se o risco de efetuar inadvertidamente, um apoio sanitário deficiente. Esta preocupação tem sido objeto de referência nas mais variadas reuniões. Assim, será urgente efetuar as alterações ao referido quadro orgânico para que essas lacunas possam ser acauteladas. Ao nível da escrituração de toda a burocracia relacionada com a saúde, dotou-se esta UST1 de meios informáticos, capazes, por ora, de responder de uma forma mais eficaz, preterindo assim sistemas arcaicos que ainda perduram e teimam em não ser vencidos. Criou-se uma base de dados onde se escritura toda a informação clínica de todos os utentes coexistindo com o processo em suporte de papel. O pecado reside na falta de condições para que os processos clínicos dos militares, fossem gerais, acabando com a multitude de tantos processos quantas as unidades que o militar serviu. A resolução passa pela interligação dos sistemas informáticos das unidades aos hospitais militares e numa fase mais avançada esta interligação deverá ser efetuada em colaboração com o Sistema Nacional de saúde.

Tendo em consideração que a missão do Regimento foi alterada na sua essência, foram alterados os quantitativos de formandos. Ora, deveria ter havido também o cuidado

Figura 17 - Construção de abrigo

de acautelar alterações no QO ajustado a todo o apoio á nova missão. O aumento das expectativas e do grau de exigência dos utentes, é hoje uma determinante da organização e da prestação de cuidados de saúde, exige-se cada vez mais a prestação de cuidados com qualidade, que satisfaçam as necessidades dos utentes. A existência do serviço de saúde nas Unidades, e o valor condicionado a esta atividade, revela uma necessidade constante de otimizar e acompanhar as transformações, equipar os profissionais de um saber próprio e adequado ao ritmo de evolução. Toda uma qualidade de prestação de cuidados de outra forma não será possível torná-la visível e proveitosa

A formação nasce sempre de uma inter-relação entre a comunicação estabelecida e os objetivos da atividade, levando-nos sempre ao necessário diálogo e reflexão sobre a ideia de que a formação inicial era suficiente e vitalícia. Hoje verifica-se que é de extrema importância a formação ao longo da vida, permitindo a qualificação permanente dos profissionais de saúde, aos quais é permanentemente exigido atitudes responsáveis, inovadoras, adequadas e atualizadas. Formar significa, antes de mais, crescer e se é inquestionável a presença da formação em todas as fases da vida, a nível profissional é condição imprescindível para a valorização pessoal e profissional.

Parafraseando COSTA (1997), FORMAÇÃO PERMANENTE é um processo contínuo de aprendizagem, que se inicia com a conclusão da formação profissional básica e a obtenção de título profissional, através da qual o indivíduo adquire e aprofunda conhecimentos e capacidades que visam o desenvolvimento pessoal e profissional que se repercute na melhoria do desempenho e de qualidade dos serviços prestados.

Torna-se primordial que todos reconheçam a necessidade de formação e procurem as vias de solução mais ajustadas. Para garantir o desenvolvimento do pessoal, deve existir um sector ou serviço que agrupe, organize e planeie as atividades educacionais e formativas, sistematizando e articulando os diferentes sectores envolvidos na formulação de programas para o desenvolvimento pessoal e profissional. Enquanto técnica o planeamento é um conjunto de instrumentos de racionalização de decisões, assenta no diagnóstico da situação, na inventariação dos recursos disponíveis, na fixação de objetivos e determinação das respetivas prioridades, na formulação do tipo de ações a desenvolver e na escolha dos meios que permitirão alcançar os objetivos propostos.

Planear é escolher um curso de ação e decidir antecipadamente o que deve ser feito, em que sequência, quando e como. O planeamento contribui eficazmente para a gestão, permitindo rentabilizar recursos e energias e habilitar correções de percurso, ou de atividade.

Os serviços de saúde das unidades estão inseridos em todas estas ideias, no entanto estão, ainda longe da sua essência no que concerne á aplicação destes conceitos. O papel das inspeções neste contexto, deveria também passar por estes aspetos e evidenciá-los para que cada vez mais os profissionais qualificados e reconhecidos nesta área, que diariamente se debatem com estes considerandos, sejam dotados dos tais saberes e meios para desempenhar cabalmente as suas responsabilidades tendo sempre como objetivo final o bem-estar físico e mental da população que servem.

Será que o conceito de saúde operacional, muito em voga e largamente referenciado pelas mais variadas instâncias militares vem solucionar estes aspetos, ou pelo contrário vem contribuir para uma maior dificuldade?

Estarão a ser tomados em linha de conta estas ideias? O investimento tecnológico a ser empreendido será acompanhado dos meios adequados?

Caberá, por certo, à Direção de Saúde refletir sobre estes assuntos e emanar normativos que sirvam os objetivos das Unidades, das Brigadas e do Exército.

A intenção destes propósitos não se destina a questionar qualquer decisão ou intenção, antes, destina-se a alertar para uma nova realidade que está aí, é atual, e que deve ser encarada como tal.

Referências bibliográficas:

Reis. Carlos Vieira, CorMedico in: Brevíssima História do Serviço de Saúde do Exército- Revista Militar N.º, pp 817 – 0;

Ferreira.João José Brandão, TcorPilav in: O Serviço de Saúde Militar no Princípio do Século XXI em Portugal

Carvalho.Rui Pires, TCor Médico in: Resenha Cronológica do Serviço de Saúde Militar

https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/112

https://www.revistamilitar.pt/artigo/897

Fotos do autor- Exercicios Finais de Campo

https://chavesantiga.blogs.sapo.pt/49220.html

https://chavesantiga.blogs.sapo.pt/47403.html

FEDERATED MISSION NETWORKING (FMN)

FEDERATED MISSION NETWORKING (FMN)

"*Coalition forces within Afghanistan cannot communicate effectively and share theatre related operational Commander›s guidance*, *information* and *intelligence*. *These communication gaps increase risks* to *life*, *resources*, and *efficiency*."

GEN McChrystal, COMISAF

Pedro Grifo
Maj Tm

Federated Mission Networking (FMN) é uma iniciativa da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), governada, composta por pessoas, processos e tecnologia, com o objetivo de garantir a interoperabilidade entre os sistemas de comando, controlo, comunicações, computadores e informação (C4I) da OTAN, nações OTAN e parceiros, quando em operações no âmbito da Aliança ou de coligação, através da federação de redes de missão.

O conceito FMN nasceu em resposta a uma solicitação do Comité Militar (CM) ao Comando Aliado para a Transformação (ACT), para em coordenação com o Comando Aliado para as Operações (ACO) desenvolverem um conceito genérico, baseado nas boas práticas e lições aprendidas da implementação da rede de missão *Afghanistan Mission Network* (AMN). Inicialmente, o conceito tomou a designação de Future Mission Network[1] (FMN), o qual não teve grande aceitação por grande parte das nações OTAN e seus parceiros, tendo vindo posteriormente a tomar a designação atual de *Federated Mission Networking*. Outras nações, como os Estados Unidos da América desenvolveram e implementaram um conceito similar, mas com a designação de *Mission Partner Environment* (MPE), assim como o Canadá com o *Federated Coalition Environment* (FCE).

A iniciativa FMN teve por base, como já referido anteriormente, as lições aprendidas da implementação da rede de missão no Teatro de Operações (TO) do Afeganistão, mas também os esforços conseguidos no âmbito de um

[1]NATO Future Mission Network (FMN) Concept, Allied Command of Transformation, AUG2012

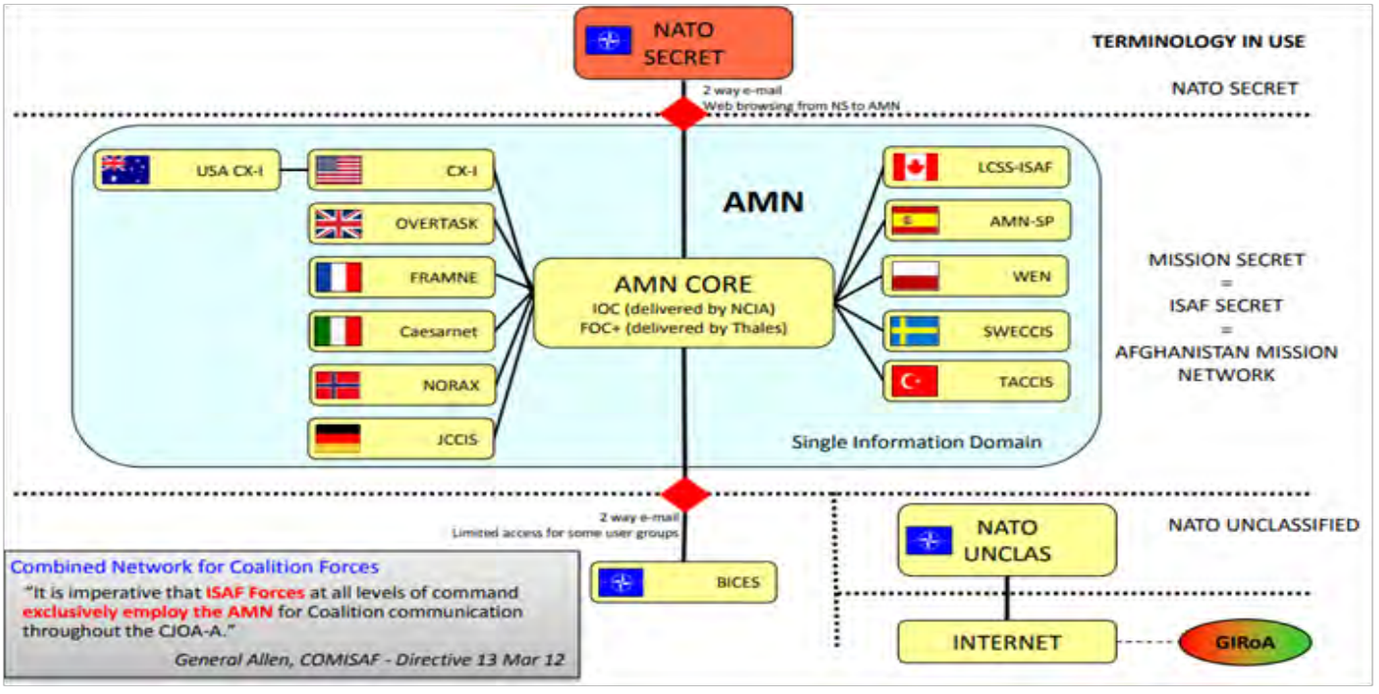


Figura 1 - Diagrama da AMN no seu pico[2]

Grupos de Trabalhos (GT) OTAN, nomeadamente o GT *Tactical Communications* (TACOMS). A AMN (Figura 1) teve como principal objetivo ultrapassar as dificuldades de interoperabilidade encontradas na interligação entre os sistemas de comunicações das diversas nações da coligação *International Security Assistance Force* (ISAF), facilitando desta forma o comando e controlo (C2) das operações nesse TO.

Relativamente ao GT TACOMS, tendo Portugal participado ativamente até 2010 (1ª fase do TACOMS) com elementos do Exército, resultou em 2010 a promulgação pela OTAN de um conjunto de STANAG, que especificam os protocolos a empregar, desde a camada física até à camada de rede do modelo *Open Systems Interconnection* (OSI), incluindo ainda o serviço de telefonia, com vista a garantir a interoperabilidade entre sistemas C4I aliados, através da implementação de um ponto de interoperabilidade nacional (IOP). O IOP nacional foi amplamente testado pelo Exército, designadamente em exercícios no âmbito do GT TACOMS e até 2013 conjuntamente com o Sistema de Informação e Comunicações Tático (SIC-T), no exercício internacional de interoperabilidade da série *Combined Endeavour*. Os STANAG desenvolvidos no âmbito do GT TACOMS têm vindo a ser incluídos nas especificações para edificação da capacidade FMN.

Conceptualmente, segundo o ACT, uma capacidade FMN é composta por três componentes:

- *Governance*;
- *FMN Framework*;
- *Mission Network (MN)*.

A Governação disponibiliza orientações de alto nível, supervisiona e garante as condições necessárias para a criação da *FMN Framework* e para que as MN possam ocorrer.

A *FMN Framework* diz respeito a uma estrutura governada e gerida que disponibiliza processos, planos, *templates*, arquiteturas, componentes e todas as ferramentas necessárias para preparar, projetar, operar e terminar uma rede de missão em ambiente federado.

A MN é uma instanciação da capacidade FMN, incluindo os recursos (humanos e materiais) e os não-materiais

[2]Diagrama da AMN < http://sesam.smart-lab.se/seminarier/Hostsem15/151203IB.pdf >. Acedido em 15Fev2019.

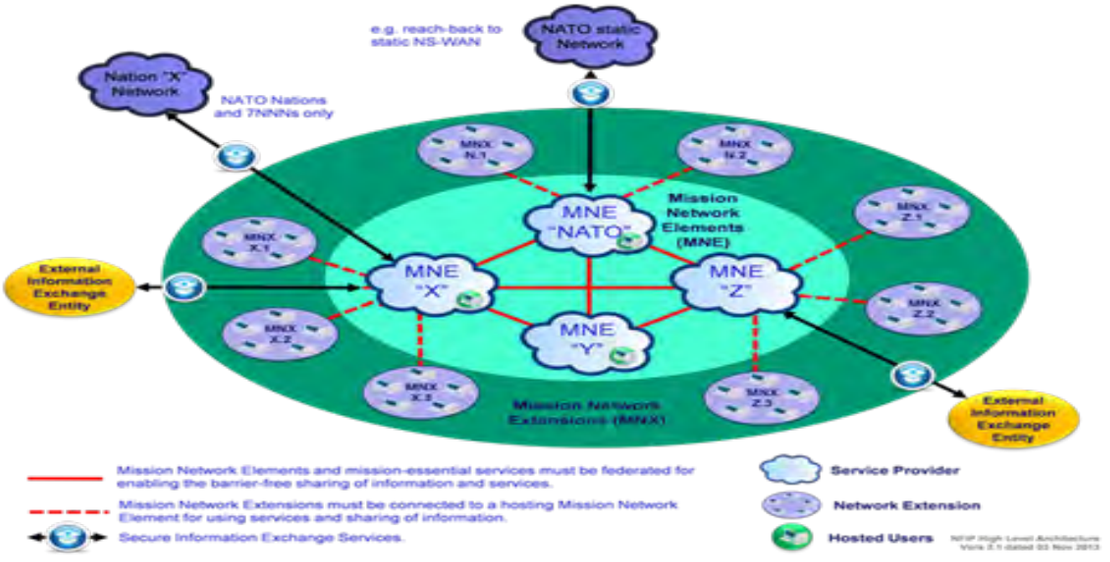


Figura 2 – Diagrama conceptual dos níveis de capacidade FMN (Fonte: Tidepedia, ACT)

(políticas, processos, procedimentos, normas) obtidos a partir da *FMN Framework*. Por isso a instanciação da capacidade FMN diz respeito ao pessoal, processos e tecnologia.

De acordo com o conceito FMN, encontram-se estabelecidos perfis de afiliação ou níveis de capacidade (Figura 2) para os membros participantes numa rede de missão, que seguidamente se apresentam:

- Opção A (*Mission Node Element* - MNE): Os afiliados FMN com este nível de capacidade dispõem de infraestrutura de comunicações e serviços (no mínimo os essenciais para a missão) para autoaprovisionamento, ou seja para seu usufruto. Dispõem ainda capacidade para interligação a outros MNE, criando o *core* da rede, assim como um catálogo mínimo de serviços que pode disponibilizar a membros na federação caso não disponham destes;

- Opção B (*Mission Network Extension* - MNX): Um afiliado FMN com este nível de capacidade dispõe de infraestrutura de CSI para autoaprovisionamento, mas pode não possuir todos os serviços essenciais para a missão. No entanto, pode estabelecer acordos bilaterais com membros MNE, de forma a garantir o acesso aos serviços em falta;

- Opção C (*hosted user*): atua como membro utilizador da infraestrutura de CSI disponibilizada por um MNE/MNX, através de acordos bilaterais celebrados para o efeito.

- Opção Z (Outras entidades): Este perfil não é nenhum nível de capacidade. A sua existência deve-se ao facto de nas áreas de operações existirem atores que podem necessitar de aceder a determinado tipo de informação, como por exemplo as Organizações Não-governamentais (ONG). Tal perfil prevê possibilidade de interligação com determinada MN para troca de produtos de informação específicos, devendo ser empregues *information exchange gateways* (IEG) para controlar a troca de informação. Estes elementos não fazem parte da rede federada.

Em resumo, podemos afirmar que a OTAN, nações OTAN e seus parceiros podem assumir os níveis de capacidade A B e C dependendo do seu nível de ambição e da missão

em que participam. Por exemplo numa situação em que uma nação tem elementos nacionais destacados, pode não justificar projetar os seus sistemas de C4I e nesse caso pode ser mais vantajoso a nação optar pela opção C (*hosted user*), estabelecendo para o efeito um acordo bilateral com outra nação para ser disponibilizado o acesso aos seus sistemas e serviços.

Para a edificação da capacidade FMN, o ACT desenvolveu o seu Plano de Implementação designado de *NATO FMN Implementation Plan* (NFIP), tendo a última versão (versão 4) sido aprovada pelo Conselho do Atlântico Norte em 2015.

De acordo com o NFIP, a iniciativa FMN é baseada numa abordagem incremental, aumentando a capacidade da *FMN Framework* ao longo do tempo. Esta abordagem incremental é efetuada através de *spirals*/fases, devendo a capacidade FMN ser capaz de se adaptar às necessidades operacionais e aos avanços tecnológicos com o passar do tempo.

Com o objetivo de atingir os objetivos traçados pelo Comité Militar, foi criada uma estrutura de gestão FMN (Figura 4), encabeçada pelo *FMN Management Group* (FMG), o qual é apoiado por um secretariado (*FMN Secretariat*) e

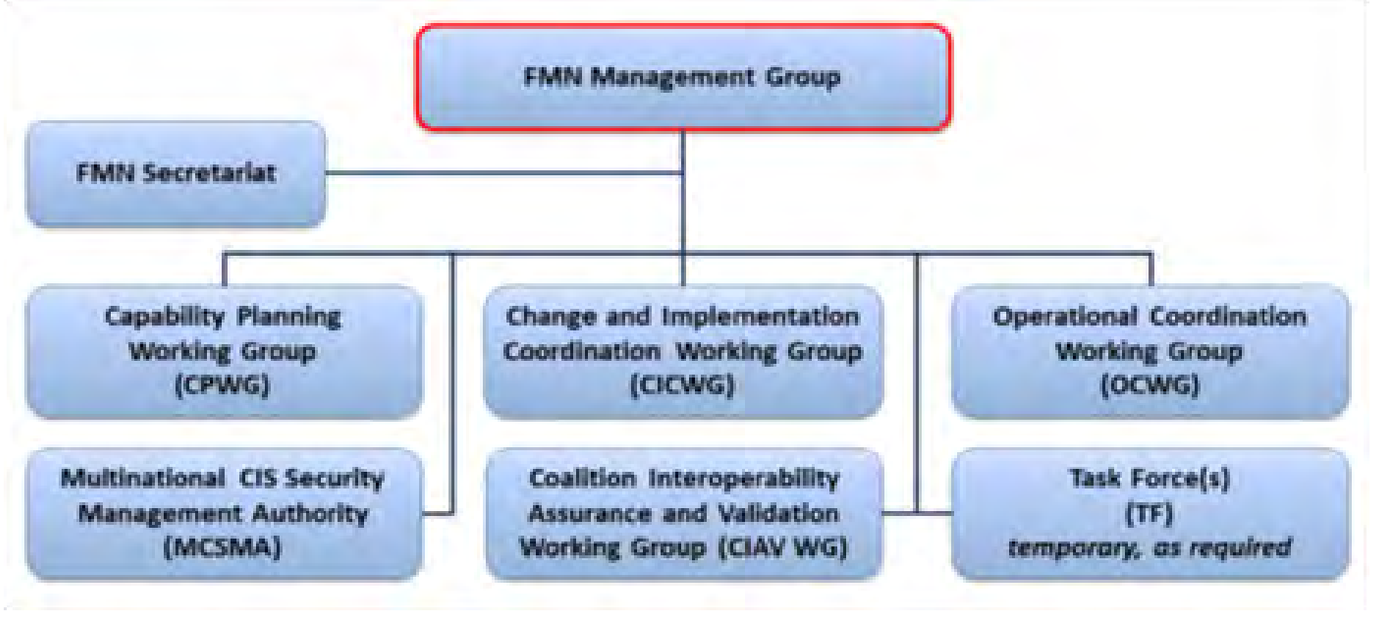


Figura 4 - Estrutura de Gestão FMN (Fonte: Tidepedia, ACT)

por cinco GT permanentes, designadamente:

- *FMN Operational Coordination Working Group* (OCWG);
- *FMN Multinational CIS Security Management Authority* (MCSMA);
- *FMN Capability Planning Working Group* (CPWG);
- *FMN Change and Implementation Coordination Working Group* (CIC WG);
- *FMN Coalition Interoperability Assurance and Validation Working Group* (CIAV WG).

Estes GT FMN são representados por elementos das nações participantes para o levantamento da capacidade FMN. O OCWG tem como responsabilidade garantir a coerência entre os requisitos operacionais e os serviços disponibilizados. O MCSMA assegura que os requisitos de segurança das CSI para os serviços e capacidades são os adequados. O CPWG tem como missão desenvolver e manter as especificações das *spirals* ao longo do tempo. O CICWG é a autoridade que coordena a introdução das alterações acordadas aos produtos FMN e catálogo serviços, bem como a implementação de novos produtos FMN e serviços de acordo com a arquitetura de referência FMN. Por último, o CIAV WG é a autoridade para a

interoperabilidade, verificação, validação das capacidades que são adicionadas, removidas ou modificadas do portfólio FMN. Para além destes GT, podem ainda ser criadas *task forces* de caráter temporário para a execução de trabalhos específicos.

A nível nacional, o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) tem estado a liderar o processo relacionado com o levantamento da capacidade FMN nacional envolvendo os ramos nos trabalhos. A representação ao nível do FMG tem sido assegurada por elementos da Direção de Comunicações e Sistemas de Informação do EMGFA que têm assento nos respetivos *meetings*. Relativamente aos GT, cada um deles está representado por um elemento de cada ramo das Forças Armadas, com vista a efetuar o acompanhamento das atividades desenvolvidas (*meetings*, elaboração das especificações para cada *spiral*, …).

De realçar que desde 2017 está previsto o emprego a nível operacional das capacidades *FMN spiral 1*, para o estabelecimento de redes de missão (operações da OTAN, treino de *NATO Response Forces*). Está definido que cada *spiral* permanece ativa durante um período de dois anos, sendo depois substituída pela *spiral* seguinte. Para 2019 está previsto ser empregue a nível operacional a *FMN spiral 2*, que se irá manter durante dois anos, sendo posteriormente substituída pela *spiral 3* (2021), seguindo-se o mesmo processo para as *spirals* seguintes. Contudo, tem-se verificado um atraso geral nas implementações, visto que para uma *FMN spiral* ser empregue a nível operacional tem obrigatoriamente que passar por um processo de verificação, validação e confirmação da sua prontidão (Figura 5).

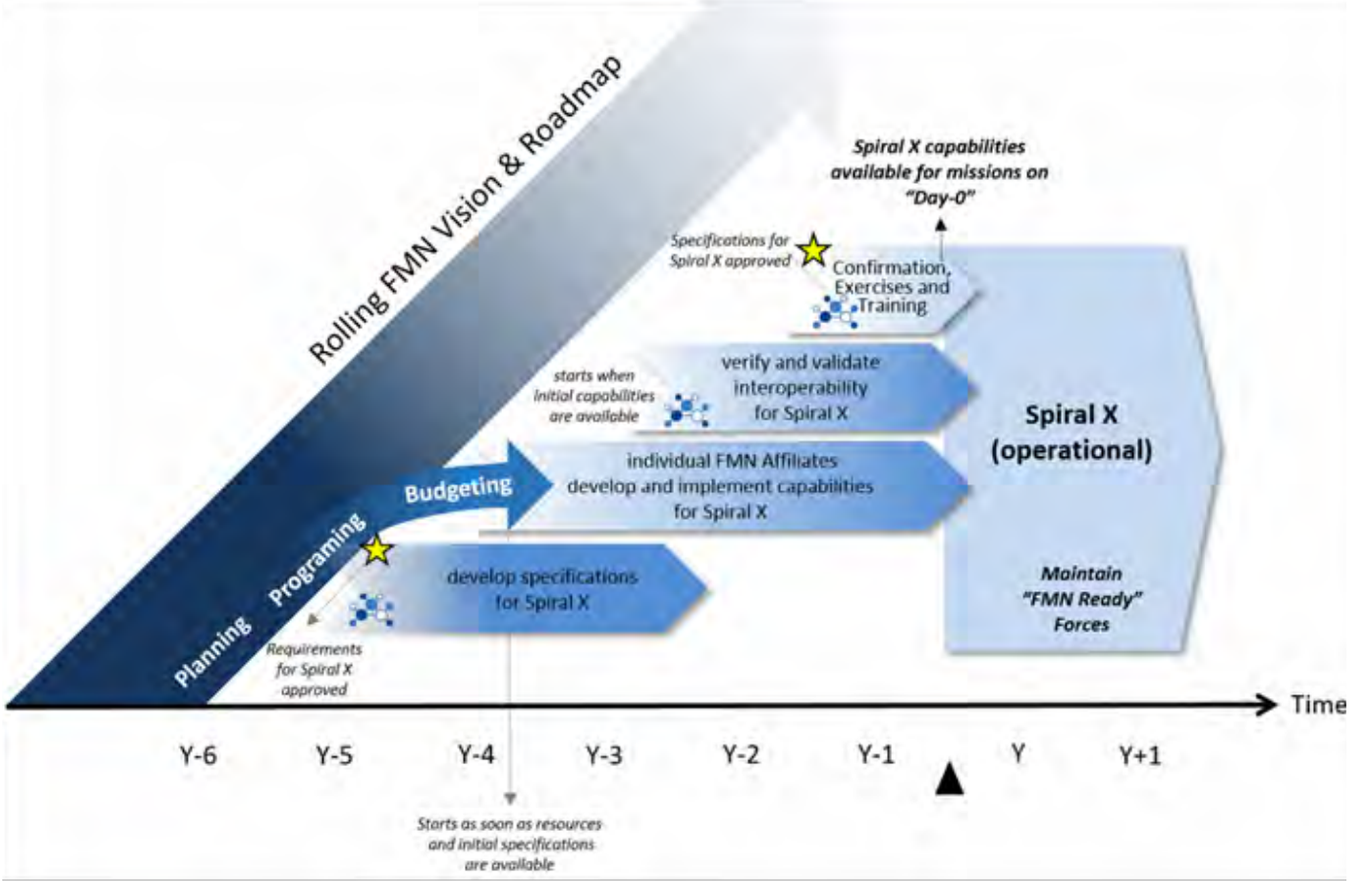


Figura 5 – Evolução da capacidade FMN (Fonte: Tidepedia, ACT)

Para tal são designados eventos específicos, como é o caso do exercício da OTAN *Coalition Warrior Interoperability eXploration, eXperimentation, eXamination, eXercise* (CWIX), onde as nações podem efetuar o processo descrito em ambiente apropriado e de teste com um elevado número de nações FMN participantes.

Em 2017, durante a fase de execução do exercício CWIX, Portugal efetuou a confirmação da prontidão da sua capacidade FMN para a *spiral 1*, tendo implementado e testado os 11 serviços de rede previstos (Figura 6), através da participação de uma equipa conjunta.

Para o presente ano, durante a fase de execução do exercício CWIX decorrerá o processo de confirmação da prontidão da capacidade FMN nacional para a *spiral 2* juntamente com outras nações OTAN e parceiros, implementando parte dos serviços de rede previstos esta *spiral*. A delegação nacional consistirá numa equipa conjunta com militares de todos os ramos das Forças Armadas.

No caso específico do Exército, os serviços de rede descritos para as *FMN spirals* são possíveis implementar nos módulos do Sistema de Informação e Comunicações Tático (SIC-T), não sendo necessário desenvolver novos sistemas. Convém notar que o projeto do SIC-T, sistema este dotado de tecnologia *full IP*, incorporou as lições aprendidas do TACOMS, bem como da sua participação em exercícios internacionais de interoperabilidade como foi o caso do *Combined Endeavour* (2004-2014) e posteriormente no exercício OTAN CWIX (2016 e 2017). O exercício *Combined Endeavour* pode-se considerar o precursor do processo de teste e validação de capacidades FMN numa fase embrionária do conceito. De referir que em 2017, durante a fase de execução do exercício CWIX, foi possível ao Exército efetuar a validação da sua capacidade FMN em todos os serviços previstos para a FMN *spiral 1*, baseada em tecnologia do SIC-T. No entanto a confirmação nacional foi efetuada nesse mesmo ano com outra capacidade FMN, neste caso conjunta, composta por elementos provenientes de todos os ramos das Forças Armadas, tendo o EMGFA fornecido

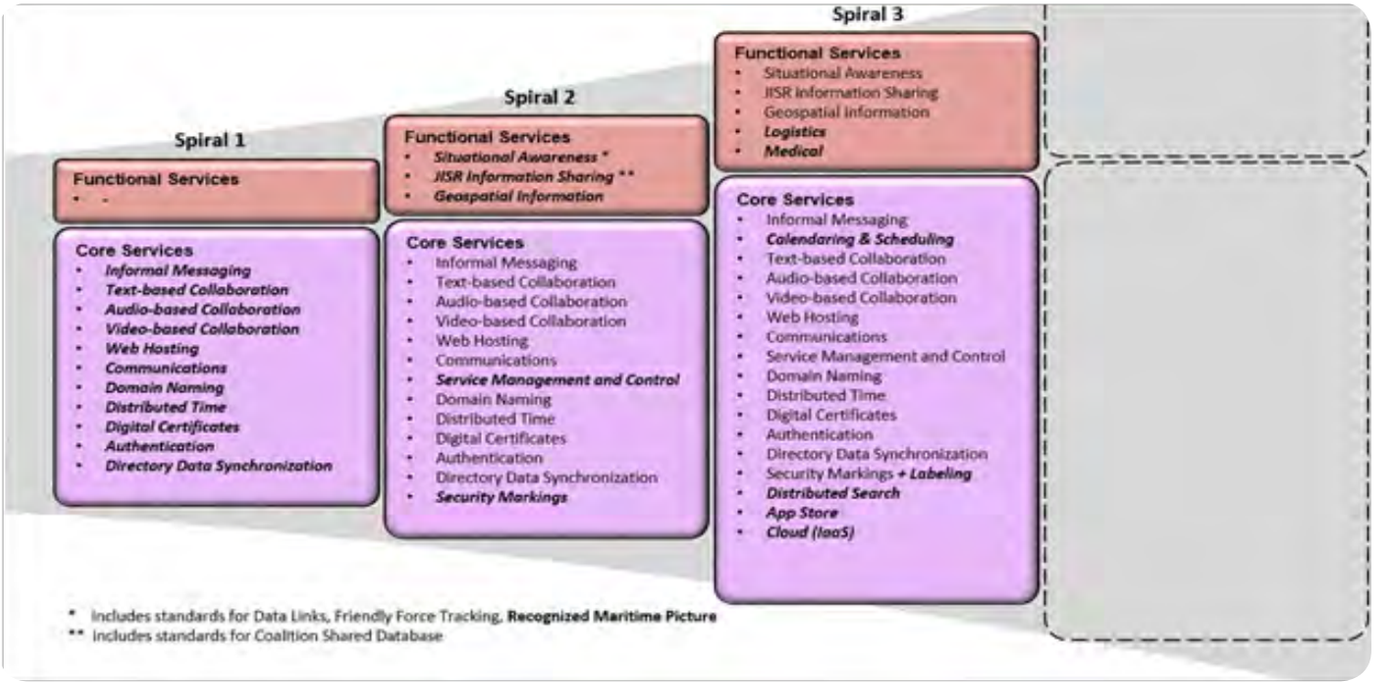


Figura 6 - Serviços FMN a implementar até à spiral 3 (Fonte: Tidepedia, ACT)

os equipamentos. Esta equipa conjunta, liderada pelo EMGFA, tem vindo a participar no CWIX na área de foco FMN desde 2017 e o Exército passou a integrar essa capacidade, através de pessoal especializado, deixando desta forma de haver necessidade da sua participação individual. A solução encontrada permite ao Exército poupar recursos (humanos, materiais e financeiros) e ao mesmo tempo continuar a efetuar o acompanhamento do processo de validação, verificação e confirmação da capacidade FMN nacional em cada spiral, introduzindo as necessárias alterações nas capacidades FMN do Exército, concretamente no SIC-T.

No entanto, ao nível do Exército, no que diz respeito à capacidade FMN, ainda há um caminho com alguns desafios, que é necessário trilhar. Começando pela doutrina na área de CSI, neste momento está-se a elaborar a Publicação Doutrinária do Exército de nível 1 (PDE 6.0 CSI), que vai permitir a adoção da mesma linguagem por todo o Exército na área de CSI, favorecendo a melhor compreensão dos conceitos sobre esta e outras temáticas. A nível do treino, seria desejável que os militares tivessem contacto diariamente com as mesmas ferramentas que utilizam quando em operações, de forma a permitir tirar o máximo rendimento no seu uso. Em parte, tal já acontece nomeadamente com alguns dos serviços utilizador-a-utilizador (telefonia IP, email, portais, videoconferência), no entanto ainda existe margem para incrementar esta forma de treino. Deve ainda haver participação nacional em exercícios de interoperabilidade OTAN da série Steadfast *Cobalt*, onde atualmente, a nível operacional, são testadas as capacidades FMN de cada nação. Este exercício está mais direcionado para as nações que aprontam *NATO Response Forces* e pretendem testar os seus sistemas C4I táticos antes de serem empregues em operações militares. Também a nível do vetor material será necessário garantir a atualização tecnológica dos sistemas C4I ao longo do tempo, devendo para tal ser garantido o investimento necessário em sede de Lei de Programação Militar, de forma a reduzir a obsolescência dos equipamentos e sistemas de informação. Ao nível da liderança é necessário continuar a apostar na formação em termos de CSI para manter a atualização tecnológica dos efetivos, sendo o Regimento de Transmissões, como Polo de Formação, uma referência nesta área. A nível do pessoal devem ser garantidos também os recursos humanos necessários para acompanhar, manter e fazer evoluir as capacidades FMN nacionais nas *spirals* seguintes, incorporando essas melhorias no SIC-T. Em jeito de conclusão, as redes de missão são uma realidade e será por este caminho que o Exército e as Forças Armadas terão de seguir, pois nas missões em que a OTAN, nações OTAN e seus parceiros participem vão ser empregues as respetivas capacidades FMN e nós teremos a responsabilidade de dotar as nossas forças com sistemas interoperáveis, de forma a que a troca de informação com os aliados seja efetiva.

Bibliografia

FMN Concept Paper Version 2.0, HQ SACT, 2012.

NATO FMN Implementation Plan, Volume I, Version 4.0, HQ SACT, 2015.

Tidepedia Portal FMN. Acedido em 20 fevereiro de 2019, em https://tide.act.nato.int/tidepedia/index.php/Federated_Mission_Networking_(FMN)_Portal.

QVE FAMA ILVSTRE FIQVE

EXÉRCITO